

ANÁLISE TERRITORIAL DA BAHIA RURAL

ISBN 85-85976-54-3

71



SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS

GOVERNO DA BAHIA

Governo do Estado da Bahia
Paulo Ganem Souto

Secretaria do Planejamento
Armando Avena

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Cesar Vaz de Carvalho Junior

Gerência de Análise Conjuntural
Luiz Mário Ribeiro Vieira

FICHA TÉCNICA

Coordenação Editorial
Alynsou dos Santos Rocha
Vitor de Athayde Couto Filho

Normalização
Gerência de Documentação e Biblioteca - GEBI

Coordenação Gráfica
Dadá Marques

Copidescagem do Relatório
Dina Beck

Revisão Técnica da copidescagem
Alynsou dos Santos Rocha (Bolsista FAPES)
Patrícia da Silva Cerqueira (Bolsista FAPES)

Revisão de Linguagem
Perminio Souza Ferreira
Dina Beck

Editoração
SAC

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO:

Coordenação Geral
Vitor de Athayde Couto Filho
Gustavo Bittencourt Machado

Consultores
Fernando Cardoso Pedrão
Vitor de Athayde Couto

Assistentes
Alynsou dos Santos Rocha
Patrícia da Silva Cerqueira
Thomaz Borges Araripe Barbosa

Estatístico
Lino Navarro

Consultor crítico do diagnóstico
Abdon Jordão

Consultor crítico da metodologia
José Eli da Veiga

Cartografia - Gerência de Recursos Naturais
Ana Lúcia da Silva Teixeira
Jorge Campelo

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
Análise Territorial da Bahia Rural. Salvador: SEI, 2004.
p. 222 ; il. — (Série estudos e pesquisas, 71)

ISBN 85-85976-54-3

I. Análise espacial – Bahia. I. Título. 2. Série.

CDU 528.93: 63 (813.8)

■ SUMÁRIO

5	APRESENTAÇÃO
7	AGRICULTURA E RURALIDADE: INICIANDO A “SEPARAÇÃO DEFINITIVA”? <i>WILLIAM H. FRIEDLAND</i>
29	A ATUALIDADE DA CONTRADIÇÃO URBANO-RURAL <i>JOSÉ ELI DA VEIGA</i>
51	INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E ORGANIZACIONAIS NA AGRICULTURA <i>VITOR DE ATHAYDE COUTO FILHO, GUSTAVO BITTENCOURT MACHADO, ANDRÉA DA SILVA GOMES</i>
75	DESENVOLVIMENTO RURAL NA BAHIA <i>FERNANDO PEDRÃO</i>
95	ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DOS CMDRS NA REGIÃO DE IRECÊ – BAHIA <i>ALYNSON DOS SANTOS ROCHA, MARIA DE LOURDES NOVAES SCHEFLER, VITOR DE ATHAYDE COUTO</i>
109	RELATÓRIO DE PESQUISA - ANÁLISE TERRITORIAL DA BAHIA RURAL

APRESENTAÇÃO

A Série Estudos e Pesquisas (SEP) vem, desde 1987, contribuindo para o planejamento das políticas públicas e da iniciativa privada do estado da Bahia. Foram publicados diversos relatórios de pesquisas que apresentam diagnósticos, metodologias, avaliações e proposições para a ação estatal e privada, nas áreas de emprego e renda, demografia, desenvolvimento regional, econômico e social, recursos naturais, desigualdade e pobreza, meio ambiente, agricultura, indústria, dentre outros temas.

Neste número trata-se de um tema muito atual, que, grosso modo, abarca quase todos os outros já discutidos pela SEP. Analisam-se os territórios com foco no espaço rural, como uma das alternativas sustentáveis para o desenvolvimento do interior baiano.

O trabalho aqui apresentado foi contratado, e autorizado para publicação, pelo Projeto de Cooperação técnica firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), com o objetivo de montar e testar uma metodologia capaz de, ao mesmo tempo, identificar, caracterizar e classificar, em ordem de prioridade para a política pública desenvolvimentista, projetos territoriais que possam ser fomentados ou replicados.

Os resultados desta pesquisa foram, em sua totalidade ou parcialmente, absorvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do MDA e por outros órgãos que atuam nos espaços rurais ou em atividades desenvolvimentistas, como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e a Secretaria de Combate à Pobreza do Estado da Bahia (Secomp). Esses órgãos têm aperfeiçoado e replicado a pesquisa em outras áreas e utilizado os resultados aqui apresentados para fomentar ações, de maneira que se incorporem outros agentes sociais e novas áreas aos projetos territoriais existentes no estado.

A pesquisa apóia-se na tradição francesa de planejamento (*aménagement du territoire*) que considera o território um espaço definido por um projeto político institucional. Entende-se que, por meio da ação integrada e acordada entre instituições do setor público e da sociedade civil organizada, desenvolvem-se atividades que asseguram a formação e a consolidação do território. É de se esperar que cada projeto territorial promova um tipo específico de desenvolvimento, com diferentes impactos econômicos, sociais, ambientais e culturais. Por isso, além da identificação e caracterização dos territórios baianos, foi feita uma classificação priorizando aqueles projetos que, dentre outras variáveis, atuam junto às categorias sociais mais fragilizadas e visam à sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Para abrir esta publicação, apresentam-se quatro artigos que muito contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa; todos gentilmente cedidos por seus autores e editoras. Dois artigos tratam da dicotomia urbano-rural. William Friedland e José Eli da Veiga

trazem de volta a discussão e subsidiam os pesquisadores da SEI com informações importantes para a melhor compreensão dos espaços rurais, sugerindo uma diferenciação de tratamento.

No terceiro artigo, escrito por Vitor de Athayde Couto Filho, Gustavo Bittencourt Machado e Andréa da Silva Gomes, é feita uma avaliação crítica do modelo de produção agrícola dominante no mundo (produtivismo) e apontam-se cenários para a agricultura e o espaço rural. São informações importantes para o entendimento da conformação dos territórios rurais e definição dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa.

Fernando Pedrão discute o planejamento por projetos, a trajetória desse processo na Bahia e sua relação com as políticas de desenvolvimento rural do estado. Apresenta critérios para a seleção e avaliação de projetos, considerando a perspectiva territorial do desenvolvimento rural baiano. Sua análise preconiza a observação da viabilidade tanto macro quanto microeconômica dos projetos territoriais, combinando, dessa forma, efeitos locais – para as regiões e agentes diretamente atendidos – regionais e mesmo nacionais.

Em outro artigo, Alynson dos Santos Rocha, Maria de Lourdes Novaes Scheffler e Vitor de Athayde Couto discutem o conceito de território utilizado na pesquisa. Também apresentam um caso prático de formação territorial baseado na articulação institucional que são os conselhos municipais.

A conceituação e os critérios de identificação, caracterização e classificação utilizados na pesquisa não significam o esgotamento do tema, reservando-se as possibilidades de ampliação e aprimoramento das discussões. Entretanto, tratando-se de um trabalho abrangente e inovador, espera-se que o mesmo contribua para a elaboração de políticas públicas desenvolvimentistas.

AGRICULTURA E RURALIDADE: iniciando a “separação definitiva?”¹

William H. Friedland*

...Os anos Roosevelt testemunharam a mais profunda revolução social no país desde a Guerra Civil – nada menos do que a criação da América moderna. Os Estados Unidos das vilas e vilarejos... fazem parte do passado. Mais de quinze milhões de americanos deixaram suas vilas de origem para trabalhar na indústria de guerra e estaleiros... Outros doze milhões entraram para o serviço militar... Mais de vinte por cento de toda a população... deslocou-se da roça para a fábrica, do sul para o norte, do leste para os florescentes estados da costa oeste. E não haveria retorno... Os Estados Unidos tornavam-se irrevogavelmente uma nação urbana (GOODWIN, 1994, p. 624).

As definições de *rural* e *ruralidade* têm sido há muito tempo uma preocupação da sociologia rural, cuja literatura sobre o *rural* é bastante volumosa.² No presente artigo eu sugiro que, embora a busca intelectual por clareza conceitual seja sempre necessária, uma postura mais pragmática poderia admitir uma definição operacional de sociologia rural: *sociologia rural é o que sociólogos rurais fazem*, apesar de o *rural* ter-se tornado um atavismo conceitual nas sociedades mais avançadas. Esta é a definição de trabalho da maioria dos sociólogos, rurais ou quaisquer que sejam. Embora intelectualmente insatisfatório, o problema da definição tornou-se quase intolerável.

Um dos objetos de estudo da sociologia rural nas duas últimas décadas foi a agricultura. Assim como os dilemas que os sociólogos rurais enfrentam em relação ao que constitui a ruralidade, outro problema começa a emergir: o que é agricultura? Aqui, iniciando com a ruralidade, eu procuro abordar essa questão.

¹ Este artigo foi originalmente apresentado durante a reunião anual da Sociedade de Sociologia Rural, realizada em Washington DC, em agosto de 2000. Foi depois publicado na revista científica *Rural Sociology* 67(3) 2002, p. 350-371. O autor é grato a Melanie DuPuis, Charles Geisler, James Lapsley, Michael Rotkin, a dois revisores anônimos e ao editor da revista pelos valiosos comentários. E o autor assume a responsabilidade por quaisquer erros relativos a fatos, análise ou interpretação. A publicação desta tradução foi gentilmente autorizada pelo corpo editorial da revista científica *Rural Sociology*. Tradutora: Angela Gasperin Martinazzo angelamartinazzo@yahoo.com.br.

NT: Nos EUA o vocábulo “farm” serve para designar qualquer estabelecimento agrícola, seja uma chácara, um sítio, uma granja, uma estância, ou uma fazenda. Nesta tradução, sempre foi utilizado o contexto para optar por algum desses termos. Mas, infelizmente, nenhum deles pode traduzir com fidelidade as ironias do autor, por exemplo, quando usa o trocadilho entre “farm” e “pharm” (farmácia). Também vale a pena advertir que foi respeitada nesta tradução a hierarquia urbana entre “city” (cidade), “town” (vila) e “small-town” (vilarejo), muito embora na versão brasileira da língua portuguesa tais distinções tenham praticamente desaparecido em favor do uso indiscriminado e vulgar do vocábulo “cidade”. Finalmente, é preciso assinalar que o condado (“county”) é uma unidade administrativa local que agrega outras unidades administrativas menores, em geral também chamadas de “town” ou “city”, a depender de seu tamanho e importância. O condado de Los Angeles é bem maior que a cidade de Los Angeles, assim como o condado de Napa é bem maior que a vila de Napa (sua sede). Nenhuma dessas unidades administrativas equivale exatamente ao município, mas este se assemelha às “towns” e às “cities”, e não aos condados (“counties”).

* Professor Emérito da Universidade da Califórnia, EUA, em Santa Cruz. friedla@ucsc.edu

² Em *Sociologia Rural*, por exemplo, veja-se Bultena (1969), Carrol e Wheeler (1966); Copp (1972); Falk e Pinhey (1978); Kaufman e Singh (1969); Kurtz e Smith (1961); Lowe e Peek (1974); Schnore (1966); van Es e Brown (1974), lista que está longe de ser completa.

Eu poderia ser advertido de que a sociologia rural, e as disciplinas relativas às ciências sociais em geral, tornaram-se irrelevantes: inicialmente importantes para a elaboração das ciências sociais e ainda válidas para estudantes de graduação, elas atingiram o estágio em que a teoria, os problemas e as questões transcendem áreas particulares de estudo. Com a exceção da economia, cuja corrente principal deslocou-se rumo ao isolamento à medida em que buscou tornar-se "científica" ou matemática, a maior parte dos cientistas sociais trabalha em áreas particularmente problemáticas, onde há uma confluência entre cultura, política, economia e organização espaço-social.

A SOCIOLOGIA RURAL E O PROBLEMA DO "RURAL"

Os sociólogos rurais despendem muito tempo explorando as diferenças existentes entre a sociedade "urbana" e a "rural". Enquanto grande parte da abordagem conceitual procurou encontrar diferenças nas variáveis sociodemográficas, comportamentais e culturais, houve a importante descoberta de que *rural* e *urbano* eram menos polaridades ou elementos de uma dicotomia que estágios ao longo de um *continuum*.

Bealer, Willits e Kuvlesky (1965), por exemplo, sugeriram três conjuntos de variáveis para definir o rural: ecológicas, ocupacionais e culturais, respectivamente equivalentes à densidade populacional, agricultura, e valores e normas. Os autores examinaram cada variável e sugeriram que cada qual comportava suas próprias ambiguidades e problemas conceituais; como veremos adiante, é justamente esse o caso. Mesmo com o uso do *gemeinschaft*tönniesiano (que também suscitou problemas) "os sociólogos rurais estudavam a sociedade e/ou cultura *Gemeinschaft*, em áreas de baixa densidade populacional ou em cidades, em conjunção ou não com a agricultura. Embora em princípio pareça fácil, a tarefa empírica de simplesmente delimitar o universo de uma pessoa pode tornar-se extremamente complexa e dispendiosa em termos de tempo e recursos" (BEALER *et al*, 1965, p. 265).

No estudo realizado por Bell (1992) sobre Childerley, um povoado da Inglaterra, o autor sugeriu que as diferenças entre a vida no campo e na cidade "continuam a ser crenças populares tão fortemente arraigadas... que esse fato em si torna o *continuum* rural/urbano... real" (p. 65).³ Citando "o famoso mote" de W.I. Thomas, segundo o qual "se os atores sociais acreditam que algo seja real, então esse algo torna-se real em suas consequências sociais... [e portanto] a sociologia deve andar atrelada ao *continuum* rural/urbano" (p. 66), Bell observou que os habitantes do vilarejo distinguem a vida na cidade da do campo "em dois aspectos principais: eles acham que há muito mais sentido de comunidade no interior, e a vida no campo é mais próxima da natureza" (p. 66).⁴ Bell

³ O excelente estudo de comunidade realizado por Bell sobre Childerley também apresenta as complexidades e dilemas de classe e de zona rural nessa pequena vila inglesa. Quase todo o material empírico consta igualmente do trabalho, todavia sem o argumento para a manutenção do continuum rural-urbano que foi proposto por Bell em um artigo anterior (1992).

⁴ Nessa afirmação, Bell revisa a extensa literatura das décadas anteriores sobre comunidade em núcleos urbanos (GANS, 1962; LEBOW, 1967; STACK, 1974; WHYTE, 1955). Childerley é indubitavelmente mais do campo, mas os estudiosos de comunidades urbanas pesquisaram e escreveram sobre comunidades que não o eram.

argumenta que as pessoas do vilarejo sentem Childerley como fazendo parte do “campo”: “A maioria dos residentes, ricos e pobres, trabalham fora” (p. 66). Childerley é um “povoado híbrido”; os geógrafos “provavelmente o rotulariam de exúrbio” (p. 67). Os moradores acreditam nas vantagens de viver onde vivem: “A proximidade com a natureza que o viver no campo torna possível... produz um estilo de vida diferenciado e um padrão de relações sociais específico da vida no campo” (p. 69).

Quanto ao comunitarismo, Bell descreve uma comunidade em transição. “Os moradores de Childerley, portanto, definem a situação social do povoado como sendo a de um *gemeinschaft*..., sob a pressão das forças do *gesellschaft*” (p. 72), manifestada nas diferenças entre a população das classes mais baixas e os residentes imigrados pertencentes a camadas superiores.

A despeito de certo ceticismo que pode ser percebido no grau de comunitarismo encontrado em Childerley, e por conseguinte, a respeito da utilidade ou não de nos atermos ao conceito de “rural”, a questão é que o “rural” permanece um conceito que deve ser levado em consideração, porquanto as pessoas o sentem como “real”.

A SOCIOLOGIA RURAL E O PROBLEMA DA “AGRICULTURA”

O mesmo problema emerge agora em relação à “agricultura”. Eu relaciono o impasse conceitual de *ruralidade* com o crescente problema conceitual de *agricultura*, argumentando que o que é hoje chamado “agricultura” tornou-se majoritariamente uma série de conjuntos de processos industriais fisicamente situados mais ao ar livre do que sob um teto: isto é, constituem “agronegócio”. Continuamos a usar *agricultura* como um termo generalizante que obscurece grande parte do seu caráter industrial. Muito embora “agronegócio” e “agricultura” estejam ambos relacionados com a produção de alimento e fibras, as relações sociais nas duas categorias diferem quantitativa e qualitativamente.

Há duas décadas sugeri (FRIEDLAND, 1982) que não havia “rural” remanescente nos Estados Unidos; que áreas não metropolitanas possuíam características socioculturais idênticas às do resto do país. Eu propus então que a sociologia rural abandonasse seu foco no rural e se ocupasse da agricultura, ou seja, a base econômica do que foi outrora a América rural. Durante os anos 1980 a sociologia da agricultura tornou-se um importante alvo na pesquisa dos sociólogos rurais (BUTTEL, 2001; NEWBY, 1983).

Por razões pragmáticas, a sociologia rural permaneceu ligada ao “rural”, conquanto “rural” tenha-se tornado algo conceitualmente antiquado. A sociologia rural americana era, e ainda é, institucionalmente baseada em universidades subvencionadas.⁵ Tal situa-

⁵ NT – *Land grant universities*: universidades americanas criadas mediante dotações de terras públicas. Em 1862 o Congresso promulgou lei que transferiu terras públicas federais aos Estados para que fossem utilizadas especialmente na criação de faculdades de engenharia agrônômica e mecânica. Essas novas instituições, custeadas pelos Estados, desempenharam um papel de suma importância na democratização do ensino superior nos EUA.

ção criou problemas de liberdade intelectual no passado, mas este parece ser menos o caso atualmente. A opinião dos decanos de escolas agrárias e dos diretores de estações experimentais a respeito de sociólogos rurais que exploram problemas ligados à agricultura pode ter sido outrora algo problemático, mas a pesquisa crítica foi devidamente realizada e sua locação institucional beneficiou o trabalho dos sociólogos rurais. Nos anos 80 desenvolveu-se uma forte reação popular às tendências centralizadoras na produção agrícola e na expansão do agronegócio; provavelmente devido a essa razão, os administradores das escolas subvencionadas hesitaram em usar o poder que anteriormente haviam exercido para atenuar a pesquisa crítica (FRIEDLAND, 1982, p. 596-597). Tempos depois, o termo rural foi imbuído de mágica semiótica pelo Congresso e pela população em geral.

A ruralidade é freqüentemente associada ao meio ambiente, e, em nossos dias, o meio ambiente tornou-se algo bastante significativo para amplos segmentos da população. Inclusive, significativos segmentos da população (quando economicamente privilegiados) procuram escapar dos problemas da vida urbana mudando-se dos subúrbios para os exúrbios (SPECTORSKY, 1995) (embora outros exurbanos simultaneamente retornem às reservadas residências urbanas).

A idéia de que a sociologia rural deveria abandonar a ruralidade provou-se inviável. Ao mesmo tempo, os três casos aqui analisados demonstram que o problema intelectual de definir o "rural" encontra-se agora exacerbado pelo problema de definir "agricultura".

ESTUDOS DE CASO NA RE-CONCEITUALIZAÇÃO DE "AGRICULTURA"

Voltemos aos três casos empíricos da Califórnia em nossa busca por clareza conceitual. Os casos envolvem dois condados viníferos californianos – Napa e Sonoma – e um terceiro condado com uma atividade de criação de cabras – Santa Cruz. Em cada um dos casos, o "rural" permanece como pano de fundo, mas "agricultura" adentrou um domínio conceitual igualmente ambíguo. Quando a sociologia da agricultura começou a consolidar-se, no final dos anos 1970 e no início dos 80, a maioria de nós adotou como ponto pacífico a realidade da concentração econômica e dos processos industriais. Alguns sociólogos rurais viram-se incomodados com as sugestões de que o termo "farm" fosse eliminado do nosso vocabulário. A nostalgia pelo velho sistema de policultura, assim como pelo atraso cultural, manteve os sociólogos cativos de uma conceituação antiquada.

Cada um desses três casos demonstra uma questão diferente na definição do que constitui a agricultura. O caso de Napa representa a extensão do cultivo da uva (claramente agricultura) à viticultura (historicamente considerada agricultura na forma da "vitivinicultura" mas hoje principalmente um processo industrial), à degustação de vinhos e às vendas a varejo (não relacionadas à agricultura), além da venda de livros, comida, camisetas, parafernália para vinhos e aulas de culinária (cuja maior parte tem pouco ou nada a ver com agricultura). O caso de Sonoma ilustra a expansão do cultivo da uva vinífera em

terras que previamente eram ou não utilizadas para a agricultura, mas onde, para instalar os vinhedos, os cultivadores transformaram drasticamente a paisagem e geraram controvérsia na comunidade. Esse processo também ocorre alhures na Califórnia, particularmente na região de Santa Barbara. O caso de Santa Cruz trata da criação de animais, tradicionalmente dirigida para a produção de alimentos e fibras, mas agora transformada em um processo farmacológico. Os dois primeiros casos são um tanto específicos da Califórnia; o de Santa Cruz simboliza dois processos hoje onipresentes na agricultura moderna, a saber, a concentração animal e a introdução da farmacologia.

NAPA: VITICULTURA, VINICULTURA E DISPUTAS PELO USO DA TERRA

O caso de Napa demonstra como, através de três décadas de disputas pelo uso da terra, os esforços para manter um ambiente rural/agrícola foram derrotados pelo sucesso real da vinicultura em Napa, à medida em que o vale tornou-se um satélite urbanizado, suburbanizado e exurbanizado de São Francisco. O condado de Napa, na margem norte da baía de São Francisco, era uma área agrícola tranqüila e isolada até os anos 1960. Continha uma única verdadeira cidade, Napa; uma pequena vila, St. Helena, ao norte; o vilarejo de Calistoga ainda mais ao norte; e umas poucas vendas de beira de estrada, que não eram sequer povoados, entre St. Helena e a cidade de Napa.

Durante a década de 60, duas forças deram nova forma ao condado. Primeiramente, durante o êxodo geral de habitantes de São Francisco para áreas adjacentes, muitos mudaram-se para Napa para viver ou estabelecer segundas residências.⁶ Alguns entreviaram a vinicultura como algo romântico e compraram mais terra do que necessitavam para suas residências. Em segundo lugar, à medida que a “revolução” do vinho ganhava força, Napa beneficiou-se devido à sua emergência como centro de uvas de qualidade superior (LAPSLEY, 1996). No início dos anos 1970, o Bank of America previu que o vinho era um fenômeno a realizar-se e que os investimentos em vinho seriam oportunos (HIARING, 1973). Investidores e grandes injeções de capital externo aceleraram a compra de vinhas e terras. Entre 1977 e 1999, a área total de vinhedos cresceu 67%, passando de 24.021 para 40.187 acres (10 mil para 16 mil hectares) (Serviço de Estatística do Estado da Califórnia, *California Grape Acreage*, diversos anos).

Uma avaliação da geografia de Napa é útil para entender os conflitos que ali se desenvolveram. Napa é um pequeno condado, estendendo-se por aproximadamente 40 milhas (65 km) de sul a norte. Em seu limite sul, perto da baía de São Francisco, a terra é plana e aberta; não se tem a noção de um vale. O vale vai-se tornando uma jóia cênica à medida

⁶ Entre 1960 e 1999, a população do Vale Napa quase dobrou, de 66.400 para 124.600 habitantes. A maior parte desse crescimento concentrou-se na vila de Napa (sede), no limite sul do condado, onde a população aumentou de 35.978 em 1970 para 69.900 pessoas em 1999. Vilas bem menores como Calistoga cresceram de 1.882 para 4.920 habitantes; St. Helena, de 3.173 para 6.100; e Yountville de 2.332 para 3.740. A área não-incorporada do condado (NT: *fora de perímetros urbanos*) (majoritariamente de baixa densidade populacional – ou seja, “rural”) diminuiu de 33.600 em 1980 para 30.700 em 1999.

que nos deslocamos para o norte, transmitindo uma sensação de um recinto aberto cujos vinhedos comprimidos são visualmente impressionantes, seja despidos, nos meses de inverno, seja na primavera, época do surgimento de brotos e folhas, seja em plena folhagem durante o verão, ou no outono, quando a coloração das folhas rivaliza com os espetaculares matizes da Nova Inglaterra.

Enquanto vinhedos e vinícolas cresciam, a população local e alguns velhos e novos vinhateiros e fabricantes de vinho ficaram ressentidos. As áreas residenciais também proliferaram, e alguns moradores de Napa buscaram meios de proteger a terra destinada ao cultivo.

A partir de 1968, foram travadas cinco grandes batalhas pelo uso da terra.⁷ A primeira teve por objetivo proteger a terra destinada à agricultura mediante a inclusão do condado na abrangência do Decreto Williamson, o qual permitia que a terra agrícola fosse isenta da taxa urbana. Os protecionistas incluíam ambientalistas, plantadores de uva, vinhateiros relativamente pequenos e alguns recém-chegados abastados. A eles se opunha o gerente local do Bank of America e John Daniel, antigo dono da Inglenook Winery, que havia vendido o histórico vinhedo para a Heublein e era então um membro do conselho do Banco, contrário a qualquer "invasão dos direitos da propriedade privada" (CONAWAY, 1990, p. 84). Em 1968, todavia, o Conselho de Supervisores incluiu o condado no Decreto Williamson.

Os funcionários do condado continuaram a fazer invasões na terra agrícola através das exceções de zoneamento; em 1980, isso levou os defensores do crescimento lento a formular a Medida A, uma iniciativa para limitar o crescimento do condado a não mais que 1% ao ano (CONAWAY, 1990, p. 255). A Medida A foi adotada pelos votantes, mas, como a maioria dos supervisores continuou a favorecer o crescimento, as forças favoráveis ao crescimento lento tiveram então de buscar meios de comprometer os supervisores com uma política desse tipo.

A terceira luta travada nos anos 80 foi acerca de uma proposta para criar um "trem do vinho" que pararia nas vinícolas, ao longo da moribunda ferrovia que atravessava as propriedades particulares do Pacífico Sul. A maioria dos conselhos de vilas e cidades rejeitou semelhante idéia. Os vinhateiros estavam indecisos: não tinham certeza se as vinícolas ao longo da ferrovia iriam beneficiar-se ou sofrer com a afluência dos turistas. Chegou-se a estabelecer o compromisso de limitar o número das excursões diárias e eliminar as paradas nas vinícolas.

Os supervisores continuaram a frustrar os partidários do crescimento lento; assim, em meados da década de 80, o vale já se encontrava transformado. A rodovia 29, a única estrada principal do condado, tornou-se um pesadelo de tráfego. Na época da vindima, a

⁷ O trabalho de James Conaway (1990), intitulado *Napa*, é um relato detalhado e fofoqueiro de tais disputas. Embora o livro careça de sistemática, Conaway oferece uma versão altamente acessível sobre a transformação de um condado relativamente rural na atual Disneylândia enológica (veja-se também SULLIVAN, 1994, p. 298-299).

rua principal de St. Helena, de apenas duas faixas, que era a única via para a locomoção, tornava-se atravancada de carros locais e turísticos, além de grandes caminhões arrastando pesadas gôndolas repletas de uva para as vinícolas.

Os defensores do crescimento lento tiveram de mobilizar-se para mais duas batalhas. Uma delas concentrava-se na limitação da importação de uvas de fora de Napa para serem processadas localmente; a segunda envolveu a reeleição de dois supervisores do crescimento lento. Algumas vinícolas importaram uvas de fora do condado por razões econômicas. Embora o vinho não pudesse receber o rótulo "Napa", no nome e endereço da vinícola poderia constar "produzido [e engarrafado] no Condado de Napa", portanto, conferindo a Napa um prestígio com base em uvas de fora de Napa.⁸ Plantando e comprando uvas de regiões mais baratas, porém usando a associação com Napa, as vinícolas poderiam impor preços mais elevados.

Em Napa, o número das vinícolas aumentou drasticamente. Entre 1976 e 1988, 132 novas vinícolas foram instaladas (SULLIVAN, 1994, p. 394/397). Os defensores do crescimento lento indignavam-se com a gama de atividades, não ligadas nem à uva nem ao vinho, que eram mantidas pelas vinícolas; estas passaram a vender não somente vinho, camisetas e parafernália para vinhos, mas também itens que tinham pouca ou nenhuma conexão com o vinho (mas aumentavam a renda). As vinícolas abrigavam exposições de arte e concertos. Abriam restaurantes, vendiam alimentos, vinhos e livros de receitas, e ofereciam aulas de culinária. Algumas vinícolas organizavam banquetes e outros eventos (CONAWAY, 1990, *passim*; SULLIVAN, 1994, p. 349-352).

As forças em prol do crescimento lento propuseram que se redefinisse as vinícolas a fim de limitar sua expansão, mediante a criação de três categorias: vinícolas tradicionais ("heritage wineries") (estabelecidas antes de 1974), vinícolas "autorizadas" ("charter wineries") (estabelecidas de 1974 até a época da promulgação da legislação), e vinícolas "patrimoniais" ("estate wineries") (qualquer nova vinícola ou ampliação de uma vinícola mais antiga que estendesse sua capacidade). As duas primeiras seriam "apadrinhadas": isto é, escapariam aos controles da legislação proposta. As vinícolas patrimoniais seriam proibidas de manter outras atividades que não a fabricação do vinho. As vinícolas de herança e as concessionárias poderiam continuar a importar uvas de fora de Napa; no entanto, qualquer ampliação de suas instalações ou qualquer nova vinícola patrimonial estaria sujeita à exigência de que 75% de todas as uvas processadas fossem originárias do Condado de Napa. A proposta também impedia as vinícolas patrimoniais de promover degustações ou passeios turísticos.

⁸ Essa prática, apesar de legal, beira a fraude. Alguns donos de vinícolas em Napa procuraram eliminar ou limitar a importação de fora do condado. Em agosto de 2000 a Assembléia Legislativa da Califórnia promulgou leis para impedir esse procedimento, mas a questão ainda está sendo debatida nos tribunais. As uvas de Napa são muitíssimo superiores às das mesmas variedades cultivadas nas demais regiões da Califórnia. Na safra de 1999, por exemplo, as uvas cabernet sauvignon do Distrito 4 (Napa) atingiram um preço médio de 2.632 USD a tonelada, comparadas à média estadual de 1.064 USD. As uvas cabernet variaram desse preço máximo em Napa aos 433 USD a tonelada no Distrito 14 (condado de Kern, no limite sul do vale San Joaquin) (CDFA, 2000, p. 7, 22/23). Agradeço a Jim Lapsley por alertar-me para as diferenças de preço.

A disputa sobre a reeleição de dois supervisores favoráveis ao crescimento lento entre-meou-se à briga envolvendo a regra dos 75% e as propostas concernentes. Os partidários do crescimento lento apoiaram os dois supervisores e a eles juntaram-se muitos viticultores independentes. As vinícolas, entretanto, não puderam chegar a um consenso sobre a proposta de reeleição dos ditos funcionários. Os pequenos viticultores apoiavam a reeleição; já as grandes corporações do negócio eram mais favoráveis à remoção dos supervisores. As vinícolas particulares incentivaram seus empregados a votar nos candidatos pró-crescimento e os apoiaram financeiramente. Em 1988, os supervisores favoráveis ao crescimento lento foram derrotados.

No começo dos anos 1990 quase toda a área livre do vale tinha sido tomada por uvas viníferas. Sem espaço para expansão, mas com a demanda para que as uvas de Napa liderassem os preços, iniciou-se um movimento em direção às encostas dos morros. Em 1991 isso levou à adoção do primeiro estatuto da Califórnia regulamentando o desenvolvimento dos vinhedos das encostas: plantar nas encostas com um declive de 50% ou mais foi proibido. Um líder do grupo "Cidadãos Mobilizados em prol das Encostas de Napa" (CCNH) argumentou "que o estatuto é lamentavelmente inadequado para proteger as bacias hidrográficas e os habitats selvagens". O Sierra Club local deu seqüência ao pleito, alegando que o estatuto não se coadunava com o Decreto Californiano de Qualidade Ambiental.

Nenhum equilíbrio foi alcançado. No final de 1999, um vinhateiro, líder do grupo pró-vinícola "Agricultores em prol do Vale Napa", disse: "parecemos o Forte Apache da região do vinho. Para onde quer que nos voltemos há alguém atirando em nós". O presidente anterior do sindicato agrícola do condado (Napa Farm Bureau), que também é um empresário vinícola, relatou: "Éramos os mocinhos, aqueles que mantinham a ordem no terreno. Agora somos os bandidos". Um líder do CCNH, todavia, observou: "O condado de Napa está sofrendo um incrível volume de dano ambiental devido aos vinhedos plantados nas encostas do vale. A situação chegou a um nível crítico".⁹(TESCONI, 1999).

O caso de Napa é interessante porquanto envolve conflitos como resultado do *sucesso* da agricultura. A produção do vinho, algumas vezes chamada "vitivinicultura", é considerada como agricultura porque o sumo da uva, transformado em vinho, é biologicamente ativo. Quando envelhecido e engarrafado, o vinho continua a "viver" e a sofrer transformação. Isto ensejou uma razão legal para se considerar a atividade vinícola como agricultura. É claro que as vinícolas, as instalações para armazenamento, o processo de engarrafamento, etc., lembram uma fábrica. Embora Napa não possua uma capacidade de

⁹ As controvérsias na comunidade de Napa ligadas à questão do vinho continuam, aberta ou veladamente. Algumas são geradas por ambientalistas que acreditam que os viticultores de Napa demonstram pouco respeito pela terra (McNAMEE 2001). Na abundante cobertura jornalística da inauguração da Cópia (a deusa romana da fartura), o Centro Americano para o Vinho, Alimento e Artes, em 2001, os repórteres quase invariavelmente apontavam as tensões criadas em Napa pelos seus residentes, que encaravam o museu da Cópia como uma invasão dos *yuppies* vinhateiros de alto vale em sua comunidade majoritariamente constituída de trabalhadores (BROWN, 2001; FISH, 2001; FRANSON, 2001; MARTIN, 2001; PODGER, 2001).

armazenamento de 330 milhões de galões, a exemplo das imensas fazendas dos Gallo, no vale San Joaquin, a densidade do desenvolvimento vinícola em Napa, a despeito de sua interessante (e às vezes atordoante) arquitetura, não consegue escapar da aparência industrial. Apesar de seus muitos acres de parreiras e montanhas circunvizinhas, Napa transformou-se de rural isolada que era, em cenário urbano e exurbano (“*from a rural backwater into an urban and exurban setting*”).

SONOMA: OS VINHEDOS QUE PROVOCARAM A REAÇÃO POPULAR¹⁰

Os moradores, habituados a um cenário natural de montes pontilhados de árvores, protestam contra a derrubada destas, especialmente os históricos carvalhos que por tanto tempo definiram a paisagem... [e] levantam questões sobre os impactos, que vão desde o corte das árvores à disseminação dos praguicidas usados nos vinhedos, prejudicando as nascentes e os lençóis freáticos (CHORNEAU, 1999, p. A6).

O condado de Sonoma é semelhante ao de Napa, embora existam diferenças entre ambos. Sonoma tem menos “jeitão” de vale do que Napa, porque, ao contrário deste, consiste antes em um complexo de vales. A área de Sonoma é muito maior, e sua população e vinhedos estão distribuídos mais amplamente. A maioria dos habitantes está concentrada longe das vinhas e vinícolas, no corredor da rodovia 101, que cruza a Ponte Golden Gate rumo a São Francisco. A população do condado cresceu rapidamente, de 148.800 habitantes em 1960 para 440.500 em 1998 (Departamento Californiano de Finanças, diversos anos).

Como Napa, o condado de Sonoma experimentou uma disputa sobre o uso das terras agrícolas que eclodiu em um referendo de 1986, referendo que teria proibido a conversão de terra cultivável em área habitacional. Naquele tempo, a reação típica foi manifestada desta forma por um agricultor: “as famílias agrícolas instalaram-se neste condado há 100 ou 200 anos, e se essa história de desenvolvimento trouxer dólares, eles querem ser os primeiros da fila” (SWEENEY, 1999, p. A6). Porém a iniciativa falhou.

Desde então, com as terras do vale de Napa exauridas, mas com o preço das uvas de Sonoma próximo ao preço das de Napa, a área de parreirais em Sonoma dobrou de 24.687 acres em 1977 para 48.969 em 1998 (10 mil para 20 mil hectares) (Serviço de Estatística da Califórnia, *California Grape Acreage*, diversos anos). Não obstante alguns novos vinhedos tenham sido plantados em área anteriormente usada para agricultura, aproximadamente 5 mil dos novos acres (2 mil hectares) vieram da conversão de áreas florestais, causando significativa alteração na paisagem.¹¹ Esse processo desencadeou

¹⁰ Grande parte do que será descrito a seguir baseia-se em uma série publicada durante quatro dias no *Santa Rosa Press Democrat*, de 31 outubro a 3 de novembro de 1999.

¹¹ As maçãs eram outra importante lavoura frutífera de Sonoma. A área do cultivo de maçãs vem declinando desde meados dos anos 1960. Em 1965, Sonoma tinha 9.175 acres (3,6 mil hectares) cultivados com macieiras; por volta de 1992 essa área cultivada declinou para 5.027 acres (2 mil hectares) (Serviço Estatístico da Califórnia, *California Fruit and Nut Acreage*, diversos anos).

numerosas queixas: sobre insumos químicos e praguicidas agrícolas; sobre os vinhateiros, que, necessitando de água para irrigação, cavavam poços que afetavam as nascentes dos arredores; sobre vinhedos cercados, que impediam o livre trânsito dos animais selvagens.

A modificação na paisagem tornou-se uma fonte de considerável irritação. O largo uso do desmatamento inflamou o estado de coisas, bem como uma proposta para instalar um vinhedo de 10 mil acres (4 mil hectares). Ernest e Julio Gallo, proprietários de longa data de vinhas em Sonoma, compraram mais terras e deram-lhes nova forma. Nas palavras de um proeminente escritor sobre vinhos,

os Gallo alteram radicalmente a paisagem à medida que vão criando novos vinhedos... [utilizando] o equipamento que adquiriram *en bloc* quando a Alaskan Pipe Laying Authority concluiu seu trabalho. Raspam-se milhares de toneladas de camada superior do solo, empurra-se o topo das montanhas para a fossa, repõe-se a camada superior e injetam-se camadas de terra vegetal no subsolo; cria-se, dessa forma, um ambiente no qual as vinhas ao sopé da montanha crescerão uniforme e previsivelmente (HALLIDAY, 1993, p. 140).

Um estudo das áreas florestais conduzido pela Universidade da Califórnia, tencionando fornecer a base científica para a proteção das florestas, revelou que cerca de 158 mil acres (63 mil hectares) eram adequados aos vinhedos (APPEL, 1999, p. A7). Como resultado, um contra-movimento intensificou-se em 1999, quando alguns habitantes de Sonoma procuraram controlar a expansão dos vinhedos. Numerosas organizações, tanto contra e quanto a favor da expansão, juntaram-se à rixa.

O conflito chamou a atenção da imprensa nacional, em parte porque batalhas semelhantes estavam ocorrendo em outros lugares.¹² Kendall-Jackson, um proprietário de vinícola sediada no condado de Sonoma, comprou um rancho de gado de 1.400 acres (560 hectares) no condado de Santa Barbara e abateu 843 carvalhos para abrir espaço às vinhas (STERNGOLD, 2000). Carvalhos verdejantes e prados "dourados", rodeados por colinas ondulantes, sempre foram um elemento característico da paisagem regional; a nova "parreisagem" provocou intensa crítica.¹³

Em 1999, os supervisores de Sonoma adotaram um estatuto regulando o plantio nas encostas dos montes. O estatuto foi produto de uma força-tarefa que incluiu viticultores, vitivinicultores e críticos, mas não encerrou o conflito: alguns ambientalistas abandonaram a força-tarefa. A situação inflamou-se quando um dono de vinícola descreveu o resultado como "uma surra estrondosa" nos ambientalistas, que se viram "forçados a aceitar menos do que queriam, porque nosso lado possuía as cartas políticas mais fortes" (SWEENEY, 1999, p. A6).

¹² Em acréscimo ao jornal local, o *Santa Rosa Press-Democrat*, apareceram artigos no *USA Today* (Ritter, 1999), na *San Francisco*, uma revista regional (Snider, 2000), *Wines & Vines* (KANE, 2000), e *Wine Business Monthly* (Barnes, 1999). No condado de Santa Barbara, desenvolveu-se uma disputa semelhante acerca da expansão dos vinhedos (STERNGOLD, 2000).

¹³ Kendall-Jackson aprendeu com a reação de Santa Barbara. Porta-vozes da companhia anunciaram que não mais comprariam áreas florestais para a conversão em vinhedos, que não mais cortariam carvalhos ou outras árvores nativas, e que cessariam de usar o metil-brometo e outros praguicidas perigosos (TESCONI, 2001).

Os agricultores e as vinícolas chegaram à conclusão de que algo tinha de ser feito para canalizar a contribuição da indústria para a comunidade. Segundo uma pesquisa realizada pelo *Santa Rosa Press-Democrat*, 82% dos entrevistados acreditavam que a indústria de vinho exercia um efeito positivo na qualidade de vida do condado, mas 53% concordavam em que se havia destinado demasiada terra às vinhas (Sweeney, 1999, p. A6). Um ex-executivo de marketing que se tornou viticultor achou que a imprensa local divulgava uma visão “surpreendentemente negativa” dos viticultores (BARNES, 1999).

Em um clima político dominado por viticultores e vinicultores, os ambientalistas procuraram suplantar o poder do Conselho de Supervisores na tomada de decisões sobre o uso agrícola da terra, mediante uma “iniciativa pela herança rural” (RHI: *rural heritage initiative*); isso paralisaria as conversões de terra por 30 anos e requereria o voto dos moradores do condado antes que o re-zoneamento fosse permitido.

Um episódio simbolizou as contradições da disputa. Um simpatizante da RHI, proprietário de um pequeno vinhedo em Sonoma, que é também o diretor do conselho de uma sofisticada manufatura de roupas femininas, e tem casas em São Francisco e em Sonoma, organizou um levantamento de fundos em sua mansão toscana de São Francisco. A recepção foi cercada por 50 agricultores, suas famílias e “sete tratores sujos”. Um dos revoltosos disse: “acho irônico ou até mesmo perturbador ver um grupo de ricos ambientalistas urbanos pensando que sabem o que é melhor para a agricultura do condado de Sonoma... Pessoalmente, fico meio alarmado quando ouço esses ricos de São Francisco me dizerem o que é melhor para o condado de Sonoma” (WEISER, 2000, p. A1).

Ambos, Sonoma e Napa, sofreram críticas por expandir os vinhedos, o que antigamente era considerado positivo para a agricultura, mas agora representa justamente o contrário. Diferentemente do caso de Napa, todavia, onde pequenos produtores colocaram-se num campo oposto ao dos grandes vitivinicultores, todos os agricultores de Sonoma uniram-se em oposição aos ambientalistas. Alguns dos ambientalistas são também viticultores, porém muitos constituem gente abastada que leva um “estilo de vida rural”; todos estão interessados na ruralidade de seus refúgios exurbanos. A RHI foi derrotada em novembro de 2000 mas a batalha continuou. Uma “solução” para a expansão dos vinhedos poderá vir quando os preços do vinho entrarem em colapso devido à maciça expansão da área destinada à vitivinicultura.

SANTA CRUZ E AS CABRAS: criação ou farmácia?¹⁴

Até 1960, o condado de Santa Cruz, o segundo menor em área da Califórnia, foi um subalterno agrícola, em sua região sul, do condado de Monterey. A agricultura no sul do

¹⁴ Exceto algumas entrevistas e observações obtidas mediante procedimentos legais, o material sobre Santa Cruz foi extraído da cobertura da controvérsia envolvendo a criação de cabras pelo *Santa Cruz Sentinel*, em 21 artigos de autoria de cinco jornalistas, em 1996 e 1998-2000.

condado de Santa Cruz era principalmente dedicada às maçãs, alface e outras verduras similares. Na porção norte do condado, nas terras altas defronte ao Oceano Pacífico, colonos italianos haviam cultivado alcachofras e couves de Bruxelas por décadas.

Durante os anos 1960 e 70 o condado sofreu uma transformação populacional, política e agrícola, com a abertura do campus de Santa Cruz da Universidade da Califórnia, a expansão do Vale do Silício e as transformações no mercado de produtos agrícolas. Na parte sul do condado, as maçãs foram substituídas por alface, legumes e habitações. Mais recentemente, a produção voltou-se para os morangos, um cultivo que exige intenso capital e trabalho e requer grande número de trabalhadores mexicanos (WELLS, 1996). Já a parte norte do condado quase não foi alterada: as couves e alcachofras ainda dominam a produção, auxiliadas pelos conflitos que impediram a conversão das terras próximas à orla marítima em área habitacional.

Em 1996, a Biotecnologia de Santa Cruz (SCB) estabeleceu-se como uma companhia de produção de anticorpos a partir do sangue de cabra. Os proprietários, um casal de nome Stephenson, adquiriu um estabelecimento de 144 acres (58 hectares) ao norte da cidade de Santa Cruz, onde ficava seu laboratório. As cabras começaram a chegar em grande número: primeiramente cerca de 400, depois 1.600, e finalmente, estima-se, mais 5.000. Começaram a surgir tensões entre os Stephenson e seus vizinhos. A propriedade situava-se ao longo de uma estrada particular; alguns poucos vizinhos eram agricultores, mas a maioria era de exurbanos. Uma fonte imediata de tensão foi a tentativa dos Stephenson de bloquear a estrada de acesso instalando portões: os residentes ver-se-iam obrigados a descer do carro para abrir e fechar cada cancela. A vizinhança também estava preocupada com o número das cabras.

Os vizinhos insistiam em que a criação de cabras na quantidade proposta pela SCB era, conforme o zoneamento, inadequada para a agricultura; alegavam que a criação de cabras era na verdade um laboratório. Também fizeram objeções de caráter ambiental, argumentando que o despejo de esterco colocaria em perigo os moradores situados em declive em relação às cabras. Os quatro anos seguintes, até julho de 2000, foram repletos de litígios.

Nessa discussão, o uso da terra agrícola é a questão-chave. Embora os vizinhos não usassem o termo *farmácia* (*pharm*), podemos rephrasear a questão formulando pergunta: "Is a *pharm* a *farm*?"¹⁵ (uma *farmácia* é um estabelecimento agrícola?). Os Stephensons alegaram estar desempenhando uma atividade agrícola adequada a terras agrícolas. A Comissão de Planejamento do Condado não pôde chegar a uma conclusão. Um dos membros da comissão afirmou: "uma cabra é uma cabra", mas os demais estavam menos certos disso. Um outro declarou: "não creio que se trate de um estabelecimento agrícola

¹⁵ A palavra *pharm*, pelo que sei, surgiu primeiramente no *New York Times*, onde os *pharm animals* (animais usados na produção de farmacêuticos) distinguiam-se dos *farm animals* (usados para fins agrícolas tradicionais na produção de alimento e fibras) (YOON, 2000). * NT – No original, trata-se de um jogo de palavras: "is a *pharm* a *farm*?"

nos moldes dos que conhecemos". O responsável administrativo pela agricultura do condado e um instrutor agrícola julgaram que as cabras inseriam-se na agricultura; o instrutor disse: "essa é a tendência do futuro". Os agricultores da costa norte, entretanto, expressaram dúvidas (KIMURA, 1996). A Comissão de Planejamento enviou o problema ao Conselho Municipal de Supervisores, que sugeriu uma força-tarefa. Em março de 1998 adotou-se um estatuto reconhecendo a biotecnologia como uma nova forma de agricultura; em nível legal, no âmbito do condado, a "farmácia" de cabras era um estabelecimento agrícola.

Outra questão igualmente despontou: tratava-se de um estabelecimento agropecuário ou de um confinamento intensivo [*feedlot*]? Uma criação de cabras alimentadas quase que inteiramente de ração trazida de outros lugares constituía um uso apropriado da terra zoneada para a agricultura? Cada condado estabelece seu próprio regulamento no que tange aos confinamentos, mas a situação de Santa Cruz era confusa. Em um processo judicial, os contendores foram instados a definir o que poderia ser um confinamento *sustentável*: isto é, que porcentagem de ração deveria provir do próprio estabelecimento *versus* que porcentagem deveria ser trazida de fora. O resultado foi um "compromisso" arbitrariamente estabelecido em 40% de ração proveniente do próprio local (MUSITELLI, 1998; entrevista com o advogado Jonathan Wittwer, residente na região, em 18 de julho de 2000).

Os habitantes à jusante da criação reclamavam que não podiam deixar seus filhos brincarem no quintal por causa dos dejetos. Os vizinhos levantaram a questão dos coliformes fecais no oceano, e contrataram uma firma para coletar dados sobre os coliformes, que acabaram confirmando sua preocupação. Em junho de 2000, o diretor representante da Comissão Costeira determinou que o condado deveria tomar providências para "desintensificar" as cabras: "[A] intensidade da criação de cabras para fins biomédicos deve ser imediatamente reduzida ao nível necessário a conter o impacto na qualidade de água e quaisquer outros impactos no solo, tais como excesso de pastagem. O excesso de esterco de cabra no local deve ser imediatamente removido e apropriadamente disposto fora do terreno" (MUSITELLI, 1998, 1999; WHITE, 2000a, 2000b, 2000c).

A batalha terminou quando os Stephensons concordaram em remover as cabras (WHITE, 2000b), mas os problemas legais e conceituais permanecem. Legalmente, a criação de cabras na propriedade da SCB foi definida pelos supervisores como uso agrícola. A Comissão Costeira concordou, mas moveu uma ação para deslocar a questão das cabras para o domínio ambiental. Teoricamente, se fosse possível fazer as cabras pararem de produzir esterco, ou coletá-lo de modo a evitar conseqüências ambientais, a SCB poderia criar quantas cabras quisesse.

Durante a disputa local, ninguém trouxe à tona a experiência de produção animal intensiva em outros locais nos Estados Unidos, onde a contaminação por indústrias de suínos e aves criaram problemas ambientais para os habitantes das vizinhanças. A criação de porcos e galinhas constitui um caso distinto da experiência de Santa Cruz porque esses

animais são criados para fins alimentícios, enquanto as cabras eram destinadas a produtos farmacêuticos. As transformações na agricultura e a intensificação da produção continuam a nos desorientar: a criação intensiva de animais é agricultura ou manufatura industrial de animais? Se os animais são contaminadores ambientais, podem ser banidos, mas tal raciocínio é baseado em aspectos ambientais, não sobre se a atividade constitui uso agrícola. Além disso, a expansão da biotecnologia no sentido da produção de substâncias como os anticorpos cria problemas significativos para a definição de *agricultura*.

ANÁLISES E IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

Cultivar uvas e fazer vinho têm sido historicamente considerados agricultura; mas classificar a atual manufatura de vinho como "agricultura" representa um considerável esforço de imaginação, porquanto se verifica o aparecimento de imensas vinícolas que mais parecem tanques de petróleo. Tal "agricultura" tem extrapolado o seu próprio conceito, com as vendas de camisetas, equipamento para vinho e livros.

Considerando os três casos e aplicando os critérios de Bealer *et al.* (1965), deparamo-nos com uma mescla de situações. O condado de Napa, a despeito da quantidade de terras ocupadas por vinhedos, é majoritariamente urbano e suburbano em população e estabelecimentos. Culturalmente, a população de Napa é tão urbana quanto a de São Francisco. Sonoma abrange uma área maior de terreno; muitas partes do condado permanecem ainda remotas, ainda que o corredor da rodovia 101 seja urbano e suburbano. Culturalmente, Sonoma assemelha-se bastante a Napa, embora seus viticultores gostem de apresentar-se como "caipiras" e "rústicos". Trata-se de um engodo de publicidade: os vinhateiros de Sonoma são tão sofisticados e urbanizados quanto os seus vizinhos de Napa. O caso de Santa Cruz é mais complexo: a porção sul do condado é dedicada à produção agrícola de grande escala, enquanto o norte possui estreitos planaltos ao longo da costa definidos por unidades menores que produzem couve de Bruxelas e alcachofras. Ecologicamente, o resto do condado, exceto no que concerne às quatro cidades, apresenta uma aparência rural que dissimula seu caráter exurbano. Culturalmente, o condado de Santa Cruz está em grande parte na vanguarda, com seus ultra-atualizados produtores de software, embora o ambiente de pequena vila interiorana seja prezado e cultivado.

Tais constatações apresentam alguma dificuldade ao analista, porque cada um dos casos contém elementos agrícolas. Em Napa, os vinhedos são admitidos como agricultura no nível do vale; agora que as encostas dos morros estão sob ataque, mesmo a presença desses vinhedos é questionada. Em Sonoma, a expansão da viticultura e a modificação da paisagem tornaram-se o mote para a indagação sobre se o resultado de tal processo é de fato agricultura. E em Santa Cruz, não obstante a criação de cabras pareça algo agrícola, surgiram questões tais como "uma farmácia é um estabelecimento agrícola?" e "são as 'farmas' (as companhias farmacêuticas) agricultoras?"

Por conseguinte, devemos continuar a caracterizar como "estabelecimentos agrícolas"

as unidades de produção em larga escala? E quanto às outras atividades que ainda se incluem – ao menos legalmente – sob a rubrica de agricultura, mas guardam pouca relação com a agricultura como esta é tradicionalmente conhecida? Constituem agricultura as instalações para criação intensiva de animais, tais como os confinamentos, quando contaminam o meio ambiente e tornam insuportável a vida dos vizinhos? E quanto às atividades de ampliação da agricultura, tais como o agroturismo? No nível do bom senso, ninguém se preocupa muito quando um casal de agricultores acolhe hóspedes ocasionais, mas o que acontece quando o estabelecimento agrícola se torna uma colônia de férias?

Em Napa e em Sonoma, os plantadores de uvas viníferas sentiram-se injustiçados pelos protestos: uma paisagem repleta de vinhedos fotogênicos não seria preferível a conjuntos habitacionais? Ainda eram apenas vagamente articuladas as preocupações dos queixosos a respeito da *paisagem*, idéia esta que ainda possui pouca legitimidade ou significação política nos Estados Unidos. Mesmo assim, os sentimentos básicos não deveriam ser ignorados. Em 1962, quando Rachel Carson publicou seu livro *Silent Spring*, poucas pessoas nos círculos agrícolas levaram a sério a crítica feita pela autora. No espaço de uma década, entretanto, o ambientalismo transformou as atitudes. O caso de Sonoma indica que a paisagem pode emergir como um elemento crítico em disputas ambientais.

As cabras de Santa Cruz oferecem uma lição diferente. Muitos dos queixosos eram urbanos em profissão e modo de vida, enquanto as cabras pareciam “agrícolas”, ao menos por tradição. Um elemento crucial trabalhou contra a aceitação das cabras como sendo agrícolas, a saber, sua alta concentração. A criação das cabras era essencialmente um confinamento, e como a produção envolvia a extração de anticorpos do sangue dos animais, o trabalho básico era mais laboratório-biológico do que agrícola. Os protestos foram formulados com base no ambientalismo: o esterco e o escape do mesmo tornaram-se as razões para banir as cabras. Mas a “farmácia” permaneceu legalmente como utilização agrícola, à semelhança de qualquer atividade que é economicamente concentrada, de larga escala e industrial.

Casos como esse deveriam estimular os sociólogos rurais a ponderar sobre o significado de *agricultura*. Durante as décadas nas quais o agronegócio prevaleceu, acostumamo-nos a aceitar APUs (unidades de produção agrícola) de milhares de acres e milhões de dólares de capitalização como sendo “*farms*”. Embora os sociólogos rurais sintam-se incomodados com esse costume, eles mesmos ainda consideram a criação industrial de centenas de milhares de galinhas e milhares de porcos como “*farms*”. Seria lícito considerar tais concentrações de animais como “agricultura”? Com o advento das “farmas”, estaremos nos aproximando do momento crucial em que as normas societárias poderão dizer “já basta” e no qual *agricultura*, assim como *rural*, deverão ser redefinidos?

Durante os debates dos anos 1980, um ramo dos sociólogos agrícolas estudou apenas a entrada do capital na agricultura, enquanto outro segmento concentrou-se na resistência a essa entrada e na persistência da agricultura familiar. A maioria de nós, incluindo a mim mesmo, debruçamo-nos sobre as formas dominantes da agricultura enquanto

marcadas pela capitalização, incorporação e industrialização, e prestamos pouca atenção às APUs sobreviventes, que permaneceram "farms" na acepção tradicional.

Todavia, essas unidades continuam a sobreviver. Nas reuniões anuais de 2000 da Sociedade de Sociologia Rural, um painel intitulado "Sistemas alimentares emergentes e alternados" (BITTO e MOLNAR, 2000; GEASON *et al*, 2000; MASCARENHAS, 2000) tinha por tema alguns desses pequenos sítios sobreviventes e bem-sucedidos. Suas estratégias de sobrevivência representavam não a especialização flexível atualmente em moda entre vários cientistas sociais, mas uma diferenciação flexível: isto é, diversificação de culturas e habilidade em diversas tarefas.¹⁶

A especialização em monocultura, marca registrada da política nacional de agricultura do Departamento de Agricultura dos EUA¹⁷ e das estações experimentais do Estado, enfatiza o aumento de tamanho ("cresça ou desapareça"), capitalização e mecanização. No entanto, a diversificação de culturas, operações, práticas e corpus de conhecimento capacitaram algumas pequenas unidades familiares a sobreviver. Estas deveriam ser caracterizadas antes como agricultura do que agronegócio. Seu sucesso, a despeito do USDA e das estações experimentais estatais, levanta dúvidas sobre se os agronegócios de larga escala, o manejo intensivo de animais, os confinamentos e as "farmas" devem de fato permanecer sob o manto protetor historicamente incorporado pela política agrícola dos EUA.

As experiências de Sonoma e Santa Barbara trazem igualmente à tona a questão da paisagem. Nos Estados Unidos, a paisagem ainda não emergiu como um critério explícito para a resistência às transformações no uso da terra. Em contraste com a Europa, onde a paisagem é parte do patrimônio nacional e objeto de intenso planejamento e regulamentação, nos Estados Unidos pensa-se em paisagem como áreas selvagens ou como parques nacionais e monumentos.¹⁸

As contendas em Sonoma e em Santa Barbara deixam entrever uma noção de patrimônio que começa a assemelhar-se à sensibilidade européia. Quando Gallo aplina as encostas dos montes e Kendall-Jackson arranca imponentes carvalhos dos prados pitorescos, a reação dos indivíduos é baseada num sentimento de que aquele determinado tipo de pai-

¹⁶ Este ponto é demonstrado especialmente por Mascarenhas (2000): para sobreviver hoje, os pequenos agricultores necessitam conhecimento de análise de solos, práticas hortigranjeiras relativas a diversos cultivos, reparos em automóveis, pesquisa de mercado e reciclagem, bem como flexibilidade na tomada de decisões concernentes ao plantio.

¹⁷ Segundo a afirmação de Bunce (1994, p. 31), "Mesmo hoje, o Departamento de Agricultura dos EUA, apesar das políticas que apóiam o agronegócio, perpetua o mito de que o sítio familiar é a espinha dorsal da economia agrícola".

¹⁸ Bunce (1994), um geógrafo, levanta esse ponto usando o termo *interior [countryside]*. "Interior ... é um termo culturalmente construído. É também em grande parte um conceito inglês" (p. 3); "a palavra 'interior' não carregou consigo à América do Norte as mesmas conotações emocionais que tem na Grã-Bretanha. De fato, é justo dizer que tanto nos EUA como no Canadá há um sentido pobremente desenvolvido de interior, imaginado como uma paisagem ideal ... Forjado a partir dos imperativos de pioneirismo e sobrevivência, e desenvolvido de modo predominante ao redor de uma sociedade largamente igualitária e individualista e da economia do sítio familiar, o interior norte-americano expandiu-se como uma paisagem utilitária de trabalho e comércio" (p. 35).

sagem lhes “pertence” e que eles possuem certos “direitos” de protegê-la, mesmo que não sejam os proprietários da terra.

Os sociólogos rurais observaram que a paisagem é socialmente construída (BELL, 1998, p. 233-235; DUPUIS e VANDERGEEST, 1996; GREIDER e GARKOVICH, 1994; HINRICHS, 1996; VANDERGEEST e DUPUIS, 1996). A conversão da paisagem de carvalhos, pradarias e morros ondulantes em largas planícies cobertas de parreiras, outrora aceita e incentivada para inibir a expansão habitacional, entra agora em nova fase. Será que a preservação da paisagem (e não área selvagem) usurpará o direito histórico dos donos de terras de fazer o que quiserem com suas propriedades? Esse “direito” já está sendo erodido de várias maneiras, mas a paisagem como elemento de controle é algo novo, ao menos neste país. Aqui também, um novo conjunto de questões políticas está emergindo.¹⁹

A falha da sociologia rural em influenciar as políticas agrícolas, sempre lamentada nas reuniões anuais da Sociedade, pode ser revertida mediante a sugestão de que é chegado o tempo de reconsiderar o significado do termo *agricultura*. Talvez esse termo continue a ser aplicado, devido a razões institucionais, políticas ou nostálgicas, assim como persistiu o uso do *rural*. Tal constatação, no entanto, não deve impedir a sociologia rural de reivindicar a cientificidade, nem excusá-la de perseguir o rigor conceitual e definicional.

Os sociólogos rurais devem encorajar-se com os sucessos da agricultura de pequena escala. O crescimento da agricultura orgânica nos Estados Unidos e alhures é impressionante (BUCK, GETZ e GUTHMAN, 1997; GUTHMAN, 1998). Da mesma forma, é digna de nota a expansão de um considerável mercado de bananas e café, embora mais na Europa do que aqui (MURRAY e RAYNOLDS, 2000; RENARD, 1999a, 1999b). Fatos como esses sugerem possibilidades para uma mudança nas definições de agricultura e na política agrícola nacional.

Pode ser este o momento de se iniciar uma redefinição de agricultura, distinguindo agronegócio de agricultura (isto é, pequena escala, policultura de base familiar), e dirigir um apelo ao Congresso no sentido de renomear o Departamento de Agricultura para Departamento de Agronegócio, criando, além disso, um novo Departamento de Agricultura. Este último seria destinado a proporcionar ciência, ciências sociais, desenvolvimento comunitário e serviços de extensão para apoiar o que resta da agricultura de pequena escala e a fazer da “agricultura alternativa” uma diretriz fundamental na política americana.

Não sou ingênuo a ponto de crer que os atuais congressos ou administrações adotarão tais políticas. Todavia, as definições de *ruralidade* e *agricultura* continuam problemáticas.

¹⁹ Geisler (2000), e Geisler e Danecker (2000), mostraram a falta de distinção entre direitos públicos e privados, e a questão da posse no que concerne às reivindicações acerca da paisagem.

Embora este artigo concentre-se em apenas três estudos de caso, também repousa sobre uma extensa literatura em que se trata da transformação estrutural na agricultura dos EUA (assim como outras agriculturas nacionais). Sirvo-me desses casos para intensificar nosso foco nos problemas conceituais, que, por sua vez, têm implicações políticas. A literatura sobre a transformação estrutural, entretanto, é ampla e profunda. Os três casos aqui citados exemplificam os problemas intelectuais e conceituais que devem ser enfrentados, à medida que a agricultura vai extrapolando o seu próprio conceito.

REFERÊNCIAS

- APPEL, T. Researchers map possible path of Sonoma County vineyards. *Santa Rosa Press Democrat*, 31 out. 1999. p. A7.
- BARNES, B. B. The Public Perception of Grape Growers: Responding to Negative Press With Truth and Strength. *Wine Business Monthly*, dez. 1999, p. 10-1.
- BEALER, R. C.; WILLITS, F. K.; KUVLESKY, W. P. The Meaning of Rurality", em American Society: Some Implications of Alternative Definitions". *Rural Sociology*, v. 30, p. 255-66. 1965.
- BELL, M. M. The Fruit of Difference: The Rural-Urbanum Continuum As a System of Identity. *Rural Sociology*, v. 57, p. 65-82. 1992.
- _____. *Childerley: Nature and Morality in a Country Village*. Chicago: University of Chicago Press. 1994.
- _____. *An Invitation to Environmental Sociology*. Thousand Oaks, CA: Pine Forge. 1998.
- BITTO, A.; MOLNAR, J. J. Alabama Fruit and Vegetable Growers: Creating New Niches for the 21st Century. Apresentado nas reuniões anuais da Sociedade de Sociologia Rural, 16 ago. 2000. Washington, D. C.
- BROWN, P. L. Sudden Wealth Syndrome' Brings New Stress. *The New York Times*, 10 mar., 2001. p. E1, 14.
- BUCK, D.; GETZ, C.; GUTHMAN, J. From Farm to Table: The Organic Vegetable Commodity Chain of Northern California. *Sociologia Ruralis*, v. 37, n. 1, p. 3-20. 1997.
- BULTENA, G. L. Rural-Urban Differences in the Familial Interaction of the Aged. *Rural Sociology*, v. 34, p. 5-15. 1969.
- BUNCE, M. *The Countryside Ideal: Anglo-American Images of Landscape*. Londres: Routledge. 1994.
- BUTTEL, F. H. Some Reflections on Late Twentieth Century Agrarian Political Economy. *Sociologia Ruralis*, v. 41, p. 165-81. 2001.
- CALIFORNIA DEPARTMENT OF FINANCE. *California Statistical Abstract*. Sacramento: California Department of Finance.
- CALIFORNIA DEPARTMENT OF FOOD AND AGRICULTURE (CDFA). *Final Grape Crush Report, 1999 Crop*. Sacramento: California Department of Food and Agriculture. 2000.
- CALIFORNIA STATE STATISTICAL SERVICE. *California Fruit and Nut Acreage*. Vários anos. Sacramento: California Crop and Livestock Reporting Service.
- _____. *California Grape Acreage*. Vários anos. Sacramento: California Crop and Livestock Reporting Service.

- CARROLL, R. L.; WHEELER, R. H. Metropolitan Influence on the Rural Nonfarm Population. *Rural Sociology*, v. 31, p. 64-75. 1996.
- CARSON, R. *Silent Spring*. Boston: Houghton Mifflin, 1962.
- CHORNEAU, T. Chemicals worrisome, but risk hard to gauge. *Santa Rosa Press Democrat*, 2 nov. 1990. p. A7.
- CONAWAY, J. *Napa: The Story of an American Eden*. Boston: Houghton Mifflin, 1990.
- COPP, J. H. Rural Sociology and Rural Development. *Rural Sociology*, v. 37, p. 517-33. 1972.
- DUPUIS, E. M.; VANDERGEEST, P. *Creating the Countryside: The Politics of Rural and Environmental Discourse*. Filadélfia: Temple University Press, 1996.
- FALK, W. W. PINHEY, T. K. Making Sense of the Concept Rural and Doing Rural Sociology: An Interpretative Perspective. *Rural Sociology*, v. 43, p. 547-58. 1978.
- FISH, T. The New Napa. *Wine Spectator*, 15 nov. 2001. p. 208-15.
- FRANSON, P. The American Center for Wine, Food and the Arts. *Wine Business Monthly*, out. 2001. p. 15-18.
- FRIEDLAND, W. H. The End of Rural Society and the Future of Rural Sociology. *Rural Sociology*, v. 47, p. 598-608. 1982.
- GANS, H. J. *The Urban Villagers: Group and Class in the Life of Italian-Americans*. Nova Iorque: Free Press, 1962
- GEASON, L. A.; YAMAGUCHI, T.; HARRIS, C. K. H. *et al.* The Relationship Between Dimensions of Sustainability and Farmers' Decision to Employ Different Farm Management Practices. Apresentado nas reuniões anuais da Sociedade de Sociologia Rural, 16 ago. 2000. Washington, D. C.
- GEISLER, C. Property Pluralism. In: GEISLER, C.; DANEKER, G. *Property and Values: Alternatives to Public and Private Ownership*, Washington, D. C.: Island Press. 2000. p. 65-87.
- GEISLER, C.; DANEKER, D. Introduction. In: GEISLER, C.; DANEKER, G. *Property and Values: Alternatives to Public and Private Ownership*, Washington, D. C.: Island Press. 2000. p. 23-27.
- GOODWIN, D. K. *No Ordinary Time: Franklin and Eleanor Roosevelt: The Home Front in World War II*. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1994.
- GREIDER, T.; GARKOVICH, L. Landscapes: The Social Construction of Nature and the Environment. *Rural Sociology*, v. 59, p. 1-24. 1994.
- GUTHMAN, J. Regulating Meaning, Appropriating Nature: The Codification of California Organic Agriculture. *Antipode*, v. 30, n. 2, p. 135-54. 1998.
- HALLIDAY, J. *Wine Atlas of California*. Nova Iorque: Viking Penguin, 1993.
- HIARING, P. World's Largest Bank Sees 650-Million-Gallon Market for Wine in U.S. in 1980. *Wines and Vines*, set., 1973. p. 21-24.
- HINRICHS, C. C. Consuming Images: Making and Marketing Vermont as a Distinctive Rural Place. In: DUPUIS, E. M.; VANDERGEEST, P. *Creating the Countryside: The Politics of Rural and Environmental Discourse*, Filadélfia: Temple University Press, 1996. p. 259-78.
- KANE, M. Sonoma County: Natives are restless. *Wines and Vines*, jan. 2000. p. 142-5.
- KAUFMAN, H. F.; SINGH, A. The Rural-Urban Dialogue and Rural Sociology. *Rural Sociology*, v. 34, p. 547-51. 1969.
- KIMURA, D. Panel butts heads over goats. *Santa Cruz Sentinel*, 18 jun. 1996. p. A2.

- KURTZ, R. A.; SMIT, J. Social Life in the Rural-urban Fringe. *Rural Sociology*, v. 26, p. 24-38. 1961.
- LAPSLEY, J. T. *Bottled Poetry: Napa Winemaking From Prohibition to the Modern Era*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- LEBOW, E. *Tally's Corner: A Study of Negro Streetcorner Men*. Boston: Little, Brown, 1967.
- LOWE, G. D.; PEEK, C. W. Location and Lifestyle: The Comparative Explanatory Ability of Urbanism and Rurality. *Rural Sociology*, v. 29, p. 392-415. 1974.
- MARTIN, G. Down in the Valley: Many in Napa Worry That Development May Help Vineyards but Hurt Downtown. *San Francisco Chronicle*. Disponível em: www.sfgate.com/cgi-bin/article.cgi?f=/chronicle/archive/2000/11/04/MN239466.DTL. Acesso em: 4 nov. 2001.
- MASCARENHAS, M. Farming Systems Research: The Case of Titus Farms in Rural Michigan. Apresentado nas reuniões anuais da Sociedade de Sociologia Rural, 16 ago., Washington D. C. 2000.
- MCNAMEE, T. Wine and Nature. *Saveur*, v. 54, p. 33-36. 2001.
- MURRAY, D. L.; RAYNOLDS, L. T. Alternative Trade in Bananas: Obstacles and Opportunities for Progressive Social Change in the Global Economy. *Agriculture and Human Values*, v. 17, n. 1, p. 65-74. 2000.
- MUSITELLI, R. Grazing rights: North Coast operation redefines Farming. *Santa Cruz Sentinel*, 29 mar., 1998. p. A1, 14.
- _____. Big stink over goats: Droppings foul runoff from ranch, neighbors say. *Santa Cruz Sentinel*, 29 jul., 1999. p. A1, 7.
- NEWBY, 1983. The Sociology of Agriculture: Toward a New Rural Sociology. *Annual Review of Sociology*, v. 9, p. 67-81. 1983.
- PODGER, P. J. Napa Pins Development Hopes on New Museum. *Santa Cruz Sentinel*, 17 nov. 2001. p. A10.
- RENARD, M. *Los Intersticios de la Globalización: Un Label (Max Havelaar) Para los Pequeños Productores de Café*. Cidade do México: Embajada Real de los Países Bajos, 1999a.
- _____. The Interstices of Globalization: The Example of Fair Coffee. *Sociologia Ruralis*, v. 39, p. 484-500. 1999b.
- RITTER, J. Wine country in California enters season of discontent. *USA Today*, 1 nov., p. 21A. 1999.
- SCHNORE, L. F. The Rural-Urban Variable: An Urbanite's Perspective. *Rural Sociology*, v. 31, p. 131-43. 1966.
- SNIDER, B. Grape Wars. *San Francisco*, maio 2000. p. 62-7, 132-5.
- SPECTORSKY, A. C. *The Exurbanities*. Filadélfia: Lippincott, 1955.
- STACK, Carol. *All Our Kin: Strategies of Survival in a Black Community*. Nova Iorque: Harper and Row, 1974.
- STERNGOLD, J. California Wine Region Torn By Debate Over Use of Land. *The New York Times*, 3 abr. 2000. p. A1, 14.
- SULLIVAN, Charles L. *Napa Wine: A History From Mission Days to Present*. San Francisco: Wine Appreciation Guild, 1994
- SWEENEY, J. Looking for Limits: Clamor grows for more vineyard regulation. *Santa Rosa Press Democrat*, 3 nov. 1999. p. A1, 6.
- TESCONI, T. Napa County presses to rein in vines. *Santa Rosa Press Democrat*, 3 nov. 1999. p. A7.

_____. Growers uphill battle: Hillside vineyard ordinance, one year later. *Santa Rosa Press Democrat*, 4 fev.2001. p. A1, 14.

VAN Es, J. C.; BROWN JR., J. E. The Rural-Urban Variable Once More: Some Individual Level Observations. *Rural Sociology*, v. 39, p. 373-87. 1974.

VANDERGEEST, P.; DUPUIS, E. M. Introduction. em *Creating the Countryside: The Politics of Rural and Environmental Discourse*, Vandergeest. Filadélfia: Temple University Press, 1996. p. 1-25.

WEISER, M. County initiative sparks SF protes. *Santa Rosa Press Democrat*, Mat v. 24, p. A1. 2000.

WELLS, M. J. *Strawberry Fields: Politics, Class, and Work in California Agriculture*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

WHITE, D. State orders goat ranch closed: Coastal Commission tells owners to remove animals, stop all building. *Santa Cruz Sentinel*, 12 jul. 2000a. p. A1.

_____. Owner: Goats going, going, gone.... *Santa Cruz Sentinel*, 14 jul. 2000b. p. A1.

_____. Farm owners acted 'stupid'. *Santa Cruz Sentinel*, 28 jul. 2000c. p. A1, 6.

WHITE, T. North County land-use debate centers on 433 well-fed goats. *Santa Cruz Sentinel*, 7 jul. 1996. p. A1, 12.

WHYTE, W. F. *Street Corner Society: The Social Structure of an Italian Slum*. Chicago: University of Chicago Press, 1955.

YOON, C. K. If It Walks and Moos Like a Cow, It's a Pharmaceutical Factory. *The New York Times*, 01 mai. 2000. p. A20.

A ATUALIDADE DA CONTRADIÇÃO URBANO-RURAL

José Eli da Veiga*

INTRODUÇÃO

O problema da definição de *rural* tornou-se “quase intolerável”, diz William H. Friedland, um dos principais expoentes da sociologia rural americana.¹ A tal ponto que opta sem muita hesitação por um expediente “intelectualmente insatisfatório”, de “postura mais pragmática” frente a tamanho “atavismo conceitual” das sociedades mais avançadas. Esta seria a maneira de evitar “becos sem saída”, muito embora admita que “a busca intelectual por clareza conceitual seja sempre necessária”.

Se um pesquisador tão experiente decide jogar a toalha diante de um problema que está na essência de sua própria disciplina, isso só poderia ser sinal de reforço de uma tese que tem exercido irresistível atração em certos círculos da comunidade acadêmica brasileira: a idéia do desaparecimento do rural pela urbanização completa (ou extensiva) da sociedade.²

A questão abordada neste artigo é a de saber se tal perplexidade diante da distinção urbano-rural é, de fato, uma questão concreta, objetiva, historicamente determinada, que deve, portanto, ser entendida como um problema científico que desafia todas as disciplinas implicadas. A hipótese deste artigo é oposta: de que se trata de um dilema que até pode intrigar muitos analistas, mas que não corresponde à realidade dos fatos. Uma conjectura que pode ser formulada de maneira mais incisiva da seguinte maneira: a contradição urbano-rural não desaparecerá, por mais que muitos analistas sejam levados a acreditar no inverso.

Para expor os argumentos, este texto começa com uma síntese do citado artigo de William Friedland. Logo em seguida são destacadas as idéias mais em voga sobre a urbanização integral no Brasil. As terceira e quarta seções são inteiramente consagradas ao principal teórico marxista que serve de referência aos adeptos dessa tese: o marxista francês Henri Lefebvre. Na quinta, discute-se a idéia de uma sociabilidade inteiramente urbana, mais pertinente a pesquisadores de inspiração weberiana. E na sexta seção surge a visão oposta, que justifica a atualidade da contradição urbano-rural, título deste artigo.

* Professor Titular da USP (Departamento de Economia & Procam). zeeli@usp.br

¹ Cf. o artigo “Agricultura e ruralidade: iniciando a ‘separação definitiva?’”, nesta publicação.

² Por exemplo, entre os que participam das reuniões anuais da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

A VISÃO DE WILLIAM FRIEDLAND

Ao discutir a "ruralidade", Friedland sempre evoca o fenômeno da "industrialização da agricultura". No referido texto, essa idéia aparece logo no início, quando relaciona o impasse conceitual de "ruralidade" com o crescente problema conceitual de "agricultura", argumentando que o que hoje é chamado de "agricultura" tornou-se majoritariamente uma série de conjuntos de processos industriais fisicamente situados mais ao ar livre do que sob um teto: isto é, constituem "agronegócio". Segundo ele, continua-se a usar "agricultura" como um termo generalizante que obscurece grande parte do seu caráter industrial.

Para demonstrar que o problema intelectual de definir o "rural" encontra-se agora exacerbado pelo problema de definir "agricultura", o autor propõe a análise de três casos empíricos da Califórnia. Na descrição desses três conflitos é muito mais recorrente a caracterização industrial de atividades normalmente consideradas agrícolas e pecuárias, do que a caracterização urbana de espaços normalmente considerados rurais. Tanto os conflitos provocados pelo exuberante crescimento dos condados vitivinícolas de Napa e Sonoma quanto o conflito gerado pela intensificação de uma criação de cabras para fins biotecnológicos nas imediações de Santa Cruz ocorrem em focos que nas últimas décadas se tornaram urbanos, sem que a mesma transformação tenha necessariamente ocorrido em toda a extensão desses três condados. E mesmo quando faz a ressalva de que partes do sul e do norte do condado de Santa Cruz não podem ser consideradas urbanas, o indicador utilizado pelo autor é a atividade agropecuária.

No dois casos vitivinícolas (condados de Napa e Sonoma), a caracterização do fenômeno da "industrialização da agricultura" é baseada no fato de que as vinícolas, as instalações para armazenamento, o processo de engarrafamento, etc., lembram uma fábrica. Para Friedland, a densidade do desenvolvimento vinícola em Napa não consegue escapar da aparência industrial. No caso da criação de cabras (condado de Santa Cruz), o mesmo fenômeno é comparado à experiência de pecuária ultra-intensiva em outros locais, como as de suínos e aves, para lançar a pergunta: a criação intensiva de animais é agricultura ou manufatura industrial de animais?

De resto, no final do artigo Friedland dá a entender que é uma questão de tamanho (ou de escala) a diferença entre essa "falsa agricultura" (que, na realidade, já se tornou indústria), e a "verdadeira agricultura" (que sobreviveu ao lado dos "agronegócios"). Seria correto, então, continuar a caracterizar unidades de produção em larga escala como "estabelecimentos agrícolas" (*farms*)? E quanto às outras atividades que ainda se incluem – ao menos legalmente – sob a rubrica de agricultura, mas guardam pouca relação com a agricultura como esta é tradicionalmente conhecida? Constituem agricultura as instalações para criação intensiva de animais, tais como os confinamentos, quando contaminam o meio ambiente e tornam insuportável a vida dos vizinhos? E quanto às atividades de ampliação da agricultura, tais como o agroturismo? No nível do bom senso, ninguém se preocupa muito quando um casal de agricultores abriga alguns hóspedes ocasio-

nais, mas o que acontece quando o estabelecimento agrícola se torna uma colônia de férias?

O ápice desse raciocínio surge no final do artigo, quando o autor lança uma boutade a respeito da organização governamental voltada à agricultura.

Pode ser este o momento de se iniciar uma redefinição de agricultura, distinguindo agronegócio de agricultura (isto é, pequena escala, policultura de base familiar), e dirigir um apelo ao Congresso no sentido de rebatizar o Departamento de Agricultura como Departamento de Agronegócio, criando, além disso, um novo Departamento de Agricultura. Este último seria destinado a proporcionar ciência, ciências sociais, desenvolvimento comunitário e serviços de extensão para apoiar o que resta da agricultura de pequena escala e a fazer da "agricultura alternativa" uma diretriz fundamental na política americana (FRIEDLAND, 2002, p. 368, tradução nossa).

O que mais interessa aqui não é discutir uma por uma essas e outras considerações de Friedland, e sim deixar bem claro que para ele a "industrialização da agricultura" está no centro de qualquer discussão sobre o futuro da "ruralidade". Que, para ele, o fenômeno rural é inteiramente dependente da atividade produtiva que o domina. Ou seja, que a seqüência lógica de seu raciocínio é a seguinte: 1) para saber "quando o rural é rural" é preciso examinar a agricultura; 2) a agricultura se torna cada vez mais industrial; 3) então o rural torna-se apenas aquele resquício que abriga o que restará de agricultura: a policultura de pequena escala, de base familiar; 4) esse resquício rural só sobreviverá se a "agricultura alternativa" se tornar uma diretriz fundamental na política americana.

AS IDÉIAS MAIS EM VOGA SOBRE A URBANIZAÇÃO INTEGRAL DO BRASIL

Uma maneira de desqualificar qualquer debate quantitativo sobre o grau de urbanização do Brasil surge com a seguinte frase: "*mas a sociabilidade é urbana*". Esta idéia, que será abordada mais adiante, ainda não foi exposta com clareza, por mais que seja recorrente em diálogos com analistas propensos a considerar o Brasil uma sociedade integralmente urbana. Em contraste, seus homólogos de inspiração marxista já o fizeram. O arquiteto e urbanista Roberto Luís Monte-Mór (UFMG/Cedeplar), chama de urbanização extensiva

a materialização sócio-temporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das dimensões sócio-política e cultural intrínsecas à pólis. É essa espacialidade social resultante do encontro explosivo da indústria com a cidade – o urbano – que se estende com as relações de produção (e sua reprodução) por todo o espaço onde as condições gerais (e consumo) determinadas pelo capitalismo industrial de Estado se impõem à sociedade burocrática de consumo dirigido carregando, entretanto, no seu bojo, a reação e organização políticas que são próprias da cidade. Essa é a realidade – a sociedade urbana – que se impõe hoje como virtualidade e objetividade no Brasil, constituindo-se em condição para a compreensão do espaço social contemporâneo (MONTE-MÓR, 2003).

Ainda segundo Monte-Mór, essa idéia da urbanização completa - ou extensiva - seria idêntica ao "ovo de Colombo" que o sociólogo Francisco de Oliveira já havia colocado

em pé em ensaio de 1978. Para Oliveira,

a *urbanização* da economia e sociedade brasileiras nada mais é senão a extensão a todos os recantos e setores da vida nacional das relações capitalistas; embora seja ainda, em muitos casos, apenas uma tendência, sua marca é peculiar: já não se pode voltar atrás. (...) O processo de acumulação, levado às suas últimas conseqüências, fez o que se tentou evitar: erosionar (*sic*) por completo as diferenças no processo de reprodução do capital entre a cidade e o campo; o "bóia-fria, acumulação e miséria" é essa erosão. Já não há mais *problema agrário*, agora se trata do *problema urbano* em escala nacional. Essa dialética do processo produtivo confere nova qualidade aos atores econômicos, políticos e sociais (OLIVEIRA, 1978, p. 74).

E os fundamentos críticos da abordagem de Monte-Mór estão na vasta obra daquele que foi um dos principais pensadores marxistas franceses do século passado: Henri Lefebvre (1901-1991). É absolutamente necessário, portanto, que a proposição de Lefebvre seja apresentada antes que a questão proposta neste artigo possa ser discutida.

A PROPOSIÇÃO DE HENRI LEFEBVRE

Durante seus trinta anos de militância comunista (1928-1958) Lefebvre foi simultaneamente um filósofo oficial e marginal, com posterior participação intensa no "gauchisme" que resultou no terremoto de maio de 1968. Útil introdução à sua imensa obra teórica, histórica, metodológica e sociológica (mais de 70 volumes) está na detalhada biografia precoce publicada por seu ex-aluno Rémi Hess. Não há melhor fonte para conhecer tão longa trajetória, que começa na filosofia, passa pela sociologia rural (disciplina de seu doutorado tardio, em 1954), mas o leva a uma intensa produção em sociologia urbana (na década de 1970), e, sobretudo, à sua contribuição mais original: a sociologia do cotidiano. Claro, de todos esses investimentos intelectuais, o que mais diretamente se relaciona com o propósito deste artigo é sua proposição sobre a "revolução urbana", lançada em 1970 (LEFEBVRE, 2002).

Na opinião de Sartre, foi o marxista Henri Lefebvre quem forneceu um método "simples e irrepreensível" - para integrar a sociologia e a história na perspectiva da dialética materialista. Na primeira parte de sua *Crítica à razão dialética*, dedicada às "questões de método", Sartre transcreve a proposição originalmente lançada por Lefebvre no artigo "Perspectives de la sociologie rurale", publicado em 1953 nos *Cahiers de Sociologie Rurale*.³ Uma livre síntese desse método "regressivo-progressivo" - que está em anexo - foi extraída de exposição bem mais ampla de José de Souza Martins,⁴ baseada em minuciosa leitura de toda a obra de Lefebvre, e não apenas no cinqüentenário texto que tanto impressionou Sartre.

Mesmo que se admita que história e sociologia possam ser integradas na perspectiva dialética de maneira tão singela, é inevitável indagar se Lefebvre manteve coerência com

³ Esse artigo foi traduzido e incluído na coletânea de Martins (1981).

⁴ Ver: *As temporalidades da história na dialética de Lefebvre* (Martins, 1996, p. 13-23). Reproduzido também no livro do mesmo autor *A sociabilidade do homem simples* (Martins, 2000, p. 110-122).

esse método no curtíssimo período (1968-1974) em que enveredou pela sociologia urbana, e que corresponde justamente à sua passagem pelo campus de Nanterre da Universidade de Paris. Publicou sete livros sobre o tema, mas nenhum antes ou depois desse intervalo.⁵ O primeiro livro dessa série – *Le droit à la ville* - lançado às vésperas do turbulento maio de 1968, é um manifesto que anuncia seu programa de pesquisa em sociologia urbana. E que logo depois dá origem à revista *Espace et société*, inicialmente dirigida por treze especialistas, entre os quais estavam Bernard Kayser e Manuel Castells, que mais tarde desenvolveram abordagens opostas à que ele apresentou no terceiro livro dessa série: *La révolution urbaine*.

A primeira linha desse livro anuncia uma hipótese: a urbanização completa da sociedade. Logo depois o autor adverte que denominará “sociedade urbana” a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real. E que reservará o termo “sociedade urbana” à sociedade que nasce da industrialização, constituída, portanto, pelo “processo que domina e absorve a produção agrícola.” E toda a justificativa dessa hipótese será construída sobre a já mencionada tese da industrialização da agricultura.

Será preciso insistir demoradamente que a produção agrícola perdeu toda a autonomia nos grandes países industriais, bem como à escala mundial? Que ela não mais representa nem o setor principal, nem mesmo um setor dotado de características distintivas (a não ser no subdesenvolvimento)? Mesmo considerando que as particularidades locais e regionais provenientes dos tempos em que a agricultura predominava não desapareceram, que as diferenças daí emanadas acentuam-se aqui e ali, não é menos certo que a produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências (LEFEBVRE, 2002, p. 17).

Segundo Lefebvre, a industrialização estende suas conseqüências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. O principal resultado é a transformação do agrupamento tradicional próprio à vida agrícola – a aldeia – o que dá origem a unidades mais vastas que o absorvem e o recobrem. Ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. E o tecido urbano corrói os resíduos da vida agrária. “Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo” (LEFEBVRE, 2002, p. 17)

CRÍTICAS ÀS IDÉIAS DE LEFEBVRE

Mesmo reconhecendo que Henri Lefebvre foi um dos principais teóricos franceses do marxismo, o então sociólogo marxista Manuel Castells fez questão de imediatamente se

⁵ *Le droit à la ville* (1968), *Du rural à l'urbain* (1970), *La révolution urbaine* (1970), *La pensée marxiste et la ville* (1972), *Espace et politique*, segundo tomo de *Droit à la ville* (1973), e, finalmente, o livro de peso que coroa essa fase, e o único que logo recebeu tradução em língua inglesa, *La Production de l'espace* (1974). Informa seu biógrafo, Remi Hess, que a problemática em questão nasceu da crítica à “degradação do rural”, já constatada na década de 1950, quando foi instalado um pólo petroquímico nas proximidades de sua terra natal, na região dos Pirineus, sudoeste da França.

afastar da hipótese da urbanização completa proposta pelo mestre. No badalado livro *A questão urbana*, de 1972, ele consagrou um capítulo para mostrar que Lefebvre desembocou - através de uma evolução intelectual bastante curiosa - numa teorização urbanística da problemática marxista. A hipótese da urbanização completa seria, segundo Castells, a expressão mais notória da "versão de esquerda" da tese ideológica dos funcionalistas sobre a sociedade urbana. Ou seja, a problemática teria acabado por submergir o grande pensador. Castells também reconhece que Lefebvre abriu um caminho - "talvez decisivo" - no estudo do "urbano", pois identificou a emergência de novas contradições no domínio cultural e ideológico, além de ligar novamente a questão urbana ao processo de reprodução ampliada da força de trabalho. "Mas fechou-o logo após, caindo na armadilha denunciada por ele mesmo, quer dizer, tratando em termos de urbano (e, portanto, atando de novo a uma teoria das formas sociais) os processos sociais que estão conotados *ideologicamente* pelo pensamento urbanístico" (CASTELLS, 1983, p. 121).

Salvo engano, a crítica do geógrafo e sociólogo Bernard Kayser só veio a público quase duas décadas depois, no livro *La renaissance rurale, Sociologie des campagnes du monde occidental*. Esse livro pretende ser uma análise sociológica global de uma constatação surpreendente: no conjunto dos países industrializados do mundo ocidental, a tendência secular ao "êxodo rural" dá lugar, aos poucos, a um processo de retomada, ou mesmo de "reconquista". Kayser chega a formular uma hipótese que pode ser considerada o avesso da urbanização completa, pois trata da "recomposição das sociedades rurais". Com um gesto que certamente mistura gratidão e ironia, a epígrafe desse livro é a reprodução de uma passagem de Lefebvre - mas de 1949 - que parece uma premonição da hipótese do renascimento rural.⁶

Há uma ambivalência a ser considerada, pois são dois os pressupostos que sustentam a suposição de uma virtual urbanização completa (ou extensiva). O primeiro, escancarado, tanto no referido livro de Lefebvre, quanto no citado texto de Friedland, é uma dupla identificação: do "rural" com a "agricultura", e da "indústria" com o "urbano". No que entendem ser o processo de "industrialização da agricultura", a sociedade só poderia perder seu lado rural em favor de sua dimensão urbana. O segundo pressuposto é outra dupla identificação: das relações sociais "capitalistas" com o "urbano", e do "agrário" com formas "pré-capitalistas" (este mais presente nas abordagens de Oliveira e de Monte-Mór). A sociedade só poderia, portanto, perder seu lado agrário em favor de sua dimensão urbana na medida em que se generalizem as relações sociais capitalistas.

Todavia, se neste início do século XXI um sociólogo rural do calibre de William Friedland apresenta três casos justamente californianos para ainda perguntar "quando o rural é rural?", não se pode imaginar que ele esteja colocando em dúvida a natureza completa-

⁶ "S'il est vrai que la communauté paysanne peut aujourd'hui renaître, en fonction d'exigences et sur de bases modernes, rien de plus intéressant que cette renaissance, - d'où sortira peut-être un sens nouveau de la terre". ("Se é verdade que a comunidade rural pode hoje renascer, em função de exigências e sobre bases modernas, nada é mais interessante que esse renascimento, de onde sairá talvez um novo sentido da terra"). Epígrafe do livro, de Bernard Kayser, *La renaissance rurale*, Paris: Armand Colin, 1990.

mente capitalista da sociedade americana. Da mesma forma, nem de longe é essa a questão que Lefebvre procura discutir para justificar sua hipótese de urbanização completa. Por isso, o cerne da questão está na identificação feita por todos esses autores entre o “agro” (agricultura/agrário) e o “rural”. Todos identificam o espaço rural com as atividades agrícolas, cometendo um monumental equívoco histórico, que só pode ser considerado como aberração. Principalmente por quem continua a ter como referência o materialismo histórico.

A humanidade não é geneticamente cultivadora (ou criadora de animais), ao contrário das térmitas, por exemplo. Só se tornou agricultora e pecuarista após centenas de milhões de anos de “hominização”, isto é, de evolução biológica, técnica e cultural. Foi no neolítico – há cerca de 10 mil anos – que começou a plantar e a domesticar. Para tanto, introduziu e multiplicou espécies vegetais e animais nos mais variados meios, transformando assim ecossistemas naturais originais em ecossistemas cultivados, artificiais e explorados pelos seus cuidados. Desde então, essa artificialização dos ecossistemas conquistou o mundo, tornando-se o principal fator de transformação da ecoesfera. Seus ganhos de produção e de produtividade condicionaram simultaneamente o crescimento populacional e o desenvolvimento dos grupos sociais que não produzem eles próprios os seus alimentos.

Hoje, um sistema agroalimentar - composto de subsistemas especializados que exploram materiais biológicos selecionados - é capaz de alimentar de maneira pletórica toda uma população da qual uma ínfima fração tem ainda de se dedicar às lides agropecuárias. Nos países mais desenvolvidos já é irrisória a necessidade de força de trabalho para a produção de alimentos, fibras, e biomassa energética. Mesmo que alguns outros fatores contribuam para que o chamado “campo” não seja inteiramente despovoado, nada disso poderá impedir que seus residentes deixem de ser entendidos como simples remanescentes: meros resíduos de populações agrícolas que foram largamente majoritárias durante os cerca de 9,8 mil anos anteriores à industrialização.⁷

Não é preciso, pois, muitas palavras para concluir que o peso relativo da agropecuária (ou do “campo”) não pode ser o critério da diferença territorial entre espaço urbano e espaço rural. Então, a pergunta que deve ser feita é a seguinte. Será correto tentar entender a distinção entre os ambientes rural e urbano sem considerar seus principais fundamentos, que são necessariamente ecológico-econômicos? Será correto tentar entender a distinção entre os ambientes rural e urbano sem considerar aquilo que Marx chamava de metabolismo que os seres humanos mantêm com a natureza e entre si? Não será esta a concepção dos que decretam o fim do rural? Inclusive daqueles que - como Lefebvre e Friedland, ou Oliveira e Monte-Mór - procuram ter como referência o pensamento de Marx?

Não há como retirar desta discussão o problemático metabolismo que a humanidade

⁷ A melhor fonte sobre a questão tratada nos dois parágrafos anteriores é o livro de Mazoyer e Roudart (2001).

mantêm com a natureza, por mais que ele possa ser considerado secundário diante de outras dimensões das sociedades capitalistas. Não há como retirar desta discussão a extrema variedade dos graus em que os ecossistemas estão artificializados. E é exatamente por isso que os três casos concretos escolhidos por Friedland constituem ótimos exemplos da permanência do caráter contraditório da urbanização, e não de uma suposta tendência à totalização urbana no capitalismo mais avançado, como muitos têm sido levados a acreditar.

O rural sempre foi mais amplo que a agricultura, seja em termos de espaço físico, quanto socioeconômico. E a melhor maneira de explicar a primeira parte de tal afirmação talvez seja raciocinar por absurdo. Considere-se a suposição de que haja de fato um processo de “industrialização da agricultura” e que tenda a acabar com a distinção entre esses dois grandes gêneros de atividades produtivas. Mesmo assim, inúmeros ecossistemas permaneceriam em baixíssimo grau de artificialização, o que manteria a distinção entre espaços rurais e urbanos. Começando pelos casos extremos, há que lembrar dos grupos humanos que estão na tundra ártica e alpina, nos desertos, nas florestas decíduas, nos campos, nas savanas, no bioma das florestas boreais, ou nas florestas tropicais pluviais. Mesmo que se imagine uma sociedade global inteiramente industrializada, isto é, num processo que tivesse absorvido a totalidade das atividades agrícolas, permaneceria a distinção entre os dois modos de implantação humana na biosfera: o ecossistema urbano e o rural. A menos que se pretenda que todo o meio físico do planeta possa ser modificado a ponto de atingir o seu grau máximo, aquele no qual a biomassa não humana é reduzidíssima e o substrato inteiramente mineralizado.⁸

Claro, a resposta a tal objeção certamente será a de dizer que, nessa perspectiva, seriam irrisórios, periféricos, ou excepcionais, os grupos humanos que permaneceriam rurais, mesmo que continuassem vastíssimos os espaços físicos dessa categoria. Ou seja, em termos de espaço social, e não físico, a completa industrialização levaria assim mesmo à quase completa urbanização. Por isso, é fundamental que se discuta o sentido da própria idéia de “industrialização da agricultura”.

Enquanto não surgir uma alternativa à transformação biológica de energia solar em alimento, a industrialização não pode penetrar a produção agropecuária propriamente dita, por mais que se desenvolva à montante e à jusante. Em outras palavras, por menor que seja o peso relativo da agropecuária na esfera da produção alimentar, sua distinção será mantida até o dia em que a humanidade conseguir encontrar uma fonte de energia necessária à vida que dispense o consumo das plantas e dos animais (se é que isso realmente acontecerá um dia).

A questão decisiva, portanto, é entender que o papel dos humanos na produção agropecuária consiste em fornecer a certos organismos vivos domesticados as condições que mais favoreçam o seu desenvolvimento, para depois colher a massa de matéria nutri-

⁸ Cf., por exemplo: Frontier (2001, p. 140-151) e Kormondy e Brown (2002, p. 292-308).

tiva produzida. O essencial dessa operação - isto é, a produção dessa matéria nova - é realizado pelos próprios organismos vivos. O aumento da produtividade resulta da melhoria das espécies animais e vegetais graças à seleção genética das aptidões produtivas e do domínio cada vez maior das condições nas quais se realizam tais aptidões. É claro que o uso de máquinas aumenta a eficácia do trabalho agrícola, fazendo com que cada trabalhador possa cultivar maiores áreas e cuidar de um maior número de animais. Mas é ínfimo seu efeito sobre os rendimentos físicos, isto é, sobre o crescimento de cada animal, ou de cada planta. O rendimento de uma cultura ou de uma criação resulta da adição dos rendimentos individuais de cada planta ou animal que os compõem, não se podendo falar, portanto, de produção em série, no sentido industrial do termo.

Em suma, no processo de trabalho agropecuário, a intervenção humana não é desenvolvida com o propósito de transformar uma matéria-prima, em contraste com o que ocorre em outros processos produtivos. Na agropecuária, o trabalho humano procura sustentar ou regular as condições ambientais sob as quais as plantas e os animais crescem e se reproduzem. Há um momento transformativo nesse processo de trabalho, mas essa transformação é realizada por alterações orgânico-naturais, e não pela aplicação do trabalho humano. Por isso, o processo de trabalho inerente àquilo que se convencionou chamar de agricultura, pecuária, ou agropecuária exige uma conceituação específica e independente.

Na verdade, o equívoco intrínseco à expressão "industrialização da agricultura" tem sua raiz no excessivo otimismo com que a maioria dos grandes economistas dos últimos dois séculos avaliou a possibilidade do capitalismo superar os chamados "limites naturais". Até mesmo o gênio crítico de Marx foi vítima dessa ideologia espontânea do industrialismo em passagens da sua obra nas quais considerou que a missão histórica do capitalismo seria a de transcender o caráter limitado e condicionado das formas anteriores de interação com a natureza.⁹

É bem provável que tenha sido em parte por influência dessas passagens da obra de Marx que Henri Lefebvre tenha escrito o livro *A revolução urbana*, de 1970. E a pergunta que não pode ser evitada, então, é se não foi exatamente nesse livro que ele levou ao paroxismo sua idéia de um "Marx sociológico", presente no livro *La Sociologie de Marx* (LEFEBVRE, 1966), assim como no tal "método regressivo-progressivo", destacado no anexo, e tão elogiado por Sartre. Como se sabe, Marx nunca sucumbiu à separação das disciplinas acadêmicas. Alguns, como Schumpeter, tentaram estabelecer uma clara distinção entre um Marx sociólogo e um Marx economista. E ainda poderiam isolar facilmente um Marx historiador, como assinalou Hobsbawm. "Mas, tais classificações mecânicas resultam enganadoras e inteiramente contrárias ao método de Marx", acrescenta. "É esta multi-dimensionalidade da teoria de Marx que leva todos, exceto os de pouco entendimento, ou preconceituosos, a respeitá-lo e a admirá-lo como pensador, mesmo que

⁹ Outras idéias sobre este tópico estão em Veiga (1991). Para um aprofundamento desta questão será essencial consultar Georgescu-Roegen (1999), Servolin (1972, 1985, 1989), Goodman *et al* (1987) e Benton (1989).

não concordem com ele.”¹⁰

O mais irônico é encontrar uma observação semelhante – e até mais incisiva – na própria obra de Lefebvre, e no livro que talvez tenha sido o tratado marxista mais lido no mundo ocidental: *Pour connaître la pensée de Karl Marx* (LEFEBVRE, 1966, p. 216-217). Além de enfatizar que não se pode compreender a formação do materialismo dialético fazendo-se abstração da publicação por Darwin do livro *A origem das espécies* (1857), Lefebvre chegou mesmo a afirmar peremptoriamente: “*Nature et histoire relèvent donc des mêmes lois fondamentales*” (Natureza e história dependem, então, das mesmas leis fundamentais). Isto é, que o movimento histórico, como processo natural e como todo processo natural, caminha através das contradições. “*La contradiction est réelle: c’est une loi de la nature*” (A contradição é real: é uma lei da natureza.).

Não há como entrar aqui no imenso e confuso debate – que está longe de se encerrar - sobre a chamada relação Marx/Hegel e seus eventuais desdobramentos sobre os marxismos e seu declínio.¹¹ E muito menos voltar ao velho debate a respeito da “dialética da natureza”, tal como chegou a ser formulada por Engels. A questão relevante, bem mais simples, é a do papel central da contradição no materialismo histórico. É a da abordagem que deve ser feita da atual contradição entre urbano e rural como metamorfose da velha contradição entre cidade e campo. O livro *A revolução urbana*, de Henri Lefebvre, é uma tentativa de justificar a hipótese de que essa contradição já está virtualmente superada pela completa urbanização do campo. Na argumentação, sua sociologia supõe o fim da base natural dessa contradição. Tudo se passa como se a natureza pudesse deixar de ser parte constitutiva dessa contradição. Neste sentido, o livro de 1970 é o avesso do materialismo explicado por ele no tratado de 1948.

Para que esta afirmação não pareça arbitrária, o leitor é convidado a refletir sobre apenas três passagens desse livro de 1970: 1) “O campo industrial substitui as particularidades naturais, ou supostas como tais, por uma homogeneidade metódica e sistematicamente imposta” (p. 42); 2) “Associadas e concorrentes, a industrialização e a urbanização devastam a natureza. A água, a terra, o ar, a luz, os ‘elementos’ estão ameaçados de destruição. Os prazos finais chegarão em datas precisas. Por volta do ano 2000, com ou sem guerra nuclear, a água e o ar estarão poluídos a tal ponto que a vida tornar-se-á difícil na Terra”. (p. 36); 3) “A época industrial (...) se via como produtora e criadora, dominando a natureza e substituindo os determinismos da matéria pela liberdade da produção. De fato, ela era, na sua verdade, radicalmente contraditória e conflituosa. Acreditando dominar a natureza, ela a devastava, a destruída completamente.” (p. 160).

É óbvio que o crescimento econômico moderno acelerou a degradação de inúmeros

¹⁰ Cf. p. 19-20 da introdução de Eric Hobsbawm (1964) ao livro *Formações econômicas pré-capitalistas*, de Karl Marx.

¹¹ Um aprofundamento deste tema foge ao escopo deste artigo. Mas o leitor mais interessado certamente tirará muito proveito de uma consulta comparativa a pelo menos três livros recentemente publicados no Brasil: Tambosi (1999), Giannotti (2000) e Holloway (2003).

ecossistemas. Nem por isso se pode pensar que industrialização e urbanização devastam ou destroem completamente a natureza, ou mesmo que sejam capazes de substituir muitas das “particularidades naturais”. É difícil entender como uma inteligência tão rigorosa e criativa – como certamente foi a de Lefebvre – tenha sido levada, em 1970, a tais escorregões.¹²

A QUESTÃO DA SOCIABILIDADE

Há, entretanto, um argumento distinto, que pode ser resumido da seguinte forma: de nada valem critérios ecológico-econômicos para delimitar espaços rurais, pois a “sociabilidade” já é completamente urbana, até mesmo em sociedades como a brasileira. Ou seja, com a exceção, talvez, de algumas nações indígenas - como a dos yanomami - seria urbana a “sociabilidade” da população brasileira. Não somente da que habita em milhares de pequenos municípios do interior das regiões Sul e Sudeste, mas até da que se embrenha pelas florestas amazônicas, pelos cerrados, ou pelas caatingas.

Aqui, uma das dificuldades se prende à própria noção de “sociabilidade”, usada por muitos com enorme desenvoltura. Pela definição de dicionário (no caso o Aurélio), cai-se em fechadíssimo círculo vicioso, já que “sociabilidade” seria até sinônimo de “urbanidade”, além de: “apresentação e maneiras de quem vive em sociedade”, “qualidade de sociável”, ou simplesmente “tendência natural para não viver isoladamente”. Segundo o Dicionário de Ciências Sociais (FGV/MEC, 1986), o termo “sociabilidade” é aplicado na sua versão francesa (socialidade) para indicar que é próprio da natureza de certos seres viver em sociedade, ter existência social. Todavia, era diferente o seu sentido original, na sociologia alemã.

Kant havia utilizado o termo “sociabilidade” para se referir genericamente à relação entre o indivíduo e a sociedade. Mas foi bem mais preciso o sentido dado por Georg Simmel (1858-1918), precursor influente na obra de Weber, e pioneiro da sociologia dedicada à “ação social” (em contraposição à sociologia centrada nas “estruturas”, seja de cunho marxista ou funcionalista). Para ele, trata-se de um “jogo-forma de associação”. A sociabilidade seria própria de um mundo artificial, composto de indivíduos que não têm outro desejo senão o de criar a pura interação com os demais. Não se entraria na sociabilidade como homens completos, mas como homens despojados de fins, metas e intenções. Como abstração da associação através da arte e do jogo, a sociabilidade seria a classe mais pura de interação.

Mais tarde, outros sociólogos - como Durkheim e Gurvitch, por exemplo – alteraram de várias maneiras a noção de “sociabilidade”. Mas todas permaneceram no universo das relações comunitárias, marcadas pela afetividade e pela memória comum, em contraposição

¹² A explicação talvez esteja ligada à sua tremenda desilusão com as primeiras tentativas históricas de construir sociedades socialistas. Mas isto está fora do escopo deste artigo. Ver a propósito os dois últimos capítulos do livro de Mandel (1968).

às relações societárias, marcadas pela razão, regras e normas. É muito difícil aceitar, portanto, que se possa falar de uma sociabilidade "urbana". E se alguém procurou definir o que seria essa suposta sociabilidade "urbana", esse alguém foi certamente Louis Wirth, em artigo que se tornou um clássico: "*Urbanism as a way of life*".¹³

O centro da reflexão de Wirth nesse célebre artigo é justamente a diferença entre os modos de vida urbano e rural existentes em sociedades que já eram predominantemente urbanas nos anos 1930. Sua proposta é a de comparar os tipos ideais de comunidades urbanas e rurais, para obter uma perspectiva de análise dos modelos básicos de associação humana tais como eles aparecem na civilização contemporânea. Sua principal referência teórica foi o ensaio "*Die Stadt*", de Weber.¹⁴ E uma das mais básicas conclusões de Wirth é a de que não faz qualquer sentido enxergar um modo de vida urbano em lugares pequenos, de baixa densidade populacional, e de escassa heterogeneidade social. Segundo Wirth, a abordagem empírica do modo de vida urbano exige três perspectivas inter-relacionadas: (1) ecológica; (2) de organização social; e (3) de comportamento coletivo e personalidade. E tendo em vista a diversidade dos aglomerados humanos nas sociedades contemporâneas, ele enfatiza a necessidade de apoiar a análise em tipologias.

Apesar de Wirth não usar a expressão "sociabilidade", a releitura de seu célebre artigo permite supor que ele concordaria hoje com a proposta de uma hierarquia urbano-rural que começaria pelas grandes metrópoles e terminaria em vilarejos rurais, passando por aglomerações não-(ou proto)-metropolitanas, centros urbanos de regiões rurais, e localidades ambivalentes (semi-urbanas ou semi-rurais, como adota a classificação mexicana). Ou seja, de que não existe uma sociabilidade urbana que possa ser contraposta a uma sociabilidade rural, mas sim uma multiplicidade de sociabilidades que podem até estar superpostas, como indicam os estudos sobre certas formas de comportamentos coletivos rurais no interior de regiões metropolitanas.¹⁵

○ ATUAL SENTIDO DA CONTRADIÇÃO URBANO-RURAL

A distinção entre ambientes rurais e urbanos repousa, antes de tudo, no grau de artificialização dos ecossistemas, tendo então como ponto de partida a ecologia, isto é, o estudo dos habitats naturais de todas as espécies vivas. O habitat de uma espécie inclui um ambiente físico-químico favorável à sua sobrevivência e à sua reprodução, e um ambiente biológico que faz com que inúmeras outras espécies povoem, simultaneamente, este meio. Cada espécie interage com as que lhe estão próximas, de forma direta ou indireta, mais

¹³ Cf. *The American Journal of Sociology*, vol. 44 (July 1938), reproduzido no *Reader in Urban Sociology*, editado por Paul K. Hatt e Albert J. Reiss Jr. (p. 32-49).

¹⁴ *Wirtschaft und Gesellschaft* (Tübingen, 1925), Parte I, cap. 8, p. 514-601; que conta com ótima tradução inglesa editada por Don Martindale & Gertrud Neuwirth (1958).

¹⁵ Aliás, uma das sessões temáticas do 10º Encontro Anual da ANPUR teve por título "Novas sociabilidades: cultura, identidade e diversidade na produção do espaço", confirmando que é impraticável a divisão dicotômica da noção de sociabilidade urbana *versus* sociabilidade rural.

ou menos intensa, e com efeitos imediatos ou tardios. O conjunto destas interações constitui uma rede de inter-relações, geralmente complexa, adaptativa, e freqüentemente evolutiva. Por outro lado, cada espécie modifica seus ambientes físico-químico e biológico de uma forma que lhe é própria, e que, com freqüência (mas nem sempre) lhe é favorável. Qualquer modificação do meio – devido a causas exteriores ou como conseqüência da atividade de determinadas espécies – repercute na totalidade do povoamento, modificando a natureza ou a intensidade das interações e as condições de vida.

Por isso, nenhuma ecologia científica poderia ser a de uma espécie, ainda que fosse a humana. A análise é necessariamente multiespecífica e orientada para a compreensão de sistemas de ações recíprocas que ligam entre si as diferentes categorias biológicas em presença e estas ao meio físico. Tais sistemas - que começaram a ser chamados de ecossistemas desde 1935 por Tansley - estão organizados para perdurar, evoluir e adaptar-se. Em sua versão mediatizada, a ecologia se tornou sinônimo de ciência do ambiente, e em particular do ambiente humano. Todavia, o foco exclusivo sobre a ecologia dos humanos, abrangendo apenas espécies consideradas úteis ou prejudiciais, e quase sempre numa perspectiva de curto prazo, só pode trair o objetivo da ciência ecológica. Esta precisa dar atenção ao conjunto interativo formado pelas ações das diferentes espécies e a reações do meio. E é óbvia a complexidade de um tal conjunto. Além do reduzido número de espécies, e do ínfimo número de propriedades do meio, todo modelo conceitual simples será facilmente ultrapassado pela realidade.¹⁶

O mais relevante aos propósitos deste artigo é estimar as alterações dos ecossistemas provocadas pela espécie humana, como forma de avaliar seu grau de artificialização. Tais estimativas estão apresentadas na Tabela 1. A primeira observação a ser feita é sobre o contraste entre o grau de artificialização dos ecossistemas da Europa e do resto do mundo. Enquanto 65% da área européia foi considerada ocupada (por assentamentos humanos ou por agropecuária intensiva), nos demais continentes essa fração não chega a um terço, e atinge mínimos 12% na América do Sul e na Australásia. Em seguida, é importante notar que mais da metade dos territórios das Américas e da Australásia foram considerados praticamente inalterados, pois mantêm a vegetação primária, com baixíssimas densidades demográficas. Finalmente, pode-se dizer que metade da área planetária permanece praticamente inalterada, e mais uma quarta parte parcialmente alterada com formas extensivas de exploração primária. Ou seja, apenas uma quarta parte da área global está suficientemente artificializada pela urbanização e pelas formas mais intensivas de agropecuária.

Isto quer dizer que, de um ponto de vista estritamente ecológico, seria absurdo pensar numa urbanização completa, mesmo que se considere nessa conta que a tal "industrialização da agricultura" deva ser entendida como urbanização. Mesmo por esse equivocado prisma, apenas no continente europeu a urbanização predominaria em termos espaciais. Na Ásia e na América do Norte chegaria a 25-30% e nos demais continentes a menos de 20%.

¹⁶ Estes dois parágrafos estão apoiados em Frontier (2001).

Tabela 1
Habitat e alteração humana por continente, 1994

Continente	Área total	Praticamente inalterada ⁽¹⁾	Parcialmente alterada ⁽²⁾	Fortemente artificializada ⁽³⁾
	Milhões de Km2	%	%	%
Europa	5,8	15,6	19,6	64,9
Ásia	53,3	43,5	27,0	29,5
América Norte	26,2	56,3	18,8	24,9
África	34,0	48,9	35,8	15,4
América do Sul	20,1	62,5	22,5	12,0
Australásia	9,5	62,3	25,8	12,0
Total s/ Antártica	148,8	49,7	26,6	23,8
Antártica	13,2	100,0	0,0	0,0
Total Mundo	162,1	53,8	24,4	21,8

Fonte: HANNAH, L. *et al.*, 1994.

Notas:

⁽¹⁾ **Praticamente inalterada:** áreas com vegetação primária e com baixíssimas densidades humanas.

⁽²⁾ **Parcialmente alterada:** áreas com agropecuária extensiva, vegetação secundária, e outras evidências de alteração humana, como pastoreio acima da capacidade de suporte, ou exploração madeireira.

⁽³⁾ **Artificializada:** áreas com agropecuária intensiva e assentamentos humanos nas quais foi removida a vegetação primária, ou com desertificação e outras formas de degradação permanente.

A repartição do território brasileiro segundo essas três intensidades de alteração humana parece estar a meio caminho entre as situações da América do Sul e da América do Norte, conforme informações disponibilizadas pela Embrapa Monitoramento por Satélite.¹⁷ A parte das áreas inequivocamente artificializadas (urbanas e agropecuárias) não chega a 20%. Outros 18% ficam na categoria intermediária, constituída essencialmente por mosaicos de vegetação alterada, outras formas ultra-extensivas de lavouras e pastoreios (mas também por rochas e solos nus, ou com vegetação dispersa, e corpos d'água). E nos demais 63% estão as florestas úmidas (43,2%), florestas secas (6,4%), florestas inundáveis (1,7%), florestas de transição (2,9%), e campos ou savanas (8,6%).

Claro, assumir um ponto de vista estritamente ecológico seria tão errado quanto abordagens exclusivamente sociais ou econômicas. O mais correto é procurar critérios que possam dar conta simultaneamente dos aspectos ecológicos e socioeconômicos da utilização dos territórios pela espécie humana. E foi exatamente esse o desafio aceito pela formidável equipe de pesquisadores do Serviço de Desenvolvimento Territorial da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – que conseguiu estabelecer indicadores territoriais de emprego, com foco no desenvolvimento rural (OCDE, 1996). Após minuciosa análise das estatísticas referentes a 50 mil comunidades locais das 2 mil regiões existentes nos 26 países membros da OCDE, foi possível distinguir diferentes níveis hierárquicos para a análise territorial. Ao nível local, foram classificadas apenas como urbanas ou rurais as menores unidades administrativas, ou as menores unidades estatísticas. Numa segunda etapa, de nível regional, agregações funcionais – como províncias, ou “commuting zones” - foram classificadas como mais ou menos rurais.

Ao nível local, a OCDE passou a considerar rurais as comunidades com densidade

¹⁷ Ver http://www.cobveget.cnpm.embrapa.br/resulta/brasil/leg_br.html

populacional inferior a 150 habitantes por quilômetro quadrado (ou 500 hab/km² no caso específico do Japão). Conforme esta definição, cerca de um terço (35%) da população da OCDE vive em comunidades rurais que cobrem mais de 90% de seu território. Tais participações variam bastante conforme o país considerado. Os habitantes de localidades rurais são menos de 10% em países como a Holanda e a Bélgica, e mais de 50% nos países escandinavos. Todavia, como as opções e oportunidades abertas para essas comunidades rurais dependem em grande medida do relacionamento que possam manter com centros urbanos, o que realmente conta é a abordagem regional. Assim, para os propósitos analíticos da OCDE, suas 2 mil regiões foram agrupadas em 3 subconjuntos, em função da participação da população regional que vive em comunidades rurais. Em regiões consideradas predominantemente rurais essa participação é superior a 50%. Nas consideradas significativamente rurais ela fica entre 15% e 50%. E nas regiões predominantemente urbanas abaixo de 15%.

Como o conceito de desenvolvimento rural é complexo e multisetorial, é preciso lidar com um amplo conjunto de indicadores que, segundo a OCDE, podem ser classificados nas quatro dimensões que aparecem no Quadro 1. Cerca de um quarto (28%) da população da OCDE vive em regiões predominantemente rurais, em geral bastante remotas, nas quais a maioria das pessoas pertence a pequenas comunidades pulverizadas pelo território. No extremo oposto, cerca de 40% da população da OCDE está concentrada em menos de 3% do território, nas regiões predominantemente urbanas. O terço restante (32%) vive nas regiões da categoria intermediária, e são chamadas de significativamente ou relativamente rurais. Ou seja, cada um dos três tipos de regiões contém comunidades rurais e urbanas, só que em diferentes graus. Enquanto em alguns países escandinavos as participações relativas das regiões predominantemente ou significativamente rurais são superiores, ocorre exatamente o contrário em países como a Bélgica, o Reino Unido ou a Alemanha. Outros países se caracterizam por uma estrutura dualista, com grandes proporções de população nos dois extremos. São os casos, por exemplo, da Irlanda, da Grécia,

Quadro 1 Conjunto básico de indicadores rurais	
POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO	BEM-ESTAR SOCIAL E EQUIDADE
Densidade	Renda
Mudança	Habitações
Estrutura	Educação
Domicílios	Saúde
Comunidades	Segurança
ESTRUTURA E DESEMPENHO ECONÔMICO	MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
Força de trabalho	Topografia e Clima
Emprego	Mudanças de uso da terra
Pesos setoriais	Habitats e espécies
Produtividade	Solos e recursos hídricos
Investimento	Qualidade do ar

Fonte: OCDE, 1996.

ou de Portugal. Além disso, em países como a França, a Espanha e a Itália, a maior fatia da população está nas regiões da categoria intermediária chamada de significativamente rural. (Ver tabelas 2 e 3)

Tabela 2
Populações rurais nos países da OCDE, 1990

	População em comunidades rurais (*)	População por tipo de região (**)		
		Predominantemente rural	Significativamente rural	Predominantemente urbana
		% da População Nacional		
Turquia	59	58	30	12
Noruega	59	51	38	11
Suécia	43	49	32	19
Finlândia	55	43	37	20
Dinamarca	42	40	38	22
Áustria	42	40	39	22
México	49
EUA	44	36	34	30
Canadá	40	33	23	44
Austrália	30	23	22	55
Nova Zelândia	49	47	25	28
Islândia	39	35	8	57
Irlanda	43	47	15	38
Grécia	37	42	24	34
Portugal	36	35	22	43
Rep. Tcheca	29	15	57	28
França	37	30	41	29
Espanha	30	17	46	37
Itália	22	9	44	47
Japão	27	22	35	43
Suíça	19	13	25	62
Alemanha	21	8	26	66
Reino Unido	13	1	27	72
Luxemburgo	30	-	100	-
Bélgica	9	2	18	80
Holanda	8	-	15	85

Fonte: OCDE, 1996.

Notas:

- Não se aplica.

... Não disponível.

(*) População em comunidades locais com densidade inferior a 150 hab/Km² (e 500 no caso do Japão).

(**) Tipologia das regiões, conforme a participação da população rural (+ de 50%, entre 50% e 15%, e menos de 15%).

Hoje a população urbana do mundo está em torno de 3 bilhões, e a ONU prevê um aumento de mais de 1,5 bilhão até 2025. Esse crescimento ocorrerá principalmente em cidades da Ásia, África e América Latina, que deverão concentrar cerca de três quartos da população urbana do planeta. Todavia, ao contrário do que ocorre na maioria dos

Tabela 3
Distribuição do emprego pelos três setores nas regiões predominantemente rurais

Países	Regiões predominantemente rurais*		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
	% do emprego total		
Turquia
Noruega	8	33	59
Suécia	5	32	63
Finlândia	16	30	54
Dinamarca	10	30	61
Áustria	13	37	49
México
EUA	6	26	68
Canadá	11	23	66
Austrália	15	20	65
Nova Zelândia	17	24	59
Islândia	37	21	42
Irlanda	22	29	50
Grécia	37	24	39
Portugal	23	31	47
Rep. Tcheca	22	41	88
França	11	32	57
Espanha	25	25	50
Itália
Japão	14	31	55
Suíça	10	33	57
Alemanha	2	52	46
Reino Unido	10	28	62
Luxemburgo	3	31	66
Bélgica	11	21	69
Holanda	10	34	56

Fonte: OCDE, 1996.

Notas:

... Não disponível.

(*) Tipologia das regiões conforme a participação da população rural: + de 50%.

países da OCDE, essas regiões recentemente urbanizadas continuarão a viver em condições de extrema pobreza, sem trabalhos decentes, em precárias moradias e sem qualquer chance de acesso às amenidades básicas. Na realidade, estão em pré-cidades (favelas e bairros periféricos), que – como diz Ignacy Sachs – não passam de “purgatórios” onde os recém-chegados esperam pela sua urbanização efetiva, que requer condições para o exer-

cício da cidadania.¹⁸ Abordagem semelhante à desenvolvida em vários livros por Murray Bookchin, principalmente em *Urbanization without Cities*.

Longe de engrossar as fileiras dos que denunciam os males das cidades, Bookchin procura, ao contrário, explorar seu imenso valor – assim como o das vilas (*towns*) – como criações humanas das mais notáveis. Todavia, ao apresentar sua evolução histórica, fica evidente o contraste entre as atuais “densas coleções de estruturas voltadas à provisão de mercadorias e serviços a residentes anônimos” e as comunidades socioeconômicas, mas também morais e éticas, que foram as cidades em suas remotas origens. Advoga uma agenda de democracia participativa capaz de reverter essa “desumanização” das cidades. É uma idéia provocativa, que pode ser facilmente rotulada de utópica. Mas não deixa de revelar a falácia que consiste em considerar meras taxas de urbanização como indicadores de progresso civilizatório.

Ninguém sabe como poderá ser superado o problema que Paul Bairoch chamou de “inflação urbana do terceiro mundo”.¹⁹ Apenas deve ser recomendado um novo olhar sobre as perspectivas do desenvolvimento rural. Em vez de se considerar que a modernidade é um apanágio do urbano, é necessário se interrogar sobre as possibilidades de modernizar o rural de acordo com os três princípios do desenvolvimento: equidade social, prudência ecológica e eficácia econômica sob a ótica macrosocial. A reprodução mimética do modelo de modernização rural dos países do primeiro mundo será certamente desastrosa para os países do Sul. E as populações rurais dos países subdesenvolvidos e emergentes não podem ser excluídas das inúmeras vantagens da vida urbana, por mais caótica que seja. Não há dúvida, pois, que a chave é a articulação urbano-rural mediante redes intra-regionais que aproximem as condições de vida. Mesmo que esta seja uma visão ainda muito opaca, de nada servirá a pretensa resolução dessa dificuldade pela abolição mental das diferenças entre ambientes urbanos e rurais.

CONCLUSÃO

Existe profunda diferença entre a tendência atual a um ensaísmo sociológico de fundo filosófico e a sociologia propriamente dita. “O pensamento especulativo e ensaístico não tem como identificar e descrever explicitamente as singularidades da realidade social. Descamba para o imenso, o abstrato e genérico, para o sociologicamente descabido, improvável”.²⁰ Este parece ser o caso dos intelectuais que consideram irrelevante a contradição entre o urbano e o rural, já que um dia será puro resíduo a população cuja “sociabilidade” não for “urbana”.²¹

¹⁸ Ver, por exemplo, “Uma grande São Paulo a cada três meses”, in Sachs (2002, p. 194-197).

¹⁹ Cf. “Cinq millénaires de croissance urbaine”, in Sachs (1998).

²⁰ Cf. José de Souza Martins, *A sociabilidade do homem simples*, São Paulo: Hucitec, 2000. capítulo 7, p. 154.

²¹ E certamente faz parte dessa linha de pensamento a declaração atribuída pelos jornais ao 33º presidente da Funai (em 35 anos). Segundo o noticiário, teria dito em seu discurso de posse que “os índios devem produzir excedente para que possam vender e não precisem mais pedir ajuda”. E numa reserva do Mato Grosso, já se está financiando tratores, sementes e insumos para que os índios produzam soja. Cf. NOVAES, Washington. Índio plantando soja?. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. A2, 26 set. 2003.

Tais considerações não se aplicam, todavia, à idéias de William Friedland que serviram de abertura a este artigo. Antes de tudo, porque não se trata de ensaísmo. Ele faz pesquisa empírica. E pesquisa empírica inteligente, não aquela mera coleta de dados que depois não se encaixam nas proposições teóricas. A tal ponto que talvez resvale em sentido inverso, quando adota um expediente “intelectualmente insatisfatório”, de “postura mais pragmática” frente a tamanho “atavismo conceitual” das sociedades mais avançadas. Seja como for, a atitude de utilizar três monografias de conflitos de caráter “periurbano” para interrogar, ou provocar, os leitores de *Rural Sociology* sobre a “quase intolerável” definição de *rural* é algo muito diferente da abstrata extrapolação de Lefebvre, ou do uso abusivo da noção de sociabilidade, que hoje servem de molduras teóricas a modalidades de conhecimento para-sociológico muito em voga entre urbanistas.

Qualquer tipo de história sobre o século XX – seja política, social ou cultural – inevitavelmente registrará que em suas últimas décadas houve uma forte desilusão com as conseqüências do progresso material e a recíproca tendência a um interesse cada vez maior pela possibilidade da conservação e proteção da natureza. Como conseqüência, houve uma espécie de injeção de temas ambientais nos debates políticos, tanto no âmbito internacional, quanto local. Mesmo assim, nada disso deslocou a tendência de fundo, que tanto impregna o pensamento ocidental, sobre a separação entre o “mundo natural” e o “mundo social”. Quem desdenha a contradição entre o urbano e o rural, porque não passaria de relíquia a “sociabilidade” correspondente ao segundo pólo dessa contradição, certamente reforça essa inércia do pensamento dominante. Ao contrário, quem continua a se interrogar sobre as manifestações contemporâneas do desenvolvimento dessa contradição só confirma a necessidade urgente de conservar e proteger biomas, domínios e ecossistemas. Consciência que decorre do ceticismo quanto à capacidade do capitalismo ultrapassar a fronteira dos limites naturais.

Se tudo já fosse urbano, como querem os autores mais criticados neste artigo, só se poderia considerar como lunáticas as obras dos grandes sociólogos e economistas rurais contemporâneos que, felizmente, mais influenciam seus colegas brasileiros. E basta mencionar, a título de homenagem, a meia dúzia de pesquisadores cujas contribuições científicas estão entre as mais recomendáveis aos atuais e futuros estudantes em ciências humanas e ambientais: Buttel, Galston, Jacobs, Jollivet, Mendras, e Newby.

Enfim, este artigo não teve a pretensão ilusória de que seria possível acabar com a tese do “tudo é urbano”. Tão somente procurou fazer com que a contextualização teórica e histórica dessa idéia ajude a perceber que existe uma outra maneira de enxergar a questão, que talvez seja bem mais profunda, moderna, e radical do que os adeptos da sociologia ovo de Colombo parecem supor ou suspeitar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BAIROCH, Paul. Cinq millénaires de croissance urbaine. In: SACHS, Ignacy (Dir.). *Quelles villes pour quel développement?* Paris: PUF, 1998.

- BENTON, Ted. Marxism and natural limits: an ecological critique and reconstruction. *New Left Review*, n. 178, nov./dez., 1989.
- BOOKCHIN, Murray. *Urbanization without cities: the rise and decline of citizenship*. Montréal & New York: Black Rose Books, 1992.
- BUTTEL, Frederick H.; NEWBY, Howard. *The rural sociology of the advanced societies: critical perspectives*. London: Croom Helm, 1980.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (edição revisada, acompanhada de posfácio de 1975).
- _____. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Lisboa: Presença, 1975.
- DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço: os desafios das sociedades humanas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- FRIEDLAND, William. Agriculture and rurality: beginning the 'final separation'? *Rural Sociology*, v. 67, n. 3, p. 350-371, 2002.
- FRONTIER, Serge. *Os ecossistemas*. Lisboa: Piaget, 2001.
- GALSTON, William A. *Rural development in the United States: Connecting theory, practice, and possibilities*. Washington, D.C.: Island Press, 1995.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *Energy and economic myths: institutional and analytical economic essays*. New York: Pergamon Press, 1976.
- _____. *The entropy law and the economic process*. Harvard University Press, 1971 (nova edição em 1999).
- GIANNOTTI, José Arthur. *Certa herança marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *From farming to biotechnology: a theory of agro-industrial development*. London: Basil Blackwell, 1987.
- GRIGG, David. *The transformation of agriculture in the West*. London: B. Blackwell, 1992.
- HANNAH, L. *et al.* A preliminary inventory of human disturbance of world ecosystems. *Ambio*, v. 23, n. 4-5, p. 246-250, 1994.
- HESS, Remi. *Henri Lefebvre et l'aventure du siècle*. Paris: Éditions A. M. Métailié, 1988.
- HOBBSAWM, Eric. Introdução a Karl Marx. In: MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.
- JACOBS, Jane. *A natureza das economias*. São Paulo: Beca, 2001.
- JOLLIVET, Marcel; MENDRAS, Henri Mendras (Dir.). *Les collectivités rurales françaises*. Paris: Armand Colin, 1971. 2v.
- KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990.
- KORMONDY E. J.; BROWN, D. E. *Ecologia Humana*. São Paulo: Atheneu, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- _____. *La sociologie de Marx*. Paris: PUF, 1966.
- _____. *Pour connaître la pensée de Karl Marx*. Paris: Bordas, 1966.
- _____. *The production of space*. Oxford, UK: Blackwell Publishers, 1991.

- MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Mar: de 1843 até a redação de O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas do mundo: do Neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- MENDRAS, Henri. *La fin des paysans*. 2. ed. Arles: Actes-Sud, 1984.
- _____. *Comment devenir sociologue: souvenirs d'un vieux mandarin*. Arles: Actes-Sud, 1995.
- MONTE-MÓR, Roberto L. M. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, Leonardo B. (Org.) *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003. p. 260-271.
- _____. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). 5. ed. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Annablume/Hucitec/Anpur, 2002. p. 169-181.
- NEWBY, Howard. *Green and pleasant land?: social change in rural England*. 2. ed. Hounslow: Wildwood House, 1985.
- OLIVEIRA, Francisco. Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOYSÉS, J. A. et al. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo: Cedec/Paz e Terra, 1978. p. 65-76.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). *Saving biological diversity: economic incentives*. Paris: OCDE, 1996a.
- _____. *Territorial indicators of employment: Focusing on rural development*. Paris: OCDE, 1996.
- PONTING, Clive. *A Green history of the world: the environment and the collapse of great civilizations*. Penguin Books: 1991.
- SACHS, Ignacy. *O gato de Alice e outras crônicas: pensando o Brasil às margens do Sena*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. (Dir.). *Quelles villes pour quel développement?* Paris: PUF, 1998.
- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da razão dialética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SERVOLIN, Claude. L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste. In: _____. *L'univers politique des paysans*. Paris: A. Colin, 1972.
- _____. Les politiques agricoles. In: *Traité de science politique*. Paris: PUF, 1985. cap. 4, t. 4.
- _____. *L'agriculture moderne*. Paris: PUF, 1989.
- TAMBOSI, Orlando. *O declínio do marxismo e a herança hegeliana: Lucio Colletti e o debate italiano (1945-1991)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- TANSLEY, A. G. The use and abuse of vegetational concepts and terms. *Ecology*, n. 16, p. 284-307, 1935.
- VEIGA, José Eli. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- WEBER, Max. *The City*. New York: The Free Press, 1958. Tradução Don Martindale e G. Neuwirth.
- WIRTH, Louis. Urbanism as a way of life. In: REISS JR., Albert J.; HATT, Paul K. *Reader in Urban Sociology*. Illinois: The Free Press, 1951. p. 32-49.

ANEXO

O método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre

Tudo começa pelo reconhecimento de uma dupla complexidade da realidade social: horizontal e vertical. Essa dupla complexidade desdobra-se em procedimentos metodológicos que identificam e recuperam temporalidades desencontradas e coexistentes. A complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível. Cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê. Esse é o momento descritivo do método. Nele, o tempo de cada relação social ainda não está identificado. O pesquisador procede mais como etnólogo.

O segundo momento é analítico-regressivo. Por meio dele mergulha-se na complexidade vertical da vida social, a da coexistência de relações sociais que têm datas desiguais. Nele a realidade é analisada e decomposta. É quando o pesquisador deve fazer um esforço para datá-la exatamente. Cada relação social tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem sua data. O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica. De modo que no vivido se faz de fato a combinação prática das coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas. Nesse momento, fica evidente a importância do domínio das disciplinas especiais – a sociologia, a antropologia, a história, a economia, a estatística, etc. Sem as quais a reconstituição feita permaneceria indefinida, aprisionada pela impossibilidade de datação de seus diferentes componentes.

O terceiro momento é histórico-genético. Nele, deve o pesquisador procurar o reencontro do presente, “mas elucidado, compreendido, explicado”. A volta à superfície fenomênica da realidade social elucidada e percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido. Nesse momento regressivo-progressivo é possível descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais. Ao contrário, os desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades. Na descoberta da gênese contraditória de relações e concepções que persistem está a descoberta de contradições não resolvidas, de alternativas não consumadas, necessidades insuficientemente atendidas, virtualidades não realizadas. Na gênese dessas contradições está de fato a gestação de virtualidades e possibilidades que ainda não se cumpriram. Porque é o desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição a outra a indicação de que um possível está adiante do real e realizado.

Essa dupla complexidade não é exterior ao homem e a cada ser humano. Falas, gestos, entonações, modos de relacionamento, desencontros entre o falado, o percebido e o feito, tudo enfim tem de ser concretamente vivido, ainda que no limiar do percebido. São esses desencontros que dão sentido à práxis, fazendo-a repetitiva, mimética ou inovadora, no mesmo ato, no mesmo movimento. Por isso, fazer História não está apenas no ato intencional de criar o novo e destruir o velho. Uma História assim é, no fundo, uma História sem tensões, sem vida, falsa História. No vivido, a práxis é contraditória. Ela reproduz relações sociais. Mas não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações, não há repetição sem uma certa inovação.

NB: Resumo de texto de MARTINS (1996) feito pelo autor.

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E ORGANIZACIONAIS NA AGRICULTURA¹

Vitor de Athayde Couto Filho*
Gustavo Bittencourt Machado**
Andréa da Silva Gomes***

INTRODUÇÃO

Os impactos sócio-ambientais decorrentes do padrão produtivista, baseado na revolução verde, e as mudanças na base de sustentação do referido paradigma, com destaque para as inovações tecnológicas e organizacionais em curso, têm suscitado muitas discussões em torno do futuro tecnológico e organizacional na agricultura. Desse debate, surgiram duas grandes correntes: uma acredita em que o paradigma produtivista está, apenas, passando por adaptações e a outra defende que a trajetória produtivista esgotou-se e que outro paradigma está surgindo. Uma nova corrente vem-se formando e desenhando um outro cenário, no qual vários modelos produtivos conviveriam conjuntamente.

Pretende-se contribuir com o debate. Para tanto, parte-se da definição de alguns conceitos relacionados ao tema, confrontando-se diferentes visões teóricas, desde as teorias de progresso técnico até o modelo produtivo de Boyer. Em seguida, analisam-se os problemas e dificuldades enfrentados pelo paradigma produtivista, especialmente no caso brasileiro. Com base nos conhecimentos teóricos, nos problemas apresentados e nas inovações em curso, apresentam-se três cenários relativos ao futuro tecnológico e organizacional da agricultura.

PARADIGMA E TRAJETÓRIA TECNOLÓGICOS

As teorias do progresso técnico, mais precisamente a teoria evolucionista, contribuem para que se compreenda o desenvolvimento tecnológico. Os seus principais autores analisam as mudanças técnico-econômico-sociais através da noção de paradigma, começando por estudar inovações científicas e a introdução de produtos e processos. Estudos sobre

¹ Artigo publicado nos Anais e apresentado no XXV Encontro Nacional de Economia (ANPEC) em Recife, 1997. Colaboraram neste trabalho: Ana Georgina Peixoto Rocha, Joana Guedes, Roberto Sá da Silva, Telma Maria Souza e Vitor de Athayde Couto (Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre *Agribusiness* e Agricultura Familiar da UFBA).

* Coordenador dos Projetos de Cooperação Técnica BRA/2904, BRA/2905 e BRA/2906, firmados entre o Ministério Extraordinário para a Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e a FAO. vitor.athayde@fao.org.br

** Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona. gubm@uol.com.br

*** Doutoranda do Instituto Nacional Agrônomo Paris-Grignon (INA-PG) e Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz.

novas formas de organização da produção, ao nível da empresa, da indústria e da economia, permitem melhor conhecer a estrutura, o funcionamento e a emergência dos novos modelos produtivos.

No entanto, é indispensável uma crítica às limitações dessas teorias, apoiada em desenvolvimentos teóricos feitos na França, particularmente pelos regulacionistas, que procuram estudar a emergência dos modelos, com base nas estratégias das firmas multinacionais das indústrias automobilística e de alimentos. Por exemplo, analisa-se o *toyotismo*, enquanto modelo, bem como se verifica a existência de modelos diferentes, ou que tenham alguma convergência.

Analisando o desenvolvimento científico apoiado no conceito de paradigma, Kuhn (1962) observou que sempre existe uma primeira etapa do processo que é confusa – quando os cientistas ainda não elaboraram o conhecimento requerido para resolver um problema novo. Na etapa seguinte, os fatos pertinentes são selecionados e um paradigma estrutura-se quando se forma algum consenso em torno do novo conhecimento, mas sempre fica uma pequena parte não resolvida do problema. A esse respeito, Dosi (1982) formulou a seguinte questão: como explicar que, a partir da diversidade das empresas, apareça um sistema de inovação abrangente, capaz de dar uma direção ao desenvolvimento do progresso tecnológico?

Observar empresas dá a impressão de que cada firma apresenta um problema específico. Todavia, existem pontos comuns entre empresas e entre indústrias. Como explicar o aparecimento dos estilos ou *trajetórias tecnológicas*? A resposta apoia-se na analogia entre ciência e tecnologia; o desenvolvimento tecnológico aproxima-se cada vez mais do desenvolvimento científico. Dosi, usando o conceito de paradigma para entender o desenvolvimento das tecnologias, construiu a idéia de *paradigma tecnológico*, ou seja, um modelo de soluções de problemas técnicos, baseado nas ciências naturais, para adquirir novos conhecimentos que os seus proprietários procuram salvaguardar, tanto quanto possível, contra uma difusão excessivamente rápida entre os concorrentes.

Trata-se de uma definição microeconômica (em relação às empresas) ou mesoeconômica (em relação às indústrias). Existem procedimentos de pesquisa específicos da indústria química, da indústria de alimentos ou da indústria automobilística. Nestes dois últimos casos, poder-se-iam considerar, por exemplo, os paradigmas *revolução verde* e *motor a explosão*.

Os *paradigmas tecnológicos* definem as oportunidades de inovações sucessivas em certa direção ou *trajetória tecnológica*. O uso da gasolina para combustão interna, seguido do ciclo diesel e, no Brasil, o uso do álcool, definem uma *trajetória tecnológica*. Quando o paradigma se esgota, são necessários conhecimentos científicos e tecnológicos completamente diferentes para o desenvolvimento de processos biotecnológicos ou do motor elétrico, por exemplo.

Rosenberg (1976) identifica ainda alguns mecanismos que estimulam ou restringem a

inovação. Ele refere-se aos gargalos tecnológicos das atividades interligadas; aos impulsos estratégicos, como energia ou matérias-primas; à composição e transformações da demanda; à mudança dos preços relativos, particularmente, de capital e trabalho; e aos conflitos sociais. Além desses mecanismos, existem ainda as possibilidades de apropriação da tecnologia pela empresa, objetivando impedir a difusão da inovação entre os concorrentes. Isso pode influenciar negativamente a inovação.

Pavitt (1984), em sua taxonomia, classifica quatro grupos de indústrias. No primeiro, de máquinas e equipamentos, as inovações são, essencialmente, de processos, cristalizadas em bens de capital e intermediários, com vistas à redução de custos. No segundo, de peças e componentes, as inovações são de produtos, *inputs* de capital fixo. No terceiro grupo, de produção em massa, são importantes as economias de escala e as inovações de processos e de produtos, apropriadas via depósito de patentes. Mas é o quarto grupo, ligado ao progresso técnico, que gera inovações e novos conhecimentos científicos capazes de constituir novos *paradigmas tecnológicos*. Nessas empresas, a inovação se faz em grandes laboratórios, e as despesas de P&D são elevadas. Muitas dessas inovações entram como bens de capital ou intermediários em outros setores, que passam a experimentar progressos científicos, renovando os seus produtos. A apropriação dos resultados faz-se através dos depósitos de patentes; economias de aprendizagem são fundamentais e o *know-how* de pesquisa e produção tem um caráter cumulativo e tácito muito importante.

É de se esperar que uma *inovação radical* surja no quarto grupo como uma mudança significativa na base do conhecimento científico e tecnológico, provocando ruptura no velho paradigma. Já as pequenas inovações que se fazem num mesmo paradigma, ao longo de uma trajetória, são *inovações incrementais*. Elas são importantes para a rentabilidade da empresa, mas não têm o significado de uma *inovação radical*.

Paradigma técnico-econômico de Perez e Freeman

Perez e Freeman (1988), estudando as interligações industriais, observaram que uma *inovação radical* começa a ser aplicada numa única indústria, que termina por influenciar as demais; a partir daí eles construíram o conceito de paradigma técnico-econômico. Cada época histórica é marcada por uma ou duas inovações radicais que acabam influenciando toda a economia.

Por exemplo, entre 1770 a 1830, o fator-chave foram o algodão e o ferro-gusa; em seguida, o carvão, quando a indústria de transportes mudou a estrutura de custos relativos da economia. No terceiro período veio o aço; e, no quarto, a energia, particularmente o petróleo. Hoje o fator-chave podem ser os chips - elemento central da indústria microeletrônica. A análise de Perez e Freeman mostra como, em cada período, esse fator-chave é produzido por um conjunto de indústrias que vão se tornar indústrias motrizes e encadear-se com outras indústrias. Todas essas mudanças acabam influenciando os processos de fabricação, a organização administrativa da empresa, a organização do traba-

Iho, as formas de cooperação e de concorrência entre as empresas.

O fator-chave não é mais um *input* isolado, mas um sistema de inovações técnicas, sociais e gerenciais. Essas inovações vão adquirindo coerência, tornando-se um sistema capaz de ligar os elementos que o compõem, ou seja, um paradigma técnico-econômico. Essa elaboração teórica sugere uma interpretação schumpeteriana do ciclo Kondratieff, que passa a ser caracterizado por uma inovação radical. Após a difusão da inovação radical, os ganhos de produtividade tornam-se decrescentes, ao longo da fase ascendente do ciclo Kondratieff, de aplicação das inovações incrementais.

O *paradigma técnico-econômico* é importante porque incorpora a dimensão organizacional das empresas e do trabalho. Comparado com a noção microeconômica de Dosi, o papel da concorrência torna-se mais ativo e a noção de paradigma já não é só técnica, mas também econômica, social e organizacional, já que a inovação não é só tecnológica, mas também *organizacional*, ao nível da firma. A ligação entre a emergência e o declínio do paradigma e a sucessão de ciclos econômicos permitem compreender a natureza do progresso técnico e sua relação com a economia.

Críticas ao determinismo tecnológico

O determinismo tecnológico tem sido criticado por vários autores, principalmente os franceses Dockès (1990) e Rosier (1983). Segundo eles, a dimensão institucional e social é passiva na teoria de Perez e Freeman. De um lado, está o dinamismo inovador do paradigma técnico-econômico, de outro, o contexto socioeconômico tem que se adaptar à evolução técnico-econômica, mas são os conflitos sociais que explicam a retomada e a forma do ciclo ascendente.

Apoiados na matemática não-linear, David (1993), Arthur (1989) e Foray (1989), por sua vez, observam que, em cada processo econômico ou social, os primeiros eventos são cruciais para a sua trajetória futura. Embora o paradigma inicial seja o mesmo, as trajetórias são diferentes, para cada país. Sabe-se, por exemplo, que a introdução das novas tecnologias requer um elevado nível de educação; no entanto, a forma de alcançá-lo é totalmente diferente de um país para outro.

Do lado da escola francesa da regulação, autores como Aglietta (1985), Boyer (1990), Coriat (1990) e Lipietz (1985) reportam-se, simultaneamente, aos aspectos econômicos, políticos, sociais, técnicos e institucionais, apoiados em dois importantes conceitos - o regime de acumulação e o modo de regulação. Para Boyer, o regime de acumulação designa um conjunto de cinco regularidades que garantem uma progressão geral e coerente da acumulação do capital, enquanto o modo de regulação estabiliza essa acumulação num dado período histórico. A primeira regularidade é a relação salarial que se estabelece entre os trabalhadores e os meios de produção, ou seja, a organização da produção. A segunda é o horizonte temporal de valorização do capital, a partir do qual se organiza a gestão das empresas. A terceira consiste na divisão do valor agregado e na

reprodução dinâmica dos grupos sociais. A quarta refere-se à composição da demanda social e à evolução das capacidades de produção. A quinta e última regularidade (mais importante no Brasil do que na França) é a articulação entre as formas não capitalistas (por exemplo, a economia informal, camponesa ...), quando elas desempenham um papel importante. Essas regularidades vão codificar as relações sociais. Por exemplo, o fordismo é restrito no Brasil, porque a desigualdade de renda impede que a maioria da população tenha acesso aos bens duráveis.

A teoria regulacionista também faz uma reinterpretação dos ciclos. As pequenas crises são flutuações cíclicas de natureza endógena devido à insuficiência da demanda, aos desequilíbrios setoriais, à queda da taxa de lucro ou à instabilidade financeira. As crises estruturais ou *grandes crises* atingem não só o modo de regulação, mas também o próprio regime de acumulação. A partir daí, a organização da produção, a divisão do trabalho, a organização industrial das empresas, as relações com os fornecedores e os princípios de gestão tornam-se inadequados.

O atual modelo produtivo de Boyer

Segundo Boyer, a articulação entre os princípios fordistas de organização das empresas e os princípios que estruturam a relação salarial formam um modelo produtivo. Trata-se de um conceito mesoeconômico e, ao mesmo tempo, microeconômico, porque o modelo produtivo organiza as inter-relações entre as estratégias das empresas, os sistemas de relações de produtividade e, ao mesmo tempo, entre as estratégias das empresas e as políticas macroeconômicas dos governos de cada país.

O primeiro princípio fordista busca reduzir e racionalizar os tempos padrões dos funcionários via mecanização da produção e sincronização. O segundo é a organização hierárquica das três tarefas de base – concepção dos produtos, organização da produção e comercialização. O terceiro princípio, consequência do segundo, refere-se à organização a montante da empresa. O quarto e último princípio fordista é a padronização, que facilita a produção em massa. A qualidade do produto vem depois da padronização.

Boyer apoia-se nas tendências de países como Japão e Alemanha, e aponta princípios novos que contribuem para resolver a crise do velho modelo produtivo:

- . otimizar a produtividade de todos os fatores de produção;
- . integrar P&D, organização e redes de comercialização;
- . produzir somente o que vai ser vendido;
- . produzir com qualidade e custo decrescente;
- . inserir a demanda no processo produtivo;
- . descentralizar as decisões, reduzir hierarquias; e
- . inserir a firma em rede.

O Japão, por exemplo, é um caso bem sucedido do modelo de produção em massa flexível. As firmas tiram muito proveito da otimização global dos fatores. A organização *just in time* e outras inovações conseguiram reduzir o tempo de concepção, produção e venda dos produtos. Igualmente, o princípio da qualidade e baixo custo dos produtos caracteriza as empresas japonesas bem sucedidas, assim como a flexibilidade produtiva e a capacidade de acompanhar as flutuações da demanda. Tal sucesso é explicado pela difusão dos princípios de recomposição das tarefas; por exemplo, um operário da produção também se encarrega da manutenção. Observa-se também que a descrição dos novos princípios referentes ao caso do Japão é sempre baseado nos exemplos das indústrias automobilística e eletrônica. Todavia, um mesmo problema pode ter diferentes soluções em países diferentes. O modelo alemão e o sueco não se confundem com o japonês. Diferentes combinações de recursos financeiros, humanos, tradições organizacionais e instituições podem resultar na mesma flexibilidade produtiva, com capacidade de responder à incerteza da demanda. Apesar da flexibilidade, os modelos alemão e sueco não apresentam os mesmos números. A eficiência desses modelos só pode ser avaliada se inserida no contexto macroeconômico e macrossocial de cada país. Modelos aplicados em países diferentes, apesar de muito próximos, podem ter resultados diferentes. Essa diversidade pode ser explicada pelas trajetórias nacionais (escolhas estratégicas divergentes, durante períodos de crise). Valores culturais e sociais sugerem uma aplicação diferente dos princípios comuns, com resultados diferentes.

Inovações tecnológicas e organizacionais conduzem ao modelo produtivo ideal, que interage com o regime de acumulação e o modo de regulação concernentes. Essa interação define uma trajetória nacional específica para cada país. Evolucionistas, regulacionistas e outros autores ajudam a compreender a dinâmica econômica e a evolução histórica, revelando como uma trajetória é definida a partir de eventos iniciais e acidentes históricos, para, depois, um efeito de irreversibilidade descartar as demais alternativas.

O conhecimento dessas várias teorias que envolvem os processos de inovações tecnológica e organizacional permite que seja analisado, com maior rigor científico, o processo de modernização da agricultura e suas trajetórias, com base nos moldes da revolução verde. Em seguida, tendo por base a referida análise, pode-se desenhar alguns cenários relativos à tecnologia e à organização na agricultura.

A CRISE DO PARADIGMA PRODUTIVISTA

Parece existir um consenso entre os especialistas quanto ao presente do paradigma produtivista, baseado na revolução verde: ele está em crise. E esta pode ser explicada por dois fatores muito correlacionados: os impactos sócio-ambientais, com as conseqüentes quedas de produtividade, e as mudanças nos pontos de sustentação do paradigma em questão. Considerando-se este quadro surgem algumas perguntas: será esta crise resolvida através de inovações incrementais, mantendo-se a trajetória tecnológica e organizacional? Ou faz-se necessário o aparecimento de uma inovação radical que leve a

um novo paradigma tecnológico e organizacional para a agricultura?

Para responder a estas questões, é preciso, primeiramente, conhecer mais detalhadamente os fatores causadores da referida crise, para, em seguida, desenhar alguns cenários. Assim, nos próximos subitens, serão detalhados estes fatores.

Conforme foi demonstrado anteriormente, modelos aplicados em países diferentes podem ter resultados diferentes, já que existem situações econômicas e valores culturais e sociais distintos entre os países. Considerando-se, então, a existência de vários casos de trajetórias nacionais e a dificuldade de todos serem trabalhados, foi escolhido um caso mais acessível, o do Brasil, onde serão analisados os impactos sociais causados pelo modelo em questão. Os impactos ambientais serão apresentados de forma mais genérica, sem, no entanto, desprezar as diferenças geográficas.

Os impactos sociais no Brasil

Na década de setenta, especificamente, o processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira apresentou-se em dois elementos fundamentais: quimificação (especialmente o uso de fertilizantes e defensivos químicos) e mecanização. Segundo o Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo o consumo de defensivos agrícolas cresceu a uma taxa de 7,2% no período 1970/80. Deve-se destacar que, entre os defensivos, foram os herbicidas que apresentaram as mais altas taxas de crescimento, seguidos pelos fungicidas e, finalmente, pelos inseticidas. O consumo de fertilizantes multiplicou-se por quatro entre 1970 e 1980 a uma taxa geométrica real média de 15,5% ao ano, havendo uma forte concentração de seu uso nos maiores estabelecimentos. É preciso ressaltar que o processo de tecnificação da agricultura, na década de setenta, esteve altamente associado com a política de crédito rural a juros subsidiados. Se, de um lado, a presença de juros reais negativos no crédito rural viabilizou o processo de modernização da agricultura brasileira, ao tornar mais baratos as máquinas e os insumos modernos, de outro, ela foi parcialmente responsável pela queda da eficiência da aplicação dos recursos, além de permitir desvios para aplicação mais rentáveis. Neste mesmo período, a estrutura fundiária da agricultura brasileira evoluiu no sentido de uma forte concentração da propriedade nas mãos de um grupo de privilegiados, os modernos latifundiários.

Como consequência do processo descrito acima houve contradições de todos os tipos, destacando-se a produção simultânea de riqueza e miséria; a utilização de diferentes níveis tecnológicos nas distintas regiões e produtos; e as formas desiguais de tratamento nas relações de trabalho, apresentando modernas relações contrapostas a situações de desrespeito às condições mínimas e legais de trabalho, em todas as regiões do país. Se, de um lado, a agricultura experimentava uma fase de dinamismo face à evolução de seus principais agregados estruturais – ampliação da produção agrícola, elevação da oferta de matérias-primas, ampliação do mercado interno para a produção industrial etc. – por outro, as gritantes disparidades regionais do país agravavam o problema do subemprego e do desemprego.

Entre 1970 e 1980, caiu rapidamente a participação do setor primário na geração de empregos no Brasil. Além do maior dinamismo no emprego urbano (industrial e serviços), contribuiu, para a rápida queda de participação, o padrão da modernização agrícola do país, assentado em avanços tecnológicos e na especialização dos estabelecimentos e regiões em um ou poucos produtos. Houve também um incremento no emprego temporário nesse período: segundo dados do Censo Agropecuário, este cresceu 2,8% ao ano na primeira metade da década de setenta, sendo que a População Economicamente Ativa – PEA – agrícola manteve-se praticamente estagnada no mesmo período. Ressalta-se que os menores estabelecimentos foram (e ainda são) os grandes responsáveis pela fixação da mão-de-obra no campo no Brasil, já que neles predomina o baixo nível de mecanização, levando a uma maior absorção da força de trabalho por unidade de área.

A relação entre uma agricultura mais tecnificada e uma maior intensificação do ritmo de trabalho se deve justamente ao tipo de desenvolvimento que está se dando no Brasil, ou seja, um desenvolvimento em que a evolução das técnicas de produção visa basicamente aumentar a extração de trabalho excedente, elevando os lucros do capital.

Na primeira metade da década de oitenta, segundo Kageyama, *apud* Couto Filho (1996, p. 13), o número de pessoas ocupadas na agricultura cresceu quase 15%. Uma das razões para este salto foi a reativação de pequenos estabelecimentos familiares, mais especificamente no Nordeste e parte do Sudeste (após a seca de 1979-83), o que elevou a quantidade de mão-de-obra familiar na agricultura. Outras explicações foram: o aumento da parceria como forma, do ponto de vista do proprietário rural, de reduzir riscos,² transferindo parte dos gastos para o parceiro e aproveitando a mão-de-obra de sua família, geralmente não remunerada; e o reforço da tendência de crescimento do emprego temporário, que já vinha desde a década de 70. No entanto, vale ressaltar, estas aparentes mudanças de tendência do comportamento do emprego não passaram de movimentos conjunturais, além de levarem a um aumento da subocupação (trabalho temporário, estabelecimentos de subsistência) e de expedientes tradicionais de redução do risco (parceria), favorecendo, inclusive, um crescimento da pobreza na agricultura. Por outro lado, houve um arrefecimento do êxodo rural, evitando, assim, o agravamento dos problemas urbanos.

Na segunda metade da década, conforme Graziano da Silva, *apud* Couto Filho (1996, p. 13), houve uma redução de quase 1,4 milhão de pessoas ocupadas na agricultura, cerca de 10% do estoque total, ou seja, uma taxa geométrica negativa de 2,3% ao ano. Observou-se também que as mulheres e os jovens (pessoas abaixo da linha da maioria) representavam, respectivamente, 20% e 20%-25% das pessoas ocupadas na agricultura brasileira, sendo que ambos tendiam a se concentrar nas categorias mais precárias e sem vínculos formais de emprego: não-remunerados e trabalhadores volantes.

² É também importante lembrar que o país atravessava nesse período uma forte crise econômica, na qual todas as decisões de produção e de investimento eram cercadas de risco.

Muito embora o processo de modernização da agricultura brasileira nesses períodos tenha levado a uma evolução bastante favorável da produtividade, tanto de terra como de trabalho, esse quadro de exploração de mão-de-obra, com altas taxas de desemprego de subocupação e, ao mesmo tempo, de sobretrabalho, veio caracterizar o processo de modernização da agricultura brasileira. Isto está ocasionando reações de grupos organizados e, até, da sociedade como um todo, que exigem mudanças na estrutura agrária e na produção agrícola.

Os impactos ambientais e as quedas de produtividade

Romeiro (1994) descreve os contínuos aumentos dos custos agrícolas – agravados pela elevação do preço do petróleo – como sendo um elemento crucial para explicar a crise do padrão produtivista. O que se observa é uma inversão da tendência da agricultura moderna em apresentar custos decrescentes, ou seja; elevar ainda mais os níveis de produtividade alcançados com o atual padrão tecnológico de modernização se torna cada vez mais difícil. Por exemplo, a capacidade de resposta dos vegetais a fertilizantes químicos atingiu um limite a partir do qual o custo de doses adicionais de fertilizantes seria superior à renda que se poderia obter. Outro exemplo seria a impossibilidade de aumentar a escala de trabalho dos equipamentos mecânicos (preparo de solo; colheita, etc.) cujo limite encontra-se na degradação da estrutura física do solo provocado pelos pesos das máquinas e equipamentos, ou seja, há uma estreita relação entre as práticas agrícolas com base nos padrões produtivistas – intensa mecanização e uso dos insumos modernos (fertilizantes e defensivos agrícolas) – e a degradação do meio ambiente, cujos efeitos são devastadores principalmente para a agricultura. Segundo Romeiro (1996, p. 8),

a agricultura é o setor onde o problema ambiental atinge não apenas os agentes econômicos fora dela – alimentos contaminados, por exemplo – mas também degrada a sua própria base produtiva; o que não ocorre na indústria. Neste setor a poluição atinge normalmente elementos externos a ele. Essa é talvez a maior especificidade da relação meio ambiente – agricultura, se comparada a indústria.

Com a utilização desses “pacotes modernos”, houve um aumento do processo de erosão – que é um fenômeno antigo, mas que se acelera com a modernização. Este processo é agravado ainda mais nos países de clima tropical, com elevados níveis pluviométricos. O Brasil se encaixa neste quadro. Sendo ele colonizado por europeus, a técnica agrícola transplantada para o país foi baseada em tecnologias euro-americanas, cujo princípio era a preparação sem proteção do solo. Simplesmente ara-se o solo. Arar um solo nos trópicos é um problema porque as chuvas são fortes e o sol queima toda a microvida do solo, onde deveria ser utilizado o plantio direto. Nos trópicos, dados o calor e a umidade prevalentes, a degradação da matéria orgânica é muito rápida, logo, tecnicamente, é viável incorporar superficialmente a matéria orgânica. Com sua degradação, o solo superficial que se recompõe no processo torna-se adequado para o plantio, não havendo necessidade de arar, bastando plantar a semente em cima desse solo misturado com matéria orgânica.

A poluição química, por sua vez, está diretamente relacionada com o avanço do processo de modernização da agricultura através do uso intensivo de venenos agrícolas e fertilizantes químicos. Os agroquímicos são o principal fator de poluição química. Além do problema de contaminação das águas, da vida animal e dos homens, há o efeito negativo sobre a própria produtividade agrícola: provocam a esterilidade do solo ao eliminarem toda a flora e fauna de microorganismos e protozoários fundamentais à manutenção de sua fertilidade natural. Isso leva a uma dependência cada vez maior dos fertilizantes químicos. As plantas se tornam cada vez mais suscetíveis às pragas, demandando doses crescentes e/ou cada vez mais diversificadas de agroquímicos mais eficientes, fechando o círculo de degradação ambiental. Os defensivos agrícolas eliminam também os inimigos naturais das pragas, rompendo o equilíbrio biológico. A utilização de defensivos agrícolas está ligada ao caráter monocultor da agricultura moderna. Para os países onde não se faz rotação de cultura, há um problema de infestação de nematóides e de todas as pragas e pestes potenciais, quebrando a regra básica de manter a alternância e a diversidade, o que faz aumentar a propensão ao risco. No Brasil, há uma tendência em se identificar na má utilização dos defensivos agrícolas a principal causa dos acidentes e danos ecológicos que vem ocorrendo. Na realidade, mesmo quando corretamente utilizado, verifica-se o caráter agressivo desses produtos.

Resumindo, a utilização do padrão produtivista baseado na mecanização e na quimificação alavancou um processo de degradação do meio ambiente rural. O equilíbrio do ponto de vista ambiental foi rompido na medida em que se utilizaram os “pacotes produtivistas”, que têm, na monocultura intensiva em grande escala, sua forma típica de produção. No caso brasileiro, estes impactos tiveram conseqüências ainda maiores, ao se utilizarem tecnologias desenvolvidas para países de clima temperado e ao se aplicarem, incorretamente, os defensivos e fertilizantes químicos.

Mudanças na base de sustentação do paradigma

Além dos impactos sócio-ambientais, com conseqüentes quedas de produtividade na produção, outro fator explica a crise do paradigma produtivista: são as mudanças que estão ocorrendo em seus principais pontos de sustentação.

As principais transformações que estão ocorrendo podem ser classificadas como de caráter interno, além daquelas de caráter externo, ressaltando-se que as primeiras decorrem das últimas.

Internamente, percebe-se uma reestruturação dos agentes envolvidos na geração de inovações na agricultura, com destaque para as agroindústrias e os institutos de pesquisa pública. Um dos casos mais claros é a indústria de pesticidas que se viu obrigada a se transformar drasticamente em decorrência de três fatores principais (todos externos): os novos conhecimentos (as biotecnologias industriais); as pressões em defesa do meio ambiente, tanto do lado social (demanda/consumidores), quanto do ponto de vista regulatório;

e o esgotamento do modelo de inovação (*screening*),³ dada a sua pouca eficiência e seus altos custos.

Outro exemplo de efetiva mudança pode ser encontrado nas indústrias processadoras: ocorreram fusões em grande quantidade, e em altos valores, em decorrência das novas estratégias concorrenciais, que procuram atender a um consumidor global, sem, no entanto, descartar os nichos de cada país.

Externamente, encontram-se dois níveis de transformações: o indireto e o direto.

As transformações indiretas estão ligadas aos mecanismos regulatórios. Por um lado, está sendo revista a política agrícola subsidiadora dos EUA e da União Européia e, por outro, há uma alteração do perfil do comércio internacional, com a entrada de novos países exportadores, a formação de blocos comerciais e a redução das barreiras comerciais.

As transformações diretas são representadas basicamente pelas pressões de fontes ambientalistas, pelas novas tecnologias de base microeletrônica e da biologia molecular e pelo novo padrão de consumo de alimentos (qualidade nutricional, aspectos de saúde e organolépticos).

Pode-se dizer que as mudanças em curso que estão levando ao esgotamento do padrão produtivista estão ocorrendo, fundamentalmente, nos mecanismos regulatórios, nas demandas dirigidas para a agricultura e nas bases do conhecimento. Objetivando atingir os aspectos qualitativos do produto agrícola e do alimento processado demandados, ocorreram algumas mudanças no cenário mundial:

- surgiram e intensificaram-se medidas reguladoras dos aspectos sanitários, da toxicidade e da falsificação;
- intensificaram-se as normas de comércio internacional em prol da qualidade, como, por exemplo, a proibição de venda (ou de compra) de carne advinda de região que apresente casos de febre aftosa;
- abriu-se uma reserva de mercado para produtos e alimentos de boa qualidade, ainda que mais caros, reconhecidos pelas respectivas associações ou pelos governos através de certificados de garantia, como, por exemplo, a AOC;
- alteraram-se as demandas por parte das indústrias processadoras para os produtores rurais, que passaram a ter que cumprir um padrão de organização da produção que mantivesse a qualidade do produto, segundo as exigências do consumidor, como o *label rouge* aplicado ao frango francês.

A agroindústria alimentar também sofreu uma série de transformações, adaptando-se às novas exigências do consumidor, dentre as quais destacam-se as fusões e aquisições (padronizando o alimento global) e o aumento da diversificação de produtos. Espera-se que,

³ Este modelo tem por base a seleção de vários cruzamentos entre espécies. Em outras palavras, fazem-se milhares de cruzamentos esperando que algum deles chegue ao resultado esperado: tentativa e erro.

nos próximos anos, a agroindústria alimentar se adapte ainda mais ao novo consumidor que apresenta as seguintes preferências nos E U A:

- alimentos que possam ser usados em tratamento de saúde, tanto de caráter preventivo, quanto terapêutico;
- alimentos frescos;
- alimentos orgânicos;
- menor consumo de carne, sobretudo vermelha;
- alimentos energéticos;
- *beyond speed*, serviços para atender às refeições em casa, pré-preparados;
- declínio do uso do forno de microondas;
- hábito de comer onde se estiver, demandando-se alimentos fáceis de serem transportados, com embalagens práticas etc.
- comidas mais elaboradas, cozinha multicultural e gastronômica;
- alimentos com certificado de qualidade anunciado no rótulo.

As bases de sustentação do padrão produtivista estão em contínuo processo de mudança. Resta saber se estas mudanças implicam, necessariamente, no surgimento de um novo paradigma.

PERSPECTIVAS

Os paradigmas tecnológicos definem as oportunidades tecnológicas para inovações posteriores, em certas direções. Essas direções são chamadas de trajetórias tecnológicas e caminham calcadas em pequenas inovações, chamadas de incrementais, que mantêm vivo o paradigma. No entanto, cada trajetória contribui para exaurir o paradigma, até o ponto em que será necessária uma mudança paradigmática e esta se dará com o surgimento de uma inovação radical, uma mudança significativa na base do conhecimento científico e tecnológico.

Nesse sentido, discutem-se a sustentabilidade produtiva e a sobrevivência do próprio padrão tecnológico e organizacional baseado na revolução verde.

Nos últimos 50 anos, a produção de alimentos cresceu mais rapidamente do que a população mundial. Segundo Ryff (1996, p. 20), a população mundial saltou de 2,5 bilhões de pessoas, em 1950, para 5,3 bilhões, em 1990: um aumento de mais de 100%. Apesar desta verdadeira explosão demográfica, a produção de alimentos não só acompanhou o aumento da população como permitiu aumentar a disponibilidade de alimentos *per capita*. A produção de grãos, por exemplo, de 631 milhões de toneladas métricas, em 1950, atingiu 1,78 bilhão em 1990, representando um acréscimo de 182%. Esses resultados notáveis só foram possíveis graças à difusão no mundo inteiro das técnicas da agricultura moderna, baseada na ciência e na tecnologia.

Ao longo das últimas duas décadas, contudo, o crescimento agrícola global foi, pouco a pouco, diminuindo de ritmo. Caiu de 3% ao ano, na década de 60, para 2,3% nos anos 70, e para 2% ao ano, entre 1980 e 1992. Esse fato, aliado à recente conjuntura agrícola mundial, caracterizada por uma redução gradativa do nível dos estoques dos principais grãos e, conseqüentemente, pela elevação de seus preços no mercado internacional, tem propiciado discussões, formando duas correntes básicas de pensamento.

A primeira corrente acredita que a agricultura mundial vive problemas cuja solução demandará tempo e grandes recursos de investimento em pesquisa tecnológica voltada para o aumento da produtividade. As análises de Brown e Schuch, apud Ryff (1996), do *Worldwatch Institute* de Washington e do *Hubert Humphrey Institute of Public Affairs* da Universidade de Minnesota ilustram esta posição, que se pode chamar de visão do "estrangulamento tecnológico da oferta". Conforme Brown, o mundo estaria à beira de uma grave crise de produção de alimentos. A oferta de grãos acha-se próxima do limite imposto pela disponibilidade de terra e de água e pelas tecnologias de produção existentes. A elevação da produtividade via utilização do pacote tecnológico produtivista já estaria esgotada. Tal desencontro entre oferta e demanda de produtos agrícolas só tenderia a se agravar nas próximas décadas. Segundo Schuch, apud Ryff (1996, p. 20), o mundo viveria o limiar de um período de escassez alimentar, porque "a base para um crescimento duradouro da agricultura é a tecnologia e o grande salto tecnológico da agricultura, a revolução verde que viabilizou o atendimento da demanda crescente nas décadas recentes de concentração urbana e expansão populacional acelerada estaria esgotada". A conclusão seria que não é possível, por esse processo tecnológico, continuar aumentando o rendimento físico indefinidamente. Há um limite, que estaria prestes a ser alcançado. Para Schuch, portanto, é preciso não só aumentar substancialmente os recursos destinados a investimentos, mas também, reorientar todo o processo de pesquisa. Sem isso, a oferta não estaria em condições de responder satisfatoriamente ao crescimento da demanda, ou seja, segundo esta corrente de pensamento, a trajetória produtivista estaria esgotada, fazendo-se necessário o surgimento de uma inovação radical que leve a um novo paradigma tecnológico e organizacional para a agricultura.

Conforme Ryff (1996), um estudo promovido pela Food and Agriculture Organization (FAO) chega a conclusões bem menos dramáticas, segundo o qual não haveria problemas estruturais de oferta. A diminuição no ritmo de crescimento da produção seria uma reação natural de mercado, conseqüência da resposta dos principais exportadores de grãos às mudanças introduzidas nas políticas agrícolas e comerciais de vários países, com a redução de subsídios à exportação e de incentivos à produção. Sua afirmativa baseia-se, inicialmente, no fato de que haveria ainda uma quantidade significativa de terra disponível para ser incorporada ao processo produtivo. Além disso, a análise da FAO procura amenizar a hipótese da existência de um limite tecnológico. Para ela, os investimentos em pesquisas voltados para os domínios da biotecnologia e da engenharia genética devem começar a render frutos muito brevemente, contribuindo para a evolução dos rendimentos por hectare. Em outras palavras, esta segunda corrente não acredita no esgotamento

do paradigma da revolução verde, muito pelo contrário, defende que as inovações tecnológicas em curso são incrementais e dão continuidade à trajetória tecnológica produtivista.

Até o presente momento ainda é difícil para os especialistas afirmarem que as inovações em curso são radicais, já que o modelo da revolução verde vem-se mantendo, ainda que precariamente. Por outro lado, muitos autores, a exemplo dos apresentados acima, acreditam que o atual paradigma não tem como manter sua trajetória tecnológica por muito tempo, não somente em decorrência das crescentes quedas na produtividade, mas também por causa das demandas por parte do mercado e das pressões ambientais, sociais e regulatórias.

À luz dessa discussão, apresentam-se as principais inovações tecnológicas em curso para, em seguida, identificar quais os prováveis cenários para o futuro tecnológico e organizacional da agricultura.

Inovações tecnológicas em curso

Estão surgindo atualmente algumas inovações – que podem ser tanto de caráter incremental como radical – entre os diferentes agentes inovadores (produtores, indústrias de pesticidas, de sementes, de fertilizantes etc.), basicamente para suprir as novas demandas por produtos diferenciados e de maior qualidade e para atender às pressões regulatórias e dos ambientalistas. Podem-se citar alguns exemplos:

- a exploração da biodiversidade, como forma de gerar novas moléculas;
- o controle biológico;
- o investimento na engenharia molecular (neste ramo encontram-se as biotecnologias), que deve substituir o modelo de inovação baseado na seleção (*screening*);
- a pesquisa voltada para o desenvolvimento de variedades resistentes a pesticidas;
- a pesquisa voltada para o desenvolvimento de variedades de plantas resistentes a pragas e a doenças;
- a procura por melhores práticas agronômicas que racionalizem o uso de fertilizantes;
- a pesquisa voltada para o desenvolvimento de variedades de plantas com baixos requerimentos de fertilizantes;
- o desenvolvimento de novas fórmulas para diminuir as perdas de fertilizantes quando aplicados em solos específicos, como os solos ácidos que retêm muito fosfato.

Dentre essas trajetórias, destacam-se as biotecnologias e a engenharia genética. Estes processos inovadores – que podem dar origem a variedades resistentes a pragas e doenças e a pesticidas, além de variedades com características nutricionais específicas – têm por base a manipulação dos genes de modo a formar a molécula e o produto pretendido.

Essas inovações poderão vir a superar o atual processo de cruzamento e seleção. No

entanto, o que se observa é que elas vêm se desenvolvendo mais para atender às demandas da saúde humana (químico-farmacêuticas), com altos investimentos das indústrias farmacêuticas, do que às demandas da agricultura, particularmente agroindustrial-alimentar. A explicação para este acontecimento pode ser resumida em três pontos.

- Os padrões concorrenciais: como nas indústrias farmacêuticas a diversificação é essencial no processo concorrencial e o valor do produto final é altíssimo (maior valor agregado), a agricultura vê-se em desvantagem.
- Os mecanismos regulatórios: para o produto agrícola obtido através de processos biotecnológicos, ainda não estão bem definidos os mecanismos de experimentação e testes que permitem a sua regulamentação para o mercado.
- As lacunas do conhecimento que ainda existem para o desenvolvimento de novas variedades agrícolas.

Vale ressaltar, entretanto, que apesar das biotecnologias aplicadas à agricultura evoluírem lentamente, com poucos impactos comerciais, muitos especialistas acreditam que há uma tendência delas virem a ser a base de um novo paradigma, que muitos chamam de emergente. Eles sustentam seus argumentos com base nos elevados investimentos feitos por parte dos empresários dos países desenvolvidos neste segmento, ainda que, atualmente, apresentem resultados financeiros negativos.

CENÁRIOS

Analisando as inovações tecnológicas e organizacionais em curso e as demais mudanças que vêm ocorrendo nos pontos de sustentação do paradigma vigente, com base nas pressões regulatórias, de mercado, ambientais e sociais, é possível desenhar, pelo menos, três cenários distintos para o futuro tecnológico da agricultura.

a) Manutenção do padrão produtivista adaptado

Os defensores do padrão produtivista acreditam que as dificuldades enfrentadas pelo referido paradigma serviram para despertar em alguns produtores a necessidade de se buscarem novas tecnologias e de melhorar a forma de administrar suas propriedades. Para eles, somente através dessas modificações é que se poderá ter uma melhor eficiência do processo produtivo. Essas mudanças vêm de um novo contexto, o da 3ª Revolução Industrial e Tecnológica, que está alterando o modelo de competitividade e acumulação capitalista. Alguns produtores, por exemplo, procuraram modificar suas estruturas de produção, utilizando-se de inovações organizacionais de caráter incremental. Inovações que tiveram como objetivo criar uma nova organização espacial da produção e do trabalho. Novamente, este novo processo organizacional veio se contrapor ao fordismo, buscando um trabalhador que possui multiespecialidades.

Ainda segundo os defensores deste modelo produtivo, as mudanças que vêm ocorrendo nas bases de sustentação do paradigma vigente estão, gradativamente, adaptando-o à nova realidade mercadológica, ambiental e regulatória, levando a uma resistência e/ou prolongamento da revolução verde.

Observa-se, ainda, que a base de sustentação dos interesses desse padrão “moderno” apresenta-se com uma força, organizada institucionalmente, através de sindicatos patronais, associações (ANDA, ANFAVEA, ABDIB); federações, como a FEBRABAN, e partidos políticos, formando um grupo altamente coeso que atua no Congresso, Banco Central (BACEN) e nos diferentes ministérios, em especial, os da Agricultura, Fazenda e Planejamento. São grupos que pressionam as políticas creditícias dirigidas à agricultura, levando-os a operar como grupos de pressão favoráveis à “modernização da agricultura” e à expansão da industrialização do campo, fato que pode contrapor seus interesses aos dos produtores agrícolas - ou pode somá-los a estes para pressionar os organismos estatais.

Analisando especificamente as inovações tecnológicas apresentadas anteriormente, os defensores deste cenário concluem que elas são incrementais, ou seja, mantêm a atual trajetória tecnológica. Por exemplo, os investimentos em pesquisas voltadas para o desenvolvimento de variedades resistentes a pesticidas, a pragas e a doenças são inovações tipicamente incrementais, que visam aumentar a produtividade, mas que não atingem, de modo algum, as características do atual modelo de produção agrícola. Na mesma linha, estão o desenvolvimento de variedades de plantas com baixos requerimentos de fertilizantes e de novas fórmulas para diminuir as perdas de fertilizantes quando aplicados em solos específicos, como os solos ácidos, que retêm muito fosfato. Nenhuma destas inovações implica, por exemplo, no fim da monocultura, que é base do atual paradigma.

Até mesmo as inovações organizacionais, como melhores práticas agronômicas, que racionalizem o uso de fertilizantes, não colocam em xeque o padrão produtivista. No entanto, quando se fala de exploração da biodiversidade, controle biológico e investimento na engenharia molecular (biotecnologias), abrem-se as portas para mudanças radicais. No caso específico das biotecnologias, há uma certa ambigüidade: elas podem ser usadas tanto para produções baseadas na monocultura, como para outras, diversificadas, que fujam dos pacotes produtivistas.

b) Propostas de inovação radical

Para muitos autores, considerando a crise do paradigma produtivista, é necessário que se estimule e se pense um modelo agrícola alternativo, socialmente correto, ecologicamente equilibrado e não dependente de combustíveis fósseis que, levando em conta as especificidades das condições de produção agrícola para diferentes climas, permita conciliar uma agricultura mais equilibrada com a realidade socio-econômica e cultural de cada país. É nesse contexto que as três últimas inovações tecnológicas citadas no subitem

anterior (biotecnologias, exploração da biodiversidade e controle biológico), juntamente com outras de caráter organizacional, desenham novos modelos de produção. Dentre estes destacam-se os relacionados às agroecologias e à chamada revolução duplamente verde.

Nesses dois casos, existe a possibilidade de se desenvolver uma produção agrícola intensiva que não agrida o meio ambiente, utilizando-se todo o conhecimento técnico e científico existente. Segundo Romeiro (1981, p. 32), “tecnologia avançada não significa a mais moderna nem a mais sofisticada, mas a mais adequada ao meio ambiente, tecnologia esta que exige profundos conhecimentos do meio”.

Trata-se, desta forma, de recuperar a racionalidade da agricultura camponesa tradicional a partir de outro nível de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Agroecologias

Entende-se aqui como agroecologias um conjunto de princípios cuja base é a utilização de técnicas que garantam a preservação do meio ambiente e uma agricultura sustentável. As agroecologias abrangem diferentes tendências, como a agricultura biológica, a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica e a permacultura, cada uma com suas especificidades, mas o denominador comum é a preocupação com a questão ambiental.

Os princípios agroecológicos representam, na realidade, um avanço da chamada agricultura alternativa, que surgiu como reação à agricultura convencional. É alternativa no sentido de oposição à agricultura baseada na química e na mecânica dos “pacotes tecnológicos”.

Esses métodos alternativos tiveram diferentes origens. A agricultura biodinâmica, por exemplo, teve início na Alemanha, em 1924, com Rudolf Steiner. Já a agricultura orgânica está ligada ao trabalho realizado pelo inglês Albert Howard na Índia, no período de 1899 a 1940, com os camponeses hindus. As idéias de Howard sobre fertilidade do solo levaram ao desenvolvimento do “Processo Indore” de compostagem, em Indore (Índia Central) nos anos de 1924 a 1931.

O desenvolvimento da agricultura alternativa e o surgimento de uma série de trabalhos e pesquisas contribuem para a formação do pensamento agroecológico. O termo “Agroecologia” passou a ser utilizado a partir dos anos 70 e incorpora idéias não só ecológicas e ambientais, mas também os aspectos socioeconômicos que têm influência na agricultura.

O pensamento agroecológico fundamenta-se nos princípios ecológicos, tendo como ponto de partida os sistemas naturais. Os estudos de geógrafos e antropólogos sobre os sistemas de produção indígenas e de camponeses contribuem para um enfoque mais abrangente das unidades agrícolas, característica essencial das agroecologias. Os sistemas produ-
ti-

vos dos indígenas e dos camponeses são analisados do ponto de vista do uso e aproveitamento dos recursos, mas considerando, também, as mudanças socioeconômicas que interferem nessas comunidades.

As idéias sobre tecnologias inapropriadas e as conseqüências negativas da revolução verde, objetos dos estudos do desenvolvimento rural do Terceiro Mundo, também influenciaram na formação das agroecologias. As técnicas importadas dos países desenvolvidos provocaram agressões ao meio ambiente por serem inadequadas ao clima e à complexidade dos ecossistemas tropicais. Além disso, os “pacotes tecnológicos” dos países desenvolvidos levaram a um processo de marginalização da população do meio rural no Terceiro Mundo.

Podem-se definir as agroecologias como a aplicação dos princípios que regem o funcionamento dos sistemas naturais na agricultura, com base na ciência agrônômica, juntamente com outras ciências, como as ciências sociais, no conhecimento acumulado dos sistemas indígenas e no saber dos agricultores.

O pensamento agroecológico considera a unidade de produção agrícola como um tipo especial de ecossistema – um agroecossistema, onde também ocorre uma série de relações ecológicas. Assim, parte-se da lógica do ecossistema natural para entender o sistema produtivo. No agroecossistema, assim como no ecossistema natural, há um conjunto de elementos interrelacionados de forma complexa. A análise das interações existentes entre esses elementos possibilita uma maior estabilidade no agroecossistema.

Nesse sentido, a análise agroecológica está baseada na Teoria Geral de Sistemas. As agroecologias têm assim um enfoque sistêmico, o que implica que os elementos de um determinado sistema não podem ser considerados isoladamente, mas a partir das suas interrelações. Sistema aqui é entendido como um conjunto de componentes físicos relacionados de modo que atuem como uma unidade, tendo um objetivo específico (VENEGAS; SIAU, 1993).

A estrutura dos sistemas produtivos não está só determinada pelos processos ecológicos e ambientais, mas também é influenciada pelos fatores exógenos – fatores sociais e econômicos. É a conjugação dos processos internos e externos que determina a estrutura particular de um agroecossistema. “Fatores como a disponibilidade de mão-de-obra, acessos e condições de crédito, subsídios, riscos previstos, informação de preços, obrigações familiares, tamanho da família e acesso a outras formas de subsistência são, geralmente, críticos para o entendimento da lógica dos sistemas de produção” (HECHT, p. 30).

Cada agroecossistema é, assim, resultado das condições ecológicas e ambientais e das relações econômicas e sociais, tendo uma estrutura específica. A forma de intervenção em uma unidade de produção agrícola deve ser adequada à sua estrutura. Nesse sentido, é preciso conhecer o potencial de cada região, considerando os recursos naturais, a estrutura socioeconômica etc.

Os sistemas produtivos agroecológicos partem da realidade de cada comunidade e das pessoas aí inseridas. É a diferença fundamental dos sistemas convencionais, cuja base é a implantação de determinados produtos de acordo com “pacotes tecnológicos”, sem con-

siderar as características sociais, econômicas e ecológicas de uma determinada região.

As agroecologias estão voltadas para a construção de um modelo de agricultura sustentável que garanta, de um lado, a preservação dos recursos naturais e da capacidade produtiva dos sistemas agrícolas e, de outro, o desenvolvimento das comunidades rurais. As inovações tecnológicas tendem a se aproximar da produção familiar, caracterizando-se por um caráter mais artesanal, de aprofundamento do processo de trabalho artesanal na agricultura, do que o de “pacote” (VEIGA, 1995).

A agricultura familiar, por sua vez, está mais próxima dos princípios agroecológicos, seja pela sua lógica produtiva ou pela sua tradição de policultura. A sua lógica produtiva, diferentemente da agricultura patronal, não se baseia apenas na produtividade. O produtor direto visa, primeiro, à manutenção do patrimônio familiar e conserva uma tradição de policultura que o aproxima da sustentabilidade ecológica.

Utilizadas, de um modo geral, pelas organizações não-governamentais, as técnicas agroecológicas têm contribuído para o fortalecimento dos pequenos agricultores familiares. É o caso da experiência desenvolvida no município de Campo Alegre de Lourdes, semi-árido baiano, pelo Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais – SASOP, onde pequenos agricultores receberam capacitação técnica para a criação racional de abelhas. Os resultados – aumento da produção e da eficiência técnica, modificações nos hábitos alimentares, capacitação e difusão do conhecimento pelos próprios agricultores e diminuição da produção extrativa – demonstram que a assistência técnica, adequada às condições socioeconômicas e aos recursos naturais da comunidade, é crucial para o fortalecimento do produtor familiar e para a preservação do meio ambiente (ROCHA, 1996).

As tendências da agricultura têm levado também a pensar mais em sistemas de produção, em vez de produto. E as agroecologias trabalham com a idéia de sistema produtivo. Um sistema produtivo agroecológico deve ser apropriado às condições naturais da região e aos recursos dos agricultores, o que implica considerar as complexas relações existentes entre os elementos de uma propriedade, garantindo um desenvolvimento ecologicamente equilibrado.

Ao se discutir o futuro tecnológico da agricultura e as inovações tecnológicas e organizacionais, não se pode deixar de considerar a questão ambiental. Não se trata mais de produzir em grandes quantidades, mas também, e principalmente, com qualidade, com técnicas socialmente aceitas e menos agressivas ao meio ambiente.

A principal crítica feita às técnicas agroecológicas é a sua incapacidade de produzir alimentos suficientes para abastecer toda a população mundial. No entanto, na agricultura orgânica, por exemplo, podem-se utilizar técnicas ecológicas de agricultura intensiva, como a rotação de culturas que permite a mecanização e, ao mesmo tempo, mantém a biodiversidade.

Revolução duplamente verde

Outro modelo produtivo que pretende ocupar o cargo de novo paradigma tecnológico e organizacional para a agricultura está relacionado com o que alguns autores estão chamando de revolução duplamente verde.

Seus precursores criticam a lógica de inovação que consiste em desenvolver novas técnicas para depois verificar os impactos sociais e ambientais. Segundo eles, algumas organizações de pesquisa agrônômica no mundo já trabalham em torno de um sistema que parte da demanda socioeconômica dos agricultores menos favorecidos para identificar as prioridades de pesquisa. Em lugar de se perseguirem máximos rendimentos por produto, utilizando insumos químicos, devem-se buscar sistemas de produção que substituam estes insumos e que usem biotecnologia e conhecimentos de ecologia científica.

C'est ce que le rapport du CGIAR (The Consultative Group on International Agricultural Research)⁴ appelle la révolution doublement verte par le biais de laquelle on cherchera à améliorer les systèmes d'exploitation plutôt que les produits, en comptant moins sur les ressources extérieures (engrais et pesticides) souvent indisponibles, chères, et qui peuvent contribuer à la dégradation de l'environnement. Ces ressources resteront importantes si l'on veut une productivité plus élevée, mais on consacrera au moins autant d'attention à une meilleure utilisation des ressources internes à l'exploitation (ABRAMOVAY ; SACHS, 1996, p. 23).

Segundo este modelo, conforme Abramovay (1997, p. 98), o fundamental é poder conviver com a diversidade dos meios naturais e não estar sempre à procura de técnicas para os dominar. Assim, ao invés de se buscar artificializar, ao máximo, o ambiente e eliminar, por meios químicos e mecânicos, os inimigos naturais das plantas, busca-se a adaptação ao meio ambiente, utilizando-se, por exemplo, o controle biológico. Nesse contexto, os principais beneficiados seriam os trabalhadores familiares, que representam a grande maioria no campo, além de serem os mais frágeis no processo de modernização. Este modelo de produção dá espaço à agricultura familiar na medida em que esta apresenta capacidade de gestão e conhecimento do meio ambiente, privilegia a diversificação, tem reservas abundantes de mão-de-obra e usa intensivamente o solo.

c) Convivência de vários modelos de produção

Neste último ponto, pretende-se mostrar que o futuro tecnológico e organizacional para a agricultura não necessariamente será dominado por um único modelo de produção, mas sim por vários.

A idéia é que existam e convivam diferentes modelos produtivos que atendam às distintas demandas e exigências vindas dos diversos mercados consumidores, às inúmeras pressões sociais e ambientais e aos diferentes mecanismos regulatórios, que possam existir nos

⁴ Segundo Abramovay (1997, p. 97), trata-se do mais importante agrupamento internacional de centros de pesquisa agropecuária, que conta com a participação de instituições de 27 países desenvolvidos e em desenvolvimento - inclusive o Brasil - e instituições que abrangem desde o Banco Mundial à FAO, passando pelo PNUD e pela Fundação Rockefeller.

muitos países e regiões com suas múltiplas características culturais, sociais e econômicas.

Os efeitos das mudanças que estão ocorrendo nas bases de sustentação do paradigma produtivista são perceptíveis em determinados locais ou *ilhas*, de forma a moldar os diferentes complexos industriais, impedindo-os de desencadear uma *mancha de óleo* por toda a economia. Nestas ilhas podem-se encontrar desde modelos produtivistas adaptados até formas alternativas de produção, baseadas em inovações radicais. Em outros locais, essas mudanças ainda não tiveram grande influência na forma de produzir, fazendo com que a produção permaneça nos moldes da revolução verde, ou seja, a tendência é que continue e amplie esta diversidade produtiva para a agricultura.

Não parece ser muito realista se pensar na emergência de um novo paradigma com base essencialmente nas agroecologias. Não se pode negar, entretanto, que as agroecologias estão ganhando cada vez mais espaço, pois há uma demanda específica e crescente que valoriza cada vez mais a sustentabilidade da produção, produtos de qualidade e processos limpos.

As regiões e os agricultores que, até agora, estiveram à margem dos avanços obtidos na primeira revolução verde podem ser beneficiados com o modelo defendido pelo Consultative Group on International Agricultural Research - CGIAR, que busca a construção de uma agricultura capaz de se desenvolver sem destruir as condições de sua própria sustentabilidade. Por outro lado, naquelas regiões que dependem de ganhos de produtividade para serem competitivas, mas os métodos produtivistas tradicionais esgotaram os recursos naturais, o modelo produtivista adaptado pode ser uma solução.

Em resumo, os diversos modelos produtivos para a agricultura são caracterizados pela diversidade cultural, social, econômica e ambiental existente no mundo, por isso atenderão, em grande parte, às diferentes necessidades e exigências de cada país e região.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SACHS, I. *Nouvelles Configurations Villes-Campagnes*. Roma: FAO, 1996. Mimeografado.

_____. A atualidade do método de Josué de Castro e a situação alimentar mundial. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 34, n. 3/4, 1997.

AGLIETTA, M.; BOYER, R. *Pôles de compétitivité, stratégie industrielle et politique macroéconomique*. Paris: CEPREMAP, 1983.

ALMEIDA, A. L. O. et al. Biotecnologia: situação atual e perspectiva; Resultados Preliminares. *Caderno de Economia*, Rio de Janeiro, n. 2, dez. 1990.

ARAÚJO, H. M. Em busca de um referencial teórico discutindo a modernização da agricultura. *Cadernos de Geografia*, Aracaju, n. 15, 1991.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. *Brasil: potência regional na economia-mundo*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

BELIK, W. Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação. In: RAMOS, P.; REYDON, B. P. (Orgs.). *Agropecuária e Agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas*. Campinas: ABRA, 1995. p. 107-123.

BONNY, S. A Padronização tecnológica na agricultura: formas, origem e perspectivas a partir do caso Francês. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, v. 10, n. 1/3, 1993.

_____. La Dynamic de l'Innovation dans l'Agriculture Française Actuelle. *Innovation, Dynamique des Organisations et Transformations Institutionnelles?* Grenoble: Ecole Chercheurs, p. 6-8, Avril. 1995.

COUTO, V. A. (Coord.). Agricultura pós-moderna e diversificação dos mercados. *A Tarde Rural*, p. 4, 02 jan. 1997.

COUTO FILHO, V. A. Estrutura e evolução da agricultura brasileira: os impactos da agricultura brasileira na ocupação da mão-de-obra agrícola. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 29, p. 11-15, out. 1996.

_____. O Brasil e o paradigma tecnológico emergente para a agricultura. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 35, p. 15-19, abr. 1997.

FONSECA, R. B. A política agrícola nos países desenvolvidos. In: RAMOS, P.; REYDON, B. P. (Orgs.). *Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas*. Campinas: ABRA, p. 43-65. 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *O que é questão agrária*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

GUIMARÃES, A.P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HECHT, S. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

KAGEYAMA, A.; GRAZIANO DA SILVA, J. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. *Estudos Econômicos*, p. 537-554, set./dez. 1983.

_____. *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAI's. In: DELGADO, G. *et al.* *Agricultura e Políticas Públicas*, IPEA, n. 127, p. 113-223, 1990.

LEMONS, M. B. Organização agroindustrial, entrada em tecnologia e liderança de mercados: o caso brasileiro. In: RAMOS, P.; REYDON, B. P. (Orgs.). *Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas*. Campinas, SP: ABRA, 1995. p. 69-105.

LIPIETZ, A. *Le national et le régional, quelle autonomie face à la crise capitaliste mondiale?* Paris: CEPREMAP, 1985.

MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. *Planejamento e Políticas Públicas*, Rio de Janeiro, p. 3-43, jun. 1990.

MESQUITA, Z. Os "espaços" do espaço brasileiro em fins do século XX. *Geografia e lutas sociais*, São Paulo, n. 4, p. 9-38, jul. 1988.

MONTEIRO, M. J. *Conjuntura do Agribusiness*, n. 15, nov. 1994.

MORENO, G. Modernização da agricultura brasileira. *Revista Mato-grossense de Geografia*, Cuiabá, n. 1, p. 61-73, dez. 1995.

MULLER, G. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 47-77, abr./jun. 1982.

_____. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, EDUC, 1989.

OHMAE, K. *Triad power: the coming shape of global competition*. New York: The Free Press, 1985.

OLIVEIRA, A. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

POSSAS, M. L.; SALES-FILHO, S.; SILVEIRA, J. M. An evolutionary approach to technological innovation in agriculture: some preliminary remarks. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 11, n. 1/3, 1994.

RYFF, T. Agricultura mundial. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 19-21, 15 jul. 1996.

ROCHA, A. G. Agroecologia e agricultura familiar. *Revista Ops*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 22-25, verão. 1996. (Programa de extensão e pesquisa sobre *agribusiness* e políticas agrícolas).

ROMEIRO, A. R. O modelo euro-americano de modernização agrícola. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 2, n. 12, nov. 1991.

_____. Agricultura e agroindústria: perspectivas de novas configurações. *Revista de Economia Política*, v. 14, n. 3, p. 51-66, jul./set. 1994.

_____. Meio ambiente e modernização agrícola. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 1, n. 43, p. 3-45, jan./mar. 1981.

_____. A saída está na diversificação da agricultura. *Revista Ops*, Salvador, v. 1, n. 3, p. 8-22, inverno, 1996. (Entrevista).

VEIGA, J. E. Agricultura sustentável. *Revista agricultura sustentável*. 1996. (Entrevista).

VENEGAS, R.; SIAU, G. Conceptos, principios y fundamentos para el diseño de sistemas sustentables de producción. *Agroecologia e desarrollo*, n. 7, p. 15-28, ago. 1994.

DESENVOLVIMENTO RURAL NA BAHIA

Fernando Pedrão*

ASPECTOS GERAIS

Ao longo do século XX, a expressão desenvolvimento rural suscitou diversas controvérsias, entre uma leitura cultural, uma leitura socioantropológica mais ampla, e uma leitura da Economia Política propriamente dita. Na visão da Economia Política o desenvolvimento rural é um componente do movimento geral de formação de capital que se concretiza em uma situação de controle de recursos naturais e de trabalho, em conjuntos de empreendimentos com certos perfis tecnológicos. Os interesses e as situações de poder político e econômico envolvidas no contexto rural correspondem às linguagens com que esse campo temático é tratado; e a questão agrária surge e muda de forma junto com a organização da sociedade produtiva do capital. Encontram-se aí as relações entre a sociedade e usos do solo e as relações entre as variedades específicas de atividades que são realizadas nesse meio. Há, portanto, uma questão fundamental no mundo rural relativa à duração das atividades e a sua relação com os ciclos de reposição dos sistemas de recursos físicos. Daí surgem observações sobre estilos de desenvolvimento ecologicamente compatíveis e estilos depredatórios (SUNKEL; GLIGO, 1980).

Em caso algum essa controvérsia coube no espaço conceitual da análise econômica marginalista, que ficou restrita ao campo objetivo e ao campo conceitual da agricultura. A análise do desenvolvimento iniciada na década de 1950, influenciada pela visão industrialista de autores como Colin Clark, Joseph Schumpeter, Raul Prebisch e outros, tendeu a ver a agricultura como uma atividade fadada a permanecer numa posição tecnológica desfavorável, e, por extensão, a ver a produção rural como um campo subsidiário dessa agricultura. Esse viés doutrinário correspondeu ao momento da difusão da mecanização da produção, que foi um modelo com oferta ilimitada de combustíveis e apoiado pelos interesses das grandes empresas vendedoras de equipamento. No entanto, é uma postura que foi abalada desde a década de 1960 com a biotecnologia e a revelação dos caminhos próprios da agricultura para desenvolver tecnologias avançadas. Primeiro, porque a agricultura torna-se um espaço produtivo do capitalismo, que usa formas combinadas, avançadas e atrasadas, segundo os projetos de produção. Segundo, porque as relações regionais e inter-regionais de poder são mais claramente penetradas pelas articulações internacionais da produção, tanto pela entrada de capitais internacionais como pela internacionalização de operações regionais.

* Livre-Docente da UFBA. Diretor geral do Instituto de Pesquisas Sociais. Professor da Universidade Salvador e da Faculdade Integrada da Bahia. fcpedrao@terra.com.br

Na perspectiva da Economia Política essa discussão setorial carece de sentido, porque se entende que o movimento do capital utiliza combinações de atividades em determinados níveis de desenvolvimento do sistema produtivo, onde a agricultura é um componente da produção e rural é uma esfera de organização do capital e do trabalho. Assim, a expressão desenvolvimento rural denota os movimentos de expansão e aprofundamento do capital no campo, passando pelas abordagens críticas do processo do capital em seu conjunto e pelo tratamento organizado em torno da mecânica da modernização, que se centra nos aspectos positivos da formação de capital e descarta seus aspectos negativos. Nesse sentido devem ver-se os novos papéis da produção rural na reorganização da divisão internacional do trabalho, em que os países emergentes encontram novas condições de exportadores de matérias primas e de produtos de baixo valor adicionado. A produção rural deve ser reavaliada, por sua função numa formação de capital capaz de se diversificar, comparada com uma formação de capital neocolonial bem sucedida, em que seus resultados materiais imediatos são vistos por separado da capacidade do sistema produtivo para sustentar certos padrões de resultados ao longo do tempo. A produção açucareira e a dos produtos de soja são exemplos cabais nesse sentido. O Brasil produz mais açúcar hoje que no auge do ciclo do açúcar, mas o papel da produção açucareira na economia nacional está condicionado pelo modo como os resultados da produção açucareira são parte do sistema econômico em seu conjunto.

Para o país em seu conjunto, pode-se trabalhar com uma combinação de políticas e projetos, onde as políticas são orientações que podem não envolver uso imediato de recursos e os projetos são programas de trabalho ligados a um orçamento de algum modo. Na escala de regiões ou de estados federados que operam como regiões, os instrumentos por excelência de uma política de desenvolvimento rural são programas de alcance limitado e projetos.

Por isso, a concretização do desenvolvimento rural na Bahia necessariamente passa por uma rigorosa seleção dos projetos a serem realizados e por seus resultados indiretos, além de seus resultados individuais. Para efetivar essa seleção, é preciso considerar certas questões básicas, que favorecem uma análise crítica da produção rural. Para colaborar com essa análise, apresentamos uma sugestão para a política de seleção, avaliação e adaptação dos projetos às condições operacionais prevaletentes na economia baiana, com algumas idéias de projetos e de anteprojetos, levantados de empreendimentos em curso e de empreendimentos previstos ou considerados como necessários ao desenvolvimento rural na Bahia e que convergem iniciativas de órgãos da sociedade civil e do poder público na esfera local. Entende-se, portanto, que tais projetos representam a esfera dos interesses sociais, superando a separação entre esfera pública e esfera privada.

Tecnicamente, há divergências no relativo à sustentação desses projetos como iniciativas da sociedade civil, enquanto eles representam combinações de definição política e de viabilidade econômica. Pressupõe-se que são necessárias políticas públicas para apoiá-los e que essas políticas devem estar regionalmente situadas, isto é, que sejam relevantes nas

condições locais de funcionamento do sistema produtivo. Somente nessas condições devem ser considerados projetos compatíveis com as condições regionais vigentes, além de serem economicamente viáveis.

Com efeito, o levantamento de projetos regionais recupera iniciativas da sociedade civil em diversos graus de maturidade, refletindo intenções de projetos e de movimentos em curso, de mobilização de capital e trabalho, revelando o perfil das iniciativas de desenvolvimento rural e analisando os riscos e as incertezas correspondentes a esses movimentos. A avaliação das condições operacionais visa estabelecer critérios e procedimentos que reduzam as possibilidades de insucessos dos projetos social e economicamente demandados pela sociedade rural.

De fato, as experiências acumuladas com o planejamento projeto por projeto tornam indispensável considerar as variações dos fatores de risco, desde o momento em que se aceita uma idéia como referência à aplicação de recursos, até o momento da realização do empreendimento. A incerteza e os riscos dos empreendimentos são considerados em diferentes perspectivas, segundo a consistência das informações reunidas. Junto à incerteza própria do meio semi-árido, por exemplo, somam-se os riscos de empreendimentos concebidos sem clareza sobre a escala de capital necessária para sua sustentabilidade, sem contemplar as mudanças de escala determinadas pela integração dos mercados, ou simplesmente, sem considerar as limitações de qualificação do pessoal envolvido.

No levantamento dos projetos, é preciso ainda considerar diferentes situações, como as avaliações iniciais dos empreendimentos; a avaliação dos projetos em execução, que consideram condições atuais e previsões de custos e mercado; e a avaliação de experiências anteriores, que permitem apreciar e ajustar as novas propostas apresentadas. O Nordeste, em geral, e a Bahia, em particular, têm uma longa experiência de projetos que não alcançaram seus objetivos e que constituem perda de recursos em estudos, treinamento e financiamento direto e indireto. Uma das principais limitações desse tipo de empreendimento é, justamente, a perda da memória da experiência acumulada no semi-árido. Como se sabe, grande parte do acervo de pesquisas e de documentos de projeto acumulados desde a década de 1950 perdeu-se nas diversas instituições públicas que operam na região.

A noção de vida útil dos projetos é outro aspecto fundamental para se considerar, especialmente quando se contemplam os efeitos ambientais dos empreendimentos. A maior parte dos projetos de interesse ambiental envolve problemas de comparação entre a amortização de equipamentos industriais e as alterações de biodiversidade, bem como os cálculos de perda da capacidade de renovação dos sistemas de recursos naturais. Os sistemas hídricos, os manguezais e os sistemas florestais estão todos sujeitos à perda de sua capacidade de renovação, a ser considerada como custo social da realização dos projetos. Assim, os projetos que envolvem técnicas e tecnologias que reduzem o impacto sobre a renovação dos sistemas de recursos, devem ser melhores avaliados, pois envolvem benefícios sociais em longo prazo.

OS PROJETOS TERRITORIAIS

No contexto rural da Bahia, são duas as grandes tendências de iniciativas interligadas: a dos interesses dos capitais a dos interesses sociais, representando a sociedade rural em seu conjunto. A primeira com objetivos de rentabilidade – principalmente através do agronegócio – e, a segunda, com objetivos de formação de renda familiar, marcados por certas referências, como segurança alimentar e qualificação e mobilidade dos trabalhadores. A proposta de identificar, elaborar e realizar *projetos territoriais* – entendidos como iniciativas de caráter econômico, politicamente fundamentadas, que têm a capacidade de mobilizar significativamente a sociedade, com viabilidade e sustentabilidade econômica e ambiental – representa um corte transversal nessas duas tendências, considerando as iniciativas que aí se enquadram, mas contemplando a formação de capital em seu conjunto. Portanto, envolve uma perspectiva mais abrangente de planejamento por projetos, que não pode ficar restrito ao espontaneísmo de apenas recolher projetos existentes, nem ao mecanicismo, que tende a reduzir a problemática dos projetos a algumas soluções técnicas locais, tais como *clusters* ou arranjos produtivos. Em ambos casos, encontra-se um desconhecimento ou um desdém por tratar da questão central das tendências da expansão do capital no meio rural. Basta lembrar que os principais empreendimentos recentes no meio rural na Bahia são realizados por grandes capitais e usando soluções técnicas relativamente avançadas.

Uma política de desenvolvimento rural baseada em projetos territoriais combina a complexidade das políticas rurais e das políticas de projetos, exigindo, além da visão estratégica macroeconômica, a análise da viabilidade específica no plano microeconômico. Esses aspectos são considerados quando se observa a experiência acumulada na Bahia em planejamento estadual, em políticas de desenvolvimento rural e de projetos. Geralmente, conclui-se pela necessidade de indicar claramente como serão tratados a viabilidade e o controle dos efeitos, macro e microeconômicos, diretos e indiretos, das propostas de desenvolvimento.

Um elenco variado de projetos dificilmente pode ser analisado a partir dos critérios ortodoxos da relação custo/benefício, já que compreende empreendimentos de duração indefinida, tais como obras de irrigação, de florestamento, articulação institucional de projetos culturais e projetos especiais de educação, entre outros. Entretanto, esses projetos deverão ser sustentáveis, isto é, deverão poder sobreviver no ambiente de mercado da economia baiana, o que significa que terão que conter propostas de comercialização consistentes.

Os projetos territoriais têm uma determinada capacidade operacional, implicando a mobilização social, que deve ser registrada e tomada como referência para a transformação da economia rural. Ainda que não necessariamente sejam empreendimentos capazes de se sustentarem, representam uma territorialidade, ou um território de influência: sua ligação com os limites municipais reflete o fato de que são os municípios as unidades básicas do uso de recursos públicos. Por isso, a esfera municipal permanece essencial. Mas não significa que a esfera municipal seja necessariamente a mais adequada para

representar a escala de território, já que há enormes diferenças de condições operacionais de um município a outro. Por extensão, isso significa que as associações municipais são positivas e devem ser aproveitadas em todas as suas possibilidades.

A identificação – ou o reconhecimento – de projetos territoriais representa uma responsabilidade social de planejar, em sentido estrito. Ou seja, traduz-se na canalização de recursos para empreendimentos capazes de alcançar resultados socialmente significativos, diante das alternativas de investimento público. Os meios pelos quais esses resultados podem ser alcançados variam entre os projetos e, ao longo do tempo, envolvem diferentes papéis do Estado e da sociedade civil, o que não significa a retirada, substituição ou ações isoladas de algum desses agentes: trata-se de desenvolver formas de cooperação entre Estado e sociedade civil, através dos diferentes níveis de poder e formas de representação, respectivamente.

Admitir que os projetos podem receber recursos públicos, direta ou indiretamente, significa assumir os custos sociais que esses projetos representam, envolvendo, portanto, a obrigação de se demonstrar a viabilidade dos empreendimentos. Considera-se a questão relativa aos custos sociais quando se comparam as suas vantagens estratégicas. A rigor, o fundamento da política de desenvolvimento rural em projetos é o desenho de um mecanismo de planejamento suficientemente representativo e flexível, em que se consideram três etapas, que são a identificação, o ordenamento e a seleção de projetos – levantamento de intenções de projetos e de atividades em curso, em diferentes estágios de estruturação; a identificação de mecanismos de acompanhamento de execução no plano microeconômico; e a identificação e controle dos efeitos dos projetos no plano macroeconômico.

Tais referências são necessárias à avaliação da consistência dos projetos. Os resultados microeconômicos representam a rentabilidade e a amortização do capital e um conjunto de efeitos indiretos. Os efeitos macroeconômicos surgem não só da acumulação dos efeitos positivos e negativos dos diversos projetos, como também da diversificação das relações interindustriais em cada região ou em cada país.

A ECONOMIA RURAL DA BAHIA

No panorama rural da Bahia convivem núcleos de transformação econômica com situações onde predominam o atraso técnico, a pobreza e a exclusão social, combinando-se a atualização de formas tradicionais de organização, tais como as grandes propriedades familiares, com novas modalidades de produção familiar. O atual quadro socio-econômico reflete a acumulação desigual de uma variedade de processos que atingiram a esfera rural, vinculados a questões tais como a expansão das monoculturas ou as transformações no interior da própria sociedade rural, como as dos programas de produção e a organização da agropecuária.

Prevalece a impressão de que, no estado, existem algumas regiões mais dinâmicas, como Juazeiro, Barreiras, Rio Corrente, Lençóis e Extremo Sul; outras que perderam dinamis-

mo e/ou regrediram (a região cacauieira, a de Senhor do Bonfim, o Recôncavo e o Sudoeste), e mais um vasto espaço inerte, essencialmente o semi-árido, onde sobressai a pobreza e a falta de formação de capital, apesar de haver um conhecimento empírico e de experiências de projetos de planejamento para essa região.

A pobreza crônica encontra-se, também, em ambientes naturais bem definidos, como nas bacias dos rios Paraguaçu, Itapicuru e Jiquiriçá, onde se presenciavam efeitos de atividades predatórias, com uma estrutura agrária que propicia a sub-exploração de recursos e a degradação ambiental. Entretanto, essa pobreza resulta da desigualdade na formação de capital e não pode ser atribuída simplesmente aos dados materiais do quadro ambiental.

Note-se ainda, nas atividades agrícolas, os efeitos negativos em alguns produtos, como cacau, café e sisal, além de insucessos em tentativas de fruticultura e de algumas oleaginosas. Há sucessos pontuais em algumas lavouras, como o café no Sudoeste, que encontra nova expansão nas cabeceiras do Rio Paraguaçu, ainda que sem soluções significativas para os problemas de infra-estrutura e financiamento. As novas barragens, tais como as de Ponto Novo e de Apertado resultaram na criação de novas áreas de irrigação, contribuindo ao fortalecimento de uma produção empresarial que rompe com alguns dos tabus da agricultura baiana, tal como sua tradicional incapacidade de produzir batatas em condições econômicas competitivas.

Esse quadro contrasta com a tendência a se projetar uma modernização da pecuária, considerada uma das principais atividades estruturantes da economia rural baiana, objeto de diversas políticas rurais importantes, desde o Estado Novo. A erradicação da febre aftosa, a seleção de matrizes e o aumento do fator carga, inclusive em regiões do semi-árido, tornam imperativo contemplar as opções de política de desenvolvimento da pecuária como uma base das opções de diversificação da economia rural na Bahia.

No conjunto, nas regiões que enfrentaram processos negativos de desenvolvimento, observa-se a desarticulação de sistemas produtivos empregadores, ao mesmo tempo que as regiões ascendentes operam sistemas produtivos de baixo efeito emprego. Essas tendências, pouco espontâneas, resultam de políticas rurais, explícitas ou tácitas, que favorecem um estilo de formação de capital. Os casos extremos são a produção cacauieira, outrora grande empregadora, e a região de Barreiras, que apresenta o menor efeito emprego do Estado, pelo menos em relação à produção mecanizada de grãos.

A nova ênfase na modernização da pecuária bovina também acentua a queda do efeito emprego da economia rural, imobilizando o uso de terras que poderiam ser objeto de maior formação de emprego e renda. Por outro lado, a caprinocultura e a ovinocultura dão lugar a projetos agroindustriais de pequeno e médio porte, que têm importante efeito potencial em emprego e diversificação na composição do capital. No entanto, pelas próprias características do semi-árido, são atividades a serem realizadas mediante empreendimentos agro-pecuários, buscando a máxima diversificação possível, jamais limitados a uma única linha de produção. Ações de complementação e regulação da disponibilidade, tais como cisternas, são complementos indispensáveis.

Para o semi-árido, observa-se que essa análise está comprometida por dois pressupostos: o de segregar e isolar os processos de produção, de comercialização e de gestão financeira da produção; e o de desconsiderar conhecimentos disponíveis sobre a área, a necessidade de construção de sistemas ecologicamente adaptados às suas opções de desenvolvimento e a qualificação dos recursos humanos envolvidos nas diversas formas de produção.

Há, portanto, que se distinguir o contexto dos processos em operação e o de processos potenciais no meio rural, sejam autônomos ou como consequência dos movimentos de capital dos centros urbanos. Em vários aspectos, o dinamismo do meio rural muda de forma e intensidade, refletindo projetos econômicos de poder gestados na esfera pública ou pelo aparecimento de projetos de interesse local que ganham legitimidade própria.

Todas essas considerações conformam um quadro desigual, com processos contínuos, descontínuos ou isolados, em um contexto institucional complexo, destacando-se a pobreza da maior parte da população, reiterando o sistema tradicional de poder. Os processos de modernização e as iniciativas de política situam-se nesse quadro socioeconômico, criando novas formas de cooperação e de competição. Observam-se aperfeiçoamentos, tanto quanto substituições de processos de produção, além da criação, sobreposição e envelhecimento de instituições.

É necessário utilizar critérios econômicos precisos e considerações sociais explícitas para se identificar as idéias e propostas viáveis, analisando-se as experiências de empreendimentos de sucesso, as que foram desvirtuadas e as modificadas ou apropriadas indevidamente. Em uma revisão da economia rural, destacam-se os aspectos de mercado e financiamento e, em um segundo plano, os aspectos de qualificação dos empreendimentos e de mobilidade do trabalho e do capital. Entendendo que a diversificação da produção depende da mobilidade do trabalho e, esta, da qualificação dos recursos humanos, não há como ignorar que as opções de diversificação do meio rural baiano estão, basicamente, restritas a alternativas de baixa tecnologia ou de sustentação econômica incerta. Disto surge a necessidade de se vincular a economicidade dos novos projetos à escala em que eles são realizados, isto é, um determinado projeto pode ser economicamente viável em uma escala e inviável em outra.

○ PROCESSO DA POLÍTICA RURAL

Para o desenvolvimento de novas políticas rurais, as políticas e projetos precedentes devem ser considerados, evitando a repetição dos erros cometidos e estudando-se quais modificações devem ser introduzidas para que os novos projetos sejam viáveis. Estudos da estruturação social e política são certamente necessários, tal como se depreende dos poucos trabalhos disponíveis com esse perfil.¹ Assim, uma política de extensão rural, por exemplo, baseada apenas em aspectos de tecnologia da produção, pode ter sido correta-

¹ Ressalta a escassez de estudos críticos da formação social do semi-árido. Destacaremos os trabalhos de Chilcote (1991) e de Guimarães Neto (1989). Como estudo técnico com substância social destaca-se Carvalho (1988).

mente concebida em seus objetivos, mas tornou-se inadequada ao ignorar os aspectos culturais da transferência de tecnologia; da mesma forma, uma política de reforma agrária, correta nas etapas de produção de mercadorias, pode não ter considerado as relações de substituição entre a produção de mercadorias e de alimentos ou que o aperfeiçoamento da comercialização fosse um novo mecanismo de subordinação. Portanto, a visão retrospectiva e avaliativa das políticas rurais é referência necessária à montagem de uma nova linha de política, dado que representa uma visão de conjunto dos problemas rurais e um modo de uso de recursos técnicos, humanos e financeiros. Cada nova proposta de política deve refletir a experiência acumulada nas anteriores.

De fato, o panorama das políticas rurais na Bahia mostra uma sucessão de instituições com funções parcialmente sobrepostas e uma série de deslocamentos das funções dessas instituições, que resultam em falta de continuidade de objetivos e metas e, principalmente, em falta de clareza na relação entre os aspectos diretos e indiretos das políticas. Isso se refere, especialmente, à relação entre os aspectos macro e microeconômicos dos programas de investimento, ou ao modo como esses aspectos são percebidos.

Observa-se que a formulação de políticas rurais surge de uma visão alternativa das políticas de desenvolvimento econômico e social – no que contradizem a idéia de que as condições de vida sempre melhoram (mais) no meio urbano, comparando-se ao meio rural – e que o desenvolvimento rural decorre apenas dos efeitos de transbordamento do desenvolvimento industrial e urbano. Alguns órgãos públicos são criados como curadores do funcionamento da economia rural; outros, para desempenhar funções setoriais. Considerando-se a necessidade de se desenvolver projetos com efeitos diretos e indiretos mais prolongados, torna-se necessária a coordenação institucional como um instrumento de planejamento, invertendo a tendência tradicional de pulverização e de esvaziamento das instituições.

No essencial, procura-se um estilo de desenvolvimento² baseado na seleção de projetos viáveis, de amplos efeitos indiretos, que representem aspectos positivos da capacidade de produção da região. Como são considerados horizontes prolongados de tempo, trata-se de se proporcionar efeitos indiretos diferenciados dos efeitos convencionais de multiplicador econômico. Ainda assim, mesmo supondo que esses projetos se justifiquem no plano microeconômico, terão de ser vistos em seu conjunto, portanto, também em seus efeitos macroeconômicos. Nesse sentido, é preciso explorar as interações progressivas entre os projetos, tal como surgem no momento de sua operacionalização e como se desenvolvem ao longo de sua vida útil, para isso criando um mecanismo regional de acompanhamento.

² A expressão “estilo de desenvolvimento” descreve modalidades específicas na trajetória de transformação do capital e do trabalho, com efeitos na composição do capital e no perfil dos usos de trabalho. A idéia de que se precisa trabalhar com estilos de desenvolvimento adequados ao semi-árido significa priorizar modos de vida e formas de produção ao ambiente físico, em vez de isolar o uso de irrigação dos demais modos de tecnologia. Nesse contexto, a difusão de cisternas, junto com o uso adequado de tração animal, poderiam ser uma revolução tecnológica no semi-árido brasileiro.

UM ESTILO DE DESENVOLVIMENTO RURAL PARA A BAHIA

Na economia rural baiana, existem tendências que representam tanto a transformação positiva da sociedade quanto a continuidade e agravamento de problemas tradicionais. Portanto, configura-se como principal questão do desenvolvimento rural a fundamentação agrária e o desenvolvimento de sistemas de comercialização que controlem as estruturas produtivas. Ou seja, o eixo do desenvolvimento rural é a somatória do desenvolvimento agrícola, da formação de capital e da distribuição da renda. Especificamente para a Bahia, essa discussão foi obstruída, principalmente, pela concentração da comercialização em Salvador e pela ausência de canais de comunicação dos centros produtores com seus compradores.

Nesse cenário, para formular uma proposta realista de um estilo de desenvolvimento rural, é preciso considerar a trajetória histórica, as possibilidades operacionais de realização de novos empreendimentos e de aprofundamento da formação de capital, de qualificação do trabalho e de estruturação institucional das políticas de desenvolvimento.

De fato, as transformações da economia rural na Bahia relacionam-se intimamente com a decomposição das formas tradicionais de produção e com a ação do Estado, tanto na construção de sistemas de infra-estrutura, como em sistemas de crédito, assistência técnica e no fomento de atividades compatíveis com o mercado moderno. Os focos de produção irrigada e de nova produção de mercadorias resultam todos da ação direta ou indireta do Estado.

No sistema produtivo encontra-se um novo perfil de concentração de capital e um novo padrão de usos de trabalho. Para a grande agricultura empresarial, especialmente de grãos, o mercado regional continua pouco expressivo, fazendo com que os capitais aplicados nesse segmento da esfera rural integrem-se significativamente aos mercados internacionais, enquanto que a agricultura pouco especializada tenha menor capacidade para concorrer com outros mercados internos. A reflexão a partir desses acontecimentos indica que é necessário deslocar e reverter o estilo de desenvolvimento rural conduzido pela colonização e continuado pela estrutura oligárquica, revendo e avaliando o significado dos movimentos de modernização, com seus resultados na formação de uma estrutura de classes e de novos interesses econômicos.

DEFINIR PROJETOS

Para o Brasil, a utilização de projetos como instrumentos de desenvolvimento implica duas questões básicas: a articulação dos efeitos microeconômicos no plano macroeconômico (escala regional ou nacional); e a solução para a relação tecnológica e de qualificação dos recursos humanos. O significado social dos projetos depende do modo como eles se integram em determinados movimentos de capital e como se refletem na criação de emprego e na mobilidade do trabalho. O essencial nesse quadro é explorar efeitos indiretos, a montante e a jusante dos investimentos, para alcançar o máximo de efeitos que se pro-

longuem no tempo. Por isso, deve-se buscar combinações de projetos sustentáveis que, em conjunto, ampliem os efeitos dos projetos individualmente.

Na Bahia, a concentração da formação de capital na região metropolitana de Salvador e em poucos núcleos no interior resultou em certo padrão, reforçado pelas sucessivas iniciativas da grande indústria, como a petrolífera, a química, a petroquímica e a automotora. Os núcleos de concentração/formação de capital no interior do Estado, tais como Feira de Santana, Barreiras e Juazeiro, movimentam valores significativos. Mas, devido à falta de integração de elementos qualitativos das cadeias produtivas, esses centros não alcançaram diversificação de mercado suficiente, nem foram capazes de sustentar a constituição de centros de prestação de serviços e de consumo para alterar o padrão geral de concentração territorial do capital.

Essa dificuldade da economia estadual para inverter a tendência à concentração determina que a política de projetos avance no sentido de ampliar e aprofundar os efeitos indiretos dos investimentos. Mais uma vez, as combinações de projetos deverão compensar a falta de mercados regionais diversificados.

A busca de projetos regionais compreende a avaliação das tendências em curso, desde a de formação de capital, o crescimento e distribuição da renda, bem como a identificação de objetivos econômicos, sociais e ambientais. E deve apontar os requisitos básicos para que as regiões possam alcançar condições mínimas de participar em atividades modernizantes.

As políticas de desenvolvimento baseadas na mobilização de projetos de investimento partem do pressuposto de que é possível alcançar resultados de formação de capital e renda superiores aos que se obteria sem esse planejamento, isto é, que há um benefício social derivado da condução racional desses projetos. Isso significa aceitar que a política de projetos deve ser realizada pelo Estado, em condições de incorporar elementos de juízo superiores aos interesses específicos de classe incorporados em cada projeto. Outro pressuposto, igualmente necessário, é que em qualquer momento há sempre um fluxo de projetos cujos resultados alteram a formação e a distribuição da renda. Entretanto, a experiência das políticas de projetos mostra que as regiões menos capitalizadas e desenvolvidas geralmente têm projetos que representam os interesses dominantes ou que não alteram o quadro de distribuição da renda de modo significativo, isto é, é preciso que se induzam, aí, projetos capazes de alterar as condições sociais de distribuição da renda e de mobilidade social.

De fato, mais do que propostas técnicas, os projetos correspondem a diferentes interesses de classe com diferentes perspectivas de mercado, possibilidades de êxito que se sucedem e perspectivas também desiguais de combinação, cujos efeitos indiretos variam ao longo do tempo. Assim, a capacidade de realizar os projetos é mais importante que seu desenho técnico inicial. Dessa forma, reforça-se que a racionalidade do planejamento baseado em projetos consiste na articulação dos efeitos microeconômicos de cada projeto com os efeitos macroeconômicos do conjunto dos projetos que se realiza efetivamente. Essas

observações levam a trabalhar com critérios de seleção e de avaliação de projetos que sustentem o acompanhamento dos efeitos sociais de cada política.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS

Prevalece a idéia geral de que o desenvolvimento rural nesta região semi-árida depende de uma elevação tecnológica generalizada e a todos os níveis de atividade. Todo trabalho de planejamento mediante projetos envolve a necessidade de selecionar e avaliar esses projetos, em seu momento inicial e ao longo de sua realização. Certamente há diferenças que podem ser decisivas, entre as perspectivas de custos e de benefícios no momento do planejamento e no início de sua realização, e daqueles que surgem durante sua realização. Tais critérios têm de considerar os indicadores de desempenho econômico do investimento e as referências das condições de realização de cada projeto específico, ou seja, das condições institucionais e culturais que o afetam.

Os projetos podem ser empreendimentos isolados ou parte de cadeias produtivas. Podem ser simples aplicações de tecnologias dominadas ou projetos tecnologicamente inteligentes.³

Os requisitos de sustentabilidade dos projetos individuais, os requisitos ambientais e os de fortalecimento da economia rural em seu conjunto, levam a considerar as seguintes referências:

- . Projetos que melhorem a qualidade de vida da população rural.
- . Projetos tecnologicamente inteligentes.
- . Projetos que representem elevação do aparato tecnológico utilizado;
- . Projetos que contribuam para melhoria das condições de educação e qualificação de trabalhadores em geral; e
- . Projetos com impactos positivos, diretos e indiretos, sobre a renda e o emprego.

Nas condições específicas da Bahia, as etapas de seleção e avaliação de projetos enfrentam a relativa escassez de propostas capazes de alterar os sistemas de produção, o que resulta na indicação de projetos desejáveis, sem que sejam garantidas suas condições operativas. As combinações de causas que levaram a diversos problemas de degradação ambiental, por exemplo, sugerem a necessidade de se desenhar projetos que modifiquem esse quadro, especialmente vinculando as propostas com reflorestamento e/ou outras técnicas de conservação dos recursos naturais.

Para o semi-árido em particular, suas referências básicas constituem-se restrições que atingem os diversos projetos com graus de rigor variáveis. De fato, o dinamismo desigual

³ Projetos que dão novos usos a técnicas conhecidas, adaptando as tecnologias para o meio onde serão usadas ou que contêm propostas de inovação tecnológica. Por exemplo, projetos que inovam na tecnologia em forragens e manejo de biomassa têm elevado valor estratégico para o semi-árido. Na prática, trata-se de uma política de valorizar a criatividade em tecnologia associada com qualificações específicas dos trabalhadores.

característico do meio rural baiano e os efeitos locais da globalização sugerem um esforço maior no sentido de desenvolver projetos inteligentes que internalizem ao máximo seus efeitos indiretos.

Assim, forma-se uma hierarquia de projetos, conforme sua contribuição para articular sistemas de produção, representada pelas cadeias produtivas; conforme o uso inteligente de tecnologia; e pela sua contribuição para formar conjuntos regionais estruturados, dotados de sustentabilidade econômica. A consequência natural dessa perspectiva é o desenvolvimento de cadeias agroindustriais ecologicamente adaptadas, com segmentos de prestação de serviços a esses empreendimentos e ao consumo familiar.

Nas condições atuais dos sistemas produtivos na Bahia, os projetos básicos são quase todos de baixa tecnologia, mobilizando recursos humanos disponíveis para atividades plenamente conhecidas.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

Toda a proposta de desenvolvimento rural baseada em projetos econômicos depende de uma política de educação adequada às condições sociais, econômicas, culturais e ecológicas da região destino. Essa política deve estar em condições de acompanhar as transformações do meio rural, relativas às oportunidades de aplicações de capital e a oportunidades de trabalho. Praticamente todos os projetos requerem algum tipo de treinamento específico, especialmente se representam alguma tentativa de elevação tecnológica.

Dessa forma, educação é tema obrigatório, podendo aparecer como requisito essencial ou como componente necessário a cada projeto. A política de desenvolvimento rural deverá ser articulada com programas específicos de educação e treinamento, ou seja, de qualificação dos recursos humanos envolvidos. Os programas devem contemplar o desenvolvimento de projetos de educação focalizados em temas como gestão integrada de energia em comunidades rurais, usos alternativos de materiais e estratégias alimentares, entre outros.

AGRONEGÓCIOS

Os agronegócios representam os componentes do capital produtivo moderno aplicado ao meio rural, operando com base no cálculo econômico, prevendo-se custos de capital com dados de mercado, por tipos de produtos e preços. Existem diversas condições e oportunidades para agronegócios, que podem ser exploradas inclusive por entidades municipais (por exemplo, a produção de fertilizantes, em pequena escala, a partir do aproveitamento de resíduos locais). Note-se que os agronegócios não estão restritos ao grande capital que, naturalmente, pode operar em conjunto, mas podem ser um modo efetivo de engajar pequenos capitais locais e entidades da sociedade civil, inclusive organizados em firmas-rede.

O fomento de agronegócios pode ser um objetivo geral de projeto, desenvolvido através de entidades representativas de interesses da sociedade rural, funcionando como mediado-

res de difusão tecnológica. Os principais problemas a serem superados são de qualificação de pessoal, de treinamento em comunicações e de difusão de conhecimentos básicos de informática.

BACIAS HIDROGRÁFICAS

Na Bahia, as bacias hidrográficas constituem referência necessária à política de projetos pois, além de concentrarem grandes volumes de recursos, convergem a maior parte do conhecimento organizado sobre o meio rural. Projetos ecológicos de reposição de vegetação têm de considerar a disponibilidade de recursos hídricos nas áreas de bacias.

Some-se a isso o fato de que as bacias hidrográficas são as principais referências de organização social, permitindo viabilizar e implementar projetos sociais, através dos comitês de bacias previstos em legislação, em cooperação com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e com a Universidade Federal da Bahia.

A QUESTÃO DO TURISMO

Generalizou-se o interesse pelo turismo na Bahia, atividade com perspectivas positivas de crescimento, pois quase não é praticada fora das áreas diretamente apoiadas pelo governo estadual, através de iniciativas diretas e de divulgação. A exploração de turismo tende, portanto, a ficar restrita a alguns pontos, ainda pouco aproveitados. Como alternativa a esse cenário, tem-se a indução de movimentos de turistas mediante convênios com associações de classe, sindicatos e outros coletivos da sociedade civil, para implementar (e consolidar) o turismo socialmente compatível e de baixo impacto ambiental. Apesar das restrições de falta de equipamento e de qualidade de serviços, existem oportunidades a serem mapeadas e estimuladas no Estado.

VALORIZAÇÃO SOCIAL DO SEMI-ÁRIDO

Há um problema de desenvolvimento do semi-árido que, obviamente, transcende os dados econômicos diretos dos novos projetos, mas que deve ser tomado como referência da realização de novos projetos. Os objetivos microeconômicos dos projetos tendem a conduzi-los a resultados em termos de benefícios diretos de lucratividade, valorizando-se o capital aplicado. Essa afirmação apresenta duas limitações: a de não registrar os componentes de amortização muito demorada, tais como os impactos ambientais; e a de tratar como residuais os efeitos de formação de renda familiar.

Ao estabelecer a valorização social como um objetivo positivo dos projetos, torna-se necessário adaptar a avaliação de cada projeto individual para incorporar os efeitos positivos e negativos sobre as condições sociais de vida e sobre a mobilidade dos trabalhadores. Tais resultados só podem ser alcançados mediante uma considerável diversificação dos sistemas de produção.

O objetivo maior de valorização social do semi-árido não pode ser desconsiderado, especialmente quando a sociedade brasileira assume a responsabilidade de enfrentar os problemas de fome e exclusão. Entretanto, dados os fundamentos da concepção deste trabalho, de apoiar-se em empreendimentos viáveis e potencialmente dinâmicos, a valorização social do semi-árido aparecerá, principalmente, através de aspectos da seleção e do desenho de projetos, reconhecendo-se como necessária uma atividade indutora por parte do Estado. Dessa forma, o aspecto institucional desta proposta é essencial: faz-se necessária uma mobilização convergente dos órgãos públicos em torno da realização de um elenco de projetos de maior efeito social, dando ênfase aos aspectos de apoio a comunidades, com elevação tecnológica, com qualificação para gestão da produção e da comercialização.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Otamar de. *A economia política do Nordeste*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CHILCOTE, Ronald. *Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste*. São Paulo: USP/T.A. Queiroz, 1991.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: Massangana, 1989.
- PEDRÃO, Fernando. Condições e perspectivas do planejamento no Nordeste. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Desigualdades Regionais*. Salvador, 2004.
- _____. *O novo Nordeste e a economia mundial*. Palestra apresentada em Encontro dos Economistas do Nordeste, Porto Seguro, 2003.
- RANGEL, Ignácio. *A questão agrária brasileira*. Recife: Condepe, 1962.
- SUNKEL, O.; GLIGO, N. *Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina*. México: FCE, 1980.

BOX I - PROJETOS

A *Guía para la presentación de proyectos* (ILPES, 1974), consolida e especifica certos princípios, distinguindo as idéias de projetos, os anteprojetos e os projetos.

As *idéias de projetos* são a expressão de intenções e de possibilidades de chegar ao desenho de empreendimentos técnica e economicamente viável.

Os *anteprojetos* são formulações técnicas, econômicas, financeiras e institucionais preliminares.

Os *projetos* são os estudos detalhados dos empreendimentos, onde se demonstra sua viabilidade técnica, econômica e financeira e se apresentam seus efeitos diretos e indiretos no período de sua realização. A questão relativa ao momento em que os projetos são iniciados e a duração prevista é essencial para que se possa pensar em termos de amortização dos capitais a serem aplicados. Em todos esses três níveis, consideram-se os aspectos de mercado, tamanho e localização dos empreendimentos.

Distingue-se, ainda, a avaliação de projetos apresentados aos órgãos de financiamento especializado, a avaliação de propostas de empreendimentos públicos estruturados como projetos de investimento, a avaliação inicial dos projetos e a avaliação para acompanhar a realização dos empreendimentos propostos.

BOX 2 - A ECONOMIA RURAL DA BAHIA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A rigor, o processo de modernização e diversificação da economia rural, na Bahia, data do Segundo Império, com propostas de novas estruturas agrárias e projetos de colonização, através de movimentos migratórios que alcançaram resultados diferenciados.

Durante a Velha República são adotadas políticas rurais melhor definidas, especialmente mediante o desenvolvimento do sistema de transportes, em contraste com as formas de organização social e da produção oriundas do período colonial. O transporte ferroviário acompanhou as linhas coloniais de penetração do território, mas modificou substancialmente o modo de valorização das terras e as condições do povoamento, assim como levou os primeiros núcleos de atividades de transformação para o interior do Estado.

O Estado Novo representou outro momento das políticas rurais, com uma nova etapa dos programas de transportes – o primeiro plano rodoviário –, com uma política de ruptura e superação das estruturas políticas oligárquicas semifeudais, com a primeira grande tentativa de planejamento de bacias hidrográficas, com uma política de modernização da pecuária e com a implantação e expansão de várias lavouras comerciais aptas para exportação. Indiscutivelmente há um estilo de política rural voltada para o fortalecimento de um Estado nacionalista autárquico. Na Bahia, especificamente, esse projeto incorporou a solução de problemas da produção para exportação com o tratamento da crise da produção cacaueteira e com tentativas de expansão de um setor exportador de matérias-primas, a exemplo da borracha e do algodão. Essas tentativas correspondem a um projeto de desenvolvimento agroindustrial, que seria retomado na década seguinte, sempre em termos de produtos específicos, quase nunca em termos de incorporação de valor adicionado e de integração de cadeias produtivas.

O fim da segunda guerra mundial revelou o contraste entre os projetos de desenvolvimento rural voltados para fortalecer o Estado nacional – em suas versões centralizadoras ou descentralizantes – e os projetos conseqüentes de um fortalecimento ou de uma atualização da economia primária exportadora tradicional. Revelou-se, além disso, a dinâmica de relações entre a esfera pública e a privada, especialmente nas condições em que se reconhece a necessidade de expansão e modernização da esfera privada. As políticas de desenvolvimento rural dirigiram-se diretamente aos pequenos produtores, combinando extensão rural, extensão doméstica e educação. Desde então, identifica-se uma questão relativa à pequena produção como parte essencial de uma economia rural capitalista. Essa política incorreu em uma simplificação dessa questão, continuada nas políticas seguintes – melhor representadas pelo sistema FUNDAGRO –, apontando a relação essencial entre a comercialização e a produção, entendendo que a expansão do capital no meio rural se faz, essencialmente, através da comercialização e, somente de forma imediata e localizada, na produção. Assim, registraram-se diversos movimentos de formação de capital e de diversificação da produção, com mecanização da agricultura, organização de agroindústrias de grande capital e uma proposta integrada de desenvolvimento rural formulada e empreendida pelo governo estadual.

Analisando-se o retrospecto da formação da economia rural na Bahia são observados certos perfis básicos do sistema produtivo, que constituem o modo primário exportador, operando com uma extensa articulação internacional. Entretanto, tal articulação é realizada com pouco trabalho qualificado e pouco valor agregado aos produtos finais. Exceto por alguns dos produtos exportados, a maior parte

da produção rural era realizada de modo um pouco mais que extrativista, desde a exportação de couros e peles, fibras e até mesmo de cacau.¹ A única agroindústria de fato era o açúcar, uma vez que a produção fumageira sempre funcionou em uma modalidade situada entre grande artesanato e manufatura, jamais podendo ser identificada como indústria de transformação. Toda a produção para consumo regional, desde alimentos a materiais de construção, era realizada de modo artesanal.

Esse funcionamento da economia rural, formado sobre os elementos da expansão colonial e substancialmente modificado pelo desenvolvimento dos transportes, continuou sustentado sobre estruturas oligárquicas de poder e com trabalho pouco qualificado, com mobilidade praticamente nula. Disso resultou uma estrutura fundiária altamente concentrada, baixa movimentação do mercado de terras e um mercado de trabalho caracterizado pela emigração, que funcionou, ao mesmo tempo, como válvula de escape da pressão social no meio rural e como principal mecanismo de sobrevivência dos grupos submetidos à pobreza crônica.

Mas essa trajetória histórica da economia rural baiana apresenta importantes transformações na década de 1980, como parte de um movimento de mercantilização de terras, identificado com o fim de subsídios financeiros às lavouras, em 1986, e com a realização das pesquisas sobre o cerrado e com projetos de irrigação.

Se a produção rural de baixa capitalização foi negativamente afetada pelas políticas agrícolas iniciadas em 1986, ao longo da década de 90, os investimentos no meio rural sofreram as dificuldades de acesso a créditos e financiamentos e a diferenciação entre as taxas de risco da agricultura e da pecuária, que vinham operando com uma demanda concentrada entre poucos compradores de produtos básicos, centrais de compras e supermercados. A combinação entre os sistemas de comercialização e o controle financeiro da produção é a peça fundamental que regula as possibilidades de formação de capital e explica a prosperidade de alguns empreendimentos e a não sustentação de outros.

A partir dos anos 1990, a questão rural na Bahia foi ganhando novos contornos, como resultado das modificações da comercialização resultantes da globalização, do capital acumulado nos sistemas de infra-estrutura e da consolidação de segmentos capitalistas modernos.

Nos anos 2000, firmou-se um processo de expansão capitalista diferenciado, com segmentos de grande, médio e pequeno capital, dedicados à produção de mercadorias exportáveis. Some-se a isso uma imensa maioria de pequenos produtores e trabalhadores sem-terra, que oscilam entre explorações deficitárias de pequenas glebas e a ocupação temporária nas propriedades de grande porte.

¹ É preciso registrar que uma das principais contradições e fragilidades da produção cacaueteira foi, justamente, ser praticada de modo artesanal, desde a etapa agrícola à de beneficiamento dos produtos. Grande parte dos melhoramentos alcançada com as políticas de fomento não obteve progressos significativos na agroindústria nem na introdução de outros empreendimentos separados daquela monocultura.

BOX 3 - O MEIO RURAL BAIANO

No desempenho da economia rural, na Bahia, a conjuntura econômica tem peso significativo, que se observa nos avanços e retrocessos de agroindústrias e de agronegócios que permeiam a experiência da economia nordestina, desde as indústrias pioneiras do início do século XX. Os movimentos de criação, expansão, decadência e falência de empreendimentos, vinculando agricultura, indústria e a mineração e sua manufatura, formam uma das características dessa economia rural, que deverá ser avaliada como antecedente a novas tentativas de planejamento voltadas para a sua diversificação

No meio rural baiano tradicional não há praticamente mobilidade alguma do trabalho, determinando a emigração de trabalhadores. Os focos de modernização, especialmente no Oeste, têm baixo efeito emprego e quase não absorvem a população local. O estilo de modernização acentua o contraste entre os núcleos de ocupados e de desocupados crônicos, aumentando a distância entre aqueles incorporados nos focos de modernização e os excluídos. Nesse contexto é indispensável esclarecer sobre a diversidade de situações de pequena produção, que compreende desde alguns segmentos diversificados e economicamente viáveis até uma maioria economicamente inviável, que contém parcelas expressivas da pobreza rural.

Ao mesmo tempo, a destruição ambiental tornou-se o maior obstáculo ao desenvolvimento rural, resultado do estilo predatório de exploração de recursos instalado desde o período colonial. Pesquisas e projetos de desenvolvimento rural, realizados à escala de bacias hidrográficas, registram, claramente, os efeitos de *causação circular cumulativa negativa* (termo trabalho por Myrdal, 1968) da expansão colonial da pecuária, aliada aos sucessivos desmatamentos da vegetação original. O desmatamento é um processo que transcende e regula a agricultura, refletindo-se, principalmente, na determinação dos leques de opções de viabilização econômica de atividades existentes e de indicação de possibilidades de novas atividades.

A irrigação, em particular, com suas diversas formas técnicas e sociais, torna-se uma referência necessária à mobilização de recursos para projetos. Mas a irrigação tanto repercute em fator de incremento de resultados físicos, como em fator de desequilíbrio ambiental. Não há como ignorar, por exemplo, que a proliferação de unidades de sistemas de pivô central na irrigação representa um fator de concentração de renda como de degradação ambiental localizada. No Oeste baiano, e mesmo na bacia do Rio Paraguaçu, acumularam-se centenas desses sistemas sem qualquer controle de uso de água.

A irrigação é uma tecnologia implantada no ambiente semi-árido e não se confunde com a biotecnologia e com as tecnologias de uso e controle de energia que contribuem para os modos de produzir e de consumir adaptados ao meio. A pesquisa biológica é uma parte essencial da sustentação das políticas que procuram um ajuste progressivo da reprodução social com a reprodução física. A adaptação ao clima não se refere somente à agricultura, senão às formas de vida no meio rural em seu conjunto. Na Bahia, por exemplo, envolve a necessidade de conter e reverter as tendências de desmatamento e de depredação dos recursos hídricos superficiais.

A questão do semi-árido

O semi-árido geralmente é visto de modo simplificado, como uma região problema, que tende a ficar mais atrasada em comparação às regiões mais dinâmicas do Estado. Tal visão implica supor que o

semi-árido é um ambiente social e econômico invariante e que as diferenças ali são residuais em relação às das regiões mais prósperas ou, em todo caso, que são todas externamente determinadas. Ademais, as únicas opções que se relevam para a região seriam aquelas ligadas ou derivadas da irrigação, uma variável muito limitada do quadro tecnológico de uma economia técnica e ecologicamente adaptada às condições edafoclimáticas locais. Mas não se pode conceber uma política de desenvolvimento rural na Bahia sem levar em conta os problemas sociais, econômicos e ambientais representados pelo semi-árido.

A impossibilidade de ignorar tais problemas torna imperativo uma visão permanentemente atualizada do papel do semi-árido na dinâmica da economia estadual, que compreenda os aspectos de expansão do capital e a presença de investimentos, transformando a região em atrativo para outros capitais, com uma idéia de conjunto e com propostas viáveis.

Uma questão fundamental que se coloca desde a primeira geração de estudos sobre o semi-árido, no âmbito do Banco do Nordeste, é que os problemas de subdesenvolvimento do Nordeste são superados unicamente mediante ruptura dos padrões de uso de tecnologia. Significa melhor uso das tecnologias disponíveis, rompendo com as linhas habituais de renovação tecnológica. Por extensão, isso significa uma mobilização de formas de gestão diferenciadas para realizar essas alterações no quadro tecnológico, com uma política de desenvolvimento adequada, requerendo, por exemplo, uma política específica de educação.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: reflexões sobre a experiência dos CMDRS na região de Irecê – Bahia

Alynson dos Santos Rocha*

Maria de Lourdes Novaes Scheffler**

Vitor de Athayde Couto***

INTRODUÇÃO

O território, enquanto espaço socialmente organizado, configura-se no ambiente político-institucional onde se mobilizam os atores regionais em prol do seu projeto (ou seus projetos, mesmo que encerrem conflitos de interesses) de desenvolvimento. O principal objetivo é a geração de relações de cooperação positivas e transformadoras do tecido social. Qualquer ação neste sentido passa, necessariamente, pelo entendimento da dinâmica da célula desse processo – o município. Consideram-se as formas de organização, de enfrentamento dos problemas e os mecanismos conformadores das soluções a serem adotadas. A referência inicial e reveladora dessas formas, e de discussão das demandas, compreende os conselhos municipais.

A descentralização na administração pública, com a Constituição Federal de 1988, amplia para os municípios a autonomia sobre a gestão dos serviços e projetos públicos executados em seus limites políticos. Conjugada à descentralização dos recursos, confere-se aos municípios a competência para, localmente, interferir nas decisões do poder público. Ademais, especialmente para a sociedade civil organizada, existe a possibilidade de articulação com os diversos representantes municipais visando à definição das políticas prioritárias a serem implementadas. Nesse sentido, instalam-se diversos conselhos municipais: de saúde, educação, assistência social, tutelar do menor, etc. Especificamente relacionados às questões rurais, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), criados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), representam um grande avanço no que concerne à participação social nas decisões públicas. A gestão de recursos federais, legitimada por representantes das comunidades de onde emergem as demandas, significa o encerramento das práticas impositivas de projetos e ações muitas vezes estranhos às realidades destinatárias.

* Economista, mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). alynson@sei.ba.gov.br

** Socióloga, Mestre em Geografia pelo Instituto de Geociências da UFBA e pesquisadora associada do Núcleo de Estudos sobre a Mulher – NEIM/UFBA. mlscheffler@ig.com.br

*** Professor Titular da UFBA. vitor@ufba.br

Contudo, a propagação dos conselhos cria situações problemáticas para os municípios. Muitas vezes, a sua excessiva quantidade compromete a regularidade e eficácia de reuniões periódicas. O motivo está na participação de um mesmo indivíduo em diversos conselhos, gerando-se custos relativamente elevados com deslocamento, hospedagem e alimentação para cada reunião realizada. Do ponto de vista da execução dos projetos municipais, observam-se ações justapostas entre os conselhos, revelando o desconhecimento e a falta de comunicação entre as distintas instituições. Em outros casos, essa desarticulação dispersa os esforços na direção do desenvolvimento sustentável do município.

Percebem-se, entretanto, iniciativas que apontam justamente para o caminho contrário: reduzir o número de conselhos, proporcionando melhores condições de se articular, integrar e gerir as ações discutidas e definidas para o município. A idéia de se formar um conselho unificado de municípios (um *conselhão*) que guardam entre si semelhanças culturais, econômicas, sociais, mas, sobretudo, convergência de interesses, revela que os conselheiros estão ampliando seu nível de consciência sobre as possibilidades de exercício da gestão pública. Transformam-se os conselhos em espaços de forças resultantes¹ e interesses dos diferentes setores da sociedade. Ao se reunirem conselhos de uma mesma região, cada participante é fortalecido individualmente, transformando-se em instância organizada e legitimadora do desenvolvimento territorial.²

Neste artigo, analisam-se as experiências a partir dos CMDRS em Presidente Dutra, Uibaí e São Gabriel, municípios da região de Irecê, no estado da Bahia. Durante curso de capacitação dos conselheiros do CMDRS – promovido pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (FAPEX), Universidade Federal da Bahia (UFBA), em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, PRONAF e o Instituto de Pesquisas Sociais (IPS) –, realizado entre novembro de 2002 e janeiro de 2003, discute-se a realidade do funcionamento dos conselhos municipais, as dificuldades enfrentadas e a proposta de desenvolvimento territorial, traduzida na organização para a formação do conselho regional.

Este artigo subdivide-se em cinco seções, correspondendo, a primeira, a esta Introdução. Na segunda seção – O território como unidade de desenvolvimento regional – discutem-se algumas noções de território, determinando-se a linha condutora do trabalho. Na terceira seção – Contextualização histórica, econômica e social – faz-se uma rápida apresentação dos municípios analisados, procurando-se situar o ambiente de onde emerge a iniciativa territorial. Na quarta seção – Dos CMDRS ao território: antecedentes e iniciativas locais – analisa-se como a criação dos diversos conselhos nos três municípios, em particu-

¹ Na Física e Matemática aplicada, a resultante é uma força que representa o conjunto das forças dispersas, indicando uma direção e um sentido predominantes - a *idéia-guia*, referência do sujeito coletivo e do pactoterritorial, cf. Abramovay (2001b).

² Ou desenvolvimento microrregional, inter-municipal, multi-municipal, associação de municípios, consórcio municipal, etc. São várias as denominações, a depender das preferências, decisões locais ou inserção em redes pré-existentes, quando se acompanham as mesmas definições. Neste trabalho, preferiu-se desenvolvimento territorial, o que não significa nenhuma restrição, muito menos de natureza estrutural, porquanto são vários os conceitos de território.

lar os CMDRS, resulta em adversidades no funcionamento e na articulação das ações, fomentando a evolução para o modelo de conselho unificado territorial. A quinta seção contempla as Considerações finais. Objetiva-se, assim, apresentar as impressões e proposições sobre as possibilidades de organização social dos três municípios, transformando-os em fórum coletivo de decisões em âmbito territorial.

O TERRITÓRIO COMO UNIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A discussão acerca de território começa com as acepções do termo. Originário do latim *territorium*, adjetivo derivado de *territoralis* que significa pedaço de terra apropriada, este sentido era-lhe atribuído antes do século XVIII. Nos anos 1920, os termos território e territorialidade transferem-se do domínio político-administrativo para o da etologia, adquirindo *status* de conceito científico, deixando de ser uma qualidade jurídica para transformar-se num sistema de comportamento dos animais. No campo da etologia, o território está associado à demarcação e dominação de lugar, à extensão e limites, enquanto territorialidade é definida como a conduta de um organismo para tomar posse de seu território e defender-se contra os membros de sua própria espécie.

Em geografia, Milton Santos refere-se ao território, como sendo "(...) o chão da população, isto é sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi." (SANTOS, 2000, p. 96). Haesbaert (1997) traz uma importante contribuição para o entendimento desse conceito, descolando-o igualmente da soberania do Estado. Sua análise privilegia tanto a dimensão política, quanto a dimensão simbólico-cultural do território. "O território envolve, sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos." (HAESBAERT, 1997, p.42).

Na análise de Sepúlveda (2003), o território surge como foco do desenvolvimento rural sustentável. Parte-se de um conjunto de aspectos diagnosticáveis do território que compreendem: a) as características da economia rural da região; b) a heterogeneidade espacial e socioeconômica do setor rural; c) a diversidade institucional e política dos espaços locais; d) a variedade de oportunidades e possibilidades regionais; e) as diferenças ecológicas entre as unidades territoriais; f) as interligações entre essas unidades e o restante da economia. Através dessa compreensão, objetiva-se a formulação de políticas que garantam o desenvolvimento e corrijam as desigualdades rurais. Além da coesão social, o desenvolvimento rural prescinde da coesão territorial "(...) como expresión de espacios, recursos, sociedades e instituciones inmersos en regiones, naciones y ámbitos supranacionales, que los definen como entidades integradas cultural, política, económica y socialmente." (p. 1).

Sepúlveda aponta ainda o caráter institucional-multidisciplinar do desenvolvimento territorial. Este se revela importante na definição e condução das políticas públicas territoriais, que devem conter objetivos múltiplos e promover um sistema participativo de base. Outros enfoques dizem respeito à cooperação dos agentes públicos – redefinição do papel do Estado –, privados, nacionais e locais, como facilitadora da gestão das políticas públicas. O enfoque territorial para o desenvolvimento apresenta uma nova concepção onde os aspectos ambiental, econômico, social, histórico-cultural, político e institucional interagem no espaço do território. A economia rural não é mais puramente agrícola, e, sim compreende o conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas regionais e dos recursos naturais da região (SEPÚLVEDA, 2003).

Abramovay (2001b e 2003) sugere que o território possui, antes de tudo, um tecido social, com relações de bases históricas e políticas que vão além da análise econômica. À dimensão territorial do desenvolvimento somam-se as já estudadas dimensões temporais (ciclos econômicos) e setoriais (a exemplo dos complexos agroindustriais). Citando os estudos de Casarotto Filho e Pires (1998), o autor lembra que a formação de um território – ou pacto territorial – deve responder a cinco pré-requisitos: 1) mobilizar os atores em torno de uma *idéia-guia*; 2) contar com o apoio desses atores, não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto; 3) definir um projeto orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; 4) realizar o projeto em um tempo definido; e 5) criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade entre os protagonistas do pacto territorial. Propõe-se, a partir desses requisitos, a “(...) construção de um sujeito coletivo do desenvolvimento que vai exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região. (...) para os Conselhos Municipais ligados à execução do PRONAF infra-estrutura e serviços esta orientação é crucial.” (ABRAMOVAY, 2001a, 2003). Na seqüência, elaboram-se sete hipóteses com vistas à superação das dificuldades no processo de desenvolvimento territorial: a) alteração da concepção de educação no meio rural. Consiste em quebrar a tradição brasileira de conferir as atividades rurais aos indivíduos que não conseguiram seguir em frente com os estudos; revelar aos agricultores – por meio da educação – o potencial oferecido em termos de desenvolvimento sustentável; criar condições para a efetiva descentralização das políticas públicas, e não à geração de mais casos de prefeiturização, ou concentração do poder nas prefeituras; valorização das técnicas produtivas locais; transformar a visão de atraso muitas vezes atribuída ao meio que incentiva o êxodo sobretudo dos mais jovens; b) criação de uma *rede* envolvendo os diversos segmentos políticos, econômicos e sociais da região. Ou seja, maior integração entre os atores locais como pressuposto ao desenvolvimento. Isso significa a conscientização de que os agricultores são peça-chave na construção do território e sua articulação com os demais segmentos deve ser incentivada; c) diminuir as ações políticas estritamente municipais – tradicionais no Brasil, por conta da manutenção dos mecanismos clientelistas nos poderes públicos municipais – para uma visão territorial, que ultrapasse as dimensões do município. Nesse caso, as ações das organizações de assistência técnica são fundamentais, pois elas raramente se restringem a um só município; d) divulgação e incentivo das potencialidades territoriais, via feiras de agricultores e outros

eventos; e) fortalecimento das identidades culturais do território, como o artesanato, movimentos sociais e produtos tradicionais que revelem a *marca* do território; f) levar as universidades para o interior do país. Elas contribuem decisivamente para a ampliação do conhecimento, capacitação local e fornecimento de assistência técnica e organizacional para o território; e g) compreender as nuances das relações urbano-rurais inclusive com o fim da visão residual do rural, considerado o que não é urbano (ABRAMOVAY, 2003).

Deyon (2001) aborda o papel do Estado no desenvolvimento territorial. Segundo o autor, configura-se ação para o desenvolvimento territorial quando “(...) o Estado trata de re-partir geograficamente a população e as atividades econômicas, seja para homogeneizar o território, seja para acelerar ou regular o desenvolvimento (...)” (p. 1). O autor chama a atenção para o contexto histórico das políticas territoriais. Já se observaram experiências na Inglaterra e nos Estados Unidos na primeira metade do século XX. Porém, é na França que se revelaram as ações mais contundentes de criação de territórios. Objetivando desconcentrar a população ao redor da capital, as atividades industriais, e promover o dinamismo econômico em algumas de suas regiões rurais, foram tomadas medidas no sentido de se reduzirem os enormes desequilíbrios observados no interior do hexágono.

Assim, durante os anos 1950, o relatório de Eugène Claudius-Petit denominado *Pour un plan national d'aménagement du territoire* [Por um plano nacional de organização do território] estabeleceu as bases da política territorial francesa. “Tratava-se de combater as desigualdades demasiado pronunciadas em matéria de povoamento e atividade, causadoras, em determinadas regiões, de superpovoamento, e em outras de despovoamento.” (DEYON, 2001, p. 1). Por outro lado, percebeu-se o surgimento de iniciativas locais agregando diversos segmentos da sociedade civil. Foram exemplos os Comitês de Estudos e Ligação dos Interesses Bretões; no Languedoc-Roussillon; e na Lorena, onde já se trabalhavam as questões e demandas regionais. Outras ações visaram ao incentivo à desconcentração dos investimentos na França. Destacou-se a obrigatoriedade de autorização para qualquer investimento na região parisiense (*Ile de France*). A autorização seria concedida mediante investimentos nas regiões oeste e sudoeste do país.

Somaram-se, aos investimentos em infra-estrutura, incentivos para a instalação de empresas em regiões debilitadas economicamente e o apoio às chamadas metrópoles de equilíbrio – Lille, Nancy-Metz, Lyon, Marselha, Toulouse, Nantes, Bordeaux e Estrasburgo. Criaram-se, ainda nos anos 1960, o Comitê Interministerial de Organização do Território e a Delegação de Organização Territorial e Ação Regional (sigla em francês, DATAR). As instituições tinham como metas a desconcentração dos investimentos industriais, a criação e apoio a outras metrópoles de equilíbrio. Alternâncias políticas e crises econômicas geraram alguns reveses nas políticas territoriais francesas durante os anos 1980, principalmente no que diz respeito à atuação da DATAR. Esta foi reconduzida a organizar os territórios como parte dos programas de transportes, como as rodovias e o trem de alta velocidade – sigla em francês, TGV (DEYON, 2001).

Nos anos 1990, dados do recente recenseamento que reafirmaram o desenvolvimento

das regiões da Ilha de França, Ródano-Alpes, Provença-Alpes-Côte d'Azur, além da depressão em outras regiões do país, impulsionaram a adoção de medidas para a reversão desse cenário. Objetivou-se fortalecer os territórios rurais em torno de pequenas cidades, aumentar a influência de outras áreas metropolitanas, maior articulação das médias cidades francesas e garantir a inserção dos territórios na União Européia. Outro elemento nessa discussão foi o acesso ao ensino superior e à pesquisa. Nesse sentido, criou-se o plano *Universidade 2000*, levando a instituição às regiões que demandam a capacitação, sobretudo dos jovens estudantes. Em 1999 aprova-se a Lei de Orientação para a Organização e o Desenvolvimento Durável do Território (sigla em francês, LOADDT), contemplando ações para o ensino superior e pesquisa, cultura, informação e comunicações, saúde, energia, transportes de viajantes e de mercadorias, espaços naturais e rurais (DEYON, 2001).

Note-se, portanto, que a experiência francesa pressupõe a ação ativa estatal na condução dos projetos multidisciplinares de afirmação dos territórios. Permite-se, a partir das abordagens de território apresentadas, considerar que o território expressa o complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente espacializadas, incluindo-se a perspectiva ambiental. Apresentam, por conseguinte, fortes características de identidade em diferentes escalas, além da tendência a compor laços de coesão, cooperação e solidariedade entre as diversas instituições conformadoras e atuantes do território. São igualmente capazes de valorizar as vantagens comparativas e competitivas presentes através de formas organizacionais sociais, institucionalmente territorializadas, promovendo a inserção da região no contexto do desenvolvimento de um estado ou país.

Percebe-se que a organização das comunidades em torno dos requisitos para a formação do território demanda a substituição dos esforços individuais para a construção do sujeito coletivo a que se refere Abramovay. "Território" incorpora as noções de coletividade, de união de forças em prol do desenvolvimento e de gestão participativa. Naturalmente, considerando-se a realidade política dos municípios brasileiros, muitas dessas afirmações sugerem romper com décadas de um modelo de administração pública onde as ações individuais são privilegiadas, com o poder decisório restringindo-se aos municípios, através das prefeituras. Algumas reações, entretanto, já são percebidas, revelando iniciativas em direção às concepções e pressupostos do desenvolvimento territorial. A seguir, analisa-se a experiência de Presidente Dutra, Uibaí e São Gabriel, na microrregião de Irecê.³

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E SOCIAL

Os municípios de Presidente Dutra, Uibaí e São Gabriel fazem parte da região econômica

³ Essas mesmas iniciativas foram percebidas nos municípios de Lapão, Ibititá e Irecê, assim como em outras microrregiões do Estado, algumas delas já reveladas pela pesquisa Análise Territorial da Bahia Rural, executado pela SEI e parceiros.

de Irecê, no semi-árido baiano. Historicamente possuem origens semelhantes. Resultam de desmembramentos dos municípios de Morro do Chapéu, Irecê, Central e Xique-Xique, recebendo influência deste último em seu processo de ocupação. Constituíram-se originariamente como áreas de mineração, de exploração pecuária extensiva e de agricultura familiar, desenvolvendo posteriormente a agricultura comercial.

O município de Presidente Dutra era inicialmente conhecido como Lagoa Canabrava, denominação motivada pelas várias lagoas encontradas pelos primeiros moradores, por volta dos anos 1890. A ocorrência da cana-brava (*Erianthus saccharoides*), vegetação comum na região, completa o nome do povoado. As eleições presidenciais que elegendam o Presidente Eurico Gaspar Dutra motivaram a modificação do nome do povoado para Lagoa do Dutra e posteriormente para Presidente Dutra. A emancipação se dá em 1962, quando Presidente Dutra se desvincula do município de Central.

Uibaí também tem como origem política o município de Central, do qual é emancipado em 1961. O município surge com o nome de Canabrava do Gonçalo, fundado em 1844 pelo escravo Vicente Veloso. Oriundo de Morro do Chapéu, Vicente Veloso cita seu antigo proprietário, José Gonçalo, e aproveita o nome da vegetação local para conformar o nome do povoado. Posteriormente, a então vila de Xique-Xique torna-se vila de Central e finalmente Uibaí, que na linguagem indígena significa “flecha na água”.

São Gabriel nasce a partir da fazenda de igual nome. Em 1873, a partir do desmembramento da fazenda São Rafael, surge a fazenda São Gabriel, onde residem os seus primeiros moradores. Em 1953 é criado o Distrito de Paz de Gabriel. Então distrito de Irecê, passa também a ser conhecido como Vila de São Gabriel, em homenagem ao santo padroeiro local. Em fevereiro de 1985, o distrito passa à categoria de cidade, desvinculando-se politicamente do município de Irecê.

Trata-se de uma região econômica onde predominam pequenas propriedades agropecuárias – 67,0% dos estabelecimentos dispõem de áreas abaixo de 10 hectares – sendo, portanto, significativa a participação da agricultura familiar na economia regional. A estrutura fundiária origina-se no processo de ocupação, determinada, em parte, pelas qualidades naturais da região (tipo de solos, presença de rios) e pela forte atuação do Estado. Com as políticas de modernização agropecuária executadas, o Estado promove intensas transformações na organização da base produtiva, nas relações sociais e na configuração do espaço regional. Neste processo de modernização, a cidade de Irecê firma-se como pólo regional (CAR, 2002).

A cidade de Irecê concentra efetivamente a maior estrutura de serviços e atividades econômicas, para onde convergem pessoas e mercadorias. Com o declínio da produção agrícola baseada no tri-consórcio feijão/milho/mamona – em função de problemas diversos como perdas de safras, oscilação de preços, e, principalmente, pela redução gradativa do crédito rural e outros serviços governamentais de apoio –, os agricultores passam a explorar outras atividades. Destacam-se as culturas irrigadas a partir dos anos 1990. Bus-

ca-se a diversificação agrícola na região para além do tri-consórcio, através das olerícolas (cenoura e beterraba) e frutícolas, dentre as quais, a pinha (fruta-do-conde), cultivada em Presidente Dutra e Uibaí.

Presidente Dutra dispõe de solos férteis e significativo potencial hídrico, favorecendo as culturas irrigadas. O município destaca-se na produção e comercialização de pinha e manga. Alia-se a estas características; a presença de pequenas propriedades familiares, sendo reduzido o número de grandes propriedades. Registra-se o trabalho dos técnicos agrícolas, que promovem a diversificação das culturas da região como forma de dar sustentabilidade à produção e fixar os agricultores em suas propriedades.

O problema enfrentado pelos agricultores do município consiste na pouca organização para ampliar a comercialização dos produtos, ainda dominada por atravessadores. Do ponto de vista produtivo, verifica-se a presença de associações com sistemas de irrigação precários, dentre outras iniciativas frágeis e desarticuladas no município. A cooperativa dos fruticultores, por exemplo, já oferece alguma infra-estrutura voltada para o processamento e comercialização das frutas, como a unidade de polpas (atualmente inativa).

As atividades econômicas predominantes no município de Uibaí são os sistemas de criação (bovinos, caprinos, suínos e aves), lavouras temporárias (feijão, milho, mamona e mandioca) e fruticultura permanente (caju, pinha, manga e coco). Segundo os integrantes do CMDRS, esses cultivos são desenvolvidos em pequenos espaços, predominando a mão-de-obra familiar. A falta de terra para ampliação dos cultivos é citada como um fator limitante das atividades agrícolas do município.

Os problemas enfrentados pelos agricultores também estão ligados à comercialização dos produtos. Não existem no município cooperativas ou associações de produtores voltadas para a comercialização, especialmente das frutas. Essa atividade é praticada individualmente. Nesse cenário, reafirma-se a figura do atravessador, que define e controla preços e condições de pagamento aos produtores. Outro desafio enfrentado é o baixo poder aquisitivo da população local, que não favorece uma demanda sustentável para os produtos locais. Necessita-se, em compensação, de uma ação organizada dos produtores para atuarem em mercados mais distantes. A inadimplência dos produtores, em relação aos financiamentos tomados junto aos bancos oficiais – Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco do Brasil (BB), complementa o quadro de problemas vivenciados pelos agricultores em Uibaí.

Em São Gabriel encontram-se caprinos, bovinos, aves e pescado. Dentre as lavouras predominam: feijão, milho, mamona, algodão, mandioca, sorgo, andu e frutas (banana, pinha, melancia, umbu, acerola, coco e cirigüela), além de algumas olerícolas e hortaliças (beterraba, cenoura, abóbora, alho, alface, pimentão, quiabo, coentro, batatinha). Esses produtos são explorados em pequena escala, visto que grande parte das propriedades não passam de minifúndios. As principais unidades de processamento consistem basicamente em casas de farinha, casa de doces, queijos, e unidade coletiva de confecção de vestuário.

Os agricultores demandam assistência técnica, relacionada, por exemplo, ao manejo adequado do solo e preservação da fauna e flora locais, para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, e também às lavouras e criações. O município apresenta sérios problemas ambientais, sendo visível o resultado dos desmatamentos, do uso inadequado de agroquímicos, a inexistência de proteção do Rio Vereda, além da falta de coleta do lixo tóxico e doméstico urbano. O nível de participação e organização dos agricultores encontra-se fragilizado em função da centralização do poder na esfera da prefeitura, influenciando as decisões dos demais conselhos existentes no município.

No aspecto social, os municípios apresentam problemas comuns aos observados na maioria dos pequenos municípios do semi-árido baiano. Incluem-se o acesso aos serviços básicos – saúde, educação, saneamento, etc; a falta de condições que fixem o jovem nos municípios; a baixa qualidade de vida dos aposentados, embora suas rendas freqüentemente assegurem a sobrevivência de parte da população e do comércio local; a ampliação da participação das mulheres nas decisões políticas municipais. Muitas já participam das discussões, através da crescente participação nos conselhos, associações e demais organizações do município. Verifica-se o interesse e empenho em exercer os direitos sociais e civis que lhes são assegurados pela Constituição Federal.

A participação da sociedade civil na gestão pública se dá freqüentemente pela mobilização dos sindicatos, pela representação das secretarias municipais, dos conselhos e associações comunitárias. A ampliação da participação social requer a mobilização popular, a redefinição e articulação dos papéis dos diferentes conselhos municipais. Para esse fim existe inicialmente a renovação da direção dos conselhos, a maior participação das associações na sua composição e o maior interesse dos representantes das associações e/ou do poder público no encaminhamento institucional das questões municipais.

Dos CMDRS AO TERRITÓRIO: ANTECEDENTES E INICIATIVAS LOCAIS

Os três municípios experimentam a diversificação da formação dos conselhos, como resultado das políticas de descentralização da administração pública, aceleradas com a Constituição Federal de 1988. São criados os conselhos de saúde, educação, merenda escolar, do Fundo Municipal de Apoio às Comunidades – FUMAC, de assistência social, etc. Em relação aos CMDRS, os antecedentes locais seguem as experiências já observadas em outras regiões do Brasil. A sua criação procura apenas atender às exigências do PRONAF Infra-estrutura e Serviços (PRONAF-IES), que exige a gestão participativa dos recursos nos municípios. A partir desse fato, o funcionamento dos conselhos oscila de acordo com o maior ou menor grau de articulação entre esses e os poderes executivos municipais. Em Presidente Dutra e São Gabriel parece haver maior cooperação entre os atores, segundo avaliação dos próprios conselheiros. A grande mudança estrutural é apontada por Abramovay, (2001b, p. 2), quando salienta: “não há dúvida de que o simples fato de recursos federais destinados a um município passarem pela mediação de um conselho formado por representantes da sociedade local já constitui uma inovação

organizacional significativa”.

No entanto, a visão dos CMDRS, apenas como instrumento de gestão dos recursos do PRONAF-IES, forma uma tríade de equívocos que ainda se fazem presentes nas mentes não só dos agricultores como também dos próprios gestores públicos. Além desse primeiro equívoco, vincula-se o desenvolvimento rural exclusivamente ao desenvolvimento da agricultura. Isso decorre da concepção de que *rural é sinônimo de agrícola*, não se considerando a literatura a respeito do tema que incorpora as atividades não-agrícolas como elementos essenciais do desenvolvimento rural. O terceiro equívoco corresponde à restrição do desenvolvimento rural aos limites do município. Não se atenta à necessidade de articulação com municípios vizinhos, ou que possuem contextualizações semelhantes, na promoção do desenvolvimento. Acrescente-se também a não observação da dimensão institucional do desenvolvimento: “(...) as regiões rurais que conseguem se desenvolver são aquelas que criam as instituições capazes de mobilizar e de sustentar relações estáveis e de colaboração entre o conjunto de agentes deste território, de formar pactos em torno dos destinos destes espaços.” (PRONAF, 2002, p. 10).

Contudo, em Uibaí, os relatos indicam a falta de articulação entre prefeitura e CMDRS, gerando descontinuidade no funcionamento do conselho. As discussões, nesse sentido, durante o curso de capacitação, concentraram-se no pouco interesse dos gestores municipais em relação aos recursos do PRONAF-IES e no centralismo das decisões na figura do prefeito municipal. Isso se expressa na baixa participação dos representantes dos poderes Executivo e Legislativo nas questões do CMDRS. Por outro lado, demanda-se maior participação e mobilização das comunidades no conselho, por meio das associações. Outras reivindicações estão na renovação dos membros da diretoria e na melhor definição dos papéis (funções e atribuições), seja do próprio conselho, seja de seus conselheiros.

A falta de apoio do executivo municipal, relatada pelos participantes, não parece constituir-se em impedimento à identificação de interesses convergentes com os demais municípios, onde os conselhos têm um relevante papel de articulação e encaminhamento desses interesses. Cabe-lhes, segundo participantes dos três municípios, “identificar as formas e os instrumentos necessários ao fortalecimento e legitimação dessas instâncias na condução de uma gestão pública cidadã, de âmbito municipal e regional”. Vale, dessa forma, afirmar uma união que pode-se transformar em verdadeiro projeto territorial. Fortalecendo e ampliando a pressão popular, para além dos limites municipais, os representantes do poder local seriam cobrados pela sua efetiva participação nos conselhos. Apesar disso, ainda que os municípios de Presidente Dutra e São Gabriel apresentem uma atuação mais dinâmica, quanto ao funcionamento dos CMDRS, é no município de Uibaí que se observa a iniciativa de aglutinar as reuniões dos diversos conselhos em um único dia, iniciativa esta; que se revela como o primeiro passo para uma gestão pública mais integrada.

A iniciativa resulta das críticas dos conselheiros ao número excessivo de conselhos – em Presidente Dutra são listados treze conselhos nas diversas áreas sociais; em Uibaí são oito conselhos; em São Gabriel são onze os conselhos mencionados pelos participantes.

Vale ressaltar que tal crítica, aqui reafirmada, verifica-se em quase todos os 41 municípios contemplados no convênio, independentemente das regiões econômicas do estado. Dentre os argumentos que fundamentam as críticas dos conselheiros em questão, destaca-se o grande número de conselhos, que inviabiliza seu melhor desempenho. Criam-se problemas tais como o fato de uma mesma pessoa fazer parte de vários conselhos, obrigando-a a participar de uma quantidade igualmente excessiva de reuniões na mesma semana; ou, quando os conselhos são representados por pessoas diferentes, estas atuam de forma desarticulada, retirando a perspectiva de complementaridade das ações. Além desses problemas, são ressaltados os custos de transporte, hospedagens e alimentação dos conselheiros como um fator impeditivo à frequência e continuidade dos encontros previstos.

A multiplicidade de conselhos, portanto, esvazia, segmenta e enfraquece a sua atuação, permanecendo apenas aqueles que produzem resultados práticos imediatos, notadamente a liberação de recursos. Produz-se, desta forma, um certo desvirtuamento do real papel dos conselhos na condução da gestão pública municipal, uma vez que apenas aqueles que apresentam um maior envolvimento com recursos conseguem atrair e cativar a atenção dos produtores rurais e demais representantes das comunidades locais.

A criação de um conselho unificado (ou *conselhão*) surge, portanto, das dificuldades enfrentadas no cotidiano dos conselheiros e das limitações do conselho, como órgão de gestão, limitações decorrentes, principalmente, de uma atuação desarticulada e desintegrada no âmbito do município. Com a unificação do conselho, propõe-se que as decisões a serem deliberadas teriam a participação dos diversos segmentos representativos da sociedade civil organizada, ainda que cada representante possa dedicar-se a uma área de trabalho/conhecimento específica. A proposta, portanto, não implica na eliminação dos atuais conselhos, comitês ou comissões municipais – em quaisquer áreas. As ações específicas da saúde, educação, assistência social, etc. continuam a ser conduzidas por seus respectivos conselhos. Pretende-se que cada conselho indique um representante para compor o *conselhão*, que discuta e responda por todas as dimensões da realidade local, constituindo-se fórum de encaminhamento das questões municipais. O objetivo deste fórum seria permitir a maior integração entre as atividades desenvolvidas no município, impedindo o desconhecimento e a superposição de ações.

A constituição do fórum, como organismo municipal e instância maior de deliberação e decisão no município, foi objeto de discussão dos conselheiros. Alertou-se para a necessidade de legitimação jurídica do *conselhão* ou fórum, de forma a torná-lo apto a receber e gerenciar recursos públicos, a exemplo do conselho do PRONAF-IES, constituído mediante decreto municipal. Em todo caso, conforme concluíram, o estabelecimento dessa instância de discussão e articulação já representa efetivamente um importante passo no processo de planejamento, decisão e encaminhamento dos interesses municipais.

Outro ponto a ressaltar é que a proposição de um conselho unificado para os municípios tem como conseqüência natural a sua expansão para a microrregião. A proposta surge naturalmente, visto que os conselheiros já possuem noções de território, inclusive com

perspectivas de atuação institucional em conjunto, como, por exemplo, nas questões do lixo e da conservação de recursos hídricos. Resgatam-se aqui as concepções multidisciplinares do desenvolvimento territorial de Dufumier (1996 e 1999) e Sepúlveda (2003). As questões ultrapassam a esfera econômica, envolvendo nesse caso a dimensão ambiental; ou seja, consideram-se as atividades agrícolas, não-agrícolas e os recursos naturais dessa região. Percebe-se que as políticas públicas devem atender ao enfoque multidisciplinar surgido, pois compreende uma demanda identificada pelos conselheiros, representativos das comunidades municipais.

Observa-se que a gestão integrada parece converter-se na idéia-guia para a criação de um território envolvendo os três municípios. Os atores que conduzem esse projeto mobilizam-se no sentido de buscar, através da integração, o desenvolvimento conjunto e sustentável. O CMDRS constitui-se no espaço institucional onde as decisões são discutidas com as comunidades. Isso por que o conselho está voltado para as questões rurais, e, tendo esses municípios base econômica igualmente rural, o desenvolvimento da região passa, necessariamente, pelo desenvolvimento do campo, particularmente agrícola.

O que se percebe nos municípios é a centralização das decisões nas prefeituras. Especialmente em Uibaí, a gestão e aplicação dos recursos ficam a cargo do poder executivo municipal. Isso desvirtua o requisito básico da participação da sociedade civil na condução das diretrizes do desenvolvimento do município. Muitas vezes os resultados são investimentos em áreas não-prioritárias, uma vez que as demandas não são discutidas com a sociedade. As ações políticas restritas ao município confirmam as práticas clientelistas mencionadas por Abramovay. A formação do território depende da superação dessas práticas, visando às decisões conjuntas. Embora ocorram essas situações adversas, já existe o desejo em se promover a maior organização em torno do objetivo de proporcionar a Presidente Dutra, Uibaí e São Gabriel o desenvolvimento sustentável. O caminho é longo, passa pelos intercâmbios institucionais, burocráticos, e o principal – a inserção e apreensão dessa idéia pelos atores locais. Significa abandonar velhos hábitos políticos e ampliar o pensamento para a região, para a coletividade, para o território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar território significa considerar as diversas abordagens e seus pontos em comum. Da semântica e etologia à política, o território compreende, sinteticamente, o espaço onde se dá a identidade de uma população – o seu projeto. A construção do território como enfoque do desenvolvimento rural sustentável resulta da observação e diagnóstico de suas características socioeconômicas, institucionais e ambientais, além da forma de inserção do espaço no contexto econômico nacional. Esses aspectos definem a identidade da população que constitui o território. Outro aspecto considerado nessa análise é a multidisciplinaridade no contexto de formação do território; ou seja, não são considerados supostos estritamente econômicos, mas amplia-se a visão incorporando-se as trajetórias históricas, culturais, organizacionais, etc. Em relação à atuação estatal nesse pro-

cesso, a experiência francesa reafirma a importância desse agente na condução dos projetos de afirmação dos territórios.

A vertente organização social é chave na análise pois se torna requisito na constituição do pacto territorial. À *idéia-guia*, em torno da qual mobilizam-se os atores locais, seguem-se o apoio e execução do projeto regional com o objetivo de se criar o sujeito coletivo, articulador das forças dinâmicas regionais. Os conselhos municipais ganham importância nessa abordagem, pois se configuram no primeiro espaço de convergência dessas forças.

Os conselhos municipais representam um avanço significativo na forma de gestão da administração pública no Brasil. A partir da descentralização das políticas, permite-se maior autonomia para as decisões sobre a destinação e fiscalização dos recursos federais a serem aplicados nos municípios. Ademais, os conselhos representam o espaço de encontro dos interesses e das articulações entre a sociedade civil organizada e os poderes públicos. Os incentivos à formação resultam em um acelerado processo de multiplicação dos conselhos, com a presença destes nos diversos segmentos da sociedade (educação, saúde, FUMAC, etc.).

Dentre os conselhos, os CMDRS surgem como exigência do PRONAF para a gestão dos recursos a serem liberados. Muitos conselhos são criados somente com este fim, e não como os fomentadores do desenvolvimento rural sustentável, como a sigla pode até sugerir. Nos municípios baianos de Presidente Dutra, Uibaí e São Gabriel confirmam-se todas essas informações. Para gerir os recursos do PRONAF-IES são criados, então, três CMDRS. Note-se que esses conselhos juntam-se ao elevado número de conselhos municipais já existentes. Surgem, a partir desse fato, adversidades que inviabilizam o funcionamento desses conselhos: a presença dos mesmos indivíduos em diversos conselhos – impossibilitando a frequência regular a todas as reuniões – e a desarticulação das ações entre conselhos, revelando superposições nas ações executadas.

Em meio a essas situações emergem as propostas de unificação dos conselhos, como forma de diminuir a sua quantidade e viabilizar as reuniões periódicas e, ao mesmo tempo, promover a articulação com os demais municípios. Criam-se as condições para o surgimento do território – ou do projeto territorial. A iniciativa requer a organização social como base para o fortalecimento das relações intermunicipais, cooperando para o desenvolvimento territorial. Algumas dificuldades têm que ser superadas conjuntamente. Em primeiro plano, tem-se a consolidação da gestão participativa nos municípios, como experiência inicial visando ao território. Demanda-se maior clareza e definição dos papéis dos conselhos e conselheiros para que suas atuações sejam otimizadas. E, finalmente, conta-se com o apoio do poder público municipal em cooperação, não centralizando as decisões.

A multiplicidade de conselhos revela, por um lado, a mobilização da sociedade para participar das decisões e da gestão dos recursos em áreas prioritárias decididas localmente. Na prática, porém, segmenta ações e esforços criando preferências e segregações entre

os conselhos. Assim, só funcionam ativamente aqueles onde a tramitação para a liberação de recursos é mais ágil. Muitas vezes, esses recursos são aplicados no atendimento de necessidades imediatas da comunidade, não se levando em consideração a sustentabilidade ou o futuro dessas aplicações. Essas e outras dificuldades e limitações operacionais são atenuadas com o conselho unificado. Note-se que esse conselho maior não determina o fim dos demais conselhos municipais. As decisões de caráter específico continuam no âmbito municipal. No entanto, as diretrizes gerais de desenvolvimento sustentável, as áreas críticas a serem beneficiadas, e as ações prioritárias são discutidas no âmbito do conselho territorial.

Portanto, a proposta de um conselho territorial emerge como resultado da mobilização e organização sociais crescentes observadas em Presidente Dutra, Uibaí e São Gabriel. As iniciativas de união dos conselhos revelam uma atitude que não mais se restringe aos limites políticos dos municípios; a consideração dos distintos segmentos da sociedade indica a ampliação das ações para além da agricultura. A noção de território, a partir dessas conclusões, ganha espaço e é reforçada à medida que os atores municipais reavaliam a realidade prática, incorporam idéias e executam ações condizentes com o seu projeto territorial.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Ruralidade e desenvolvimento territorial. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. A-3, 15 abr. 2001a.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Conselhos além dos limites*. Seminário Interno Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil. Santiago; Chile, 2001b.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Sete desafios para o desenvolvimento territorial*. Disponível em: www.banf.org.br. Acesso em: 26 abr. 2003.
- CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana*. São Paulo: Atlas, 1998.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Perfil regional: Irecê*, Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável. Salvador: CAR, 2002. 220p. (Cadernos CAR, 29).
- DEYON, Pierre. *Desenvolvimento territorial: contexto histórico*. France: Análises e Reflexões, mar. 2001.
- DUFUMIER, Marc. *Les projets de développement agricole*. Paris: CTA-Karthala, 1996, 320p.
- DUFUMIER, Marc; COUTO, Vitor de Athayde. Neoprodutivismo. *Cadernos CRH*, Salvador, n.28, p. 81-111, jan./jun. 1998.
- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- PRONAF. *CMDR: Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural*. [S.l.], maio, 2002. (Caderno de Capacitação, n. 5).
- SANTOS, Milton. *Território e sociedade*. entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SEPÚLVEDA, Sérgio. *Desarrollo rural sostenible: enfoque territorial*. [19—?].

**ANÁLISE
TERRITORIAL
DA BAHIA RURAL**

**RELATÓRIO FINAL
DO DIAGNÓSTICO**



■ SUMÁRIO

113	INTRODUÇÃO
115	CONCEITUAÇÕES DE TERRITÓRIO
119	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE TERRITÓRIOS
	Os MUNICÍPIOS URBANOS E RURAIS
	Os MUNICÍPIOS RURAIS DINÂMICOS, TRANSITÓRIOS E DEPRIMIDOS
	Os ENCONTROS REGIONAIS
127	OS TERRITÓRIOS NA BAHIA
170	PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
	PROJETOS ESTRATÉGICOS
	PROJETOS SETORIAIS ESPECIAIS
181	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES
185	REFERÊNCIAS
188	APÊNDICE
	REGIÕES DE PLANEJAMENTO NA BAHIA
	TABELAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
	LISTA DAS INSTITUIÇÕES PRESENTES NO TEXTO E NAS MATRIZES TERRITORIAIS
	LISTA DE INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DOS ENCONTROS REGIONAIS
	FIGURAS ILUSTRATIVAS DOS TERRITÓRIOS NA BAHIA

INTRODUÇÃO

Este trabalho – Análise Territorial da Bahia Rural –, realizado em 2002/2003 pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) a partir do Projeto de Cooperação Técnica entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), compreende a identificação e classificação de territórios ou projetos territoriais no estado da Bahia. Considerando-se as diversas conceituações de territórios, adota-se a vinculação entre território e a execução de um projeto político de desenvolvimento territorial. Nesse contexto, são essenciais as articulações das instituições representativas das categorias, agentes ou atores sociais, sejam representantes da sociedade civil, sejam representantes do Estado. Conserva-se a característica da superação dos limites municipais e a presença de ações e atividades condutoras nos territórios. Objetiva-se, com este trabalho, fornecer um conjunto de elementos e subsídios à construção do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (PEDRS), sobretudo a partir das demandas identificadas na própria sociedade rural.

A natureza do trabalho desenvolvido, estreitamente ligado ao universo rural, pode conduzir à restrição dos territórios aos movimentos de categorias sociais como agricultores empresariais, familiares ou empresários rurais. No entanto, um aspecto peculiar, neste trabalho, corresponde à identificação de territórios com distintas origens: existem territórios fundamentados no capital; territórios cuja origem remonta aos efeitos de políticas estatais, tais como irrigação ou reforma agrária; e, em maior número, territórios originados a partir das organizações sociais. Considera-se que o território é, sobretudo, um projeto político, resultado da aglutinação de interesses de determinados segmentos da sociedade.

Note-se a diversidade, também, no que se refere aos resultados sociais, políticos e econômicos, bem como aos impactos ambientais. Observam-se projetos com maior ou menor grau de degradação ambiental, de preservação das características culturais locais e projetos mais ou menos igualitários e absorvedores de mão-de-obra. A consideração dessa multiplicidade de interesses, instituições e impactos conformadores de projetos territoriais resulta em duas conseqüências imediatas. A primeira corresponde à observação, em um mesmo espaço geográfico, de um ou mais projetos territoriais. A segunda conseqüência diz respeito à hierarquização dos projetos para efeito de atendimento através de políticas públicas. Essas questões são tratadas no decorrer dos procedimentos.

Este trabalho gerou dois produtos. Inicialmente, elaborou-se uma metodologia para a classificação dos municípios baianos em urbanos e rurais. Dentre os municípios rurais, classificaram-se os municípios em rurais dinâmicos, transitórios e deprimidos. Produto 1: Metodologia Adaptada. A distinção urbano/rural é feita a partir de dados demográficos municipais e comparações com dados para as respectivas regiões de planejamento (regi-

ões de inserção dos municípios). A classificação rural dinâmico/transitório/deprimido é feita a partir da variação do Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) dos municípios, para os anos de 1995 e 2000. O produto 2 – Elaboração de Diagnóstico Territorial da Bahia Rural –, corresponde à utilização da metodologia desenvolvida no produto 1 para a caracterização dos projetos territoriais identificados. A identificação de projetos obedeceu às seguintes etapas: 1) entrevistas com informantes-chave (representantes das categorias sociais, agricultores, empresários, do Estado etc.); 2) sistematização preliminar das informações recolhidas, nas chamadas matrizes territoriais; e 3) realização dos encontros regionais, estabelecendo-se a oportunidade de ajustar as informações das etapas anteriores. Este trabalho apresenta conjuntamente os resultados obtidos dos produtos 1 e 2. Após os procedimentos metodológicos, 41 projetos territoriais se identificam por suas ações e pretensões, não raro semelhantes, mas em outros casos distintas, revelando diversidade de interesses.

Os projetos territoriais podem apresentar ações e atividades já em curso, planejadas e executadas de forma contínua e permanente, com resultados visíveis. São projetos que possuem uma trajetória histórica e articulação institucional atuante e bem definida. Nesse caso, consideram-se os *territórios consolidados*. Outros territórios ainda têm suas atividades em estágio inicial de execução: as articulações institucionais são tênues e dispersas, não configurando uma atuação conjunta e estruturada. Os territórios com essas características são considerados *territórios emergentes*.

O último procedimento metodológico corresponde à hierarquização dos territórios no que se refere à execução de políticas públicas. Consideram-se os seguintes critérios: 1) o território deve ter sustentabilidade social, política, econômica e ambiental; 2) as instituições do território devem priorizar o atendimento às categorias sociais mais fragilizadas; 3) no território devem predominar ações e atividades nos municípios rurais deprimidos; e 4) deve haver consistência das ações e atividades futuras no projeto territorial. Com a atribuição alta, média e baixa para cada critério, em cada território, classificam-se os *territórios prioritários, potenciais e não-prioritários*. Essa classificação indica maior ou menor prioridade na execução das políticas públicas em cada território.

Para a União, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e a Secretaria da Agricultura Familiar e do Ministério de Meio Ambiente, entre outros órgãos, a regionalização por projetos territoriais é um instrumento metodológico importante para direcionar racionalmente os recursos públicos voltados, por exemplo, para as famílias rurais e os agricultores familiares. Some-se às parcerias municipais, as obras de infra-estrutura, do gerenciamento dos recursos hídricos, do fortalecimento institucional dos coletivos sociais, planejando, de forma participativa, ações objetivas para o desenvolvimento rural e regional sustentável.

Na Bahia, a escala territorial baliza o direcionamento e a coordenação das ações das

secretarias de Estado, conforme as prioridades de cada território. Trata-se de um instrumento de planejamento público que se atualiza no tempo e permite pensar desenvolvimento regional não a partir dos municípios, mas com base em um projeto político supramunicipal, que fundamenta um processo de legitimação social. É preciso conhecer a base social dos territórios para que se criem e se estreitem as relações institucionais entre a sociedade civil e o Estado.

CONCEITUAÇÕES DE TERRITÓRIO

Este estudo requer a conceituação precisa das categorias de análise com as quais se estrutura a pesquisa, principalmente as conceituações de urbano, rural, regional e, particularmente, de território.

O desenvolvimento do método acontece junto com a revelação do objeto de estudo – o universo social rural –, e não a simples variedade dos eventuais atores presentes no campo. O universo rural surge como a totalidade dos interesses, experiências e acontecimentos que se estruturam em função da vida rural: o extrativismo primitivo, o extrativismo avançado, a agropecuária, garimpos, pesca, aqüicultura, artesanato, turismo, lazer e habitação, bem como os movimentos sociopolíticos representativos desses segmentos.

Na composição do universo rural, há uma polaridade básica entre o conjunto das atividades agrícolas e o das não-agrícolas, que corresponde, em grande parte, à divisão entre a organização de atividades diretamente condicionadas pelos usos do solo e as atividades que se organizam a partir de outros elementos específicos. Nessa última categoria incluem-se, por exemplo, os usos do subsolo e dos recursos hídricos. Nesse plano, adicionam-se as estruturas ideológicas do universo rural, que se materializam em sua expressão cultural e política.

Na visão industrial ou industrialista (restrita) da questão, o universo rural é o que se identifica com a falta de capacidade de incorporar progresso; portanto, com a tácita vocação para o alargamento de um atraso relativo, que se desdobra em diversos níveis. Isso significa que, na prática, o universo rural é sempre analisado a partir de visões formadas na perspectiva urbana e industrial. Para realizar um trabalho ideologicamente independente dessa unilateralidade é preciso conceituar o universo rural a partir de suas próprias situações históricas de complexidade.

As análises de sociedade rural sugerem que esta se forma sobre um conjunto de atividades e modos de vida regulados pelo uso do solo e que a economia rural compreende o conjunto das atividades situadas nesse contexto. Rural não significa regional e não pode ser assim compreendido. O mundo regional compreende o mundo rural. No âmbito regional encontra-se uma estruturação social em que o rural e o urbano interagem, havendo uma unidade territorial, na qual se desenvolve um projeto político, determinado por movimen-

tos de dominação tradicionais ou modernizantes.

Nas microrregiões da Bahia, a distinção clássica entre o rural agrícola e o urbano não-agrícola, como categorias historicamente determinadas, é objetiva e concreta. Os movimentos do capital em estruturar um rural não-agrícola, ou até um urbano agrícola, são específicos a espaços de regiões. A maior parte das atividades não-agrícolas ainda se concentra nos centros urbanos de âmbito regional e sub-regional, não se podendo generalizar para todo o Estado um processo de migração do capital do espaço urbano para o espaço rural.

Os núcleos populacionais, como sedes administrativas de alguns municípios, não significam a existência de um modo de vida urbano. Há um aglomerado de pessoas cujo contingente é expresso pelos dados demográficos oficiais como centros urbanos, mas, na realidade, são núcleos rurais, uma vez que a economia e a ação dos grupos sociais existentes relacionam-se com o espaço rural, particularmente com as atividades agrícolas. A categoria de análise *rural* é variável no espaço e principalmente no tempo. É preciso compreender o rural como categoria concreta e regionalmente caracterizada. Transforma-se o meio rural de um ambiente tipicamente agrícola, atrasado, para um tecnologicamente moderno, ou seja, mais intensivo em capital, porém não menos desigual. Valorizam-se os empreendimentos não-agrícolas (fortalecimento das firmas-rede de comercialização, turismo, marcas de origem territorial, indústrias): são os processos regionais de valorização de capital e de aumento dos investimentos públicos a partir de projetos políticos territoriais.

Torna-se necessário diferenciar as noções de espaço e território. Espaço¹ independe de uma ação social; território é o espaço que se estrutura em virtude de uma ação social e que compreende os aspectos econômicos, sociais e políticos. Nesta pesquisa, os territórios são compreendidos pela ação sociopolítica regionalizada; portanto, nem os territórios são sinônimos de espaço, nem os projetos são territoriais porque se fazem em territórios. Trata-se da territorialidade dos projetos.

Distingue-se, também, a complexidade de variáveis próprias da análise rural e a circunstância de se apresentar uma análise restringida pela escassez de dados. É preciso ter presente que a variável demográfica é aceita como condutora da classificação, em virtude de uma estratégia de trabalho, proveniente da restrição de dados. Ao se colocarem conceituações, não se pode limitar a classificação temática aos dados demográficos, dentre outras razões, porque, desse modo, implicitamente, se exclui a variável política.

À medida que se realizam os procedimentos metodológicos (analisados no capítulo seguinte), conceituam-se as categorias de análise para efeito desta pesquisa. Considerando que a compreensão do universo rural não se limita à identificação de variáveis demográficas, obtém-se as seguintes categorias de análise, após a utilização dos indicadores demográficos e os índices de desenvolvimento econômico e social:

¹ Tempo e espaço são as categorias da análise moderna, de base kantiana. Espaço-tempo é uma categoria do ambiente da Física Quântica.

- a) *Município urbano* é aquele que apresenta as *maiores* densidades demográficas e concentrações populacionais relativas às médias de suas respectivas regiões de inserção;
- b) *Município rural dinâmico* é aquele que apresenta os *melhores* desempenhos em suas respectivas regiões de inserção, relativos à evolução de indicadores econômicos e sociais;
- c) *Município rural transitório* é aquele que apresenta desempenhos *medianos* em suas respectivas regiões de inserção, relativos à evolução de indicadores econômicos e sociais; e
- d) *Município rural deprimido* é aquele que apresenta *fraco* desempenho em suas respectivas regiões de inserção, no que respeita à evolução de indicadores econômicos e sociais.

Para cada território, os municípios são classificados em urbanos, rurais dinâmicos, transitórios ou rurais deprimidos.

O território, por sua vez, é o ambiente onde se executa um projeto político de desenvolvimento territorial. É essencialmente político, pois envolve atores e instituições locais que não necessariamente defendem os mesmos grupos, interesses e idéias, mas trabalham de forma articulada, buscando consensos em torno de um tipo de desenvolvimento. Normalmente, o projeto é guiado por uma ação/atividade dominante, quase sempre econômica, mas não exclusivamente, e, em torno dela, ou além dela, desenvolvem-se outras atividades, que beneficiam mais pessoas e novos ambientes. Para serem considerados territoriais, os projetos ultrapassam os limites municipais e não se restringem a uma única ação/atividade. É importante destacar que, no planejamento e execução do projeto territorial, ainda que se busquem consensos, quase sempre predominam os interesses de um grupo ou uma categoria social, de forma que cada território apresenta características ímpares, com diferentes impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais. Os territórios podem ser consolidados ou emergentes e, dentro dessas categorias, prioritários, potenciais ou não-prioritários.

TERRITÓRIO CONSOLIDADO

O território consolidado compreende projeto político de desenvolvimento, executado de forma contínua e permanente. Possui trajetória histórica definida no tempo, várias ações e atividades em curso, não se limitando, portanto, a uma única ação. Há uma atividade principal, ou idéia-guia – a idéia motivadora do projeto político –, e que determina as condições concretas e objetivas do processo de estruturação social. As principais ações/atividades previstas são bem gerenciadas e executadas como planejado, alcançando os resultados esperados. A ação ou atividade principal pode ser original ou nova e mantém as ações ou atividades adjacentes, mas não menos importantes, no território. Aqui não se faz distinção entre os tipos de projetos: se mais ou menos agressivos ao meio ambiente, se

empregam ou desempregam, se preservam ou não a cultura local ou, ainda, se permitem grandes ou pequenos retornos financeiros. Para ser considerado consolidado, importa a permanência no espaço e a capacidade política e gerencial das instituições na condução do processo, independentemente do tipo de projeto que se executa. Outra característica da consolidação do território é a existência de instituições envolvidas em rede há algum tempo. As ações e atividades futuras revelam a maturidade do projeto territorial e a consistência do que as instituições sociais pretendem desenvolver.

TERRITÓRIO EMERGENTE

Refere-se ao território cujo projeto político de desenvolvimento está em fase inicial de execução. São poucas as ações ou atividades já desenvolvidas, ou em curso. As ações/atividades e a idéia-guia aproximam-se de uma intenção, embora já apresentem alguns impactos e resultados concretos na sociedade regional. Podem existir poucas ou várias instituições envolvidas, mas com relações tênues, frágeis, atuando no âmbito do planejamento de suas atividades ou intenções comuns. As ações ou atividades futuras significam a pretensão social da instituição, ou instituições líderes, em concretizar ainda a idéia-guia, assim como as atividades adjacentes. A classificação do território em emergente sugere um processo inicial de estruturação social, para o qual convergem interesses de classes e ações estatais, a partir de um projeto político definido em um determinado espaço. Se as condições de permanência forem asseguradas em virtude dos interesses envolvidos, o território tende a tornar-se consolidado. Aqui também não se distinguem os tipos de projetos, importando a garantia de que existe um projeto de desenvolvimento e que ele está em estruturação.

Não se trata de questão meramente gerencial e de execução técnica, como se fosse um projeto de dimensão microeconômica. Trata-se, na realidade, de um projeto social resultante das condições objetivas e materiais da realidade regional, provavelmente contraditório no processo histórico de sua estruturação. É preciso compreender a territorialidade dos projetos de forma não-linear e não-homogênea, mas como um movimento social dialético, que se altera no tempo.

TERRITÓRIOS PRIORITÁRIOS, POTENCIAIS E NÃO-PRIORITÁRIOS

Independentemente de serem consolidados ou emergentes, mas de acordo com o projeto de desenvolvimento proposto, o território poderá ser ainda classificado como prioritário, potencial ou não-prioritário. Essa classificação é obtida conforme os projetos de desenvolvimento atendam aos seguintes requisitos:

- ter sustentabilidade social, política, econômica e ambiental;
- dar atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas;
- haver predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos;

- haver consistência das ações/atividades futuras.

Considera-se prioritário – tendo a preferência do apoio das políticas públicas – o território que atender ao máximo esses requisitos. Os territórios potenciais – que contemplam medianamente esses pontos –, serão beneficiados após os territórios prioritários. Finalmente, os territórios não-prioritários – que não atendam ou atendam minimamente os requisitos assinalados –, são contemplados somente depois de atendidas as duas classificações anteriores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE TERRITÓRIOS

Como procedimento metodológico inicial para identificação dos territórios, procedeu-se a distinção entre municípios urbanos e rurais, utilizando-se indicadores demográficos. Em seguida, fez-se a classificação, dentre os municípios rurais, em municípios rurais dinâmicos, rurais transitórios e rurais deprimidos, mediante o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS). O procedimento final consistiu em classificar os projetos territoriais – de acordo com a prioridade de atendimento através de políticas públicas – em prioritários, potenciais e não-prioritários, levando-se em consideração critérios de sustentabilidade (política, social, econômica e ambiental), atendimento às categorias sociais mais fragilizadas, predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos, além da consistência das ações/atividades futuras.

Os municípios urbanos e rurais²

Para classificar os municípios em urbanos e rurais, utilizou-se uma regionalização provisória com base em unidades, ou regiões de planejamento, que são referências para agregação de municípios e análise dos dados estatísticos. Essas regiões de planejamento³ são concebidas a partir da agregação de regiões econômicas, um conceito utilizado pela SEI, a partir dos estudos regionais da CAR, constantes nos PDRS. As regiões econômicas formam as regiões de planejamento a partir de características em comum, que conformam a sua unidade territorial com base nas dimensões histórica, econômico-social, científico-tecnológica e político-institucional.

São as seguintes as regiões de planejamento:

A região de planejamento 1, formada a partir das regiões econômicas da Chapada Diaman-

² A simplificação urbano/rural aqui utilizada não desconsidera as análises sobre as subclassificações dos municípios brasileiros – como, por exemplo, aglomerações urbanas metropolitanas, aglomerações urbanas não-metropolitanas, centros urbanos, municípios urbanos e municípios rurais. Trata-se de procedimento metodológico que se revela adequado, e sem prejuízo de entendimento, aos objetivos deste trabalho e com o procedimento seguinte, a classificação dos municípios em rurais dinâmicos, transitórios e deprimidos.

³ As regiões de planejamento foram concebidas em virtude de características comuns, não obstante as diferenças entre si e as particularidades internas de cada região econômica.

tina, Irecê e Paraguaçu, tem, historicamente, na bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu, o

Região de planejamento	Regiões econômicas	Número de municípios de abrangência
1	Chapada Diamantina, Irecê e Paraguaçu	93
2	Sul da Bahia	71
3	Oeste	37
4	Sudoeste e Serra Geral	66
5	Nordeste, Baixo Médio São Francisco, Piemonte da Diamantina	75
6	Recôncavo Sul	32
7	Região Metropolitana de Salvador e Litoral Norte	26

fator de unidade territorial regional. De fato, a região de Irecê estabelece relações econômicas com a região da Chapada Diamantina, principalmente em decorrência do escoamento da produção de grãos (feijão, principalmente) para outras regiões do Brasil.

A região de planejamento 4, constituída pelas regiões econômicas do Sudoeste e da Serra Geral, tem como fator de unidade territorial a atividade pecuária bovina, especialmente a de corte, ao longo da rodovia BR-030.

A região de planejamento 5, formada pelas regiões econômicas Nordeste, Baixo Médio São Francisco e Piemonte da Diamantina, apresenta fatores de concentração populacional em torno dos centros regionais, escassez hídrica permanente e concentração de agricultores familiares, predominando o sistema agrário de policultura e caprinovinocultura, com espaços de fruticultura irrigada.

A região de planejamento 7, que compreende a Região Metropolitana de Salvador e o Litoral Norte, apresenta o incremento da urbanização e o turismo litorâneo como fatores recentes de unidade territorial.

As demais regiões de planejamento – Sul da Bahia, Oeste e Recôncavo Sul –, correspondem às regiões constantes na regionalização da CAR, base para os dados estatísticos utilizados na classificação dos municípios em urbanos ou rurais.

A análise estatística baseia-se nos critérios de densidade demográfica e concentração populacional. A partir das regiões de planejamento calcula-se (para cada uma delas) a densidade demográfica média (DDM) e a média populacional (MP). A DDM é calculada pela expressão:

onde:

$$DDM = \frac{\sum_{i=1}^n DDI}{n}$$

DDI é a densidade demográfica individual dos municípios, e

n é o número de municípios.

Exclui-se, para cálculo da DDM das respectivas regiões, os municípios que possuem influ-

ência e abrangência regionais e sub-regionais, considerados urbanos. A classificação dos municípios em urbanos e rurais baseia-se também no valor da MP em cada região. A MP é calculada da seguinte forma:

onde:

$$MP = \frac{\sum_{i=1}^n PA}{n}$$

MP é a média populacional da região,

PA é o valor da população absoluta de cada município, e

n é o número de municípios.

Por se constituírem centros regionais, exclui-se, para a região de planejamento 1, os municípios de Feira de Santana e Irecê; da região de planejamento 2, os municípios de Ilhéus, Itabuna e Teixeira de Freitas; da região de planejamento 3, exclui-se o município de Barreiras; da região de planejamento 4, os municípios de Vitória da Conquista e Jequié; da região de planejamento 5, os municípios de Juazeiro, Jacobina e Senhor do Bonfim; da região de planejamento 6, exclui-se o município de Santo Antônio de Jesus; e, da região de planejamento 7, exclui-se os municípios de Salvador, Camaçari, Madre de Deus e Lauro de Freitas.

No Quadro 1 apresentam-se os critérios para a classificação dos municípios em urbanos e rurais.

Quadro 1				
Municípios urbanos e rurais				
Situação	1	2	3	4
PA em relação à MP regional	Superior	Superior	Inferior	Inferior
DDI em relação à DDM regional	Superior	Inferior	Superior	Inferior
Classificação do município	URBANO	RURAL	RURAL	RURAL

Há, entretanto, como se observa pela análise dos dados estatísticos, o surgimento de casos incomuns ou inesperados durante o procedimento de classificação urbano/rural. Essas situações são analisadas caso a caso.

A Tabela 1 apresenta os valores dos indicadores de densidade demográfica e de população total de cada região de planejamento, cujos resultados comparados são utilizados para a classificação dos municípios em urbanos e rurais.

Na região de planejamento 1, os municípios de Canarana, Ibititá, Ipecaetá, Lapão, Irará, Santa Bárbara e Serra Preta, que deveriam ser classificados como urbanos, a partir da comparação dos indicadores estatísticos, são reclassificados como rurais, por apresenta-

Tabela 1
Indicadores de população*

Região de planejamento	Somatório da população absoluta (Σ PA)	Número de Municípios (n)	Média Populacional (MP)	Densidade demográfica média (DDM)
1. Chapada Diamantina, Irecê e Paraguaçu	1.592.186	93	17.306,37	27,85
2. Sul da Bahia	1.499.101	71	21.114,10	42,46
3. Oeste e Médio S. Francisco	692.612	37	18.719,24	7,77
4. Sudoeste e Serra Geral	1.290.703	66	19.556,11	21,68
5. Nordeste, B.M.S. Francisco, P. Diamantina	1.833.628	75	24.448,37	28,22
6. Recôncavo Sul	607.182	32	18.974,44	79,54
7. RMS e Litoral Norte	822.057	26	31.617,58	86,91

Fonte: SEI

* Total das regiões, total de municípios, média populacional da região, total das densidades demográficas municipais e densidade demográfica média da região segundo critérios de densidade demográfica e população total, em 2000.

rem sociedades e economias locais que sobrevivem, predominantemente, de atividades agrícolas situadas no espaço rural, semelhantes a outros municípios rurais da mesma região.⁴ A reclassificação deve-se a dois fatores: os valores de população total e a densidade demográfica dos municípios aproximam-se dos respectivos valores médios regionais. Especificamente, os municípios de Ibititá e Lapão faziam parte do município de Irecê e expandiram a produção de feijão e cenoura nos últimos vinte anos.

Na mesma região, o município de Itaberaba, classificado como rural pelos dados estatísticos, é reclassificado como urbano, por possuir uma população total de 58.943 habitantes (o triplo da média regional), com 75,5% de sua população habitando a cidade, e um extenso território de 2.366,1 km², que distorce a sua classificação e apresenta-o com uma densidade demográfica de 24,91 hab/km², um pouco abaixo da densidade demográfica regional média, de 27,82 hab/km². Dos noventa e três municípios da região de planejamento 1, nove são urbanos, incluindo Feira de Santana e Irecê.

Na região de planejamento 2, os municípios de Itamaraju e Porto Seguro, classificados como rurais pela comparação dos dados estatísticos, são reclassificados como urbanos, em virtude de exercerem influência sub-regional, para onde convergem habitantes de outros municípios vizinhos, seja para trabalhar ou consumir no comércio varejista: principalmente Porto Seguro, um dos principais pólos turísticos da Bahia, com uma população total de 95.721 habitantes, sendo 83,2% moradores da cidade, inclusive com pousadas e hotéis nos espaços urbano e rural. As áreas geográficas de Itamaraju e Porto Seguro são extensas, com 2.377,7 km² e 2.416,6 km², respectivamente, valores que distorcem a função desses municípios, aparentemente rurais, enquanto são essencialmente urbanos em sua funcionalidade regional. Dos setenta e um municípios da região de planejamento 2, treze são urbanos, incluindo Ilhéus, Itabuna e Teixeira de Freitas.

Na região de planejamento 3, os municípios de Carinhanha, Paratinga, Riacho de Santana e Serra do Ramalho, classificados como urbanos, foram reclassificados como rurais. A reclassificação de Carinhanha deve-se ao fato de sua densidade demográfica, 9,87 hab/

⁴ No Apêndice encontram-se as Tabelas com as classificações dos municípios em urbanos e rurais. Nas mesmas tabelas ainda é possível visualizar as classificações dos municípios em rurais dinâmicos, transitórios e deprimidos.

km², aproximar-se da densidade demográfica regional média, de 7,77 hab/km². Já os municípios de Paratinga, Riacho de Santana e Serra do Ramalho, além de apresentarem densidades demográficas próximas e/ou pouco acima da média regional, também possuem a maior parte da população do município habitando o espaço rural. Nesses municípios predominam as atividades agrícolas no meio rural.

Já o município de Barra, na mesma região, foi reclassificado como urbano, embora tenha sido classificado inicialmente como rural. Isso se deve à extensa área do município, 12.348,4 km², que torna a densidade demográfica baixa, 3,58 hab/km², com uma população total de 44.203 habitantes, bem superior à média regional, de 18.719,24 habitantes. Dos trinta e oito municípios da região de planejamento 3, seis são urbanos, incluindo Barreiras.

Na região de planejamento 4, os municípios de Boa Nova, Iguai, Planalto e Calculé foram classificados como urbanos; entretanto, por serem municípios que possuem atividades agrícolas predominantes no meio rural, foram reclassificados como rurais. Além disso, os valores de população total e das densidades demográficas municipais, embora superiores, aproximam-se das respectivas médias regionais. Dos sessenta e seis municípios dessa região de planejamento, nove são urbanos, incluindo Vitória da Conquista e Jequié.

Na região de planejamento 5, os municípios de Araci e Paripiranga são classificados como urbanos e o município de Euclides da Cunha, como rural. Pelo ajuste da classificação, no entanto, o município de Araci, por ter uma densidade demográfica, embora acima, próxima à média regional, e a população rural bem superior à população urbana, foi reclassificado como rural. O município de Paripiranga foi considerado rural em virtude de sua população total aproximar-se da população regional média e por apresentar uma população rural também bem superior à população urbana.

Já o município de Euclides da Cunha foi reclassificado como urbano, em virtude de ser um município que cumpre uma função sub-regional e possui uma atividade comercial intensa. Além disso, sua densidade demográfica ficou abaixo da densidade demográfica regional média, em virtude da extensa área de seu território, 2.383,8 km². Dos setenta e cinco municípios da região, seis são urbanos, incluindo-se Juazeiro, Jacobina e Senhor do Bonfim.

Na região de planejamento 6, o município de Amargosa, inicialmente classificado como rural, foi reclassificado como urbano em virtude de dois terços de sua população total habitar o espaço urbano. Já o município de São Felipe, classificado como urbano pela comparação dos dados estatísticos, foi reclassificado como rural, já que a maior parte de sua população habita o espaço rural, além da reduzida área do território influenciar na alta densidade demográfica do município. Dos trinta e dois municípios da região, sete são considerados urbanos, incluindo o município de Santo Antônio de Jesus.

Na região de planejamento 7, a Região Metropolitana de Salvador e Litoral Norte, dos vinte e seis municípios, nove são considerados urbanos: Salvador, Camaçari, Madre de Deus, Lauro de Freitas, Candeias, Dias D'Ávila, Simões Filho, Alagoinhas e Catu.

OS MUNICÍPIOS RURAIS DINÂMICOS, TRANSITÓRIOS E DEPRIMIDOS

Para classificar os municípios rurais em dinâmicos, transitórios e deprimidos, calculou-se, tomando por base os anos de 1995 e 2000, as taxas de crescimento do Índice de Desenvolvimento Econômico e do Índice de Desenvolvimento Social de cada município. Identificada a mediana da taxa de variação de cada índice, atribuiu-se uma qualificação alta (acima da mediana), média (próxima à mediana) e baixa (abaixo da mediana). Posteriormente, combinaram-se as qualificações, a fim de classificar o município em dinâmico, transitório ou deprimido. É considerado dinâmico o município cujas taxas de variação forem altas; transitório se uma das taxas for alta e a outra, média; e deprimido se qualquer das taxas for baixa.⁵

Quadro 2
Classificação dos municípios rurais por região

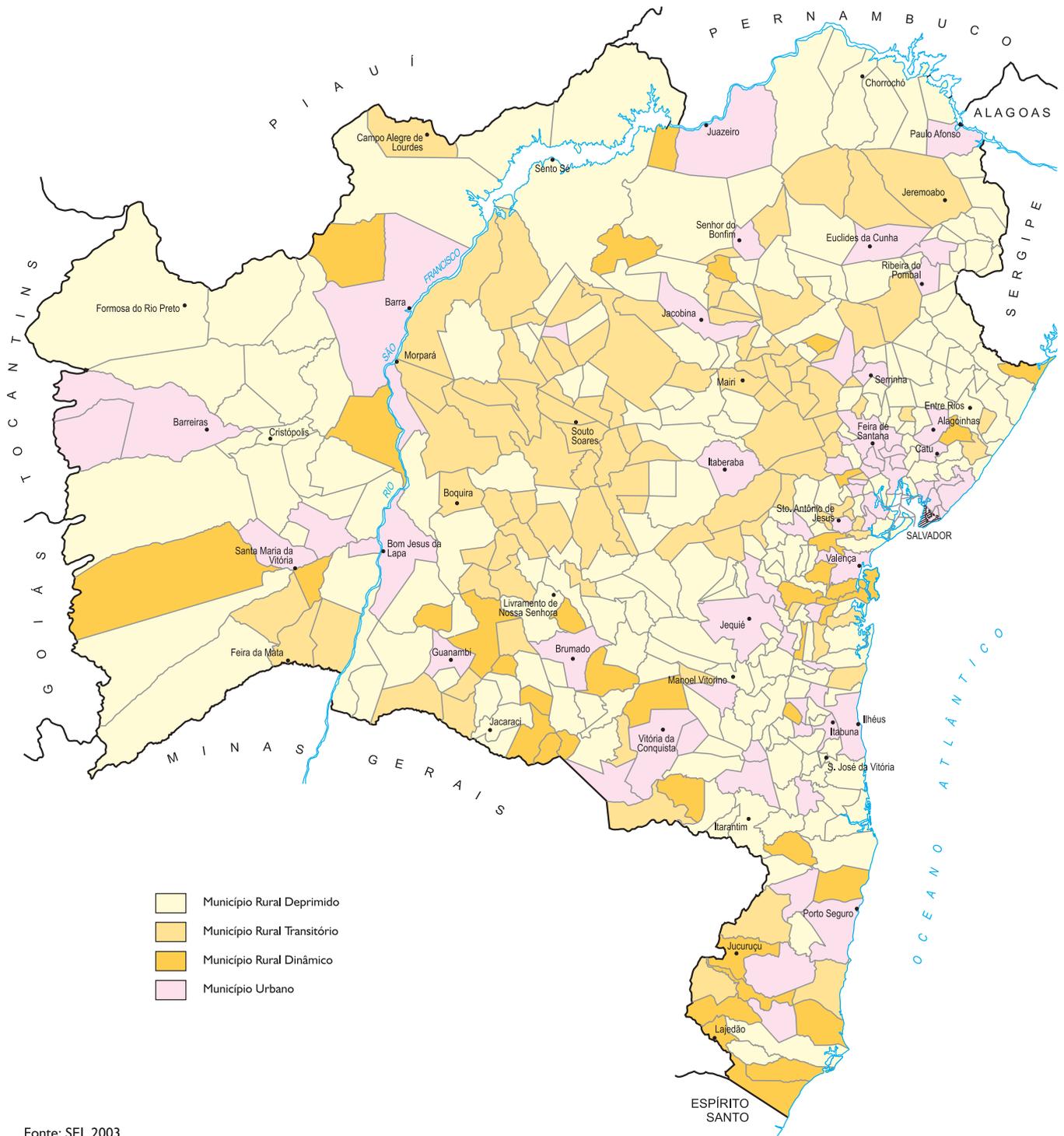
Regiões de Planejamento	Número de municípios rurais		
	Deprimidos	Transitórios	Dinâmicos
1 - Chapada Diamantina, Irecê, Paraguaçu	33	51	
2 - Sul da Bahia	38	7	16
3 - Oeste e Médio S. Francisco	15	5	4
4 - Sudoeste e Serra Geral	40	8	10
5 - Nordeste, Baixo Médio São Francisco e Piemonte da Diamantina	48	12	9
6 - Recôncavo Sul	16	4	6
7 - Metropolitana de Salvador e Litoral Norte	16	3	2
Totais	206	90	47
Participação no total dos municípios rurais	60,06%	26,24%	13,70%

Semelhantemente ao procedimento anterior, alguns municípios apresentaram classificações incomuns, sendo tratados caso a caso e, de acordo com a realidade socioeconômica observada, procedeu-se à reclassificação. Assim, na região de planejamento 3, o município de Brejolândia – previamente classificado como rural transitório –, foi reclassificado como rural deprimido. Na região de planejamento 5, os municípios de Andorinha, Araci, Campo Alegre de Lourdes, Canudos e Quixabeira foram reclassificados, de rurais dinâmicos, para rurais transitórios. Igual situação verificou-se para Aratuípe, Itatim, Muniz Ferreira e Varzedo (na região de planejamento 6). Nesses casos, trata-se de municípios que não possuem condições econômicas de desencadear um processo de dinamismo endógeno, como os centros urbanos e os municípios rurais dinâmicos. Ademais, ainda apresentam situações tradicionais nas relações sociais e econômicas. Estão, portanto, em processo de transição.

Na Figura a seguir visualiza-se a distribuição dos municípios (urbanos, rurais dinâmicos, transitórios e deprimidos).

⁵ Salienta-se que, ao utilizar quaisquer critérios de regionalização, a classificação dos municípios limítrofes em rurais dinâmicos ou deprimidos gera questionamentos sobre a participação desses municípios em uma ou outra região de planejamento; entretanto, de um modo geral, em virtude do IDE e IDS desses municípios serem muito próximos, não haveria porque questionar a classificação desses municípios a partir dos critérios adotados. Em geral, o município, cuja classificação foi considerada incomum, a partir da análise dos dados estatísticos, foi reclassificado segundo a análise da realidade social em que se encontrava.

Municípios Rurais e Urbanos Estado da Bahia, 2003



Fonte: SEI, 2003

OS ENCONTROS REGIONAIS

Paralelamente à classificação dos municípios em urbanos e rurais (rurais dinâmicos, transitórios e deprimidos), realizaram-se sondagens de campo em todo o estado da Bahia, planejadas em duas etapas. Na primeira, conduziram-se entrevistas pontuais com informantes-chave de órgãos públicos, organizações não-governamentais e representantes dos agricultores. Com essas informações preliminares, foi possível perceber, identificar e caracterizar um ou vários territórios em um determinado espaço, inclusive classificando-os em consolidados ou emergentes, observando os critérios analisados anteriormente. As informações de cada território foram sistematizadas em matrizes, denominadas matrizes territoriais.

Na segunda etapa, as matrizes territoriais, previamente elaboradas, consideradas como hipótese, foram apresentadas aos representantes das instituições que estruturam os territórios em um determinado espaço. Essas apresentações foram denominadas *encontros regionais*. Tais encontros constituíram-se oportunidades – para todos os representantes das instituições e categorias sociais envolvidas com os territórios –, de ajustar as matrizes territoriais, ratificando e/ou retificando informações, apresentando novos territórios não identificados previamente ou mesmo excluindo propostas, desde que em acordo com as considerações dos grupos de trabalho.

Ocorreram cinco encontros regionais: 1) no município de Seabra, compreendendo os territórios das regiões econômicas da Chapada Diamantina, Irecê e Paraguaçu; 2) na Universidade Estadual de Santa Cruz, na rodovia Ilhéus-Itabuna, compreendendo os territórios das regiões Sul e Extremo-Sul; 3) em Barreiras, compreendendo os territórios do Oeste; 4) em Vitória da Conquista, compreendendo os territórios do Sudoeste e Serra Geral; e 5) na cidade de Juazeiro, com a participação de representantes de instituições representativas e legitimadoras dos territórios das regiões econômicas do Nordeste, Baixo-Médio São Francisco e Piemonte da Diamantina.

No capítulo seguinte, são apresentados os territórios identificados na Bahia. Após os procedimentos metodológicos, foram construídas 41 matrizes territoriais, cada uma correspondendo a um território. As classificações território consolidado, emergente, prioritário, potencial e não-prioritário podem ser visualizadas após o ordenamento de cada matriz. Apresentam-se, também nas matrizes, os critérios e as justificativas para a classificação dos territórios segundo a prioridade de atendimento através de políticas públicas. No Apêndice são apresentadas figuras que ilustram a grande participação dos municípios baianos em territórios e a distribuição destes, segundo as classificações executadas, completam a apresentação dos territórios na Bahia.

OS TERRITÓRIOS NA BAHIA

Matriz 1: Território Consolidado Prioritário

Denominação do território	FUNDIFRAN - Fundação do Desenvolvimento Integrado do São Francisco.
Origem do território	A FUNDIFRAN executa ações humanitárias a serviço da população ribeirinha do São Francisco. Promove trabalhos sociais voltados para o desenvolvimento integrado dessa população, através do apoio aos movimentos populares, acesso a serviços públicos como educação e saúde, e incentivo à agricultura familiar. Acompanha questões e conflitos agrários locais, assessorando juridicamente os sindicatos rurais na região Oeste.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares, inclusive assentados de reforma agrária.
Ações/atividades que caracterizam território	As ações, articuladas com o Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, visam à revitalização e gestão dos recursos hídricos e ao desenvolvimento local integrado sustentável. Realizam-se mobilizações públicas, a exemplo da Campanha de Defesa do Rio São Francisco.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Projetos técnicos voltados para a reforma agrária sustentável, através da preservação do meio ambiente e questões de gênero. Nesses projetos aplicam-se técnicas agroecológicas, com vistas à gestão sustentável do rio São Francisco.
Instituições envolvidas em rede	FUNDIFRAN; Articulação do Semi-Árido (ASA); Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (ABONG); Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; Coordenação Estadual de Assentados e Acampados da Bahia (CETA); Cooperativa da Região do Médio São Francisco (COPASF); CORDAID; entidade holandesa atuante no território; Garra; GAMBA; CAA; Central de Associações de Fundo de Pasto de Oliveira dos Brejinhos.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Ibotirama Rurais dinâmicos: Muquém do São Francisco Transitórios: Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia, Oliveira dos Brejinhos
Ações/atividades futuras	Rurais deprimidos: Paratinga
Origem do território (característica)	Manejo sustentável da caatinga, através do beneficiamento e comercialização de produtos locais como umbu, mel e outros derivados apícolas, leite e carne de caprinos.
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Organizações sociais
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Alta
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alto
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Prioritário

Matriz 2: Território Consolidado Prioritário

Denominação do território	APAMA - Associação dos Produtores de Aguardente da Microrregião de Abaíra
Origem do território	A partir da organização comunitária para a produção e beneficiamento da cana-de-açúcar e seus derivados como a cachaça, açúcar mascavo, rapadura e melado de cana.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares.
Ações/atividades que caracterizam o território	As atividades giram em torno da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, destacando-se a produção e comercialização de cachaça com a marca Abaíra, além de outros derivados. Inovações tecnológicas nos sistemas de produção da cachaça mediante instalação de equipamentos industriais e substituição da base energética (lenha/carvão) por energia elétrica ou gerada a partir da queima do bagaço da cana. Paralelamente, cultiva-se café orgânico.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Comercialização da cachaça Abaíra e do café orgânico para o mercado interno e externo, via expansão das exportações.
Instituições envolvidas em rede	APAMA, EBDA, associações de agricultores familiares, prefeituras, Associação Grupo de Trabalho Pinga-Pinga, Banco do Nordeste, MDA (PRONAF).
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: 0 Rurais dinâmicos: 0
Ações/atividades futuras	Transitórios: Platá, Jussiape, Mucugê, Bonito Rurais deprimidos: Abaíra, Ibicoara, Rio de Contas
Origem do território (característica)	Expansão da produção de cachaça de boa qualidade. Registro da patente da marca Abaíra, de exportação. Outras inovações no processo produtivo. No âmbito social pretende-se ampliar a organização comunitária, com vistas a melhores resultados das atividades de fruticultura, piscicultura, apicultura, bovinocultura de leite, caprinocultura e horticultura. Exploração do potencial turístico, via turismo rural em comunidades de agricultores familiares e quilombolas. Incremento da produção e exportação de café orgânico.
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Organizações sociais
Atendimento prioritário as categorias sociais mais fragilizadas	Alta
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alto
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Prioritário

Matriz 3: Território Consolidado Potencial

Denominação do território	IRECÉ. Grãos e hortifruticultura regional
Origem do território	Crise da monocultura do feijão, dos anos 1970 até 1990. A cultura ocupa espaços em relevos planos, propícios à mecanização, e em solos férteis com boa disponibilidade de água. Tem-se, como consequência, uma estrutura agrária diferenciada, marcada pelas terras relativamente bem distribuídas.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares, médios empresários rurais e comerciantes de insumos agrícolas.
Ações/atividades que caracterizam o território	Incentivo à diversificação agrícola, através da expansão do plantio irrigado de olerícolas, principalmente cenoura e beterraba. A jusante na cadeia produtiva, melhoria das condições de comercialização das olerícolas e frutas, principalmente pinha, para outras regiões da Bahia e Brasil.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Produção, beneficiamento e comercialização de cenoura
Instituições envolvidas em rede	Do governo estadual: EBDA e ADAB. Do governo federal: CODEVASF e MDA (PRONAF). Associações e cooperativa de produtores. Empresas comerciais locais.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Irecé Rurais dinâmicos: 0
Ações/atividades futuras	Transitórios: Lapão, São Gabriel, Ibititá, Barra do Mendes, Barro Alto, América Dourada, Ibipeba, Central, Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique Rurais deprimidos: Presidente Dutra, Canarana, João Dourado, Uíbai, Cafarnaum, Jussara
Origem do território (característica)	Implantação de agroindústrias e de uma central de comercialização de olerícolas, articulada com frutas e grãos. Capacitação e educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, principalmente através da redução do uso de agrotóxicos. Perenização do rio Jacaré, com vistas à ampliação da área irrigada. Reflorestamento de matas ciliares. Implantação de um aterro sanitário regional. Viveiro de mudas e melhoria da infra-estrutura local (estradas, eletrificação).
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Capital
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Média
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Médio
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Média Potencial

Matriz 4: Território Consolidado Potencial

Denominação do território	CHAPADA DIAMANTINA - Ecoturismo rural e agricultura alternativa
Origem do território	A partir da exploração do potencial turístico local, através de visitas às cachoeiras, montanhas, rios, monumentos históricos e culturais, inclusive inscrições rupestres. Práticas agroecológicas em comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária.
Categorias sociais legitimadoras do território	Pequenos, médios e grandes empresários da rede hoteleira, profissionais e técnicos de organizações não-governamentais. Guias turísticos, prestadores de serviços de transporte e de saúde. Agricultores familiares, pescadores e demais trabalhadores urbanos.
Ações/atividades que caracterizam o território	Investimentos e divulgação do ecoturismo rural e agricultura alternativa. Destaca-se a construção de um aeroporto; expansão de hotéis; implantação de infra-estrutura urbana, especialmente o saneamento e o abastecimento de água; conservação do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PARNA) e das Áreas de Proteção Ambiental (APAs), como a APA Marimbus-Iraquara, Barbado e Projeto Sempre Viva. Fomento à agricultura alternativa; gestão dos recursos hídricos para resolução dos conflitos pelo uso da água para irrigação.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Expansão do ecoturismo rural de baixo impacto e de práticas agrícolas alternativas.
Instituições envolvidas em rede	Do poder público: Ministério do Turismo (PRODETUR), IPHAN, IBAMA (PARNA), SDF, MDA (PRONAF), DERBA, SRH, CAR, Bahiatursa e prefeituras municipais. Da sociedade civil: associações de guias e condutores, Grupo GAMBÁ, Associação Quebra-Coco, Associação Grupo de Trabalho Pinga-Pinga, CECAV e associações de agricultores familiares.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: 0 Rurais dinâmicos: 0 Transitórios: Lençóis, Palmeiras, Mucugê, Piatá, Andaraí, Iraquara, Seabra, Jussiapé, Nova Redenção Rurais deprimidos: Rio de Contas, Abaira, Ibiçara, Boninal, Itaeté
Ações/atividades futuras	Incremento do turismo, via expansão da rede hoteleira e de pousadas, diferenciando espaços de turismo de massa em Lençóis e de baixa densidade. Para tanto, se propõe o estudo da capacidade de carga dos pontos turísticos. Gerenciamento turístico e dos recursos hídricos com a participação de associações locais. Promoção do resgate cultural e histórico da Chapada Diamantina e o incentivo ao artesanato em couro, fibra vegetal e madeira. Incentivo à agricultura orgânica irrigada, capacitação, cooperativismo, piscicultura (tanques-rede), olericultura, apicultura, reflorestamento e educação ambiental.
Origem do território (característica)	Estado, capital e organizações sociais
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Alta
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Médio
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Média
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Potencial

Matriz 5: Território Consolidado Potencial

Denominação do território	Fruticultura irrigada para exportação
Origem do território	Com a construção de barragem no Rio de Contas viabilizou-se a implantação de projetos visando à melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Entretanto, muitos se desfilizaram de lotes, deflagrando um processo de concentração de terra e capital, gerando, por consequência, o aparecimento de empresários rurais.
Categorias sociais legitimadoras do território	Empresários rurais e agricultores familiares.
Ações/atividades que caracterizam o território	Melhoramento da cadeia produtiva frutícola. Técnicas de irrigação por microaspersão, gotejamento e inundação. Tais técnicas são voltadas para a produção de frutas, especialmente manga visando ao mercado dos Estados Unidos e União Européia. O beneficiamento das frutas é feito em packing houses. Privilegiando e disseminando o conhecimento técnico são realizados seminários que discutem o manejo integrado na produção de manga, além da capacitação na produção, beneficiamento e comercialização de agricultores familiares, trabalhadores e empresários rurais.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Produção e seleção de manga para exportação para os mercados americano e europeu.
Instituições envolvidas em rede	No campo da pesquisa e assistência técnica destacam-se a EBDA e a EMBRAPA. Secretarias municipais de agricultura. Central de Associações de Agricultores de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio. Sindicatos de trabalhadores rurais.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: 0 Rurais dinâmicos: Dom Basílio Transitórios: Paramirim, Caturama Rurais deprimidos: Livramento de Nossa Senhora
Ações/atividades futuras	Incremento da cadeia produtiva frutícola, especialmente da manga. Ampliação da exportação - através da melhoria da seleção e do beneficiamento - , implantação de uma central de comercialização e de uma packing house para a Central de Associações. Pretende-se incentivar a implantação de agroindústrias.
Origem do território (característica)	Capital
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Média
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Médio
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Baixa
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Potencial

Matriz 6: Território Consolidado Prioritário

Denominação do território	APAEB Valente - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente
Origem do território	Ações de ONGs, a exemplo do MOC, buscaram conscientizar, mobilizar, organizar, articular e capacitar os produtores locais.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares.
Ações/atividades que caracterizam o território	Consolidação da cadeia produtiva do sisal. O beneficiamento da fibra é feito na bateadeira comunitária, agregando-se valor à fibra com a fabricação de tapetes e artesanato. Gestão de postos de vendas, assistência aos jovens agricultores na Escola Família Agrícola, ações de cidadania, fundo rotativo e energia solar. Diversificação das atividades: laticínio, curtume e hidroponia. Para o meio ambiente desenvolvem-se ações de reflorestamento e de convivência com a seca.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Produção, beneficiamento e exportação de sisal.
Instituições envolvidas em rede	APAEB Valente, MOC, ARCO Sertão, cooperativas e associações de produtores. Apoio da EBDA, Banco do Nordeste, Universidades e EMBRAPA.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Conceição do Coité Rurais dinâmicos: Valente
Ações/atividades futuras	Transitórios: Araci, Pintadas, Queimadas, Quixabeira, Retrolândia Rurais deprimidos: Campo Formoso, Cansanção, Itiúba, Jaguarari, Monte Santo, Nordestina, Santa Luz, São Domingos
Origem do território (característica)	Fortalecimento das ações políticas, além daquelas relacionadas à produção do sisal. Inovações com vista à produção de cosméticos e bebidas a partir do sisal.
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Organizações sociais
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Alta
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alto
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Prioritário

Matriz 7: Território Consolidado Potencial

Denominação do território	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do ParnaíbaHortifruticultura em perímetros irrigados
Origem do território	A partir da ação do Governo Federal por meio dos programas de perímetros irrigados da CODEVASF.
Categorias sociais legitimadoras do território	Técnicos e funcionários, empresários, comerciantes e produtores diretos.
Ações/atividades que caracterizam o território	Atividades correlacionadas e necessárias à implantação da infra-estrutura integrada em perímetros irrigados. O conjunto é formado pela pesquisa, experimentação e assistência técnica. Para os processos produtivos tem-se o financiamento, a produção propriamente dita e o beneficiamento para comercialização, visando ao mercado tanto nacional quanto internacional. Divulgam-se os resultados através de eventos de promoção, como a FENAGRI. Desenvolvem-se ainda ações de fomento e organização dos produtores, além da educação técnica e formal.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Produção agrícola irrigada.
Instituições envolvidas em rede	CODEVASF, EMBRAPA, EBDA, ADAB, CHESF, SEBRAE, Governos Estaduais da Bahia e Pernambuco e Prefeituras Municipais. Dentre outras, encontram-se as instituições bancárias, as packing houses locais, empresas prestadoras de serviços, ARCO (AGROMESF), UNEB, CEFETs, cooperativas e entidades de representação dos produtores.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Juazeiro Rurais dinâmicos: Sobradinho Transitórios: Morro do Chapéu Rurais deprimidos: Abaré, Casa Nova, Curaçá, Remanso, Rodelas, Sento-Sé Em Pernambuco: Nova Glória, Petrolândia, Belém do São Francisco, Cabrobó, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande
Ações/atividades futuras	Consolidação da infra-estrutura e serviços de apoio à pesquisa, produção, beneficiamento e comercialização dos produtos. Para incrementar esses serviços, defende-se a criação da Universidade do São Francisco.
Origem do território (característica)	Estado
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Média
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Baixo
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alta
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Potencial

Matriz 8: Território Consolidado Não-Prioritário

Denominação do território	CERRADOS (altitude média de 600 metros acima do nível do mar)
Origem do território	O território origina-se pelo movimento de ocupação das terras do Oeste baiano por agricultores do Sul do Brasil, transformando-as em importante fronteira agrícola do país. Essas áreas são destinadas à produção de grãos no início dos anos 80, aproveitando-se as condições edafoclimáticas favoráveis para as culturas, gerando sucessivos superávits comerciais e divisas. Como atividades agregadas tem-se a bovinopecuária, a caprinovinocultura, a piscicultura e a implantação de frigoríficos. Tem-se também a fiação e a agricultura extrativista.
Categorias sociais legitimadoras do território	Técnicos e funcionários do governo, empresários rurais nacionais e estrangeiros, inclusive multinacionais, dirigentes de grandes cooperativas, associações e sindicatos de produtores.
Ações/atividades que caracterizam o território	Produção de grãos, café, frutas e algodão. O Centro Industrial objetiva integrar e consolidar cadeias produtivas. A exportação de grãos e frutas atrai firmas multinacionais que se articulam institucionalmente com as associações de classe. Melhoramento da gestão dos recursos naturais, controle e fiscalização pelos órgãos estaduais e federais. Infra-estrutura de energia elétrica, transportes e educação (campus da UNEB e faculdades particulares).
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Diversificação da produção local. Objetiva-se maior participação no mercado, com ênfase na exportação.
Instituições envolvidas em rede	Prefeituras, Governo Estadual (EBDA, ADAB SRH, DDF) e Federal - AIBA, ABAPA, CAPRIOESTE, COFRUTOESTE, Fundação BA, Sindicato Rural de LEM, ASTA BAHIA, AGROLEM, COPROESTE, AEAB e Fundação de Pesquisa para a Expansão e Desenvolvimento da Área Agrícola.
Abstração territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Barreiras, Luis Eduardo Magalhães Rurais dinâmicos: Correntina Transitórios: Coribe, Carinhanha
Ações/atividades futuras	Rurais deprimidos: São Desidério, Formosa do Rio Preto, Cocos, Jaborandi, Riachão das Neves, Baiãoópolis As ações nesse território estão divididas em dois grandes grupos: 1) ações voltadas para a expansão agrícola: aumento da produtividade através da pesquisa; implantação da tecnologia de agricultura de precisão; incentivos à piscicultura, floricultura e apicultura; implantação do PIF - Programa Integrado de Fruticultura; criação de corredores de exportação; ações integradas da indústria com produtores de suínos, aves, caprinos, ovinos e bovinos; Implantação de matadouros regulamentados; infra-estrutura básica, elétrica e de transportes. 2) ações ambientais: aplicação dos princípios da Agenda 21; recuperação das reservas legais, disciplina no uso dos recursos naturais; monitoramento do bioma Cerrados; recolhimento das embalagens de agrotóxicos; qualificação e capacitação da mão-de-obra local.
Origem do território (característica)	Capital
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Baixa
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Baixo
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Média
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Não-prioritário

Matriz 9: Território Consolidado Prioritário

REFORMA AGRÁRIA	
Denominação do território	O desemprego, a exclusão social e a elevada desocupação de trabalhadores rurais e urbanos explicam as ações dos movimentos sociais através da ocupação de áreas improdutivas, cujos instrumentos traduzem-se nos acampamentos nessas áreas. Priorizam-se, nos assim denominados assentamentos rurais, a mobilização e a organização social e política.
Origem do território	Trabalhadores rurais e urbanos desempregados, agricultores familiares minifundistas. Técnicos do aparato jurídico-legal do Estado.
Categorias sociais legitimadoras do território	Atividades que buscam a sustentabilidade dos assentamentos e a manutenção da consciência organizacional dos assentados. Nas primeiras, tem-se o cultivo do cacau, de lavouras para o autoconsumo e a implantação de sistemas de produção agrícola para o combate à fome. No segundo grupo, aparecem as ações de mobilização, conscientização, articulação e organização social, a disseminação do associativismo e do cooperativismo, além da unidade político-institucional dos movimentos sociais.
Ações/atividades que caracterizam o território	Promoção da reforma agrária articulada com a organização social e produção agrícola dos assentamentos.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Instituições ligadas aos movimentos sociais rurais: MST (nacional e estadual), MLT, FETAG, MLST, CPT, associações e cooperativas dos assentamentos e os STRs. O Estado é representado pelo INCRA/MDA, UESC, CAR, CDA. Outras instituições participantes dessa rede são as Escolas Rurais FASE, IESB e o Terra Viva.
Instituições envolvidas em rede	Urbanos: Itamaraju, Itabuna, Ilhéus, Camacá, Eunápolis, Ibicarai
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Rurais dinâmicos: Nova Viçosa, Wenceslau Guimarães
Ações/atividades futuras	Transitórios: Prado
Origem do território (característica)	Rurais deprimidos: Canavieiras, Arataca, Itajuípe
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Expansão dos assentamentos rurais, da produção agrícola familiar e do desenvolvimento de agroindústrias locais. Incentivo programado às técnicas de práticas orgânicas e agroecológicas e ao turismo de baixo impacto nos assentamentos. Os resultados obtidos serão divulgados nas Feiras do Agricultor Familiar.
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Estado e organizações sociais
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alta
Consistência das ações/atividades futuras	Alto
Prioridade	Alta
	Prioritário

Matriz 10: Território Consolidado Não-Prioritário

Denominação do território	TERRITÓRIO GRAPIÚNA - Reconfiguração tecnológica e do espaço produtivo do cacau
Origem do território	Origina-se como resultado da reestruturação organizacional e tecnológica na lavoura cacaueira nos anos 90, inclusive com a consolidação da lavoura em sistema cabruca. A reestruturação se dá em virtude da crise regional (vassoura-de-bruxa), forçando a diversificação agrícola, técnica e agroindustrial. Observa-se também a maior valorização do patrimônio natural no eixo regional.
Categorias sociais legitimadoras do território	Produtores patronais, empresários rurais e empresas multinacionais que atuam na produção cacaueira. Inclui-se igualmente o Estado, ONGs e cooperativas que promovem o plantio do cacau em bases orgânicas.
Ações/atividades que caracterizam o território	Atividades concernentes à cadeia produtiva do cacau. Destacam-se as novas formas de produzir, a reestruturação tecnológica e organizacional, com a utilização de técnicas de clonagem e enxertia. O suporte à reestruturação é dado pelos investimentos em pesquisas, pela securitização das dívidas dos cacauicultores e dos novos créditos agrícolas.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Aplicação de inovações tecnológicas desenvolvidas de modo a permitir a convivência com a vassoura-de-bruxa.
Instituições envolvidas em rede	CNPQ - Conselho Nacional dos Produtores de Cacau, FAEBA, ABIC, ABEC, ABC, e empresários rurais. Presentes também a União, através do Ministério da Fazenda, da Agricultura (Ceplac), Estado da Bahia (Biofábrica) além da UESC, FUNPAB, IESB, Almirante Cacau e Chocolates Mats
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Camacá Rurais dinâmicos: 0 Transitórios: 0 Rurais deprimidos: Uruçuca, Buerarema
Ações/atividades futuras	Melhoria do rendimento físico do cacau e maior resistência à vassoura-de-bruxa através da expansão e consolidação de novos materiais genéticos de cacau clonado. Introdução de sistemas produtivos diversificados, com ênfase na agricultura orgânica.
Origem do território (característica)	Estado e capital
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Média
A tendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Baixo
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Média
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Não-Prioritário

Matriz 11: Território Consolidado Não-Prioritário

Denominação do território	EUCALIPTO - Monocultura do eucalipto
Origem do território	O território origina-se a partir da adaptação do eucalipto às condições edafoclimáticas do Extremo Sul da Bahia, com incentivos governamentais. Em seguida tem-se a expansão da plantação e construção de unidade Industrial de beneficiamento em celulose e papel no município de Mucuri nos anos 1990.
Categorias sociais legitimadoras do território	Grandes empresas de capital nacional e/ou internacional, vinculadas sobretudo ao mercado externo de papel e celulose.
Ações/atividades que caracterizam o território	Expansão do plantio da monocultura do eucalipto e outras ações visando ao beneficiamento: aquisição de pastarias; colheita e implantação de unidades industriais para o beneficiamento do eucalipto em celulose, papel e toras de madeira para comercialização tanto no mercado externo quanto no interno.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Acumulação de capital através do plantio do eucalipto para exportação e mercado interno.
Instituições envolvidas em rede	A rede de instituições aqui é formada pelas empresas de capital internacional e nacional: Aracruz, Bahia Sul Celulose, Veracel, Stora. A articulação com o poder público se dá através do BNDES e do governo do Estado da Bahia.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Porto Seguro, Eunápolis, Teixeira de Freitas Rurais dinâmicos: Mucuri, Itapebi, Alcobaça, Nova Viçosa, Medeiros Neto, Santa Cruz de Cabralia Transitórios: Prado
Ações/atividades futuras	Rurais deprimidos: Belmonte, Itagimirim, Itabela, Caravelas, Ibirapua Inovações tecnológicas e organizacionais com vistas ao aperfeiçoamento da cadeia produtiva do eucalipto. Destaca-se a expansão da área plantada e a implantação de uma nova unidade industrial de beneficiamento em celulose. Novos investimentos em infra-estrutura compreendem a construção de novas unidades portuárias para o escoamento da produção.
Origem do território (característica)	Capital
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Baixa
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Baixo
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Média
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Não-prioritário

Matriz 12: Território Consolidado Potencial

Denominação do território	TURISMO baseado em recursos naturais e culturais
Origem do território	Primeiras explorações do potencial turístico local, a partir de investimentos privados em pousadas e hotéis, e investimentos públicos em estradas e infra-estrutura. Buscou-se oferecer entretenimento turístico tendo como atrativos a existência de paisagem e recursos naturais e culturais.
Categorias sociais legitimadoras do território	Representantes do setor de hotelaria, sejam grandes, médios, pequenos ou microempresários, formais ou não, além de proprietários de pousadas locais.
Ações/atividades que caracterizam o território	Ações institucionais de órgãos do Estado, como Bahiatursa, na promoção do turismo e dos recursos naturais costeiros da Bahia no Brasil e no exterior. Paralelamente, expande-se a rede hoteleira ao longo do litoral com a participação de investimentos públicos e privados. Investimentos públicos na infra-estrutura (asfaltamento de estradas, redes de abastecimento de água, sistemas de saneamento básico e aeroportos). Capacitação dos profissionais envolvidos com o turismo.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Ampliação da infra-estrutura.
Instituições envolvidas em rede	União (através do PRODETUR), EMBRATUR; Governo do Estado da Bahia, incluindo Bahiatursa; DERBA e EMBASA (infra-estrutura), associações de classe de empresários, e instituições internacionais, como BID e UNESCO.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Porto Seguro, Ilhéus, Valença
	Rurais dinâmicos: Alcobaça, Santa Cruz de Cabrália, Cairu (Morro de São Paulo), Mucuri, Nova Viçosa
	Transitórios: Prado, Itacaré
	Rurais deprimidos: Caravelas, Canavieiras, Belmonte
Ações/atividades futuras	Atração de turistas, através da ampliação da rede hoteleira, com resorts, e da implantação da APA Caraiva-Trancoso (destinando-se ao turismo de baixa densidade). Para o setor público prevêem-se a expansão dos investimentos em infra-estrutura urbana e de transportes.
Origem do território (característica)	Estado e capital
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Média
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Baixo
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Média
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Potencial

Matriz 13: Território Consolidado Prioritário

Denominação do território	ONGs - Movimentos ambientalistas e de organizações não-governamentais
Origem do território	A partir da observação dos impactos ambientais derivados da crise da lavoura cacaueteira, da expansão das plantações de eucalipto e da exploração madeireira no Extremo Sul da Bahia. Outra motivação reside na necessidade da prestação de assessoria técnica, jurídica etc., aos trabalhadores rurais da lavoura do cacau.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares, trabalhadores rurais, técnicos e pesquisadores.
Ações/atividades que caracterizam o território	Ações voltadas às questões ambientais como, por exemplo, a aplicação dos princípios da Agenda 21; mobilização para a educação ambiental contra a devastação dos recursos naturais - especialmente com a realização de fóruns e encontros regionais com organizações sociais de base; execução de projetos técnicos com base em sistemas agroflorestais. Por outro lado, também são desenvolvidas ações de capacitação dos empregados na lavoura cacaueteira.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Implantação das inovações tecnológicas características das agroecologias. Denunciam-se as agressões ao meio ambiente e busca-se a defesa e o cumprimento da legislação ambiental em vigor.
Instituições envolvidas em rede	ONGs e associações de atuação no território: Terra Viva, IESB, SASOP, IDES, CEPEDES, FASE, Jupará, GRAMA, IBAMA, STRs, UESC, AMURC, Comitê de Bacias do Leste, Flora Brasil, NEAM e associações de produtores rurais.
Abraçangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta s das ações/atividade	Urbanos: Ilhéus, Itamaraju, Eunápolis Itabuna
Ações/atividades futuras	Rurais dinâmicos: 0 Transitórios: Itacaré, Prado, Igrapiuna Rurais deprimidos: Ituberá, Camamu, Una, Canavieiras, Uruçuca
Origem do território (característica)	Além da implantação do Consórcio do Desenvolvimento Sustentável do Extremo Sul (no entorno do Parque do Monte Pascoal, Pau-Brasil e do Descobrimento), destaca-se a ampliação dos projetos técnicos voltados aos sistemas agroflorestais e as ações ambientais visando a elaboração e implantação da Agenda 21 no território. Tem-se, ainda, a consolidação do Sub-Comitê da Reserva da Biosfera e dos Corredores Ecológicos em vários municípios e APAS.
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Organizações sociais Alta
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Alto
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alta
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Prioritário

Matriz 14: Território Consolidado Prioritário

Denominação do território	Projeto Pró-Gavião
Origem do território	Observando-se as deficiências de infra-estrutura, de abastecimento de água e a situação de pobreza crônica nas comunidades rurais do rio Gavião, o poder público estadual elabora um projeto de desenvolvimento regional. Começa-se pela construção de pequenas e médias barragens ao longo do Gavião.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares (aproximadamente 600 famílias) e técnicos do poder público.
Ações/atividades que caracterizam o território	No que concerne à melhoria da infra-estrutura do território, apresenta-se a construção de barragens, estradas e serviços de eletrificação rural. No âmbito social, fomenta-se a organização dos agricultores familiares, com ações de inclusão de mulheres e jovens. No plano produtivo, adotam-se inovações tecnológicas, organizacionais e mercadológicas.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Fomento à organização social dos agricultores familiares e melhoria de suas condições de vida e renda com a implantação de infra-estrutura e unidades de beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas.
Instituições envolvidas em rede	De apoio e assistência técnica: CAR/FIDA, EMBRAPA, SEBRAE, EBDA, UESB, SENAR. Essas instituições estão articuladas também com as Prefeituras locais.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Vitória da Conquista Rurais dinâmicos: Guajeru, Anagé, Condeuba, Cordeiros, Piripá Transitórios: Belo Campo
Ações/atividades futuras	Rurais deprimidos: Tremedal, Licínio de Almeida, Mortugaba, Caraiabas, Jânio Quadros, Maetinga, Jacaraci, Caetanos Verticalização da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, leite e mandioca. Incentivos a caprinovincultura, piscicultura e fruticultura. Essas ações serão viabilizadas pela consolidação das unidades de beneficiamento e da central de comercialização que atendam a todas as comunidades do projeto. Quanto às instituições públicas demanda-se maior participação da EBDA, ADAB e UESB.
Origem do território (característica)	Estado e organizações sociais
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Média
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Alto
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alta
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Prioritário

Matriz 15: Território Consolidado Prioritário

Denominação do território	Caprinovincultura
Origem do território	A partir da identificação da necessidade de se fomentar a criação de caprinos e ovinos, como estratégia de combate à pobreza e convivência com o semi-árido.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares, pequenos e médios produtores de caprinos e ovinos.
Ações/atividades que caracterizam o território	As ações estão voltadas para as atividades da caprinovincultura, como o melhoramento genético das matrizes, melhoria da sanidade e alimentação dos rebanhos. Busca-se a geração de ocupação e renda através da organização dos sistemas para a produção de carne, leite e pele.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Principalmente inovações tecnológicas e organizacionais na atividade de caprinovincultura.
Instituições envolvidas em rede	Associações de agricultores familiares, STRs e ACCOBA (Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos da Bahia). O poder público se faz presente pela SECOMP, UESB, BNB, BB, SEBRAE, EBDA, ADAB, SENAR, CAR, e Prefeituras locais.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Poções, Vitória da Conquista, Cândido Sales, Brumado Rurais dinâmicos: Anagé, Aracatu, Guajeru Transitórios: Bom Jesus da Serra, Caturama, Botuporá, Belo Campo
Ações/atividades futuras	Rurais deprimidos: Caetanos, Caraiabas, Maetinga, Janio Quadros, Malhada de Pedras, Tremedal, Planalto, Tanhaçu As ações visam ao desenvolvimento da caprinovincultura. Destaca-se a capacitação dos produtores, a expansão dos rebanhos e a produção, beneficiamento e comercialização de leite. Nos segmentos a jusante, encontra-se projetos de construção de curtiúmes, frigoríficos e laticínio. Incentivo à implantação de indústria de couro/artesanato.
Origem do território (característica)	Organizações sociais
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Média
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Alto
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alta
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Prioritário

Matriz 16: Território Consolidado Potencial

Denominação do território	MANDIOCA - Agroindústria de beneficiamento da mandioca
Origem do território	Origina-se a com a extensa plantação de mandioca na região. Por conseguinte, são construídas unidades familiares que beneficiam a mandioca em polvilhos e biscoitos, fécula, farinha e polvilho azedo, revendidos para várias regiões do Brasil, além da venda da raiz in natura para o estado de Sergipe.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares plantadores de mandioca e os produtores de polvilhos, biscoitos etc., com suas unidades artesanais ou semi-industriais. Incluem-se também os comerciantes intermediários.
Ações/atividades que caracterizam o território	As atividades compreendem o beneficiamento da mandioca para a produção de biscoitos, polvilhos e de raspas. Aproveita-se a parte aérea na fabricação de feno para alimentação animal.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Produção de biscoitos e polvilhos comercializados para várias regiões da Bahia e Brasil.
Instituições envolvidas em rede	Associações de agricultores familiares, sindicatos rurais e comerciantes intermediários. Pelo poder público, tem-se as prefeituras: SEBRAE, EBDA, ADAB, UESB, EMBRAPA e a Secretaria de Indústria e Comércio.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Vitória da Conquista (unidades de beneficiamento da mandioca), Cândido Sales, Barra do Choça Rurais dinâmicos: Anagé
Ações/atividades futuras	Transitórios: Belo Campo, Encruzilhada Rurais deprimidos: Tremedal, Planalto, Caralbas, Nova Canaã
Origem do território (característica)	Fomento à organização dos agricultores familiares para a gestão mercadológica e das inovações tecnológicas de beneficiamento da mandioca, além da implantação de uma central de comercialização. Demandam-se estudos sobre os impactos ambientais dos rejeitos da produção, em especial a manipueira (ácido cianídrico).
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Organizações sociais
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Média
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Médio
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Alta
	Potencial

Matriz 17: Território Consolidado Potencial

Denominação do território	SAÚDE - Pacto institucional pelos serviços de saúde
Origem do território	Iniciativa da Prefeitura de Vitória da Conquista, visando à organização e eficiência na gestão da saúde pública, torna o município um centro regional nesse serviço. Consequentemente são atraídas as populações vizinhas, que buscam no município atendimentos de média e alta complexidade. A organização de Vitória da Conquista na saúde resulta das políticas públicas federais do Ministério da Saúde, no âmbito do SUS, voltadas para acordos institucionais entre municípios, como consequência da descentralização dos serviços de saúde.
Categorias sociais legitimadoras do território	Poder público, representado pela União e Prefeituras Municipais, comunidade em geral e empresários prestadores de serviços de saúde.
Ações/atividades que caracterizam o território	Pacto institucional decorrente de articulações e acordos institucionais entre os municípios voltados para a descentralização dos atendimentos ambulatoriais, concentrando em Vitória da Conquista os exames de média e alta complexidade e internações hospitalares.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Articulação com vistas à realização do pacto institucional pelos serviços de saúde.
Instituições envolvidas em rede	Na esfera federal, estadual e nas municipais: Ministério da Saúde Secretaria Estadual de Saúde e Prefeituras de Vitória da Conquista e de 58 municípios.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta s das ações/atividade	Urbanos: Brumado, Cândido Sales, Guanambi, Poções Rurais dinâmicos: Anagé, Aracatu, Caetitê, Condeúba, Cordeiros, Dom Basílio, Guajeru, Ibiassucê, Matina, Piripá, Ribeirão do Largo Transitórios : Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Boquirá, Encruzilhada, Feira da Mata, Jussiape, Lagoa Real, Pindai, Sebastião Laranjeiras Rurais deprimidos: Abaíra, Barra da Estiva, Boa Nova, Contendas do Sincorá, Caatiba, Caculé, Caetanos, Caraibas, Igaraporá, Iguai, Itambé, Itarantim, Ituaçu, Jacaraci, Livramento de Nossa Senhora, Lincio de Almeida, Macarani, Maetinga, Malquinique, Malhada de Pedras, Mirante, Mortugaba, Nova Canaã, Palmas de Monte Alto, Planalto, Pres. Jânio Quadros, Riacho de Santana, Rio de Contas, Rio do Antônio, Tanhaçu, Tremedal Em Minas Gerais: Divisa Alegre, Divisópolis, Mata Verde
Ações/atividades futuras	Equalização do sistema e estratificação dos serviços de saúde conforme a complexidade do atendimento. Essa ação se dá de forma descentralizada. Busca-se, em futuro próximo, que outros municípios tenham atendimentos de média complexidade. Vitória da Conquista, por ser um pólo regional, tornar-se-ia especializado em atendimentos de alta complexidade. Para tanto, se fomenta a municipalização plena da saúde nos municípios.
Origem do território (característica)	Estado
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Média
Atendimento prioritário as categorias sociais mais fragilizadas	Médio
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alta
Consistência das ações/atividades futuras	Baixa
Prioridade	Potencial

Matriz 18: Território Consolidado Não-Prioritário

Denominação do território	URÂNIO - Extração e beneficiamento de Urânio
Origem do território	A partir da constatação da existência de reservas de urânio em quantidade que viabiliza a exploração. O território torna-se um espaço da matriz energética nuclear brasileira.
Categorias sociais legitimadoras do território	Poder público, através da União, empresas estatais e prefeituras locais. Empresa internacional de beneficiamento do urânio (canadense).
Ações/atividades que caracterizam o território	Exploração de minério de urânio e pesquisa geológica (identificados 34 pontos de anomalia). Em seguida, o urânio é beneficiado em pastas denominadas yellow cake. Esse material é exportado para o Canadá, que o enriquece e reexporta-o para a empresa estatal INB do Brasil, sob forma de gás. A INB transforma o gás em pastilhas e comercializa com a Eletro nuclear para ser usada na geração de energia nas usinas nucleares de Angra dos Reis (RJ).
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Extração e beneficiamento de urânio.
Instituições envolvidas em rede	Ministério das Minas e Energia, Indústrias Nucleares do Brasil (INB) - Unidade de Concentrado de Urânio - empresa canadense de enriquecimento e a Eletro nuclear em Angra dos Reis (RJ). As prefeituras locais também estão envolvidas com as empresas. Essas viabilizam, junto com as associações de comunidades locais, projetos para desenvolvimento social dos municípios.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: 0 Rurais dinâmicos: Caetitê Transitórios: Lagoa Real Rurais deprimidos: 0
Ações/atividades futuras	A principal ação futura desse território é a consolidação da etapa de enriquecimento do urânio no Brasil. Objetiva-se o domínio de uma tecnologia, restrita no mundo, além de reduzir sensivelmente os gastos com importação do elemento enriquecido.
Origem do território (característica)	Estado
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Média
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Baixo
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Baixa
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Não-prioritário

Matriz 19: Território Consolidado Prioritário

Denominação do território	CAFÉ - Consolidação da cadeia produtiva do café
Origem do território	Com a expansão das lavouras de café nos anos 1970, constatando-se a boa adaptação às condições edafoclimáticas do café tipo arábica.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares, pequenos (maior representatividade), médios e grandes produtores de café, empresários da agroindústria processadora.
Ações/atividades que caracterizam o território	Embora permaneçam extensas áreas com lavouras de café, em paralelo desenvolvem-se ações institucionais voltadas à pesquisa e extensão, com universidades e outras entidades públicas e privadas, com vistas à diversificação dos sistemas de produção, inclusive introdução de sistemas orgânicos, beneficiamento e, sobretudo, comercialização.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Ações no mercado, conforme os movimentos de expansão ou retração da área plantada, por influência do comportamento dos preços da commodity no mercado internacional.
Instituições envolvidas em rede	Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente, EMBRAPA, BNB BB e IBAMA, EBSB, ADAB, DESENBALIA, CRA e Prefeituras. Outras instituições são a ASSOCAFE, associações de pequenos produtores de café, conselhos municipais de defesa do meio ambiente e o SEBRAE.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Vitória da Conquista, Barra do Choça, Poções Rurais dinâmicos: Anagé (secagem), Ribeirão do Largo Transitórios: Encruzilhada
Ações/atividades futuras	Rurais deprimidos: Planalto, Itambé, Macarani, Nova Canaã, Barra da Estiva, Ibicoara, Ituaçu, Caatiba Minas Gerais: Mata Verde, Divisópolis, Águas Vermelhas As ações para o incremento da cadeia produtiva do café são as implantações de agroindústrias de torrefação e de uma central de comercialização. Inclui-se o fomento à pesquisa e produção de cafés especiais tipo exportação e a viabilização de infra-estrutura - e máquinas e equipamentos - de comercialização do produto. Para os agricultores familiares reservam-se atividades visando ao fortalecimento institucional da categoria e conscientização ambiental (preservação dos recursos naturais, menores usos de agrotóxicos, etc.). Certificação de origem demarcada.
Origem do território (característica)	Organizações sociais
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Média
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Médio
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alta
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Prioritário

Matriz 20: Território Emergente Potencial

Denominação do território	ASSURUA - Centro de Assessoria do Assurua - CAA
Origem do território	O território origina-se da necessidade da organização social com objetivo de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos nos municípios.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares, técnicos e funcionários municipais.
Ações/atividades que caracterizam o território	Assessoria a grupos sociais urbanos, ajudando-os na fiscalização da aplicação dos recursos nos orçamentos públicos municipais. Para os agricultores familiares a assistência visa a convivência adequada com a seca, promovendo conjuntamente o resgate da cultura regional, a promoção do desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da participação nos conselhos de gestão municipal nas áreas de saúde, educação, emprego e renda.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Capacitação de pessoal para participação ativa nos processos de planejamento, elaboração e execução das políticas públicas assim como fiscalização da aplicação dos recursos públicos municipais visando a uma adequada gestão municipal.
Instituições envolvidas em rede	CAA, FUNDIFRAN, associações rurais, grupos comunitários de bairros e Prefeituras Municipais, Articulação Água Nordeste (AA), Rede de Intercâmbio em Agroecologia, Assembléia Permanente das Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA), Rede Nacional de Educação Ambiental.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: 0 Rurais dinâmicos: 0 Transitórios: Brotas de Macaúbas, Ipuiara, Oliveira dos Brejinhos, Xique-Xique Rurais deprimidos: Gentio do Ouro
Ações/atividades futuras	Desenvolver e difundir técnicas agrícolas de convivência com a seca entre os agricultores familiares e consolidar mecanismos de gestão urbana municipal pelo poder local.
Origem do território (característica)	Organizações sociais
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Alta
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Médio
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Média
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Potencial

Matriz 21: Território Emergente Prioritário

Denominação do território	Escola Família Agrícola
Origem do território	Negociações para revitalização das escolas agrícolas existentes, com perspectiva de implantação de novas unidades.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares.
Ações/atividades que caracterizam o território	Conscientização dos filhos dos agricultores familiares a fim de evitar o êxodo rural. Essa ação é viabilizada pela expansão da agricultura familiar. Ações voltadas para a expansão do ensino em geral e do ensino médio local. Estímulo à presença de técnicos nas localidades, promovendo a maior integração entre os membros das famílias. Objetiva-se, assim, o fortalecimento da comunidade, com sustentabilidade e cidadania.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Expansão de um ensino melhor adaptado ao local.
Instituições envolvidas em rede	No âmbito federal: MEC, MAPA, MMA e o BNB. No âmbito estadual: SECOMP. As Prefeituras, através das Secretarias Municipais de Educação e as associações de agricultores familiares são os representantes locais. Outra instituição participante nessa rede é o SEBRAE.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: 0 Rurais dinâmicos: Dom Basílio Transitórios: Jussiapé, Platá, Caturama, Rio do Pires, Paramirim, Botuporã Rurais deprimidos: Livramento de Nossa Senhora, Abaira, Rio de Contas
Ações/atividades futuras	Projetos pedagógicos voltados à agricultura familiar, visando à expansão e diversificação das atividades locais.
Origem do território (característica)	Organizações sociais
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Alta
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Alto
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alta
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Prioritário

Matriz 22 : Território Emergente Potencial

Denominação do território	HORTIGRANJEIROS - Produção de olerícolas, grãos e tubérculos (mandioca, inhame e batata)
Origem do território	A partir do potencial agrícola, através da produção alternativa de tomate, pimentão, alho, café e mandioca.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares e comerciantes de insumos e produtos agrícolas necessários às lavouras.
Ações/atividades que caracterizam o território	Produção e comercialização dos produtos agrícolas, constatando-se a existência de unidades de beneficiamento da mandioca, produção de café e alho com inovações tecnológicas. A exemplo da instalação de câmaras frias para melhor armazenar os produtos.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Comercialização de olerícolas, café e derivados de mandioca.
Instituições envolvidas em rede	O poder público é representado pelo MDA (PRONAF) EBDA, CAR, ADAB, SDF, CAR. Os produtores têm, nas associações de agricultores familiares e no Grupo Ambientalista de Seabra, seus representantes institucionais na rede desse território.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: 0 Rurais dinâmicos: 0
Ações/atividades futuras	Transitórios: Seabra, Platá, Novo Horizonte, Palmeiras, Iraquara Rurais deprimidos: Bominal, Ibitiara
Origem do território (característica)	Desenvolvimento da pesquisa e técnicas agrícolas para a convivência com a seca e, por conseguinte, o fortalecimento da assistência técnica no meio rural. Promoção da capacitação do agricultor familiar. Ações visando ao beneficiamento e comercialização da mandioca, do café e alho. Fomento à pecuária regional.
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Organizações sociais
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Média
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Médio
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Potencial

Matriz 23: Território Emergente Prioritário

Denominação do território	CIDES/Sisal - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia.
Origem do território	Articulação entre prefeituras e organizações representantes da agricultura familiar visando ao desenvolvimento da região.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares, prefeitos municipais e técnicos.
Ações/atividades que caracterizam o território	Providências ainda na fase de constituição do consórcio, com vista à reestruturação produtiva da cadeia do sisal, caprinovinocultura e manejo de recursos hídricos.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Definição do arranjo institucional.
Instituições envolvidas em rede	Prefeituras locais, MOC, associações e cooperativas de produtores.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividade	Urbanos: Conceição do Coité, Euclides da Cunha, Serrinha, Parrocas Rurais dinâmicos: Valente
Ações/atividades futuras	Transitórios: Araci, Tucano, Queimadas, Retrolândia Rurais deprimidos: Cansação, Monte Santo, Nordestina, Quijingue, Santa Luz, São Domingos, Teofilândia Fortalecimento das ações políticas na região. Em paralelo, fortalecem-se as ações/atividades existentes e abre-se espaço para a criação de novas atividades/ações pontuais.
Origem do território (característica)	Estado
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Alta
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Médio
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alta
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Prioritário

Matriz 24: Território Emergente Prioritário

Denominação do território	PEDRA DO CAVALO - Consórcio Intermunicipal de Pedra do Cavallo (CIAPEC)
Origem do território	Esse território tem sua origem com a articulação entre prefeitos dos municípios influenciados pela barragem de Pedra do Cavallo. A sociedade civil participa das discussões através de suas associações.
Categorias sociais legitimadoras do território	Prefeitos, secretários municipais e agricultores familiares.
Ações/atividades que caracterizam o território	A articulação entre os municípios melhora a qualidade e produtividade da pecuária local. Privilegia-se também a produção de mudas, incubadora de empresas e o boletim informativo, divulgando-se resultados, decisões, resoluções, etc. Irrigação, abastecimento de água e aterro sanitário. As demais atividades correspondem à cultura do dendê, artesanato e resgate dos movimentos culturais locais.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	A própria articulação intermunicipal em busca do desenvolvimento regional sustentável.
Instituições envolvidas em rede	Além do CIAPEC, o Governo do Estado, EMBRAPA, EBDA, Bahia Pesca e o Banco do Nordeste, Prefeituras locais e SEBRAE.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Amélia Rodrigues, Conceição de Feira, Cruz das Almas, Feira de Santana, Maragogipe, Muritiba, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos
Ações/atividades futuras	Rurais dinâmicos: Cabeceiras do Paraguacu Transitórios: Governador Mangabeira, Ipecaetá Rurais deprimidos: Antônio Cardoso, Castro Alves, Cachoeira, São Félix
Origem do território (característica)	Consolidação política do consórcio. Outras ações correlatas: infra-estrutura (rodoviária, saúde etc.). Atividades agrícolas: produção e beneficiamento de caju, revitalização do fumo capeiro e piscicultura no lago de Pedra do Cavallo. Beneficiamento do dendê, artesanato local e revitalização das lavouras de citros, mandioca, amendoim, milho e feijão.
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Estado
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Alta
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Médio
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Alta
	Prioritário

Matriz 25: Território Emergente Prioritário

Denominação do território	FAESA - Federação das Associações e Entidades para o Desenvolvimento do Semi-Árido
Origem do território	Com a perspectiva de esgotamento das jazidas minerais e dos empregos na Mineradora Caraliba, em 2006, a população e instituições locais se mobilizam na busca de alternativas sustentáveis para a população.
Categorias sociais legitimadoras do território	Empresários, técnicos, funcionários públicos e agricultores familiares (cerca de oito mil famílias), além de lideranças comunitárias, OS e ONGs.
Ações/atividades que caracterizam o território	Organização de uma rede de associações e cooperativas de crédito, comercialização, insumos, agroindústrias, serviços de assistência técnica entre outros.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Caprinovinocultura, em toda a sua cadeia produtiva, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.
Instituições envolvidas em rede	FAESA, associações, cooperativas, órgãos públicos, setor privado e organizações sociais.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Juazeiro Rurais dinâmicos: Transitórios: Uauá, Canudos, Andorinha Rurais deprimidos: Jaguarari, Monte Santo, Curaçá, Campo Formoso, Casa Nova
Ações/atividades futuras	Construção de frigorífico para beneficiamento e exportação de cortes especiais de caprinos e ovinos. Implantação de adutoras para uso doméstico e produtivo (irrigação, rebanhos etc.) da água do São Francisco. Programa Caroás de apoio a caprinovinocultura. Projeto "La vie de chevre", de turismo rural, visando especialmente à exploração da paisagem e potencial gastronômico local.
Origem do território (característica)	Organizações sociais
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Alta
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Alto
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alta
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Prioritário

Matriz 26: Território Emergente Prioritário

Denominação do território	Pro-CUC - Programa de Convivência com o Semi-árido
Origem do território	A partir das ações de mobilização, conscientização, articulação e capacitação de produtores locais, por meio de ONG e parceiros.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares, técnicos das prefeituras e de ONGs.
Ações/atividades que caracterizam o território	Convivência com o semi-árido. Preservação e beneficiamento de plantas nativas do sertão (umbu, maracujá do mato, araticum etc.). Ações de educação ambiental, através do manejo sustentável da caatinga. Desenvolvimento da caprinovinocultura local
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Cadeia produtiva do umbu, combinando exploração econômica com a sua preservação na caatinga.
Instituições envolvidas em rede	IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, Prefeituras, EMBRAPA, EBDA, associações, cooperativas, sindicatos e UNEB.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: 0 Rurais dinâmicos: 0
Ações/atividades futuras	Transitórios: Canudos, Uauá Rurais deprimidos: Curaçá
Origem do território (característica)	Valorização e preservação do umbuzeiro através da identificação das principais variedades e técnicas de replantio. Fomento à produção e comercialização de derivados do umbu: suco, doce de corte, geleia e doce em calda. Exploração econômica sustentável de outras culturas nativas.
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Organizações sociais
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Alta
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alto
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Alta
	Prioritário

Matriz 27: Território Emergente Prioritário

Denominação do território	Fórum de entidades do Lago de Sobradinho
Origem do território	Articulação entre prefeitos, STRs, ONGs, colônias de pescadores, associações de produtores rurais e igrejas, visando à melhor utilização das águas do lago de Sobradinho.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares, pescadores, aqüicultores, apicultores e artesões.
Ações/atividades que caracterizam o território	Ações de cooperação intermunicipal, regulação e regulamentação do uso do solo e da água nos terrenos de marinha. No âmbito da produção agrícola desenvolvem-se atividades de capacitação, piscicultura (incluindo o beneficiamento) e extração e beneficiamento de frutas nativas.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Preservação da qualidade da água através do uso racional do lago de Sobradinho e dos recursos pesqueiros.
Instituições envolvidas em rede	Colônias de pescadores, STRs, associações de produtores, paróquias, COAPICAL e SINTAGRO . As instituições envolvidas representantes do poder público são: CODEVASF Bahia Pesca, EBDA, Banco do Nordeste, CHESF, Prefeituras locais e UNEB. Outras instituições são o SASOP, CPT, IRPAA, ASS e SEBRAE.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Juazeiro Rurais dinâmicos: Sobradinho
Ações/atividades futuras	Transitórios: Campo Alegre de Lourdes Rurais deprimidos: Sento Sé, Pilião Arcado Remanso, Casa Nova, Curaçá
Origem do território (característica)	Organizações sociais
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Média
Atendimento prioritário as categorias sociais mais fragilizadas	Alto
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alta
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Prioritário

Matriz 28: Território Emergente Potencial

Denominação do território	CEALNOR - Central de Associações do Litoral Norte
Origem do território	Esse território origina-se da articulação entre associações comunitárias, particularmente as representativas dos agricultores familiares.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares, seus representantes e lideranças comunitárias.
Ações/atividades que caracterizam o território	Organização institucional Comercialização dos produtos agrícolas locais, discussão das questões de gênero, preservação do meio ambiente e condução de políticas públicas.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Organização e articulação da rede de ONGs atuantes no território com as associações e comunidades locais.
Instituições envolvidas em rede	ONGs, associações comunitárias, Pastoral Rural, CMDRS, BNB e Polo Sindical.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: 0 Rurais dinâmicos: Jandaira Transitórios: 0 Rurais deprimidos: Rio Real, Itapicuru, Conde, Esplanada
Ações/atividades futuras	Valorização da produção agrícola, através da agregação de valor nos processos produtivos e na etapa de comercialização. São também ações de afirmação do território, Agenda 21 e políticas públicas.
Origem do território (característica)	Organizações sociais
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Baixa
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Alto
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alta
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Potencial

Matriz 29: Território Emergente Potencial

Denominação do território	VALE DO JIQUIRIÇÁ - Consórcio Intermunicipal
Origem do território	A partir da articulação dos prefeitos dos municípios sob influência da bacia do rio Jiquiriçá, em 1993.
Categorias sociais legitimadoras do território	Prefeitos municipais, empresários e lideranças comunitárias.
Ações/atividades que caracterizam o território	Desenvolvimento sustentável do território, dentro de uma política de valorização dos recursos hídricos, particularmente a preservação do Rio Jiquiriçá e dos rios Brejões, da Dona etc.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Preservação da bacia do rio Jiquiriçá.
Instituições envolvidas em rede	Órgãos públicos das três esferas, setor privado e organizações sociais.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Amargosa, Jaguaquara, Valença Rurais dinâmicos: Laje
Ações/atividades futuras	Transitórios: Iaçú, Itatim, Nova Itarana, Planaltino Rurais deprimidos: Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itrucu, Jaguaripe, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Lagedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuipe, Santa Inês, Santa Terezinha, São Miguel das Matas, Ubaitira
Origem do território (característica)	Preservação ambiental, desenvolvimento econômico e promoção de qualidade de vida. Capacitação, oficinas de educação ambiental e saúde; obras de esgotamento sanitário e expansão da coleta seletiva do lixo; preservação das matas ciliares; Fóruns de Usuários da Água e Desenvolvimento; melhoramento da atuação do IBAMA. Fortalecimento da agricultura familiar com a criação de novas oportunidades econômicas para os agricultores.
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Estado
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Média
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Baixo
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Alta
	Potencial

Matriz 30: Território Emergente Potencial

Denominação do território	URUCUIA - Desenvolvimento sustentável do aquífero
Origem do território	A partir da constatação da destruição dos recursos naturais locais e da necessidade do aumento da consciência ambiental. O primeiro passo consistiu na adesão ao projeto pelos órgãos ambientais como IBAMA, CRA, SRH e SDF.
Categorias sociais legitimadoras do território	Funcionários e técnicos de governos, empresários rurais, professores e lideranças comunitárias.
Ações/atividades que caracterizam o território	Combate ao desmatamento e à destruição das matas ciliares. Educação ambiental e fiscalização no uso dos recursos naturais.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Educação ambiental e fiscalização.
Instituições envolvidas em rede	IBAMA, CRA, SRH, DDF, Prefeituras, Escolas, AIBA, Sindicatos, AGROLEM, ASTA-BA e AMINA.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Barra, Barreiras, Santana, Santa Maria da Vitória Rurais dinâmicos: Buritirama, Muquém do São Francisco, São Félix do Coribe, Correntina
Ações/atividades futuras	Transitórios: Campo Alegre de Lourdes, Coribe Rurais deprimidos: Remanso, Mansidão, Santa Rita de Cássia, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Wanderley, Cotegipe, Brejolândia, Angical, São Desidério, Catolândia, Baianópolis, Tabocas do Brejo Velho, Serra Dourada, Sítio do Mato, Canápolis, Jaborandi, Cocos, Serra do Ramalho
Origem do território (característica)	Aplicação dos PDRS - Oeste da Bahia e do Plano de Desenvolvimento Sustentável de LEM. Relacionadas ao meio ambiente: captura de CO ₂ (preservação dos cerrados) e a implantação de centros de educação ambiental; adequação de propriedades rurais ao limite de mínimo da reserva legal - especialmente o ordenamento do avanço da agricultura sobre a Bacia do Rio de Janeiro. Fomento ao ecoturismo - no sítio arqueológico do Rio Grande, no município de São Desidério e na APA. Instalação da rede e do tratamento de esgoto para impedir a contaminação do aquífero também se configura em ações futuras de cunho ambiental, assim como a instalação da coleta seletiva de lixo e aterro sanitário.
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Estado
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Alta
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Baixo
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Média
	Potencial

Matriz 31 : Território Emergente Prioritário

Denominação do território	Colonização e reforma agrária
Origem do território	Origina-se com a implantação dos projetos de colonização com perímetros irrigados pela CODEVASF, a partir de projetos do INCRA e do Banco da Terra.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares e pequenos empresários rurais.
Ações/atividades que caracterizam o território	Execução de projetos de irrigação nos vales dos rios Grande, Corrente e Carinhanha. Paralelamente, desenvolve-se a assistência técnica da CODEVASF e EBDA nos Distritos de Irrigação e cooperativas de agricultores e também nos projetos de sequeiro e do INCRA. Colonização e desenvolvimento da fruticultura irrigada, aquicultura e criação de pequenos animais. Implementação de ações que viabilizem toda cadeia produtiva, através da instalação de indústrias, frigoríficos e apoio logístico, tornando os produtos competitivos nos mercados.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Planejamento e execução de perímetros irrigados, pela CODEVASF.
Instituições envolvidas em rede	CODEVASF, EBDA, CAR, SEBRAE, INCRA, distritos dos perímetros irrigados. Associações de agricultores familiares, Cofruetoeste, Prefeituras locais, faculdades, bancos e igrejas.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Barra, Barreiras, Santana, Santa Maria da Vitória Rurais dinâmicos: Buritirama, São Félix do Coribe, Correntina Transitórios: Campo Alegre de Lourdes, Muquém do São Francisco, Coribe Rurais deprimidos: Remanso, Mansidão, Santa Rita de Cássia, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Wanderley, Cotegipe, Brejoândia, Angical, São Desidério, Catolândia Baianópolis, Tabocas do Brejo Velho, Serra Dourada, Sítio do Mato, Canápolis, Jaborandi, Cocos, Serra do Ramalho
Ações/atividades futuras	Fortalecimento institucional dos distritos dos perímetros irrigados, das associações de empresários e dos agricultores familiares. Implantação de uma central de informação de produção para venda no mercado interno (Goiás, Brasília, RJ, SSA) e exportação, para a Argentina, UE e EUA. Implantação do PIF, de indústrias frigoríficas e packing houses. Ações de infra-estrutura (eletrificação rural, estradas vicinais, telefonia rural, irrigação em pequenos assentamentos). Capacitação técnica dos produtores rurais e criação de linhas de crédito específicas para pequenos produtores.
Origem do território (característica)	Estado
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Alta
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Alto
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alta
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Prioritário

Matriz 32: Território Emergente Prioritário

Denominação do território	TERRITÓRIO INDÍGENA - Reconstrução do território indígena dos Pataxó, Pataxó Há-há-háe, e Tupinambás de Olivença
Origem do território	Movimento pela reconquista de áreas em reservas indígenas, ocupadas por fazendeiros no Extremo Sul e Sul da Bahia, pelos Pataxó, Pataxó Há-há-háe e Tupinambás.
Categorias sociais legitimadoras do território	Indígenas e seus descendentes excluídos ou dispersos.
Ações/atividades que caracterizam o território	Reintegração e afirmação étnico-cultural, mediante ocupação de terras originariamente indígenas. Manutenção das áreas de reserva; ações judiciais na Justiça Federal, inclusive em tribunais superiores; organização social e ação política como apoio de ONGs.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Afirmação étnica pela reconquista do território em áreas de reserva e seu reconhecimento como povos indígenas.
Instituições envolvidas em rede	Povos indígenas dos Pataxó, Pataxó Há-há-háe, Camakã, Maxacali (outros), FUNAI, CIMI, CEPEDES, FASE, Terra Viva.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Porto Seguro - Reserva Indígena dos Pataxó; Camacã - Reserva Indígena dos Pataxó há-há-háe, Ilhéus
Ações/atividades futuras	Rurais dinâmicos: 0
Origem do território (característica)	Transitórios: Prado
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Rurais deprimidos: Pau Brasil, Itaju do Colônia, Uma, Buerarema.
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Consolidação social e jurídica das reservas indígenas e desenvolvimento de sistemas produtivos geradores de renda às famílias indígenas.
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Organizações sociais
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Alto
	Alta
	Alta
	Prioritário

Matriz 33: Território Emergente Potencial

Denominação do território	AMURC - Território dos consórcios intermunicipais
Origem do território	A partir da articulação institucional da AMURC (Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia), visando à formação de consórcios intermunicipais.
Categorias sociais legitimadoras do território	Prefeituras municipais.
Ações/atividades que caracterizam o território	Gestão Municipal da AMURC, através da implantação do sistema integrado de gestão municipal, capacitação de servidores municipais e organização de seminários regionais.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Modernização da gestão municipal
Instituições envolvidas em rede	AMURC, CUSUBA (Cons. Interm. Sul Bahia), CICODE (Cons. Interm. Costa do Descobrimento), CIASUL (Consórcio Intermunicipal de Integração do Alto Sul) e Prefeituras do Sul da Bahia.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Ilhéus, Eunápolis, Itabuna, Ibicaraí, Porto Seguro, Gandu Rurais dinâmicos: Wenceslau Guimarães Transitórios: Prado
Ações/atividades futuras	Rurais deprimidos: Canavieiras, Santa Cruz da Vitória, Itagi, Belmonte, Teolândia Itapé, Itapitanga Consolidação e fortalecimento institucional dos consórcios intermunicipais.
Origem do território (característica)	Estado
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Média
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Médio
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Média
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Potencial

Matriz 34: Território Emergente Potencial

Denominação do território	Comitê de Bacias hidrográficas do Leste (Rios Cachoeira, Almada, Santana, Una, Aliança)
Origem do território	Reuniões entre técnicos de prefeituras locais e as instituições AMURC, SRH, ONGs e o Núcleo de Bacias Hidrográficas da UESA, com o objetivo de criar um consórcio intermunicipal de gerenciamento das bacias hidrográficas da região Sul do Estado.
Categorias sociais legitimadoras do território	Técnicos, funcionários públicos, lideranças comunitárias e usuários de água.
Ações/atividades que caracterizam o território	Preservação dos mananciais da Bacia do Leste através da implementação da gestão dos recursos hídricos. Ações de mediação dos conflitos entre diferentes usuários da água, propondo-se um plano diretor de bacias hidrográficas. Viabilização e aprovação da cobrança (valores) pelo uso da água.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Gerenciamento dos recursos hídricos das Bacias do Leste mediante mobilização social e de instituições relacionadas.
Instituições envolvidas em rede	CEPLAC, SRH, AMURC, UESC, Prefeitura de Ilhéus, Prefeitura de Itabuna, Prefeitura de Santa Cruz da Vitória, Prefeitura de Una, EMBASA, EMASA, Nestlé, Hotel Transamérica, Ass. dos Usuários da Água da Sub-bacia do Rio Colônia, do Rio Salgado, SAAE de Itororó, ORDEM e IBAMA.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Camacá, Eunápolis, Ibicarai, Itabuna, Ilhéus, Porto Seguro, Itororó, Ipiáu, Coaraci, Itamaraju Rurais Deprimidos: Belmonte, Itagimirim, Firmino Alves, Floresta Azul, Jussari, Santa Luzia, Ubatã
Ações/atividades futuras	Transitórios: 0
Origem do território (característica)	Rurais Dinâmicos: Itaju do Colônia, Santa Cruz da Vitória, Itapé, Ibirapitanga, Una, Itajupe, Santa Cruz de Cabralia
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Fortalecimento institucional do Comitê de Bacias, viabilizando, assim, as propostas para o território.
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Estado
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Média
Consistência das ações/atividades futuras	Médio
Prioridade	Média
	Potencial

Matriz 35. Território Emergente Potencial

Denominação do território	RIO JULIANA - Ação de ONGs para o desenvolvimento sustentável da bacia do Rio Juliana
Origem do território	A partir da necessidade de contribuir para o desenvolvimento local integrado e sustentável da microrregião do Baixo Sul, através de ações integradas no âmbito das políticas sociais, tendo no adolescente o principal foco das ações institucionais.
Categorias sociais legitimadoras do território	Jovens e adolescentes de famílias urbanas de baixa renda e de agricultores familiares.
Ações/atividades que caracterizam o território	Participação do adolescente na metodologia DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável). Programas de informática e cidadania. Articulação microrregional, construção e consolidação de tecnologias. Ações de educação ambiental e monitoramento hidrográfico da bacia do Rio Juliana. Financiamento dos agricultores familiares através de microcréditos (CREDISUL) e programa de cadeias produtivas da mandioca e da carnicultura.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Formação e inserção social dos jovens em projetos de geração de trabalho, emprego e renda.
Instituições envolvidas em rede	Instituto Aliança, AMUBS, Instituto da Juventude, Instituto Ayrton Senna, Fundação W. Kellog, Fundação Odebrecht, BNDES, SEBRAE, Instituto Louvain, Prefeituras Municipais, Ministério do Meio Ambiente, WWF, BNB, Fundação Botafá, Michelin, BR Distribuidora, CRA, Secretarias estaduais, University of New York, Instituto Internacional de Educação do Brasil, sindicatos, cooperativas e Ministério Público; CREDISUL (cooperativa de crédito).
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Valença Rurais dinâmicos: Pirat do Norte, Nilo Peçanha, Taperoá, Cairu, Presidente Tancredo Neves Transitórios: Ibirapitanga, Igrapiúna Rurais deprimidos: Marau, Ituberá, Camamu
Ações/atividades futuras	Consolidação do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; fortalecimento institucional da AMUBS; ampliação da rede institucional e consolidação do projeto territorial mediante integração das diversas ações.
Origem do território (característica)	Organizações sociais
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Média
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Alto
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Média
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Potencial

Matriz 36: Território Emergente Potencial

Denominação do território	AMUBS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Baixo Sul
Origem do território	Associação das Prefeituras locais para compra de medicamentos e montagem de farmácia de abrangência regional. Incorporação do conceito de DLIS oriundo de parceria com o IDES.
Categorias sociais legitimadoras do território	Prefeitos municipais, profissionais e funcionários públicos.
Ações/atividades que caracterizam o território	Fomento ao DLIS através de cadeias produtivas, educação ambiental, construção e consolidação de tecnologias de desenvolvimento microrregional. Conjuntamente têm-se as atividades de capacitação em desenvolvimento urbano, PETI, geração de trabalho e renda, direitos e cidadania, além de políticas sociais.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Desenvolvimento microrregional com ênfase na capacitação de profissionais multiplicadores das ações propostas.
Instituições envolvidas em rede	AMUBS, Instituto Aliança, Instituto da Juventude, Instituto Ayrton Senna, Fundação W. Kellog, IDES, Fundação Odebrecht, Prefeituras Municipais, SEBRAE, CEF, Secretarias estaduais, Ministério Público, Brazil Foundation, Petrobrás, CREDISUL.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividade	Urbanos: Valença Rurais dinâmicos: Taperoá, Nilo Peçanha, Cairu, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves Transitórios: Igrapiúna, Ibirapitanga Rurais deprimidos: Ituberá, Marajú, Camamu
Ações/atividades futuras	Fortalecimento institucional da AMUBS através das seguintes ações: geoprocessoamento municipal, resgate e preservação do patrimônio cultural e capacitação em desenvolvimento urbano (gestão municipal, interdisciplinaridade das ações e foco nos adolescentes).
Origem do território (característica)	Estado
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Média
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Médio
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Média
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Potencial

Matriz 37: Território Emergente Prioritário

Denominação do território	Desenvolvimento da cadeia produtiva do leite
Origem do território	Articulação entre produtores após a queda da renda agrícola, em virtude do aviltamento dos preços do leite in natura nos anos 1990, agravado pela existência de monopólio e oligopólio na comercialização com a agroindústria processadora.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares e produtores patronais da cadeia produtiva do leite.
Ações/atividades que caracterizam o território	Aumento da produção de leite com articulações institucionais para a implantação do projeto de desenvolvimento regional da cadeia produtiva, partindo-se da melhoria genética do rebanho leiteiro. Articulações institucionais entre agricultores familiares e órgãos do Estado em torno de uma estratégia de superar a crise na atividade leiteira.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Aumento da produtividade e renda dos produtores.
Instituições envolvidas em rede	Associações de agricultores familiares, SEAGRI, cooperativas de leite: EBAL, CCLB, EBDA, UESB, FTC, SEBRAE, comitê gestor da cadeia produtiva do leite, ADAB, prefeituras, CAR, agroindústrias locais, BNB, BB.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Vitória da Conquista, Jequié, Ipiauí, Barra do Choça, Itapetinga, Poções, Ilhéus, Ibicarai, Camacá Rurais dinâmicos: Ribeirão do Largo
Ações/atividades futuras	Transitórios: Itanhém Rurais deprimidos: Nova Canaã, Planalto, Itambé, Caatiba, Una, Uruçuca, Buerarema
Origem do território (característica)	Criação de um sistema estadual integrado de cooperativas de leite, incrementando o beneficiamento com a produção de derivados. Na comercialização, reforça-se o papel da EBAL (Cesta do Povo) como importante canal de escoamento da produção. Ações visando à elevação da renda do produtor primário, através do fortalecimento das cooperativas e associações, privilegiando a qualidade do leite e combatendo os produtos clandestinos.
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Organizações sociais
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Média
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alto
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Alta
	Prioritário

Matriz 38: Território Emergente Potencial

Denominação do território	Reestruturação do território do algodão
Origem do território	Com a boa adaptação edafoclimática da cultura do algodão na região, permitiu-se a reconfiguração do território, após a crise regional da monocultura nos anos 1990.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares, produtores patronais, capitalistas e industriais (pequeno capital) de beneficiamento e confecção do algodão.
Ações/atividades que caracterizam o território	Ações institucionais de reestruturação da cultura do algodão pelo Estado e instituições da sociedade civil: ampliação da produção dos derivados de algodão, aumentando o rendimento físico por área e concedendo abono de parte de ICMS para a atividade de comercialização.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Aumento do rendimento físico por área e ações institucionais de atração de agroindústrias algodoeiras.
Instituições envolvidas em rede	EBDA (Centrevale), APABA (Associação dos Produtores de Algodão da Bahia), SECOMP, SDF, SEFAZ, ADAB, Ministério da Agricultura e EMBRAPA.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Brumado, Guanambi Rurais dinâmicos: Caetité, Dom Basílio Transitórios: Lagoa Real, Pindaí, Urandi, Sebastião Laranjeiras Rurais deprimidos: Riacho de Santana, Livramento de N. Sra., Malhada, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Caculé, Igaporá, Presid. Jânio Quadros, Candiba
Ações/atividades futuras	As ações objetivam a melhoria da cadeia produtiva do algodão: aumento do rendimento físico por área, atração de agroindústrias, profissionalização do agricultor e melhoramento da qualidade (experiências com algodão colorido). Fomenta-se a verticalização da produção com sabão, tapetes, artesanato, cobertores, cortinas e tortas para o gado. Incentivos à organização social dos agricultores familiares componentes da cadeia produtiva.
Origem do território (característica)	Organizações sociais
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Baixa
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Médio
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alta
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Potencial

Matriz 39: Território Emergente Potencial

Denominação do território	Estruturação da cadeia produtiva do mel
Origem do território	A partir do potencial de vegetação e condições climáticas para a criação de abelhas e produção de mel proveniente de ecossistemas distintos (Mata Atlântica, Caatinga e Mata de Cipo).
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares, micro empresários, médios e pequenos produtores.
Ações/atividades que caracterizam o território	Ações institucionais visando à integração dos produtores de mel e à exportação. Realizam-se pesquisas científicas em universidade com vistas ao melhoramento da atividade no território.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Produção de mel e outros produtos apícolas.
Instituições envolvidas em rede	APES - Associação dos Produtores de Mel do Sudoeste, EBDA, UESB, Prefeitura, ADAB, SEAGRI, CAR, SENAR, SEBRAE, FAEB
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Vitória da Conquista, Barra do Choça, Itapetinga, Candido Sales, Poções Rurais dinâmicos: Anagé, Ribeirão do Largo Transitórios: Encruzilhada Rurais deprimidos: Itambé, Ibicui, Planalto, Caatiba
Ações/atividades futuras	Incremento da cadeia produtiva do mel com a ampliação da exportação, realização de pesquisas científicas no laboratório da UESB e o fortalecimento institucional dos apicultores. Ações de marketing local com a criação de marcas regionais e introdução do mel na merenda das escolas do território.
Origem do território (característica)	Organizações sociais
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Alta
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Médio
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Média
Consistência das ações/atividades futuras	Média
Prioridade	Potencial

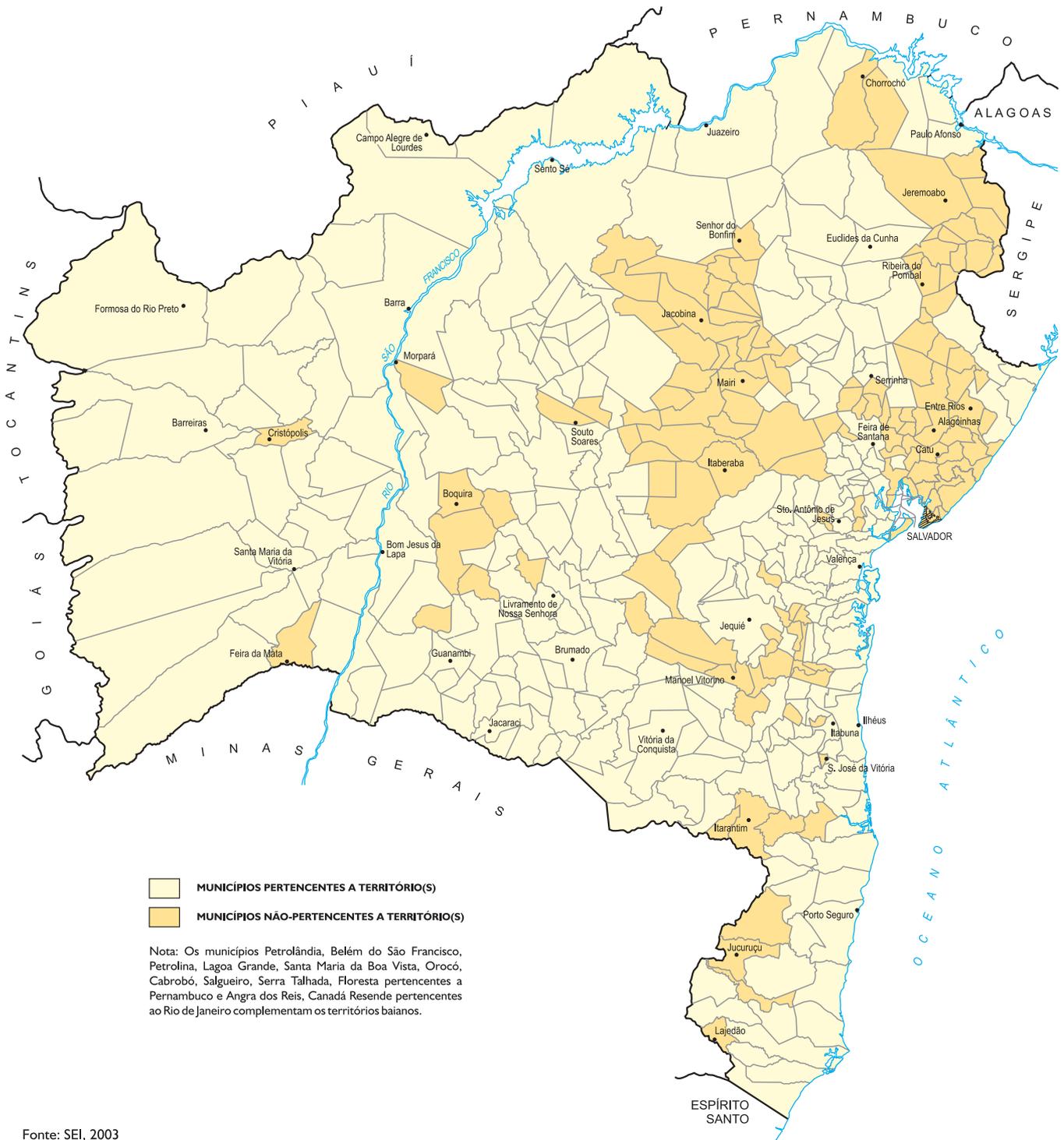
Matriz 40: Território Emergente Não-Prioritário

Denominação do território	Florestamento
Origem do território	Origina-se do aproveitamento das condições edafoclimáticas favoráveis e da existência de grandes áreas próprias para essa atividade.
Categorias sociais legitimadoras do território	Pequenos e médios produtores rurais e empresários rurais.
Ações/atividades que caracterizam o território	Reflorestamento com espécies exóticas (principalmente eucalipto) e aproveitamento da madeira.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Exploração da madeira e do carvão vegetal.
Instituições envolvidas em rede	AFLORE (Vitória da Conquista), ABAFLORE (Guanambi), UESB, DDF, INB, prefeituras locais, Magnesita, Embasa, MODERA (Movimento pela Despoluição e Conservação do Rio do Antonio, uma ONG do município de Brumado).
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividades	Urbanos: Brumado, Candido Sales, Vitória da Conquista, Poções, Barra do Choça, Guanambi, Bom Jesus da Lapa. Rurais dinâmicos: Guajeru, Ribeirão do Largo, Caetitê, Ibiassucé
Ações/atividades futuras	Transitórios: Encruzilhada, Lagoa Real Rurais deprimidos: Licínio de Almeida, Caculé, Rio do Antonio, Malhada de Pedras, Planalto, Iulú, Candiba, Pindai, Palmas de Monte Alto, Igaporã, Riacho de Santana
Origem do território (característica)	Consolidação do polo madeireiro e fortalecimento do núcleo de movelaria no território. Recuperação de áreas degradadas e das matas ciliares com plantas nativas. O desenvolvimento sustentável da atividade se dá pela implantação de viveiros de mudas nos municípios do território.
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Organizações sociais
Atendimento prioritário as categorias sociais mais fragilizadas	Baixa
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Baixo
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Média
	Não-prioritário

Matriz 41 : Território Emergente Prioritário

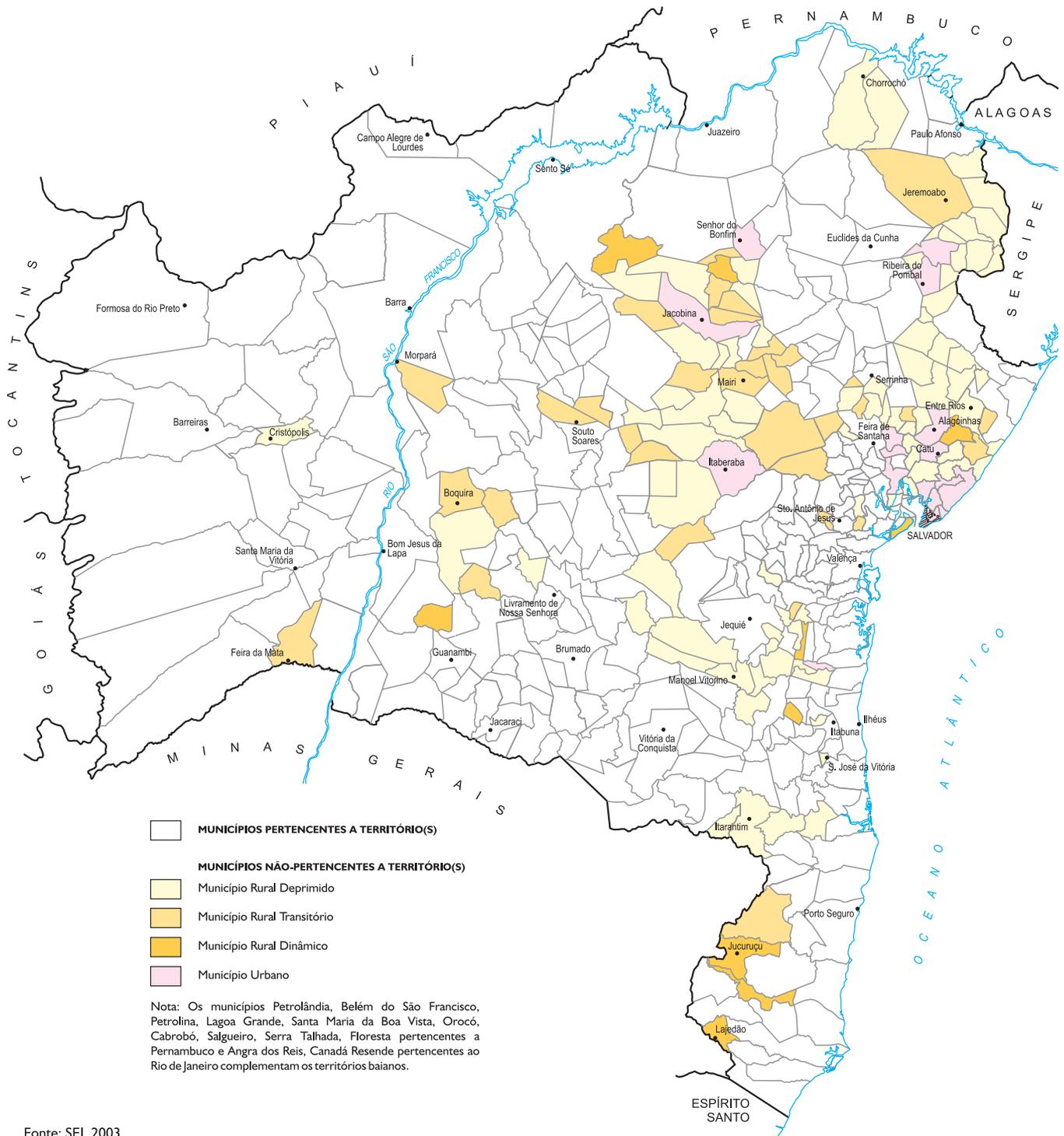
Denominação do território	Associação de Cultura Popular Quebra-Côco
Origem do território	Atividades de mobilização voltadas para a revitalização do potencial cultural do meio rural onde se concentra o maior número e variedade de manifestações culturais, a exemplo dos Grupos de Reis, batuques, artesanos e cantadores. Atividades relacionadas com a cultura, educação, meio ambiente e geração de renda, considerando o aspecto de gênero e geração.
Categorias sociais legitimadoras do território	Agricultores familiares e quilombolas
Ações/atividades que caracterizam o território	Realização de Encontros de Cultura Popular, como os das comunidades de Afrânio Peixoto no município de Lençóis, comunidade de Iraporanga no município de Iraquara, na sede do município de Piaçã, na comunidade de Nova Colina, no município de Boninal, na comunidade de Alagadico no município de Seabra, na comunidade do Capão no município de Palmeiras. Os encontros são importantes por viabilizar o intercâmbio entre os municípios na perspectiva de ações de preservação ambiental e resgate cultural das comunidades rurais.
Ação/atividade dominante (idéia-guia)	Ações voltadas para fortalecer e tornar autônomos os Grupos de Cultura Popular, os artistas populares e artesanos na perspectiva de inclusão social, mediante atividades de geração de renda e valorização cultural.
Instituições envolvidas em rede	Grupos de Cultura Popular (reiseiros, batuqueiros, cantadores e artesanos); associações comunitárias; Pastorais da Criança e do Idoso; Prefeituras; Universidade Estadual de Feira de Santana; Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE; Secretaria de Cultura e Turismo do Estado.
Abrangência territorial e qualificação dos municípios sob influência direta das ações/atividade.	A maior parte das comunidades rurais encontra-se em APAS - Áreas de Preservação Ambiental, como a de Marimbus e Serra do Barbado no município de Iraquara e do Parque Nacional da Chapada Diamantina.
Ações/atividades futuras	Urbanos: 0 Rurais dinâmicos: 0 Transitórios: Rio do Pires, Piaçã, Seabra, Palmeiras, Iraquara, Lençóis, Andaraí, Mucugê Rurais deprimidos: Rio de Contas, Abaira, Boninal, Ibiquera Desenvolvimento de projetos culturais vinculados a investimentos em infra-estrutura nas comunidades rurais e a atividades geradoras de renda: atividades voltadas para o resgate da cultura, história, fauna e flora da região; implantação de espaços de referência cultural mediante organização e gestão dos atores principais. São locais de estudos, pesquisas, produção cultural e artística com o objetivo de gerar renda. Neles funcionariam as oficinas de instrumentos musicais, de artesanato com costura, cerâmica, madeira, couro, produção de remédios caseiros.
Origem do território (característica)	Organizações sociais
Sustentabilidade política, ambiental, social e econômica	Alta
Atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas	Alto
Predominância de ações/atividades nos municípios rurais deprimidos	Alta
Consistência das ações/atividades futuras	Alta
Prioridade	Prioritário

Distribuição Municipal dos Territórios Estado da Bahia, 2003



Fonte: SEI, 2003

Distribuição dos Municípios Pertencentes e Não-Pertencentes a Território Estado da Bahia, 2003



Fonte: SEI, 2003

PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Neste capítulo apresenta-se um conjunto de propostas para estruturar a presença do estado da Bahia na atividade de planejamento, listando iniciativas do setor público combinadas com iniciativas da sociedade civil.

As indicações dos projetos para desenvolvimento, ao nível de anteprojetos, foram escolhidas considerando-se as pesquisas disponíveis sobre a economia baiana e a experiência de planejamento para o estado e para o Nordeste. No entanto, é preciso registrar que, na Bahia, apesar de existir uma pluralidade acumulada de experiências de pesquisa, planejamento e projetos rurais, especialmente a partir de 1950, o acervo se perdeu por diversas razões. Como visto no capítulo 2, no âmbito da SUDENE, parcela expressiva da cartografia, que foi elaborada entre os anos de 1960 e 1980, está perdida, representando um prejuízo considerável para o planejamento do Nordeste. Aparentemente, situação semelhante também ocorreu no Banco do Nordeste em relação ao material analítico de avaliação de projetos de desenvolvimento rural examinados entre 1955 e 1985. Grande parte desse material já sinalizava projetos estratégicos de desenvolvimento rural, como, por exemplo, projetos agroindustriais de pequeno porte e projetos de inspiração tecnológica. Paradoxalmente às situações descritas, tem-se que um dos pré-requisitos fundamentais ao planejamento do desenvolvimento rural compreende a recuperação das memórias das experiências de trabalho de campo e de pesquisa.

Em seu conjunto, estas propostas descrevem um perfil da participação do governo estadual no processo do planejamento rural, consideradas em consonância com a destinação de recursos para os projetos territoriais, apresentados nas matrizes vistas anteriormente. As propostas podem ser desenvolvidas mediante coordenação da Secretaria de Planejamento com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária e Secretaria de Tecnologia.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Pesquisa tecnológica ambiental

Justificativa

Geograficamente, a Bahia está constituída por várias regiões sujeitas a condições especiais de equilíbrio ambiental, em que aspectos como a relação entre biodiversidade, organização técnica da produção, eficiência no uso das técnicas de produção e de consumo são fundamentais para o sucesso de projetos específicos. Há um acervo de pesquisas em diversos órgãos públicos (federal, estaduais e autarquias) de atuação regional na Bahia, bem como diversas referências sobre os usos de tecnologias em projetos especiais de desenvol-

vimento regional – em PDRI e outros – que podem ser resgatados e ordenados, ainda que falte a integração e disponibilização desse acervo para os projetos específicos de intervenção no desenvolvimento rural.

Objetivos

- Apoiar projetos territoriais identificados no Estado;
- Contribuir para a adequação das agriculturas às condições ambientais locais, através da seleção de tecnologias de produção e de consumo;
- Criar uma rede de cooperação com universidades e demais centros de pesquisa do Nordeste, viabilizando um sistema de informações sobre adaptação da produção agropecuária ao semi-árido;
- Desenvolver, adaptar e difundir tecnologias de manejo e conservação dos recursos hídricos em escala e qualidade para estabelecimentos produtivos e residências.

Descrição do projeto

O projeto consiste na criação de um núcleo de coordenação e promoção, em acordo com a Secretaria de Tecnologia, para operar em conjunto aos centros especializados de pesquisa. Dessa forma, funciona como transmissor de informações e de práticas de extensão a associações de produtores, consórcios de prefeituras e empreendedores individuais.

Deverá ser desenvolvido em escala piloto, utilizando estações experimentais e centros de pesquisa já existentes, bem como projetos de pesquisa em curso em universidades (federal e estaduais) na Bahia. Concomitantemente, cria-se um banco de dados e desenvolve-se atividades de difusão de tecnologia, por período indeterminado, mas que pode ser planejado no formato de cooperação técnica, com duração inicial de dois anos.

Este projeto tomará, como referências iniciais, por exemplo, atividades de apoio à FUN-DIFRAN, apontando os aspectos de especial interesse ao desenvolvimento localizado de tecnologias, à produção frutícola, em conjunto com técnicas de cultivos combinados, utilizando manejo do solo e reduzindo os efeitos negativos da produção.

Perfil institucional

Projeto a ser realizado com uma equipe técnica própria, incorporando, como grupo de segunda linha, pesquisadores dos centros existentes, acompanhando projetos específicos em funcionamento.

Gestão inteligente de projetos

Justificativa

Os projetos de agricultura moderna, especialmente nos distritos de irrigação, acumulam significativas perdas como consequência de um planejamento microeconômico baseado em um elenco invariante de culturas e em cálculos econômicos fundamentados em resultados individuais de cada cultura, sem considerar os resultados agregados dos programas de produção. Além disso, na maior parte da agricultura baiana, opera-se sem cálculo dos custos de produção. Dessa forma, os produtores dificilmente são integráveis aos mercados, que prezam cada vez mais a eficiência técnico-econômica da produção. Faltam padrões e técnicas de gestão econômica, simplificados, que cheguem ao alcance dos produtores, mesmo aqueles considerados de grande porte.

Objetivos

- Elaborar e difundir cartilhas de gestão econômica, com estimativas simplificadas de avaliação de patrimônio, cálculos de custos do capital, dos equipamentos e de armazenamento dos produtos;
- Criar uma atividade de difusão de técnicas de gestão a serem desenvolvidas com exemplos adequados às diversas regiões do Estado;
- Identificar padrões de gestão e coeficientes indicativos que facilitem a condução dos estabelecimentos pelos produtores, reduzindo riscos.

Descrição do projeto

Trata-se de um projeto de extensão, a ser planejado e desenvolvido através das universidades e de centros culturais, procurando atrair lideranças locais e associações de produtores. Tomando como exemplos os problemas de gestão econômica de produtores baianos, o projeto deve desenvolver seminários itinerantes de treinamento, transferindo experiências entre as diversas regiões do Estado.

Pesquisas anteriores, conduzidas através do CNPq, entre 1987 a 1994, pelos consultores deste trabalho, revelaram a falta de cálculo de custos de produção e de rentabilidade pelos produtores baianos. Revelaram, também, o uso inadequado de técnicas de produção, mesmo aquelas tradicionais e de amplo domínio pelos produtores. Este projeto deverá utilizar como referências práticas as atividades em curso, encontrando alternativas mais eficientes de aplicação. Para tanto, sugere-se a revisão da combinação dos aspectos de gestão de empreendimentos com os de técnicas de produção. Tomar-se-á, preferencialmente, como referência, a produção de mercadorias exportáveis, ressaltando a nova produção cacaueteira, o manejo de bosques plantados e a produção de frutas exportáveis.

Perfil institucional

O projeto pode ser realizado mediante consórcio ou licitação para organizações não-lucrativas, especialmente as que já tenham experiência com educação ambiental, incorporando procedimentos de análise de economia agrícola.

Educação técnica adequada

Justificativa

É de amplo conhecimento a carência de qualificação técnica, tanto para empresários como para trabalhadores, especialmente em atividades em que há substituição significativa de tecnologias. Esse fato repercute no distanciamento entre a educação formal básica e as necessidades de conhecimentos técnicos dos produtores. Considerando-se os programas informativos dos meios de comunicação, especialmente os televisivos, faltam meios técnicos ao alcance da sociedade rural. Cabe o desenvolvimento de um projeto cujo objetivo seja a facilitação do acesso e consulta às informações técnicas de nível médio.

Objetivos

- Tornar disponíveis para consulta, por exemplo através de linhas telefônicas, as informações classificadas para produtores e suas famílias;
- Criar um sistema de informações classificadas, a ser usado como base para atender consultas individualizadas;
- Desenvolver programas específicos de treinamento para níveis de ensino básico e médio, reforçando a qualificação dos produtores.

Descrição do projeto

O projeto consiste em criar uma central de atendimento a produtores individuais e a associações de produtores, instalada e gerida em cooperação com a Secretaria de Agricultura, com a possível participação do IRDEB e das universidades públicas (operacionalmente), combinando atendimento por telefone e *on-line*.

Este projeto deverá estar articulado com os outros projetos propostos, de pesquisa tecnológica e de gestão econômica de projetos, basicamente processando as informações captadas e sistematizadas e devolvendo-as sob a forma de consultas. O sistema de atendimento a consultas poderá ser instalado pelo IRDEB.

Educação técnica adequada é um pré-requisito fundamental para os projetos de ecoturismo e reforma agrária. Incide especialmente nos projetos territoriais da Chapada Diamantina e do Sul do Estado, onde se concentram as ações dos movimentos sociais pela reforma agrária. Da mesma forma, deverá se estender aos projetos de desenvolvimento das escolas-famílias agrícolas.

Perfil institucional

Este projeto pode surgir de negociações da Secretaria de Planejamento com as secretarias de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária e de Comunicações em um primeiro momento e, posteriormente, contar com a inclusão das universidades, através de suas faculdades de comunicação e do CEFET.

Projeto experimental de gestão integrada de energia

Justificativa

Um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da economia do interior da Bahia, principalmente dos pequenos núcleos populacionais, é a questão da energia. A oferta integrada de energia em rede no Estado foi um objetivo programático que, desde sua concepção, não considerou os aspectos de custos de distribuição da energia hidrelétrica. A privatização da distribuição de energia tem levado a um padrão de concentração territorial desse serviço, que tende a excluir as pequenas comunidades. Portanto, torna-se um obstáculo decisivo à descentralização do sistema produtivo.

Nestas condições, são necessárias iniciativas que revertam essa tendência concentradora e viabilizem outros empreendimentos e formas de inserção social no interior do Estado.

Objetivos

- Desenvolver estratégias de produção e uso de energia em pequenas comunidades e em estabelecimentos agropecuários, mediante combinações de fontes alternativas e procedimentos de conservação de energia;
- Realizar aplicações experimentais das estratégias de manejo de energia, com difusão de usos alternativos combinados;
- Difundir práticas de gestão energética em comunidades e em projetos agropecuários especiais;
- Estabelecer um sistema de informações sobre formas de produção local de energia, por exemplo, de fontes alternativas e em pequena escala.

Descrição do projeto

Trata-se de um programa de ampliação da base energética da economia rural, partindo da observação de que a fragilidade dessa economia, na Bahia, também está associada à deficiência do acesso às formas de produção e de consumo de energia.

O projeto apóia-se em um levantamento crítico das políticas e dos programas de distribuição de energia, além do não atendimento da população rural e das pequenas comunidades. Em etapa posterior, o projeto considera os conjuntos de informações disponíveis so-

bre usos de energia, para desenvolver projetos específicos de aplicação. O projeto deve, ainda, considerar os programas disponíveis da Eletrobrás, especialmente o PROCEL, de apoio a iniciativas de poupança de energia.

Note-se a necessidade de atenção especial às combinações de uso de energia solar e eólica, para a conservação de produtos, o manejo de poços profundos, o planejamento de estabelecimentos agropecuários e para as comunidades em zonas de baixa densidade demográfica.

Esta abordagem visa, especificamente, ao semi-árido, que enfrenta limitações, à medida que a modernização fica restrita aos usos de energia em rede. Considerando ainda a proposta anterior, de pesquisa tecnológica ambiental, delineia-se a perspectiva de um estilo próprio de desenvolvimento para o semi-árido, baseado em novas estratégias de composição energética e de aproveitamento de energia solar. Como exemplos mais destacados situam-se os projetos territoriais do sisal e demais fibras e a implantação de um complexo de oleoquímicas, como iniciativas do território da APAEB.

Perfil institucional

O êxito do projeto será maior se a operacionalização for como um consórcio, que combine a participação da Secretaria de Tecnologia e da AGERBA e seja estruturado com grupos de pesquisa das universidades públicas atuantes no Estado. Torna-se necessário formar parcerias nos diversos projetos específicos de intervenção, assim como desenvolver unidades experimentais, que somente poderão ser viabilizadas com a participação dos interessados diretos.

Controle de qualidade e certificação dos produtos

Justificativa

O controle de qualidade e a certificação de produtos são antigas e reiteradas reivindicações de política industrial na Bahia,⁶ defendida pela Federação das Indústrias do Estado. Entretanto, tais reivindicações têm sido um dos principais obstáculos para o desenvolvimento das agroindústrias baianas.⁷ Diversas iniciativas, nesse sentido, têm sido tomadas, mas há consenso de que, esses fatores, constituem-se significativas dificuldades para localizar atividades produtivas sustentáveis no interior do Estado.

Objetivos

- Promover o controle de qualidade e a certificação de produtos, por região de origem, por grupo e/ou por produtores, habilitando o maior número de produtos à participação nos mercados regionais e nacionais;

⁶ Ver *A indústria na Bahia, uma proposta de política industrial*, SICT, Salvador, 1983.

⁷ *Elementos de uma política agro-industrial*, Agrobahia/SICT, Salvador, 1986.

- Garantir que se utilizem processos de produção com controle de qualidade, respeitando-se critérios sanitários e ambientais;
- Promover feiras e apresentações de produtos do interior e de produtos certificados.

Descrição do projeto

O projeto consiste em uma campanha de esclarecimento e de assistência técnica, para produtos e conjuntos de produtos selecionados, aproximando produtores. A partir de demonstrações, tem-se a difusão dos critérios de qualidade em uma determinada região ou localidade.

Essa abordagem se aplicaria inicialmente a alimentos e bebidas. Por exemplo, a Bahia, até o momento, não conseguiu obter resultados satisfatórios na promoção e certificação da produção de álcool etílico de sua grande variedade de frutas. Nesse contexto, situa-se a questão da cachaça, cujos resultados alcançados foram insuficientes, destacando-se apenas algumas iniciativas pontuais. Outras oportunidades podem ser examinadas no Piemonte da Chapada Diamantina, a exemplo do território da APAMA.

Perfil institucional

O projeto envolve a participação da Secretaria de Indústria e Comércio, da Federação das Indústrias e dos órgãos locais, especialmente Associações Comerciais, para desenvolver uma campanha de esclarecimento e oferecer a assistência técnica aos produtores.

Constituição e fortalecimento de cooperativas de crédito

Justificativa

As dificuldades de acesso ao crédito oficial para financiamento das atividades econômicas, principalmente as agrícolas, ainda se constituem entraves ao desenvolvimento regional, inclusive no âmbito do PRONAF, cujos recursos para custeio e investimento vêm sendo operados pelo Banco do Brasil e Banco do Nordeste e, os recursos para infra-estrutura dos municípios, pela Caixa Econômica Federal. Experiências de cooperativas com recursos do PRONAF e de outros programas começam a expandir-se no Brasil, destacando-se o sistema CRESOL, os bancos do povo e a CREDISA, no município de Jaguarari (distrito de Pilar). Essas iniciativas facilitam o acesso ao crédito pelos agricultores familiares a taxas menores que as normalmente verificadas no sistema financeiro.

Objetivos

- Fortalecer ou criar instituições financeiras de crédito nas microrregiões do Estado;
- Dinamizar as economias locais sob planejamento, implantação e acompanhamento do Estado, através do governo federal, do estadual e dos municipais, em consórcio;

- Facilitar o acesso ao crédito para a expansão da produção regional;
- Criar uma rede de cooperativas de crédito no Estado como forma de intercâmbio institucional.

Descrição do projeto

Trata-se de estruturar um conjunto de cooperativas de crédito, conforme a capacidade organizacional dos agentes locais de cada território ou microrregião, a fim de ampliar a circulação de meios de pagamento, atraindo, assim, investimentos privados.

Perfil institucional

O projeto surge a partir de negociações entre o governo federal, através do Ministério da Fazenda e Banco Central, o governo estadual, através da Secretaria de Fazenda, e as secretarias de finanças dos municípios, com a participação de representantes de categorias de agricultores familiares, de trabalhadores rurais e de pequenos e médios comerciantes e industriais.

PROJETOS SETORIAIS ESPECIAIS

Gestão tecnológica

Justificativa

Geralmente, a pesquisa tecnológica está associada à grande tecnologia, ligada aos grandes conjuntos de investimentos, ou à alta tecnologia, isto é, aquela ligada às etapas mais avançadas das cadeias produtivas. Entretanto, regiões menos dinâmicas e produtores de menor capital dependem de pequenas alterações tecnológicas para alcançarem níveis mais elevados de eficiência econômica, mais adaptados às realidades locais, inclusive ambientais. As alterações tecnológicas, muitas vezes, dependem de ajustes nos modos de uso de técnicas conhecidas e de alterações que se identificam mediante análise crítica das práticas produtivas. Técnicas de aproveitamento de biomassa, de combinação dos sistemas de cultivos e de criações, seleção de materiais e técnicas de construção de cisternas, entre outras, podem alterar decisivamente a viabilidade de estabelecimentos agropecuários e criar opções menos danosas aos recursos naturais.

Objetivos

- Levantar, avaliar e catalogar técnicas simples de produção, habitação, conservação e consumo de produtos, construindo um banco de dados a ser classificado segundo condições locais de solo, clima e recursos hídricos (água);
- Implantar unidades experimentais, em coordenação com o projeto de gestão de energia, com estratégias de divulgação mediante parcerias com prefeituras, comitês de bacia e outros.

Descrição do projeto

O projeto combina um centro de informações e a gestão de um conjunto de unidades experimentais, onde podem ser desenvolvidos produtos e patentes. Técnicas de construção de habitações para o meio rural, de isolamento térmico ou de preparação de alimentos, por exemplo, podem ter expressivos efeitos diretos e indiretos na qualidade da vida da população rural. O desenvolvimento e difusão de tais técnicas, geralmente a baixos custos, levam a um desenho de projeto atuante, onde os beneficiários podem ser atraídos a se tornarem parte do projeto.

Perfil institucional

Considera-se uma ação conjunta entre a Secretaria de Tecnologia, a CONDER e órgãos como a EMBRAPA Semi-árido, além das universidades e consórcios de prefeituras. Nesse caso específico, é possível considerar linhas de cooperação com o Banco do Nordeste e outros centros de pesquisa dos demais estados do Nordeste.

Materiais de construção

Justificativa

No interior do estado da Bahia, tanto nas cidades de grande, médio e pequeno porte, como em povoados, há carência da atividade de construção civil, repercutindo no uso não-racional de materiais pouco renováveis e produção de habitações inadequadas para a população.

Objetivos

- Contribuir para soluções econômica e ambientalmente adequadas para resolver problemas habitacionais;
- Contribuir, indiretamente, para reduzir o impacto ambiental negativo do desmatamento da vegetação nativa;
- Oferecer alternativas a baixo custo para conservação de matérias-primas e de produtos;
- Ajudar a solução de problemas de gestão energética.

Descrição do projeto

O projeto combina pesquisa de materiais e de técnicas de construção, valorizando o aproveitamento dos recursos regionais, portanto, com desdobramentos nas diversas áreas do Estado. Cria-se um banco de dados sobre técnicas e alternativas de usos de materiais; avalia-se soluções locais, adotando-se técnicas que conciliem o tradicional e o moderno,

na busca pelos melhores resultados à população. Através da cooperação de prefeituras e associações, desenvolvem-se estilos de construção adequados às condições climáticas locais.

Perfil institucional

Este projeto pode ser organizado a partir de iniciativa da Secretaria de Tecnologia, com participação da CONDER e consórcios de prefeituras, além das faculdades de arquitetura, engenharia civil e convênios com outras universidades do Nordeste com pesquisas similares.

Agroquímica de oleaginosas

Justificativa

A principal questão produtiva para o meio rural baiano relaciona-se às agroindústrias, que alcançam grande pluralidade de formas de produção, evidenciando, entretanto, desde os anos de 1980, a necessidade de avanços técnicos ao longo das cadeias produtivas, para ampliar a incorporação de valor adicionado e as opções de inserção nos mercados consumidores. A questão agroindustrial estende-se desde cadeias produtivas simples, como de aproveitamento inicial de frutas e fibras, até cadeias mais complexas, como as oleaginosas, onde há consideráveis vantagens na região semi-árida, apesar da pouca pesquisa básica. Os diversos estudos realizados sobre a questão agroindustrial baiana analisam os reveses no segmento industrial, especialmente nos anos 1950 e 1960, bem como a necessidade de realizar empreendimentos que contribuam à integração e ampliação das cadeias produtivas, alcançando níveis mais elevados de valor adicionado, como a agroquímica.

Objetivos

- Consolidar e avaliar o conhecimento disponível sobre as cadeias produtivas das oleaginosas, identificando atividades estratégicas nesse setor;
- Reconhecer projetos executivos prioritários visando à incorporação de produtos principais e subprodutos em formas de baixo custo de produção;
- Realizar estudos e pesquisas para desenvolvimento da agroquímica das oleaginosas;
- Criar um banco de dados sobre tecnologias vinculadas à cadeia produtiva das oleaginosas.

Descrição do projeto

As definições comuns de agroindústria relacionam os processos de transformação de matérias-primas agrícolas com a constituição de um segmento industrial de complexidade variável. A agroquímica, por sua vez, compreende os segmentos de transformação indus-

trial que partem da habilitação de produtos agroindustriais e se vinculam a ramos industriais com maior valor adicionado. Este projeto visa contribuir à constituição de um segmento de agroquímica, a partir das oleaginosas. Entre as ações propostas para este projeto estão a realização de levantamentos de estudos e pesquisas, a promoção de contatos entre produtores, estudos de mercado e, principalmente, eventos que aproximem os representantes (produtores e indústria) dessa agroindústria.

Perfil institucional

O projeto deve ser encaminhado mediante negociações com a Secretaria de Indústria e Comércio, a Secretaria de Tecnologia, a FAPESB, a Federação das Indústrias, o sistema SESI/SENAI e os órgãos representativos de produtores de oleaginosas e derivados.

Assistência técnica e extensão rural pública

Justificativa

A reestruturação quantitativa e qualitativa da assistência técnica e a extensão rural compreendem aspectos já bastante conhecidos para essas atividades no Brasil e na Bahia. Propõe-se que essa reestruturação seja mediante a ampliação do quadro de profissionais e um contínuo e intenso processo de capacitação, treinamento e realização de cursos nas universidades e demais centros de pesquisa. O agricultor familiar, em particular, geralmente não dispõe de suficiente assistência técnica, devido, sobretudo, à ausência de profissionais e à redução dos gastos públicos em ATER para custeio dessas atividades, verificada nos anos de 1990.

Objetivos

- Reestruturar qualitativa e quantitativamente o sistema de assistência técnica e extensão rural;
- Realizar contínuos cursos de capacitação, treinamento e cursos de pós-graduação para os profissionais de ATER;
- Ampliar o quadro de profissionais mediante novas contratações, efetivadas por concurso público.

Descrição do projeto

Trata-se de importante projeto para o desenvolvimento rural da Bahia, mediante a reestruturação do órgão estadual de assistência técnica e extensão rural. O alcance dos objetivos citados repercute na ampliação dos quadros e na intensa atividade de capacitação e requalificação dos profissionais.

Perfil institucional

O projeto estrutura-se com a participação da Secretaria Estadual de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, a EBDA, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, as organizações não-governamentais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ao se classificarem os territórios, recomendam-se aqueles prioritários, potenciais e não-prioritários para serem apoiados pelas políticas públicas no tempo, com base nos critérios de sustentabilidade, demandas, reivindicações e pretensões constantes nas ações futuras dos projetos territoriais. Confrontam-se os projetos estratégicos e setoriais especiais com os projetos políticos territoriais, histórica e espacialmente determinados.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste trabalho, identificou-se 41 territórios no estado da Bahia, estruturados a partir de projetos políticos territoriais e do processo histórico de formação social das regiões. O projeto político movimenta, conforma e determina o território no espaço, cuja natureza se altera no tempo, em virtude dos conflitos de classe e da concorrência intercapitalista. Portanto, a proposta desta pesquisa é compreender os territórios como categorias de classe determinados historicamente, em permanente construção.

O território não é uma categoria de análise estática. É produto social, histórico e espacialmente determinado, com sua própria unidade; o território é uma categoria de análise dinâmica, decorrente da ação social no espaço. É, ainda, uma identidade histórica, coletiva, una e contraditória, em que se formam e consolidam os interesses de classe e dos grupos sociais, em permanente processo de mudança, de inovações tecnológicas, de regressão sociocultural e reestruturação institucional.

Um dos resultados observados é a necessidade de, uma vez existindo um processo dinâmico voltado para o desenvolvimento, a partir de uma rede institucional social e regionalmente legitimada, investir-se nos territórios como um projeto político, uma ação social coletiva e organizada. Nesse sentido, estimula-se a possibilidade de se expandirem os benefícios do desenvolvimento para os espaços " vazios " , inertes, sem quaisquer processos sociais dinâmicos, e para os municípios rurais deprimidos. Assim, a distinção entre territórios prioritários, potenciais e não-prioritários é uma referência para o direcionamento e aplicação racionais dos recursos financeiros das políticas públicas.

As informações apresentadas revelam a necessidade de se pensar o desenvolvimento rural a partir da perspectiva regional ou territorial. Dessa forma, desloca-se o foco da análise dos problemas e soluções individuais dos municípios para um espaço mais amplo, envolvendo um conjunto de municípios que guardam, entre si, proximidade geográfica e semelhanças quanto às atividades econômicas, tais como sistemas de produção, atividades co-

merciais e serviços.

Consideram-se, ainda, os aspectos ambientais e a saúde pública. Por exemplo, um determinado território, cuja unidade é dada por uma bacia hidrográfica, necessita ser pensado conjuntamente em questões como contaminação das águas dos rios e de seus afluentes. Abre-se o leque de discussões para o saneamento e esgotamento sanitários, disposição do lixo doméstico e/ou industrial, uso de agroquímicos nas lavouras e, sobretudo, para a educação ambiental, visando à conservação dos recursos naturais locais.

A articulação entre municípios, no sentido de definição das políticas territoriais comuns, já é objeto de discussão no âmbito do PRONAF. Estimula-se, em paralelo ao fortalecimento dos CMDRs, a elaboração de Contratos Territoriais de Desenvolvimento (CTDs):

A adoção de um *Contrato Territorial de Desenvolvimento* serviria para reforçar laços de compromisso, articulação, diálogo e complementação entre as diferentes políticas públicas e entre as diferentes iniciativas dos agentes de uma região (PRONAF/MDA, 2002, p. 32).

Reforça-se, portanto, a disposição de se ultrapassar os limites do município, no que diz respeito ao desenvolvimento rural. Os CTDs configuram a materialização dessa *idéia-guia*. Estabelecem-se as ações, políticas territoriais e seus executores. Definem-se claramente – e formalmente – os papéis de cada organização/instituição, seja do poder público, seja da sociedade civil.

Na Tabela 2, observa-se a quantidade de territórios classificados como consolidado prioritário, consolidado potencial, consolidado não-prioritário, emergente prioritário, emergente potencial e emergente não-prioritário.

Tabela 2		
Classificação dos territórios consolidados e emergentes		
Classificação	Territórios consolidados	Territórios emergentes
Prioritário	8	10
Potencial	7	11
Não-prioritário	4	01
Total	19	22

Fonte: SEI, pesquisa de campo, 2003

Para cada território há uma política pública específica, segundo as condições objetivas – econômicas, sociais e institucionais. É possível realizar um planejamento particular, não generalista, com base nas ações e atividades futuras de cada projeto territorial. Essa regionalização permite ao Estado – União e Estado da Bahia – coordenar um conjunto de projetos destinado a promover o desenvolvimento econômico e social de uma microrregião, a partir de uma estrutura institucional que garanta as condições de sustentabilidade no tempo.

Para a União (através dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e da Secretaria Nacional de Fortalecimento

da Agricultura Familiar; assim como através do Ministério de Meio Ambiente, junto à Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, do Ministério da Saúde, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e do Ministério da Integração Nacional), trata-se de um instrumento metodológico importante para direcionar racionalmente os recursos públicos: na agricultura familiar; nas parcerias municipais institucionais do sistema unificado de saúde; nas obras de infra-estrutura; no gerenciamento dos recursos hídricos; no fortalecimento institucional dos coletivos sociais, como os conselhos gestores; nos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável; e nos consórcios intermunicipais e comitês de bacias hidrográficas, estruturando as ações de combate à fome e planejando, de forma participativa, programas municipais de segurança alimentar, na perspectiva de geração de renda e do desenvolvimento regional.

Para a Bahia, a referência a territórios contribui para direcionar e coordenar as ações das secretarias de Estado conforme as prioridades de cada território, a partir das ações e atividades identificadas. Trata-se de um instrumento de planejamento público que se atualiza constantemente e permite aos planejadores pensarem em desenvolvimento regional, não a partir dos municípios, mas com base em um projeto político transmunicipal, no qual há coletivos sociais organizados, que estruturam um processo de legitimação social voltado para o desenvolvimento. Conhecendo-se a base social dos territórios, criam-se as relações institucionais em rede com os órgãos estaduais, em cada microrregião.

Assim, as ações e atividades futuras de cada projeto territorial, como visto nas matrizes dos territórios, no Capítulo 4, podem ser apoiadas por políticas públicas, mediante contratos territoriais de desenvolvimento, e por investimentos privados, provenientes de um planejamento real e historicamente concreto, elaborado a partir de atividades em curso e ações pretendidas pelo conjunto de instituições de cada território.

Os territórios apresentam desigualdades econômicas, sociais e internas entre si, com projetos diferentes, estruturados com base em interesses diversos, representados por ações dos agentes que atuam em redes institucionais de parceria e por demandas que podem se concretizar em ações futuras.

Nas tabelas 3 e 4, obtém-se a relação dos principais temas correspondentes às ações presentes e futuras de cada território. Observa-se que há consistência entre o que os agentes econômicos e sociais dos territórios vêm desenvolvendo e suas demandas pensadas para o futuro.

Entre as principais ações, atividades e projetos específicos atuais observados com maior frequência nos territórios, destacam-se as ações voltadas para a preservação e conservação ambientais, como a implantação de unidades de conservação, reflorestamento, educação ambiental, implantação de aterros sanitários, combate ao desmatamento e estratégias de convivência com o ecossistema caatinga. Essas ações, preservacionistas e conservacionistas dos recursos naturais, resultam principalmente dos impactos ambientais dos modelos de produção agropecuária, baseadas no produtivismo, e da existência de polui-

Tabela 3
Temas e respectivas freqüências correspondentes às ações presentes identificadas nos territórios

Temas relativos às ações presentes dos territórios	Freqüência
Fortalecimento de cadeias produtivas	11
Preservação e conservação ambiental	9
Implantação de agroindústrias	6
Apoio à pesquisa, assistência técnica ou criação de universidade	6
Programas de capacitação de agricultores e outros profissionais	6
Projetos de irrigação	5
Melhoria da infra-estrutura local (estradas e eletrificação, abastecimento de água, saneamento básico)	5
Gerenciamento de recursos hídricos	5
Implantação de uma central de comercialização ou packing houses	5
Organização comunitária	4
Incentivo a práticas orgânicas, agroecológicas e agroflorestais	4
Implantação e fortalecimento de consórcio intermunicipal e comitês de bacias hidrográficas	4
Aumento de rendimento físico das lavouras e criações	3
Valorização da cultura regional	3
Incremento das exportações dos produtos regionais	3
Microcrédito a agricultores familiares	3
Desenvolvimento das escolas-famílias agrícolas, educação técnica ou formal	3
Fomento ao ecoturismo e turismo rural em comunidades de agricultores familiares e quilombos	2
Fomento ao turismo de baixa densidade através de expansão da rede hoteleira	2
Inovações tecnológicas nos sistemas de produção agrícola	2
Fortalecimento e expansão de assentamentos rurais e comunidades indígenas	2
Registro de marcas e certificação de origem	1
Integração do sistema de saúde entre os municípios	1

Fonte: SEI, pesquisa de campo, 2003

Tabela 4
Temas e respectivas freqüências, correspondentes às ações futuras identificadas nos territórios

Temas relativos às ações futuras dos territórios	Freqüência
Preservação e conservação ambiental	12
Implantação de uma central de comercialização ou packing houses	11
Programas de capacitação de agricultores	7
Organização comunitária	6
Melhoria da infra-estrutura local (estradas e eletrificação)	6
Fortalecimento de cadeias produtivas	6
Implantação e fortalecimento de consórcio intermunicipal	6
Implantação de agroindústrias	5
Gerenciamento de recursos hídricos	4
Projetos de irrigação	4
Apoio à pesquisa ou criação de universidade	4
Aumento de rendimento físico das lavouras	4
Incremento das exportações de produtos regionais	4
Registro de marcas e certificação de origem	3
Fomento ao ecoturismo e turismo rural em comunidades de agricultores familiares e quilombos	3
Valorização da cultura regional	2
Fomento ao turismo de baixa densidade através de expansão da rede hoteleira	2
Disciplina no uso de agrotóxicos	2
Expansão de assentamentos rurais	2
Incentivo a práticas orgânicas, agroecológicas e agroflorestais	2
Implantação de tecnologias de precisão na agricultura	1
Microcrédito a agricultores familiares	1
Integração do sistema de saúde entre os municípios	1

Fonte: SEI, pesquisa de campo, 2003

ção proveniente de esgotos domésticos e industriais nos núcleos urbanos. Outras ações estão voltadas para a organização comunitária; o gerenciamento de recursos hídricos; os projetos de irrigação; a implantação e melhoria de infra-estrutura, como estradas e eletrificação; a existência de espaços centrais de comercialização, agroindústrias, atividades de fomento à pesquisa aplicada, inovações tecnológicas em sistemas agroflorestais e agroecológicos; a consolidação de cadeias produtivas; a implantação e fortalecimento de consórcios intermunicipais e comitês de bacias hidrográficas; as ações de capacitação de

agricultores familiares e outros profissionais; além de projetos de concessão de microcréditos a agricultores familiares e implantação de escolas-famílias agrícolas.

Parece evidente que uma das condições para o desenvolvimento regional, segundo o que se observa nas matrizes territoriais, consiste na resolução dos problemas de comercialização e de geração de mais valor aos produtos regionais; por isso, destacam-se as ações em curso que visam a fortalecer as cadeias produtivas nas regiões, desde a produção agrícola até a implantação de agroindústrias e de espaços de comercialização regionais. Destacam-se, ainda, as ações na área de educação formal e técnica e de pesquisa aplicada, compreendendo assistência técnica e capacitação de agricultores, no âmbito da educação rural.

As ações presentes devem ser apoiadas pelas políticas públicas com perspectiva de continuidade no tempo, assim como mantêm consistência com as demandas que podem tornar-se ações concretas no futuro.

Semelhante ao observado para as ações presentes, entre as principais ações futuras identificadas nos territórios estão as intenções de preservação e conservação ambientais, as ações de organização comunitária, de incremento às exportações de produtos agrícolas, as ações de gerenciamento de recursos hídricos e implantação de projetos de irrigação, a melhoria da infra-estrutura de estradas e da rede de eletrificação, a implantação de centrais de comercialização, o fomento à pesquisa aplicada, as inovações tecnológicas que aumentam o rendimento físico de lavouras e criações, a consolidação de cadeias produtivas, a implantação de consórcios intermunicipais e comitês de bacias hidrográficas e os programas de capacitação de agricultores familiares.

Observa-se uma correlação entre os projetos estratégicos e setoriais propostos em termos genéricos, com as ações presentes e as demandas para o futuro, correspondentes aos principais temas identificados. Recomenda-se o desenvolvimento dos projetos estratégicos e setoriais que possam ser transformados em políticas públicas específicas no âmbito dos governos federal, estadual e municipais, legitimadas pela realidade social, a partir dos projetos políticos dos agentes econômicos e sociais de cada território. As ações principais e mais comuns podem transformar-se em projetos específicos dos territórios no âmbito das diretrizes dos projetos estratégicos e setoriais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. In: DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL COM ÊNFASES NO AGRÍCOLA E RURAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI. Santiago, Chile, 2001. Seminário interno da FAO.

AMMANN, S. B. *Ideologia e desenvolvimento de comunidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.

ANDRADE, Manoel Correia de. *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. Recife: SUDENE, 1979.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. *A indústria na Bahia*. Salvador, 1983.

_____. *Diretrizes para uma política agroindustrial*. Salvador, 1986.

- BRANDÃO, Maria *et al.* *América Latina, identidade e transformação*. Salvador: OEA/UFBA/Ianamá, 1988.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *O Nordeste e o regime autoritário*. São Paulo: Hucitec; SUDENE, 1987.
- CARVALHO, Otamar de. *A economia política do Nordeste*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CASTRO, Antonio Barros de *et al.* *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- CHILCOTE, Ronald. *Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste*. São Paulo: EDUSP, 1991.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Transformación productiva con equidad*. Santiago: CEPAL, 1990.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: UNESP, 1997.
- COUTO, Vitor de Athayde. *Avaliação de políticas comunitárias: programas São Vicente, APCR, PAC e FUMAC. Projeto Áridas*. Salvador: CAR, 1994.
- _____. O território do cacau. *Bahia Análise & Dados*. Leituras da Bahia. Número especial. Salvador: SEI, 2000.
- ESTUDOS AVANÇADOS. Dossiê Nordeste seco. São Paulo: USP, n. 36, ago. 1999.
- _____. Dossiê desenvolvimento rural. São Paulo: USP, n. 43, dez. 2001.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. *Movilidad del trabajo y acumulación de capital*. México: Era, 1977.
- GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. Estratégia para desenvolvimento da indústria na Região Metropolitana de Salvador. In: *Bahia, século XXI*. Salvador: Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, 2002.
- HABERMAS, Jurgen. *Legitimación del capitalismo tardío*. Buenos Aires: Amorrortu, 1972.
- ILPES. *Guía para la presentación de proyectos*. México: Siglo XXI, 1976.
- MARIATEGUI, José María. *Siete ensayos sobre la realidad peruana*. Lima: Panorama, 1978.
- MYRDAL, Gunnar. *Asian Drama, an inquiry into the poverty of nation*. New York: Random House, 1968. 3 v.
- PEDRÃO, Fernando. *A dimensão regional da sociedade econômica*. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, v. 1, n. 2, jun. 1999.
- _____. O extrativismo e a periferia da produção: referências à Bahia desde o fim da escravidão. *História econômica & história das empresas*. São Paulo: Hucitec /ABPHE, v. 4, n. 2, p. 35-64, 2001.
- _____. *Social and economic alternatives for irrigation policy in Northeast Brazil*. Salvador, 1986. Relatório preparado para a UNESCO.
- PINTO, Aníbal. Estilos de desarrollo: conceptos, opciones, viabilidad. *El Trimestre Económico*, p. 557-610, jul./set. 1978.
- PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. *Caderno de capacitação* n. 5, maio, 2002.

RANGEL, Ignácio. *A questão agrária brasileira*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

UDERMAN, Simone. Planejando o desenvolvimento industrial: considerações metodológicas sobre a formulação de políticas de intervenção na Bahia. In: *Bahia, século XXI*. Salvador: Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Transformações do mundo rural do Nordeste*. Projeto integrado de pesquisa. Laboratório de observação permanente sobre as transformações do mundo rural do Nordeste. Recife: UFPE, 1999.

APÊNDICE

REGIÕES DE PLANEJAMENTO NA BAHIA

No campo da análise e do planejamento regional, há uma velha discussão que, primeiro, questiona se a regionalização precede a análise propriamente dita ou se é um produto dos problemas regionais concretos e, depois, questiona os fundamentos das regionalizações, para esclarecer se são do domínio da geografia, da economia, da sociologia ou da geologia. Os aspectos ambientais não são, realmente, parte dessa discussão, porque são apreciados através de linguagens disciplinares já existentes, ou de uma interdisciplinaridade que depende das experiências construídas pelas ciências sociais e pelas da natureza.

A literatura especializada aceita, desde a década de 1960, que as regionalizações representam, ao mesmo tempo, uma experiência acumulada e uma opção de método, quando não uma opção disciplinar. De fato, a divisão em regiões enfrenta o problema de ater-se a um espaço nacional, ou de reconhecer os processos internacionais que afetam os espaços nacionais. Na prática, ninguém ignora que os compartimentos nacionais não são estanques, mas que encerram elementos que os distinguem dos processos internacionais. São eles, principalmente, cultura, instituições e política. Esse tipo de problema ficou evidente quando se pretendeu chegar a uma análise regional de nível nacional comparável entre países, e quando se reconheceu a importância de fronteiras ativas versus fronteiras inertes entre diversos países latino-americanos. Dentre os exemplos mais famosos estão a fronteira colombo-equatoriana e a fronteira entre o México e os Estados Unidos. As publicações da UNRISD e os trabalhos da CEPAL são reveladores nesse sentido.

O essencial é que as regionalizações refletem situações dinâmicas; portanto, devem ser concebidas para mudar e não para congelar situações historicamente situadas. Tanto nos casos em que se trabalha com regionalizações baseadas em fenômenos físicos, tais como as bacias hidrográficas, como quando se trabalha com regiões determinadas por processos de intervenções sociais, tais como os sistemas de transportes, *uma regionalização reflete um momento de um processo e o conjunto das variáveis em que se sustenta.*

A dúvida entre colocar as regionalizações como antecedente ou como conseqüente dos processos sociais está, justamente, em que elas são alteradas pela ação social. Os trabalhos de Myrdal (1968) sobre o Sudeste e o Sul da Ásia, assim como o trabalho das Nações Unidas no México,¹ mostraram que a regionalização é uma ferramenta que absorve e supera experiências anteriores, refletindo certo conjunto de critérios de interpretação dos processos sociais. Assim, as regionalizações refletem critérios predominantemente físicos, sociais ou institucionais.

¹ Refere-se aos trabalhos desenvolvidos no projeto de cooperação técnica MEX 72/013, que operou de 1972 a 1980.

A noção de regiões de planejamento surgiu nesse contexto e foi formalizada, muito depois de ter sido usada à exaustão, principalmente em diversos lugares na América Latina. A Bahia foi pioneira nesse campo. O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia, para 1960 a 1963, conhecido como PLANDEB, foi o primeiro documento no Brasil que reconheceu regiões de planejamento, entendidas como áreas para conjuntos específicos de ações de governo, combinando informações econômicas e sociais com decisões políticas. O planejamento se caracterizava como uma atividade política, isto é, repercutindo a vontade da sociedade organizada. Tomaram-se como regiões de planejamento os grandes espaços do Estado onde se visualizava a necessidade de intervenções combinadas e de longa duração.

A experiência da SUDENE, nos seus primeiros anos, seguiu o mesmo caminho, identificando regiões onde era necessário combinar a modernização com uma redução da pressão demográfica; regiões onde as restrições ao adensamento demográfico eram determinantes – basicamente o semi-árido –, e regiões que poderiam absorver um povoamento adicional, principalmente o oeste do Maranhão e o oeste da Bahia.

Os esforços de planejamento empreendidos pelo governo estadual, ao longo das décadas de 1960 e 1970, repercutiram no conflito e na necessidade de composição entre pequenas regiões homogêneas, socialmente inexpressivas, e regiões de grande escala, melhor adaptadas para sinalizar as grandes linhas da ação estadual sobre os 541.000 km² do Estado. As regiões de planejamento foram estabelecidas sobre estudos especialmente feitos para essa finalidade, que refletem a mencionada experiência de planejamento.

A problemática tratada por essa regionalização tem dois focos principais, que são a identificação dos núcleos que determinam as regiões e as situações-limite, que indicam regiões limdeiras ou revelam espaços de pouca densidade de atividade social, não correspondendo à própria noção de região. Por isso, a conceituação de regiões de planejamento está associada à de que as regiões são adensamentos de atividade social, que geram territorialidade e que, em última análise, leva a se perceber que, inevitavelmente, há zonas de transição entre as regiões.

As características dos sistemas de informações, no Brasil, obrigam a conviver com esse problema, porque os dados são coletados e organizados sobre bases municipais. Em todas as situações em que se trabalha com fenômenos da esfera rural, em que os espaços são naturalmente desiguais – diferentemente, por exemplo, dos transportes, que criam espaços semelhantes – esse problema é inevitável.

Ao enfrentar abertamente esses problemas de territorialidade dos processos sociais e de desigualdade dos espaços rurais, este estudo reconhece a irregularidade dos territórios criados por relações sociais de classe, bem como admite que o perfil da análise está marcado pela base municipal das informações. Mas a essência do problema de relações de classe em ambientes rurais em transformação não se elimina na forma da regionalização, senão que indica como usar as regionalizações como ferramentas de mediação da análise.

TABELAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS URBANOS E RURAIS

Tabela 1

Classificação dos municípios na região de planejamento 1
Chapada Diamantina, Irecê e Paraguaçu

Excluindo: Irecê e Feira de Santana

PA: 1.592.186
n: 93
MP: 17.306,37
DDM: 27,85

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km²)	Densidade demográfica individual (hab/km²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Estado da Bahia	13.070.250			567.295,00	23	-					
REGIÃO 1	1.592.186	731.565	921.919	100.657,50	15,82	-					
Abará	9.067	3.559	5.508	580,6	15,62	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Amélia Rodrigues	24.134	19.022	5.112	748,1	157,53	URBANO		alto	médio	TRANSITÓRIO	
América Dourada	15.959	10.148	5.811	748,1	21,33	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Andaraí	13.884	7.166	6.718	1.902,40	7,3	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Anguera	8.834	3.456	5.378	170,8	51,72	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Antônio Cardoso	11.620	2.316	9.304	295,1	39,38	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Baixa Grande	20.441	7.126	13.315	986,4	20,72	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Barra da Estiva	24.440	8.933	15.507	1.407,40	17,37	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Barra do Mendes	13.610	5.579	8.031	1.640,60	8,3	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Barro Alto	12.098	5.176	6.922	386,1	31,33	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Boa Vista do Tupim	18.408	5.840	12.568	2.640,10	6,97	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Boninal	12.461	3.821	8.640	851,1	14,64	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Bonito	12.902	5.501	7.401	539,6	23,91	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Boquirá	22.121	6.600	15.521	1.570,10	14,09	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Botuporã	11.522	3.251	8.271	554,6	20,78	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Brotas de Macaúbas	13.003	3.050	9.953	2.343,50	5,55	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Cafarnaum	16.059	9.209	6.850	1.075,00	14,94	RURAL	RURAL	baixo	médio	DEPRIMIDO	
Canarana	21.665	9.755	11.910	657,3	32,96	URBANO		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Candeal	10.121	3.417	6.704	456,2	22,19	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Capela do Alto Alegre	11.898	4.533	7.365	658,2	18,08	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Caturama	8.640	1.563	7.077	648,6	13,32	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	

Tabela 1
Classificação dos municípios na região de planejamento 1
Chapada Diamantina, Irecê e Paraguaçu
Excluindo: Irecê e Feira de Santana

Continuação

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km ²)	Densidade demográfica Individual (hab./km ²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Central	16.792	7.637	9.155	367,9	45,64	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Conceição da Feira	17.514	11.237	6.277	160,3	109,26	URBANO					
Conceição do Jacuípe	26.194	19.466	6.728	145,1	180,52	URBANO					
Coração de Maria	23.818	7.528	16.290	358,7	66,4	URBANO					
Érico Cardoso	12.160	1.322	10.838	704	17,27	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Gavião	4.792	2.203	2.589	336,8	14,23	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Gentio do Ouro	10.173	4.902	5.271	3.685,80	2,76	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
laçu	28.501	21.636	6.865	2.452,10	11,62	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Ibicoara	14.453	4.016	10.437	980,8	14,74	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Ibipeba	15.362	9.282	6.080	1.103,60	13,92	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Ibipitanga	13.419	3.663	9.756	948,9	14,14	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Ibiquera	4.495	2.493	2.002	1.014,70	4,43	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Ibitiara	14.443	2.714	11.729	1.755,60	8,23	RURAL	RURAL	baixo	médio	DEPRIMIDO	
Ibititá	17.905	8.060	9.845	597,2	29,98	URBANO		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Ichu	5.593	2.663	2.930	128,5	43,53	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Ipecaetá	18.383	2.065	16.318	395,4	46,49	URBANO	RURAL	alto	médio	TRANSITÓRIO	
Ipirá	61.746	23.320	38.426	3.035,40	20,34	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Irupiara	8.541	5.184	3.357	1.335,40	6,4	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Iramaia	17.553	7.682	9.871	1.955,70	8,98	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Iraquara	18.334	5.330	13.004	803,5	22,82	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Irará	25.163	8.657	16.506	271,7	92,61	URBANO	RURAL	baixo	médio	DEPRIMIDO	
Itaberaba	58.943	44.517	14.426	2.366,10	24,91	RURAL	URBANO				
Itaeté	14.006	5.454	8.552	1.198,70	11,68	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Itaguaçu da Bahia	11.309	1.987	9.322	4.588,30	2,46	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
João Dourado	18.967	11.441	7.526	988	19,2	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	

PA: 1.592.186

n: 93

MP: 17.306,37

DDM: 27,85

Continuação

Tabela 1
Classificação dos municípios na região de planejamento 1
Chapada Diamantina, Irecê e Paraguaçu

Excluindo: Irecê e Feira de Santana

PA: 1.592,186
n: 93
MP: 17.306,37
DDM: 27,85

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km ²)	Densidade demográfica individual (hab/km ²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Jussara	15.339	9.865	5.474	796,3	19,26	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Jussiape	10.051	3.766	6.285	525,4	19,13	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Lajedinho	4.352	1.154	3.198	810,4	5,37	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Lapão	24.727	9.222	15.505	645	38,34	URBANO	RURAL	alto	médio	TRANSITÓRIO	
Lençóis	8.910	6.395	2.515	1.245,10	7,16	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Macajuba	11.474	4.405	7.069	709,9	16,16	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Macaubas	41.806	11.681	30.125	3.050,80	13,7	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Mairi	20.085	9.595	10.490	909,3	22,09	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Marcionílio Souza	10.775	5.097	5.678	1.166,60	9,24	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Mucugê	13.682	3.317	10.365	2.491,80	5,49	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Mulungu do Morro	15.119	6.159	8.960	519,6	29,1	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Mundo Novo	21.273	11.129	10.144	1.501,90	14,16	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Nova Fátima	7.536	4.441	3.095	373	20,2	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Nova Redenção	8.636	4.492	4.144	513	16,83	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Novo Horizonte	8.502	2.000	6.502	614,8	13,83	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Oliveira dos Brejinhos	21.670	5.817	15.853	3.586,70	6,04	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Palmeiras	7.518	3.999	3.519	698,4	10,76	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Paramirim	18.921	7.883	11.038	1.119,90	16,9	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Pé de Serra	13.531	4.111	9.420	560,7	24,13	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Plata	18.977	5.771	13.206	1.513,80	12,54	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Pintadas	10.927	4.076	6.851	531,4	20,56	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Piritiba	19.037	12.728	6.309	994,5	19,14	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Presidente Dutra	13.730	7.659	6.071	284,7	48,23	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Rafael Jambeiro	22.600	4.902	17.698	1.239,10	18,24	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Riachão do Jacuipe	31.633	15.569	16.064	1.203,70	26,28	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	

Tabela 1
Classificação dos municípios na região de planejamento 1
Chapada Diamantina, Irecê e Paraguaçu

Conclusão

Excluindo: Irecê e Feira de Santana

PA: 1.592.186

n: 93

MP: 17.306,37

DDM: 27,85

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km²)	Densidade demográfica Individual (hab./km²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Rio de Contas	13.935	5.684	8.251	1.056,30	13,19	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Rio do Pires	12.010	4.310	7.700	892,8	13,45	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Ruy Barbosa	29.026	20.263	8.763	2.137,20	13,58	RURAL	RURAL	baixo	médio	DEPRIMIDO	
Santa Bárbara	17.933	7.167	10.766	326,1	54,99	URBANO		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Santanópolis	8.644	1.250	7.394	212,2	40,74	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Santo Estêvão	41.145	19.693	21.452	366,5	112,26	URBANO		alto	médio	TRANSITÓRIO	
São Gabriel	18.412	9.811	8.601	1.229,10	14,98	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
São Gonçalo dos Campos	27.000	13.552	13.448	295,5	91,37	URBANO		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Seabra	39.422	16.749	22.673	2.658,20	14,83	RURAL	RURAL	alto	médio	TRANSITÓRIO	
Serra Preta	17.726	5.692	12.034	540,9	32,77	URBANO		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Souto Soares	14.795	5.080	9.715	1.100,30	13,45	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Tanque Novo	15.771	5.535	10.236	829	19,02	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Tanquinho	7.460	5.082	2.378	215,5	34,62	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Tapiramutá	17.061	12.425	4.636	666,5	25,6	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Teodoro Sampaio	8.884	6.627	2.257	230,2	38,59	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Terra Nova	12.875	11.131	1.744	157	82,01	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Uibaí	13.614	7.880	5.734	518,5	26,26	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Utinga	16.889	11.472	5.417	720,2	23,45	RURAL		baixo	médio	DEPRIMIDO	
Várzea da Roça	13.633	5.847	7.786	551,5	24,72	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Wagner	8.976	6.037	2.939	417,5	21,5	RURAL		médio	médio	TRANSITÓRIO	
Xique-Xique	44.718	31.565	13.153	5.987,50	7,47	RURAL					

Fonte: SEI

Tabela 2
Classificação dos municípios na região de planejamento 2
Sul da Bahia, Litoral Sul e Extremo Sul

Incluindo todos os municípios

PA: 2.025.389

n: 74

MP: 27.370,12

DDM: 49,6

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km ²)	Densidade demográfica Individual (hab/km ²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Estado da Bahia	13.070.250	8.772.348	4.297.902	567.295,00	23						
REGIÃO 2	2.025.389	1.412.427	612.962	56.059,60	36,13						
Aiquara	5.315	2.726	2.589	195,9	27,13	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Alcobaça	20.900	7.446	13.454	1.510,90	13,83	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Almadina	7.862	5.416	2.446	247,8	31,73	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Apuarema	7.443	4.382	3.061	151,3	49,19	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Arataca	11.218	5.483	5.735	397,5	28,22	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Aurelino Leal	17.149	13.940	3.209	448	38,28	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Barra do Rocha	8.074	3.425	4.649	193,3	41,77	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Barro Preto	8.602	5.159	3.443	121	71,09	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Belmonte	20.032	10.806	9.226	2.016,80	9,93	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Buerarema	19.118	16.249	2.869	210,3	90,91	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Cairu	11.410	6.981	4.429	452,9	25,19	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Camacá	31.055	24.282	6.773	635,2	48,89	RURAL					
Camamu	33.661	12.107	21.554	888,5	37,89	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Canavieiras	35.322	26.343	8.979	1.380,50	25,59	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Caravelas	20.103	10.332	9.771	2.369,10	8,49	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Coaraci	27.852	23.269	4.583	297,9	93,49	URBANO					
Dário Meira	15.222	4.931	10.291	401,8	37,88	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Eunápolis	84.120	79.161	4.959	1.197,30	70,26	URBANO					
Floresta Azul	11.614	7.548	4.066	352,9	32,91	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Gandu	27.160	22.060	5.100	230	118,09	RURAL					
Gongogi	10.522	6.250	4.272	199,1	52,85	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Guaratinga	24.319	10.017	14.302	2.334,60	10,42	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	

Tabela 2
Classificação dos municípios na região de planejamento 2
Sul da Bahia, Litoral Sul e Extremo Sul

Continuação

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km²)	Densidade demográfica individual (hab/km²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Ibicaraí	28.861	19.333	9.528	218,7	131,97	URBANO		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Ibirapitanga	22.177	6.363	15.814	472	46,99	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Ibirapóá	7.096	3.573	3.523	788,6	9	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Ibirataia	24.741	18.726	6.015	227	108,99	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Igrapituna	14.960	2.377	12.583	509,8	29,34	RURAL					
Ilheus	222.127	162.125	60.002	1.847,70	120,22	URBANO					
Ipiáu	43.621	37.924	5.697	287,7	151,62	URBANO		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Itabela	25.746	18.837	6.909	857,6	30,02	RURAL					
Itabuna	196.675	191.184	5.491	444,8	442,17	URBANO					
Itacaré	18.120	7.951	10.169	732,9	24,72	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Itagi	14.629	9.986	4.643	304,6	48,03	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Itagibá	17.191	8.767	8.424	813,3	21,14	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Itagimirim	7.728	5.941	1.787	820,3	9,42	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Itaju do Colônia	8.580	6.441	2.139	1.221,80	7,02	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Itajupe	22.511	16.123	6.388	297	75,79	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Itamaraju	64.144	48.037	16.107	2.377,70	26,98	RURAL					
Itamarí	8.347	5.488	2.859	132	63,23	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Itanhém	21.334	14.090	7.244	1.449,80	14,72	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Itapé	14.639	8.666	5.973	444,8	32,91	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Itapebi	11.126	8.542	2.584	975,2	11,41	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Itapitanga	10.382	7.095	3.287	412	25,2	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Ituberá	24.133	15.910	8.223	424,2	56,89	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Jitauna	21.056	9.568	11.488	334,1	63,02	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Jucuruçu	12.377	1.850	10.527	1.443,20	8,58	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Jussari	7.556	5.124	2.432	358	21,11	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Lajedão	3.409	1.852	1.557	615,8	5,54	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	

Incluindo todos os municípios

PA: 2.025.389

n: 74

MP: 27.370,12

DDM: 49,6

Tabela 2 Classificação dos municípios na região de planejamento 2 Sul da Bahia, Litoral Sul e Extremo Sul											
Incluindo todos os municípios											
Conclusão											
Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km ²)	Densidade demográfica Individual (hab/km ²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Marauá	18.366	2.849	15.517	777,3	23,63	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Mascote	16.093	11.853	4.240	711,7	22,61	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Medeiros Neto	21.235	16.027	5.208	1.250,00	16,99	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Mucuri	28.062	18.685	9.377	1.779,70	15,77	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Niilo Peçanha	11.213	2.495	8.718	386,8	28,99	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Nova Ibiá	7.166	2.534	4.632	181,4	39,5	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Nova Viçosa	32.076	24.636	7.440	1.330,40	24,11	RURAL		alto	alto	DEPRIMIDO	
Pau Brasil	13.048	8.740	4.308	611,7	21,33	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Pirai do Norte	10.425	2.787	7.638	228,5	45,62	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Porto Seguro	95.721	79.619	16.102	2.416,60	39,61	RURAL					
Prado	26.498	14.169	12.329	1.670,10	15,87	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Pres. Tancredo Neves	19.404	6.221	13.183	415,7	46,68	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Santa Cruz Cabralia	23.888	13.527	10.361	250,9	95,21	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Santa Cruz da Vitória	7.025	4.988	2.037	1.556,50	4,51	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Santa Luzia	15.503	8.329	7.174	788,1	19,67	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
São José da Vitória	6.210	5.154	1.056	53,6	115,86	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Taperoá	15.933	7.523	8.410	410,1	38,85	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Teixeira de Freitas	107.486	98.688	8.798	1.157,40	92,87	URBANO					
Teolândia	12.572	3.606	8.966	289,3	43,46	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Ubatuba	23.854	18.582	5.272	222,6	107,16	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Ubatã	21.803	17.847	3.956	334,2	65,24	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Una	31.261	15.274	15.987	1.163,50	26,87	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Uruçuca	20.323	14.158	6.165	338,9	59,97	RURAL					
Valença	77.509	55.884	21.625	1.195,60	64,83	URBANO					
Vereda	7.450	1.276	6.174	831,6	8,96	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Wenceslau Guimarães	23.926	6.790	17.136	664,2	36,02	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	

Fonte: SEI

Tabela 3
Classificação dos municípios na região de planejamento 3
Oeste e Médio São Francisco

Incluindo todos os municípios

PA: 824.461
n: 38
MP: 21.696,34
DDM: 7,85

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km²)	Densidade demográfica Individual (hab/km²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Estado da Bahia	13.070.250	8.772.348	4.297.902	567.295,00	23						
REGIÃO 3	824.461	407.054	417.407	162.044	5,09						
Angical	14.701	6.035	8.666	1.497,50	9,82	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Baianópolis	12.179	2.727	9.452	3.428,70	3,55	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Barra	44.203	19.641	24.562	12.348,40	3,58	RURAL	URBANO				
Barreiras	131.849	115.784	16.065	11.979,50	11,01	URBANO					
Bom Jesus da Lapa	54.421	37.726	16.695	4.148,50	13,12	URBANO		médio	alto	TRANSITÓRIO	DEPRIMIDO
Brejolândia	8.762	1.832	6.930	2.629,00	3,33	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Buritirama	17.797	5.924	11.873	3.813,50	4,67	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Canapolis	9.743	2.538	7.205	466,1	20,9	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Carinhanha	27.272	10.483	16.789	2.762,20	9,87	URBANO	RURAL	médio	alto	TRANSITÓRIO	
Catolândia	3.092	848	2.244	623,1	4,96	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Cocos	17.611	6.424	11.187	10.121,20	1,74	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Coribe	15.148	5.695	9.453	2.688,50	5,63	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Correntina	30.583	11.355	19.228	11.636,40	2,63	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Cotegipe	13.374	6.547	6.827	4.162,00	3,21	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Cristópolis	12.662	2.675	9.987	884,2	14,32	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Feira da Mata	6.235	2.822	3.413	1.661,80	3,75	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Formosa do Rio Preto	18.288	9.381	8.907	16.514,30	1,11	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Ibotirama	24.149	16.384	7.765	1.396,60	17,29	URBANO					
Iuiú	10.489	4.571	5.918	1.099,50	9,54	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Jaborandi	10.288	2.023	8.265	10.066,20	1,02	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Malhada	15.614	6.073	9.541	1.972,90	7,91	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Mansidão	11.046	2.334	8.712	3.155,50	3,5	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Matina	10.242	2.759	7.483	793,2	12,91	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	

Tabela 3
Classificação dos municípios na região de planejamento 3
Oeste e Médio São Francisco

Incluindo todos os municípios

PA: 824.461
n: 38
MP: 21.696,34
DDM: 7,85

Conclusão

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km²)	Densidade demográfica Individual (hab/km²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Muquem do São Francisco	9.052	997	8.055	2.878,70	3,14	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Paratinga	27.679	9.067	18.612	2.825,00	9,8	URBANO	RURAL	médio	baixo	DEPRIMIDO	
Riachão das Neves	21.917	10.257	11.660	5.865,20	3,74	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Riacho de Santana	28.643	11.011	17.632	2.708,80	10,57	URBANO	RURAL	alto	baixo	DEPRIMIDO	
Santa Maria da Vitória	41.261	22.787	18.474	1.898,00	21,74	URBANO					
Santa Rita de Cássia	24.026	12.185	11.841	6.094,60	3,94	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Santana	24.139	12.496	11.643	2.006,90	12,03	RURAL					
São Desidério	19.006	7.129	11.877	14.876,10	1,28	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
São Félix do Coribe	11.758	8.552	3.206	849,3	13,84	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Serra do Ramalho	32.600	3.742	28.858	2.678,30	12,17	URBANO	RURAL	baixo	alto	DEPRIMIDO	
Serra Dourada	18.015	5.377	12.638	1.447,40	12,45	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Sítio do Mato	11.752	6.470	5.282	1.716,40	6,85	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Tabocas do Brejo Velho	12.619	3.431	9.188	1.556,50	8,11	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Wanderley	13.649	5.478	8.171	3.055,30	4,47	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	

Fonte: SEI

Tabela 4
Classificação dos municípios na região de planejamento 4
Sudoeste e Serra Geral

Excluindo: Vitória da Conquista e Jequié

PA: 1.290.703

n: 66

MP: 19.556,11

DDM: 21,68

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km²)	Densidade demográfica Individual (hab/km²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Estado da Bahia	13.070.250	8.772.348	4.297.902	567.295,00	23	-					
REGIÃO 4	1.290.703	630.673	660.030	8.634,80	18,81	-					
Anagé	31.060	4.208	26.852	1.859,30	16,71	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Aracatu	15.491	3.187	12.304	1.541,50	10,05	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Barra do Choça	40.818	17.721	23.097	781,3	52,24	URBANO					
Belo Campo	17.655	8.082	9.573	610,7	28,91	RURAL	RURAL	médio	alto	TRANSITÓRIO	
Boa Nova	20.544	4.589	15.955	860	23,89	URBANO		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Bom Jesus da Serra	10.502	1.953	8.549	411,5	25,52	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Brumado	61.670	40.710	20.960	2.174,50	28,36	URBANO					
Caatiba	15.508	4.428	11.080	658	23,57	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Caculé	20.339	11.531	8.808	688,3	29,55	URBANO	RURAL	alto	baixo	DEPRIMIDO	
Caetanos	13.076	2.312	10.764	860,3	15,2	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Caetitê	45.090	23.459	21.631	2.366,40	19,05	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Candiba	12.124	6.159	5.965	399,4	30,36	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Cândido Sales	28.516	18.924	9.592	1.305,90	21,84	URBANO					
Carabas	17.164	1.424	15.740	1.274,20	13,47	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Condeuba	18.047	6.331	11.716	1.241,50	14,54	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Contendas do Sincorá	4.264	2.331	1.933	865,3	4,93	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Cordeiros	8.193	2.100	6.093	556,4	14,73	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Cravolândia	5.001	3.000	2.001	160,2	31,22	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Dom Basílio	10.427	1.521	8.906	655,4	15,91	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Encruzilhada	32.924	4.983	27.941	2.048,20	16,07	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Firmino Alves	5.170	3.806	1.364	160	32,31	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Guajeru	12.836	1.723	11.113	645,8	19,88	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Guanambi	71.728	54.003	17.725	1.264,50	56,72	URBANO					

Tabela 4
Classificação dos municípios na região de planejamento 4
Sudoeste e Serra Geral

Continuação

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km ²)	Densidade demográfica Individual (hab/km ²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Excluindo: Vitória da Conquista e Jequié	1.290.703										
PA:	1.290.703										
n:	66										
MP:	19.556,11										
DDM:	21,68										
Ibiassucé	12.828	4.037	8.791	383,5	33,45	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Ibicuí	15.129	10.454	4.675	1.167,50	12,96	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Igaporã	14.557	7.101	7.456	775	18,78	RURAL	RURAL	baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Iguaí	25.134	12.557	12.577	836,4	30,05	URBANO		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Trajuba	6.362	2.717	3.645	384,8	16,53	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Itambé	30.850	22.175	8.675	1.631,40	18,91	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Itapetinga	57.931	55.182	2.749	1.615,40	35,86	URBANO					
Itaquara	7.861	4.165	3.696	298	26,38	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Itarantim	16.923	12.960	3.963	1.789,80	9,46	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Itiruçu	13.585	9.871	3.714	304,1	44,67	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Itororó	19.799	16.627	3.172	331,9	59,65	URBANO					
Ituaçu	17.268	4.429	12.839	1.220,60	14,15	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Jacaraci	13.520	3.651	9.869	1.246,40	10,85	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Jaguaquara	46.621	35.103	11.518	964	48,36	URBANO					
Lafayette Coutinho	4.102	1.921	2.181	353,9	11,59	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Lagedo do Tabocal	8.100	4.608	3.492	425,3	19,05	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Lagoa Real	12.765	2.006	10.759	1.003,20	12,72	RURAL		médio	alto	TRANSITORIO	
Licínio de Almeida	12.349	5.957	6.392	788,3	15,67	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Livramento de N. Sra.	38.025	16.724	21.301	2.275,50	16,71	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Macarani	14.594	10.719	3.875	1.376,50	10,6	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Maetinga	13.686	1.974	11.712	369,7	37,02	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Maquinique	7.326	5.208	2.118	415,3	17,64	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Malhada de Pedras	8.426	2.348	6.078	481,1	17,51	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Manoel Vitorino	16.704	6.783	9.921	2.408,90	6,93	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Maracás	31.683	18.516	13.167	2.444,30	12,96	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Mirante	13.666	1.279	12.387	931,3	14,67	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Mortugaba	12.598	4.994	7.604	672,9	18,72	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	

Tabela 4
Classificação dos municípios na região de planejamento 4
Sudoeste e Serra Geral
Conclusão

Excluindo: Vitória da Conquista e Jequié

PA: 1.290.703
n: 66
MP: 19.556,11
DDM: 21,68

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km²)	Densidade demográfica Individual (hab/km²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Nova Canaã	15.366	5.973	9.393	568,6	27,02	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Palmas de Monte Alto	20.099	6.657	13.442	2.787,60	7,21	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Pindai	15.494	3.631	11.863	718,1	21,58	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Piripá	16.128	5.248	10.880	653,4	24,68	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Planaltino	7.963	2.990	4.973	941,7	8,46	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Planalto	21.707	12.537	9.170	917,2	23,67	URBANO	RURAL	baixo	alto	DEPRIMIDO	
Poções	44.213	31.801	12.412	966,3	45,75	URBANO					
Potiraguá	14.579	7.546	7.033	992,9	14,68	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Presidente Jânio Quadros	17.045	2.913	14.132	1.332,20	12,79	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Ribeirão do Largo	15.303	4.451	10.852	1.226,40	12,48	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Rio do Antônio	14.637	5.112	9.525	990,6	14,78	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Santa Inês	11.027	10.374	653	357,6	30,84	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Sebastião Laranjeiras	9.283	3.639	5.644	2.011,40	4,62	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Tanhaçu	20.044	7.017	13.027	1.346,70	14,88	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Tremedal	21.200	3.503	17.697	1.641,10	12,92	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Urandi	16.076	4.730	11.346	899,4	17,87	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	

Fonte: SEI

Tabela 5
Classificação dos municípios na região de planejamento 5
Nordeste, Baixo Médio São Francisco e Piemonte da Diamantina

Excluindo: Juazeiro, Jacobina e Senhor do Bonfim

PA: 1.833.628

n: 75

MP: 24.448,37

DDM: 28,22

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km²)	Densidade demográfica Individual (hab./km²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Estado da Bahia	13.070.250	8.772.348	4.297.902	567.295,00	23	-					
REGIÃO 5	1.833.628	786.175	1.047.453	136.267,90	13,46	-					
Abaré	13.648	5.528	8.120	1.700,80	8,02	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Adustina	14.302	4.484	9.818	636	22,49	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Água Fria	14.718	4.324	10.394	710	20,73	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Andorinha	15.774	4.335	11.439	1.212,50	13,01	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	TRANSITÓRIO
Antas	14.059	5.014	9.045	289,1	48,63	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Antônio Gonçalves	9.716	5.260	4.456	317,4	30,61	RURAL	RURAL	médio	alto	TRANSITÓRIO	
Araci	47.584	16.189	31.395	1.576,30	30,19	URBANO		alto	alto	DINÂMICO	TRANSITÓRIO
Banzaé	11.156	3.414	7.742	213,1	52,35	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Biritinga	14.641	2.347	12.294	594,7	24,62	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Caém	12.563	3.377	9.186	499,5	25,15	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Caldeirão Grande	11.395	4.081	7.314	497,9	22,89	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Campo Alegre de Lourdes	27.607	6.539	21.068	2.766,30	9,98	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	TRANSITÓRIO
Campo Formoso	61.942	21.003	40.939	6.833,60	9,06	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Cansanção	31.947	9.221	22.726	1.324,90	24,11	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Canudos	13.761	7.012	6.749	3.000,60	4,59	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	TRANSITÓRIO
Capim Grosso	23.908	17.861	6.047	351,5	68,02	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Casa Nova	55.730	27.266	28.464	9.697,40	5,75	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Chorrochó	10.171	2.155	8.016	2.658,90	3,83	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Cícero Dantas	30.934	15.797	15.137	726,6	42,57	URBANO		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Cipó	14.285	9.527	4.758	165,3	86,42	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Conceição do Coité	56.317	28.026	28.291	1.090,50	51,64	URBANO		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Coronel João Sá	19.665	5.538	14.127	850,3	23,13	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Crisópolis	19.037	6.855	12.182	464,9	40,95	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	

Tabela 5
Classificação dos municípios na região de planejamento 5
Nordeste: Baixo Médio São Francisco e Piemonte da Diamantina

Continuação

Excluindo: Juazeiro, Jacobina e Senhor do Bonfim

PA: 1.833.628

n: 75

MP: 24.448,37

DDM: 28,22

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km²)	Densidade demográfica Individual (hab/km²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Euclides da Cunha	53.885	24.531	29.354	2.383,80	22,6	RURAL	URBANO	baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Fátima	18.298	6.343	11.955	297,5	61,51	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Filadélfia	17.194	7.966	9.228	566,2	30,37	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Glória	14.559	2.365	12.194	1.282,10	11,36	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Heliópolis	13.108	4.232	8.876	313,2	41,85	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Itapicuru	27.315	5.085	22.230	1.552,50	17,59	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Itiuba	35.543	8.864	26.679	1.737,80	20,45	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Jaguarari	27.412	13.381	14.031	2.578,00	10,63	RURAL		médio	alto	DEPRIMIDO	
Jeremoabo	34.916	14.764	20.152	4.788,40	7,29	RURAL		alto	alto	TRANSITÓRIO	
Lamarão	9.523	1.928	7.595	283,2	33,63	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Macururé	8.612	2.355	6.257	2.288,20	3,76	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Miguel Calmon	28.267	14.819	13.448	1.471,20	19,21	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Mirangaba	14.261	4.713	9.548	1.960,30	7,27	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Monte Santo	54.552	7.226	47.326	3.298,40	16,54	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Morro do Chapéu	34.494	19.793	14.701	5.513,40	6,26	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Nordestina	11.800	2.875	8.925	472,8	24,96	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Nova Soure	24.405	10.869	13.536	672	36,32	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Novo Triunfo	13.599	5.247	8.352	139,7	97,34	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Ollinda	23.909	11.152	12.757	540,4	44,24	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Ouroândia	15.356	4.458	10.898	1.281,10	11,99	RURAL	RURAL	baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Paripiranga	26.591	7.781	18.810	436,6	60,9	URBANO			baixo	DEPRIMIDO	
Paulo Afonso	96.499	82.584	13.915	1.700,40	56,75	URBANO			alto	DEPRIMIDO	
Pedro Alexandre	16.953	2.131	14.822	1.146,30	14,79	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Pilão Arcado	30.713	7.865	22.848	11.761,70	2,61	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Pindobaçu	20.869	10.456	10.413	529,9	39,38	RURAL		alto	alto	DEPRIMIDO	
Ponto Novo	17.187	6.767	10.420	467,1	36,8	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	

Tabela 5

Classificação dos municípios na região de planejamento 5
Nordeste, Baixo Médio São Francisco e Piemonte da Diamantina

Conclusão

Excluindo: Juazeiro, Jacobina e Senhor do Bonfim

PA: 1.833,628

n: 75

MP: 24.448,37

DDM: 28,22

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km²)	Densidade demográfica Individual (hab/km²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Queimadas	24.613	9.783	14.830	2.105,90	11,69	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Quijingue	26.376	4.892	21.484	1.276,20	20,67	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Quixabeira	9.466	3.130	6.336	369,6	25,61	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Remanso	36.257	21.015	15.242	4.712,60	7,69	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Retiroândia	10.891	5.474	5.417	204,5	53,26	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Ribeira do Amparo	13.903	1.459	12.444	658,8	21,1	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Ribeira do Pombal	46.270	25.383	20.887	816	56,7	URBANO					TRANSITÓRIO
Rodelas	6.260	4.786	1.474	2.585,90	2,42	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Santa Brígida	16.903	4.408	12.495	852,6	19,83	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Santaluz	30.955	17.966	12.989	1.603,60	19,3	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
São Domingos	8.526	3.711	4.815	252,1	33,82	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
São José do Jacuípe	9.233	5.701	3.532	370,7	24,91	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Saúde	11.488	5.991	5.497	501,7	22,9	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Sento Sé	32.461	17.264	15.197	12.629,50	2,57	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Serrinha	83.206	45.943	37.263	808,7	102,89	URBANO					
Serrolândia	12.616	6.042	6.574	375,2	33,62	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Sítio do Quinto	17.031	3.662	13.369	671,4	25,37	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Sobradinho	21.325	19.610	1.715	1.328,40	16,05	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Teofilândia	20.432	5.858	14.574	266,9	76,55	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Tucano	50.948	18.597	32.351	3.214,80	15,85	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Uauá	25.993	9.608	16.385	2.962,80	8,77	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Umburanas	14.140	6.186	7.954	1.820,00	7,77	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Valente	19.145	9.511	9.634	372,5	51,4	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Várzea Nova	14.154	8.683	5.471	1.169,90	12,1	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Várzea do Poço	7.515	5.034	2.481	221,3	33,96	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	

Fonte: SEI

Tabela 6
Classificação dos municípios na região de planejamento 6
Recôncavo Sul

Excluído: Santo Antônio de Jesus

PA: 607.182

n: 32

MP: 18.974,44

DDM: 79,54

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km²)	Densidade demográfica Individual (hab./km²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Estado da Bahia	13.070.250	8.772.348	4.297.902	567.295,00	23	-					
REGIÃO 6	607.182	330.559	276.623	10.587	57,35	-	URBANO				
Amargosa	31.108	20.884	10.224	437,6	71,09	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	TRANSITÓRIO
Aratupe	8.381	4.787	3.594	177,7	47,16	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Brejões	15.344	4.568	10.776	483,1	31,76	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Cabaceiras do Paraguaçu	15.547	3.305	12.242	214,4	72,51	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Cachoeira	30.416	15.831	14.585	400	76,04	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Castro Alves	25.561	14.647	10.914	767,3	33,31	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Conceição do Almeida	18.912	8.318	10.594	291,1	64,97	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Cruz das Almas	53.049	39.604	13.445	173,9	305,05	URBANO		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Dom Macedo Costa	3.748	1.297	2.451	91,6	40,92	RURAL		médio	baixo	TRANSITÓRIO	
Elísio Medrado	7.860	2.514	5.346	200,3	39,24	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Governador Mangabeira	17.165	6.684	10.481	94,7	181,26	RURAL		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Itatim	12.700	8.700	4.000	576,4	22,03	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	TRANSITÓRIO
Jaguaripe	13.422	4.632	8.790	894,8	15	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Jiquiriçá	13.638	4.588	9.050	237,2	57,5	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Laje	19.601	5.118	14.483	499,4	39,25	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	
Maragogipe	40.314	21.043	19.271	437,8	92,08	URBANO		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Milagres	12.067	9.359	2.708	309	39,05	RURAL		alto	alto	DINÂMICO	TRANSITÓRIO
Muniz Ferreira	6.941	3.301	3.640	115,4	60,15	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Muritiba	30.644	17.905	12.739	111	276,07	URBANO		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Mutuípe	20.462	8.984	11.478	274,4	74,57	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Nazaré	26.365	23.011	3.354	257,3	102,47	URBANO		médio	alto	TRANSITÓRIO	
Nova Itarana	6.592	2.497	4.095	458	14,39	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Salinas da Margarida	10.377	4.611	5.766	148,9	69,69	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Santa Terezinha	8.696	1.859	6.837	713,1	12,19	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	

Tabela 6
Classificação dos municípios na região de planejamento 6
Recôncavo Sul

Conclusão

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km²)	Densidade demográfica Individual (hab/km²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Santo Amaro	58.414	44.505	13.909	524	111,48	URBANO					
São Felipe	20.228	8.250	11.978	198,7	101,8	URBANO	RURAL	alto	baixo	DEPRIMIDO	
São Félix	13.699	8.748	4.951	95,9	142,85	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
São Miguel das Matas	10.020	2.772	7.248	208,1	48,15	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Sapeaçu	16.450	7.524	8.926	102,2	160,96	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Saubara	10.193	10.076	117	159,6	63,87	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Ubaíra	20.595	8.010	12.585	765,3	26,91	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
Varzedo	8.673	2.627	6.046	168,4	51,5	RURAL		Alto	alto	DINÂMICO	TRANSITÓRIO

Fonte: SEI

Tabela 7
Classificação dos municípios na região de planejamento 7
Metropolitana de Salvador e Litoral Norte

Excluindo: Salvador, Camaçari, Madre de Deus e Lauro de Freitas

PA: 822.057

n: 26

MP: 31.617,58

DDM: 86,91

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km²)	Densidade demográfica Individual (hab/km²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
Estado da Bahia	13.070.250	8.772.348	4.297.902	567.295,00	23	-					
Região 7	822.057	613.739	208.318	13.746,60	59,8	-					
Acajutiba	14.322	12.184	2.138	268,5	53,34	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Alagoinhas	130.095	112.440	17.655	736,8	176,57	URBANO		baixo	Alto	DEPRIMIDO	
Aporá	16.769	6.546	10.223	600,9	27,91	RURAL		alto	Alto	DINÂMICO	
Araçás	11.003	5.330	5.673	421,6	26,1	RURAL		médio	baixo	DEPRIMIDO	
Aramari	9.258	4.291	4.967	332,7	27,83	RURAL					
Candeias	76.783	69.127	7.656	265,5	289,2	URBANO					
Cardeal da Silva	8.034	2.832	5.202	195,7	41,05	RURAL		médio	Alto	TRANSITÓRIO	
Catu	46.731	37.816	8.915	520	89,87	URBANO		baixo	Alto	DEPRIMIDO	
Conde	20.426	10.492	9.934	954,4	21,4	RURAL					
Dias D'Ávila	45.333	42.673	2.660	208,3	217,63	URBANO					
Entre Rios	37.513	23.019	14.494	1.169,30	32,08	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Espanada	27.230	17.538	9.692	1.408,50	19,33	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Inhambupe	29.589	12.581	17.008	1.250,00	23,67	RURAL		baixo	Alto	DEPRIMIDO	
Itanagra	6.370	1.859	4.511	454,1	14,03	RURAL		médio	Alto	TRANSITÓRIO	
Itaparica	18.945	18.945	0	116,4	162,76	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Jandaira	10.027	5.507	4.520	646,8	15,5	RURAL		alto	Alto	DINÂMICO	
Mata de São João	32.568	24.969	7.599	683,5	47,65	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Ouricangas	7.525	2.584	4.941	169,8	44,32	RURAL		alto	médio	TRANSITÓRIO	
Pedrao	6.764	1.457	5.307	149,2	45,34	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Pojuca	26.203	21.884	4.319	280,8	93,32	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	
Rio Real	33.260	20.043	13.217	736,9	45,14	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	

Tabela 7
Classificação dos municípios na região de planejamento 7
Metropolitana de Salvador e Litoral Norte
Conclusão

Excluindo: Salvador, Camaçari, Madre de Deus e Lauro de Freitas

PA: 822,057
n: 26
MP: 31,617,58
DDM: 86,91

Municípios	População absoluta (PA)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área (km ²)	Densidade demográfica Individual (hab/km ²) (DDI)	Classificação urbano/rural	Reclassificação	IDE	IDS	Classificação rural dinâmico, transitório ou deprimido	Reclassificação
São Francisco do Conde	26.282	21.870	4.412	267,6	98,21	RURAL		baixo	baixo	DEPRIMIDO	
São Sebastião do Passé	39.960	29.549	10.411	553,4	72,21	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Sátiro Dias	17.251	3.426	13.825	688,6	25,05	RURAL		baixo	alto	DEPRIMIDO	
Simões Filho	94.066	76.905	17.161	193	487,39	URBANO					
Vera Cruz	29.750	27.872	1.878	474,3	62,72	RURAL		alto	baixo	DEPRIMIDO	

Fonte: SEI

LISTA DAS INSTITUIÇÕES PRESENTES NO TEXTO E NAS MATRIZES TERRITORIAIS

ABAFLORE	Associação Baiana de Florestas Renováveis – Guanambi
ABAPA	Associação Baiana dos Produtores de Algodão
ABC	Associação Brasileira de Cacauicultores
ABEC	Associação Brasileira de Exportadores de Cacau
ABIC	Associação Brasileira das Indústrias de Chocolate
ABONG	Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais
ACCOBA	Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos da Bahia
ADAB	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
AEAB	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Barreiras
AFLORE	Associação de Reposição Florestal – Vitória da Conquista
AGERBA	Agência de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia
AGROLEM	Associação de Engenheiros Agrônomos de Luis Eduardo Magalhães
AGROMESF	Agência Regional de Agronegócio Familiar do Sub-Médio São Francisco
AIBA	Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia
AMINA	Associação dos Amigos da Natureza
AMUBS	Associação dos Municípios do Baixo Sul
AMURC	Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia
APABA	Associação dos Produtores de Algodão da Bahia
APAEB	Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente
APAMA	Associação dos Produtores de Aguardente da Microrregião de Abaíra
APES	Associação dos Produtores de Mel do Sudoeste
ARCO	Agência Regional de Comercialização
ASA	Articulação do Semi-Árido
ASS	Articulação Sindical do Lago de Sobradinho

ASSOCAFE	Associação dos Produtores de Café da Bahia
ASTA – BAHIA	Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado da Bahia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BAHIATURSA	Órgão Oficial de Turismo do Estado da Bahia
BB	Banco do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAA	Centro de Assessoria do Assuruá
CAPRIOESTE	Associação dos Caprino-ovinocultores do Oeste da Bahia
CAR	Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional
CCLB	Cooperativa Central de Laticínios da Bahia
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CECAV	Centro de Estudos, Proteção e Manejo de Cavernas
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CENTREVALE	Centro de Profissionalização de Produtores de Algodão
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CEPEDES	Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CETA	Coordenação Estadual de Assentados e Acampados da Bahia
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIAPEC	Consórcio Intermunicipal de Pedra do Cavalo
CIASUL	Consórcio Intermunicipal de Integração do Alto Sul da Bahia
CICODE	Consórcio Intermunicipal da Costa do Descobrimento
CIMI	Conselho Indigenista Missionário

CISUBA	Consórcio Intermunicipal do Sul da Bahia
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPC	Conselho/Central Nacional dos Produtores de Cacau
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAPICAL	Cooperativa dos Pequenos Apicultores de Campo Alegre de Lourdes
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia
COOPMEL	Cooperativa dos Produtores de Mel da Região Semi-árida da Bahia
COPROESTE	Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia Ltda.
CORDAID	Agência de Cooperação da Igreja Católica Holandesa
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRA	Centro de Recursos Ambientais
CREDISA	Cooperativa de Crédito Rural do Semi Árido do Norte da Bahia
CREDISUL	Sociedade de Microfinanças Baixo Sul Solidário
CRESOL	Cooperativa de Crédito Solidário
DDF	Departamento de Desenvolvimento Florestal
DERBA	Departamento de Infra-estrutura de Transportes da Bahia
DESENBÁHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia
DTR	Departamento de Tecnologia Rural
EBAL	Empresa Baiana de Alimentos SA
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.
EMASA	Empresa Municipal de Água e Saneamento (Itabuna)
EMBASA	Empresa Baiana de Água e Saneamento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FAEB/FAEBA	Federação de Agricultura do Estado da Bahia
FAESA	Federação das Associações e Entidades para o Desenvolvimento do Semi-Árido

FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura
FTC	Faculdade de Tecnologia e Ciências
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDIFRAN	Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
FUNPAB	Fundação Pau Brasil
GAMBÁ	Grupo Ambientalista da Bahia
GARRA	Grupo de Apoio e de Resistência Rural e Ambiental
GRAMA	Grupo de Resistência às Agressões ao Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IDE	Índice de Desenvolvimento Econômico
IDES	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IESB	Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia
ILPES	Instituto Latino-Americano e do Caribe de planificação Econômica e Social
INB	Indústrias Nucleares do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLT	Movimento de Luta pela Terra

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MODERA	Movimento pela Despoluição e Conservação do Rio do Antonio – Brumado
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAM	Núcleo de Educação Ambiental e de Difusão de Práticas Sustentáveis
ORDEM	Organização pró-Defesa e Estudos dos Manguezais da Bahia
PARNA	Parque Nacional
PDRI	Programa de Desenvolvimento Regional Integrado
PDRS	Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável
PLANDEB	Plano de Desenvolvimento para a Bahia
PROCEL	Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SASOP	Serviços de Assessoria a Organizações Populares Rurais
SDF	Superintendência de Defesa Florestal
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOMP	Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESI	Serviço Social da Indústria
SINTAGRO	Sindicato dos Trabalhadores da Agropecuária
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNRISD	United Nations Research Institute for Social Development (Instituto das Nações Unidas para Desenvolvimento Social)
WWF	Fundo Mundial para a Natureza (World Wide Fund for Nature)

LISTA DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DOS ENCONTROS REGIONAIS

ENCONTRO REGIONAL DE JUAZEIRO

- 01 – Secretaria de Educação do Município de Uauá
- 02 – APAEB – Serrinha
- 03 – COOPMEL – Serrinha
- 04 – FAESA – Pilar/Jaguarari
- 05 – Bahia Pesca – Sobradinho
- 06 – EMBRAPA Semi-Árido – Petrolina
- 07 – Prefeitura Municipal de Curaçá
- 08 – CODEVASF – Juazeiro
- 09 – IRPAA – Juazeiro
- 10 – APAEB – Valente
- 11 – Banco do Nordeste – Juazeiro
- 12 – ASS – Remanso
- 13 – EBDA – Juazeiro
- 14 – SEAGRI – Juazeiro
- 15 – UNEB – Juazeiro
- 16 – Prefeitura Municipal de Sento Sé

ENCONTRO REGIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

- 01 – EBDA – Vitória da Conquista
- 02 – UESB
- 03 – Secretaria de Agricultura de Vitória da Conquista
- 04 – Secretaria de Administração de Vitória da Conquista
- 05 – Prefeitura Municipal de Tremedal
- 06 – Núcleo de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite
- 07 – Prefeitura Municipal de Barra do Choça
- 08 – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
- 09 – Ministério da Agricultura
- 10 – ADAB
- 11 – SEBRAE
- 12 – AMIRES/Prefeitura Municipal de Tremedal
- 13 – Câmara Municipal de Vitória da Conquista

ENCONTRO REGIONAL DE BARREIRAS

- 01 – CODEVASF
- 02 – DTR
- 03 – COFRUTOESTE
- 04 – Sindicato dos Trabalhadores de Barreiras
- 05 – CAPRIOESTE
- 06 – EBDA
- 07 – CRA
- 08 – SRH
- 09 – AIBA
- 10 – SDF
- 11 – ADAB
- 12 – Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães
- 13 – SEBRAE

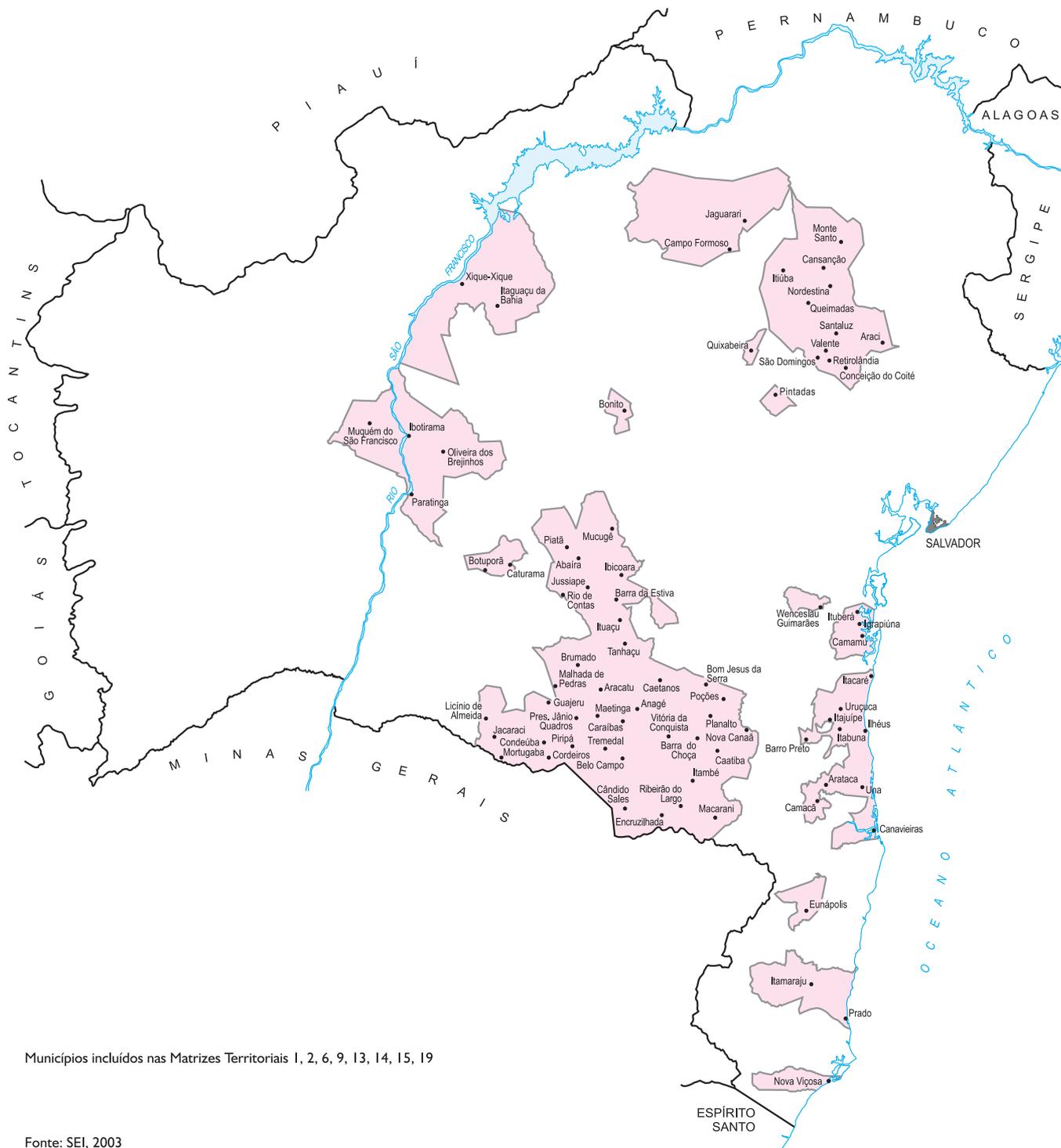
ENCONTRO REGIONAL DE SEABRA

- 01 – CMDRS – Lapão e Ibititá
- 02 – ACVA – Associação dos Condutores de Visitantes de Andaraí
- 03 – Prefeitura Municipal de Piatã
- 04 – Prefeitura Municipal de Seabra
- 05 – Associação de Cultura Popular Quebra Coco
- 06 – Associação Comunitária de Baixa Verde
- 07 – Central de Associações – Livramento de Nossa Senhora
- 08 – Associação dos Moradores e Produtores da Fazenda Velha
- 09 – Secretaria Municipal de Agricultura de Canarana
- 10 – Secretaria Municipal de Agricultura de Caturama
- 11 – ASPRI – Portal do Alvorada (associação)
- 12 – Prefeitura Municipal de Canarana
- 13 – Grupo de Trabalho Pinga-Pinga

ENCONTRO REGIONAL DE ILHÉUS

- 01 – UESC
- 02 – Prefeitura Municipal de Ibicaraí
- 03 – CEPEDES
- 04 – Banco do Nordeste
- 05 – AMUBS
- 06 – Terra Viva
- 07 – AMURC
- 08 – FASE
- 09 – IESB

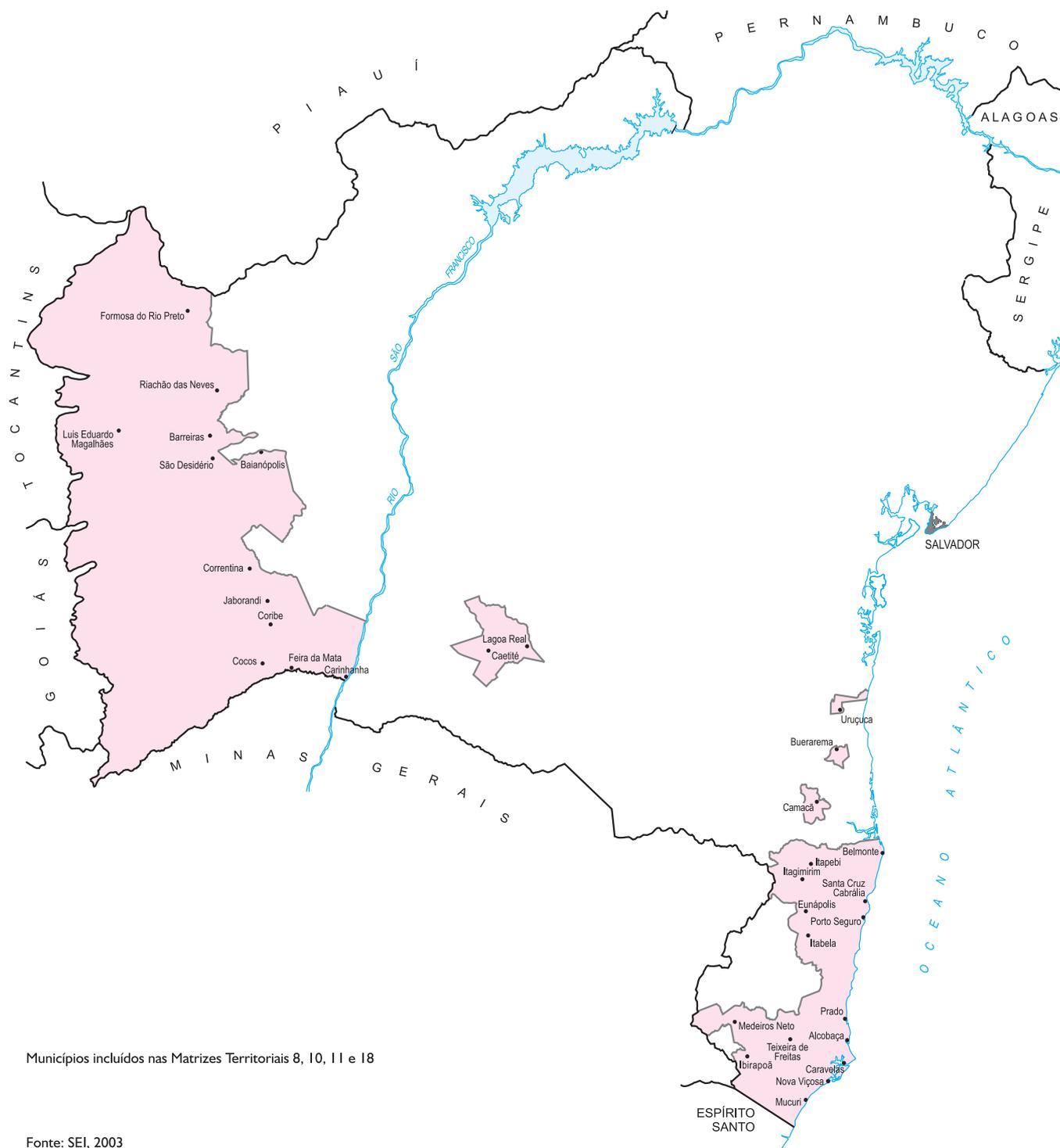
Municípios Pertencentes a um ou mais Territórios Consolidados Prioritários Estado da Bahia, 2003



Municípios incluídos nas Matrizes Territoriais 1, 2, 6, 9, 13, 14, 15, 19

Fonte: SEI, 2003

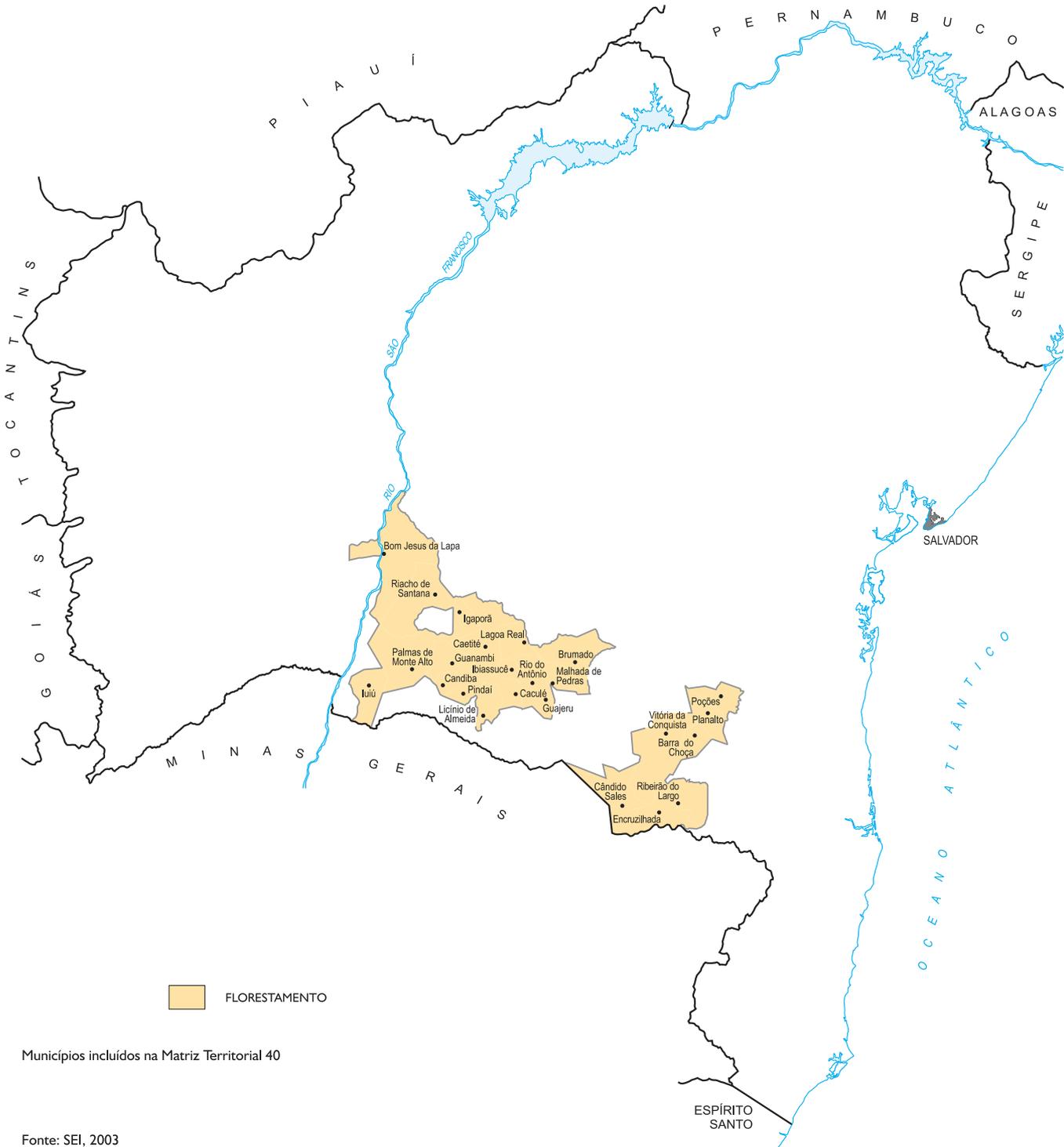
Municípios Pertencentes a um ou mais Territórios Consolidados Não-Prioritários Estado da Bahia, 2003



Municípios Pertencentes a um ou mais Territórios Emergentes Potenciais Estado da Bahia, 2003



Território Emergente Não-Prioritário Estado da Bahia, 2003



Municípios incluídos na Matriz Territorial 40

Fonte: SEI, 2003